



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Paulo Antonio Cresciulo de Almeida

**Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e governo  
Lula: aproximações e particularidades**

Rio de Janeiro

2013

Paulo Antonio Cresciulo de Almeida

**Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e governo Lula:  
aproximações e particularidades**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A447 Almeida, Paulo Antonio Crescúlo de.

Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e governo Lula: aproximações e particularidades / Paulo Antonio Crescúlo de Almeida. – 2013.

199f.

Orientador: Gaudêncio Frigotto.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Esportes e Estado – Teses. 2. Eventos esportivos - Brasil – Teses. 3. Brasil – Política e governo – 1930-1945 – Teses. 4. Brasil – Política e governo – 2003-2010 - Teses. I. Frigotto, Gaudêncio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

rc

CDU 796+321

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Paulo Antonio Cresciulo de Almeida

**Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e governo Lula:  
aproximações e particularidades**

Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor, ao Programa de  
Pós-Graduação em Políticas Públicas e  
Formação Humana, da Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro

Aprovada em 19 de setembro de 2013

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Orientador)  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Álvaro de Azeredo Quelhas  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Deise Mancebo  
Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>.Dra. Maria Cecília de Paula Silva  
Universidade Federal a Bahia

---

Prof. Dr. Waldyr Lins de Castro  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2013

## AGRADECIMENTOS

À *Cláudia*, minha esposa e companheira, pelo constante estímulo nesta caminhada e, pela compreensão nos momentos de ausência.

À *Valença, Paula e Flávia*, “as mulheres de minha vida”, por tornarem mais suave a convivência nesta sociedade preconceituosa e injusta.

Ao *Gaudêncio*, amigo e orientador, pela dedicação e plena disponibilidade durante a elaboração deste trabalho. Inegável sua contribuição acadêmica e política para o produto final expresso nesta Tese.

À *Deise Mancebo*, não só pela sua participação na Banca Examinadora, mas essencialmente pelas relevantes contribuições no processo de Qualificação.

À *Waldyr, Cecília e Álvaro*, amigos, parceiros e companheiros na luta que optamos por empreender contra o capitalismo que tanto oprime a classe trabalhadora deste país. Certamente, suas participações enriquecerão este trabalho.

Aos *professores do Instituto de Educação Física da UFF* que, ao assumirem meus encargos docentes, me proporcionaram a oportunidade de me dedicar integralmente para a conclusão desta Tese.

Finalmente, a todos os meus *ex-alunos, alunos presentes e futuros*, com a compreensão que é nessa relação dialética que se efetivam as melhores lições.

Que tempos são estes, em que é necessário defender o óbvio?

*Bertold Brecht*

## RESUMO

ALMEIDA, Paulo Antonio Cresciulo de. *Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e Governo Lula: aproximações e particularidades*. 2013. 199f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta Tese de Doutorado foi elaborada com a pretensão de contribuir para as reflexões políticas acerca do lazer e dos esportes. A compreensão que há confusões conceituais entre eles e a convicção de que suas características favorecem o uso ideológico dessas práticas foram determinantes para o aprofundamento destes estudos. Nosso entendimento é que essas atividades se legitimam como direitos sociais e, como tal, deveriam ser contempladas no conjunto das Políticas Públicas sejam em nível federal, estadual ou municipal. Entretanto, aqui se revelam as contradições que subsidiam as análises centrais dessa Tese. É fato que o lazer e os esportes estiveram presentes nos programas das políticas sociais de diferentes governos brasileiros em distintas épocas, entretanto, o protagonismo atribuído a eles está marcado pela ideologização de suas propostas de ação. Essa hipótese pôde ser comprovada na recuperação histórica que fizemos neste trabalho. O objetivo principal da pesquisa era a análise das Políticas Públicas de Esportes e Lazer implementadas pela “Era Vargas” e Governo Lula para estabelecer comparações entre eles e, por esse motivo nos dedicamos a esses dois períodos históricos, emblemáticos e permeados de contradições políticas e sociais. Inquietava-nos a percepção de que, dois governos ideologicamente distintos fizessem uso dos mesmos instrumentos no diálogo com a classe trabalhadora. A contextualização dos governos dos dois líderes demarcou a analogia entre eles na utilização dos preceitos desenvolvimentistas, nacionalistas e populistas. Ainda que essas aproximações em níveis mais gerais tenham apontado coincidências relevantes, a principal constatação de nossa Tese foi a similaridade no uso ideológico do lazer e dos esportes, o que comprovou nossas intuições iniciais. Enquanto Getúlio Vargas associou as concessões de direitos trabalhistas aos programas de Recreação Operária e ao estímulo do ufanismo nacional articulado com a seleção brasileira de futebol, Lula adotou o assistencialismo explícito, incentivou a espetacularização dos esportes de rendimento e proporcionou a realização histórica dos Megaeventos Esportivos em série, no Brasil. Na “Era Vargas” foi possível constatar o lazer contribuindo para a domesticação dos corpos, os esportes para estabelecer uma relação harmoniosa entre dominantes e dominados e o futebol para a divulgação do regime interno e externamente. Já no Governo Lula, percebemos a retração das políticas sociais nas questões do lazer; os programas de esportes, predominantemente voltados para a descoberta de talentos e a priorização do espetáculo esportivo. A análise que fizemos não deixa dúvidas que os princípios liberais de fortalecimento do capital e aumento dos lucros, norteadores da política econômica mundial e balizadores da política macro do Governo Lula, se refletiram na definição de suas Políticas Públicas de Esportes e Lazer, que em nosso entendimento se resumiram na realização dos Megaeventos Esportivos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Esportes e Lazer

## ABSTRACT

ALMEIDA, Paulo Antonio Cresciulo de. *Sports and leisure as political instruments of "Era Vargas" and Lula government: similarities and particularities*. 2013. 199f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This Thesis has been developed to contribute to the political reflections about the leisure and sports. The understanding that there is conceptual confusion between them and the conviction that their ideological characteristics favor the use of these practices were instrumental in deepening these studies. Our understanding is that these activities are legitimated as social rights and, as such, should be included in the set of public policies at the federal, state and municipal. However, here we reveal the contradictions that support the analysis of this central thesis. It is a fact that leisure and sports attended the programs of social policies from different Brazilian governments at different times, but, the role assigned to them is marked by the ideology of its proposed actions. This hypothesis could be proven in historical recovery that did this work. The main objective of the research was the analysis of Public Policy Sports and Leisure implemented by "Era Vargas" and Government Lula to establish comparisons between them and for this reason we are dedicated to these two historical periods, symbolic and permeated with political and social contradictions. Worried us the perception that two ideologically distinct governments do use the same instruments in dialogue with the working class. The contextualization of the governments of the two leaders staked out the analogy between them in the use of precepts developmentalist nationalists and populists. Although these approaches in more general levels have pointed coincidences relevant, the main finding of our thesis was the similarity in ideological use of leisure and sports, which confirmed our initial intuitions. While Vargas associate the concessions to labor rights programs Recreation Worker and the stimulation of national euphoria articulated with the Brazilian soccer team, Lula adopted explicit welfare, encouraged the spectacle of sports performance and provided the historical realization of Megaevents in Sports series in Brazil. In "Era Vargas" it was established leisure contributing to the domestication of bodies, sports to establish a harmonious relationship between rulers and ruled and football for the dissemination of the regime internally and externally. In the Lula government, realize the retraction of social policies on issues of leisure, sports programs, predominantly aimed at discovering talents and prioritization of sporting spectacle. We have analyzed leaves no doubt that the principles liberal of capital strengthening and increased profits, guiding the global economic policy and guide for the macro policy of the Lula government, were reflected in the definition of its Public Policy for Sports and Recreation, which in our understanding is summarized in implementation of Megaevents Sports.

Keywords: Public Policy, Sports and Leisure



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APO	Autoridade Pública Olímpica
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDU	Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEBS	Campeonatos Escolares Brasileiros
CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
CEDIME	Centro de Documentação e Informação do Ministério dos Esportes
CENESF	Centro de Excelência Esportiva
CGCOPA	Comitê Gestor da Copa do Mundo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CND	Conselho Nacional dos Desportos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DED-MEC	Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ENAREL	Encontro Nacional de Recreação e Lazer
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
ESEFEX	Escola Superior de Educação Física do Exército
FGTS	Fundo de Garantia e Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Fédération International de Football Association
FMI	Fundo Monetário Mundial
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
JEBS	Jogos Escolares Brasileiros
LCF	Liga Carioca de Futebol
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PELC	Programa de Esporte e Lazer na Cidade
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S A
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parceira Público-Privada
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNEAR	Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento
SNEL	Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SRO	Serviço de Recreação Operária
SUMOC	Superintendência da Moeda e Crédito
TCU	Tribunal de Contas da União
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S A
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>AS RELAÇÕES SOCIAIS E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO MUNDO EM QUE VIVEMOS .....</b>	<b>20</b>
1.1	Uma breve análise de conjuntura .....	21
1.2	O estado capitalista: ideologia dominação e alienação .....	27
1.3	A dominação como instrumento político .....	31
1.4	A função da alienação na construção ideológica .....	34
1.5	A ideologia como pano de fundo .....	37
1.6	Estado e políticas públicas delineando os contornos políticos .....	41
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E LAZER: APROXIMAÇÕES, CONTRADIÇÕES E O DEBATE POLÍTICO NECESSÁRIO .....</b>	<b>46</b>
2.1	Dialogando com os conceitos .....	46
2.2	Algumas concepções de esportes .....	53
2.3	Politizando as contradições do lazer .....	60
2.4	Sobre os Esportes e Lazer no Brasil .....	68
2.5	Esportes e Lazer como direitos sociais .....	72
2.6	A perda da espontaneidade identidade dos esportes .....	76
2.7	A quem interessa a espetacularização dos esportes .....	82
<b>3</b>	<b>DESENVOLVIMENTISMO, NACIONALISMO E POPULISMO: AS POSSÍVEIS FACES POLÍTICAS DE UM GOVERNO .....</b>	<b>86</b>
3.1	Desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo: conceitos e práticas políticas .....	86
3.2	Elementos da trajetória política do país (de 1930 a 2010) .....	94
3.3	As contradições da “Era Vargas” .....	97
3.4	O governo Lula e o polêmico ajuste à doutrina liberal .....	104
3.5	Varguismo e Lulismo: estratégias políticas aproximando dois tempos históricos .....	112
<b>4</b>	<b>A ERA VARGAS, O GOVERNO LULA E SUAS PROPOSTAS PARA OS ESPORTES E O LAZER .....</b>	<b>115</b>
4.1	Os esportes e o lazer como instrumentos políticos .....	116
4.2	Os princípios ideológicos da Era Vargas refletidos nas políticas de	

	<b>esportes e lazer</b> .....	117
4.2.1	<u>O tratamento dados aos esportes</u> .....	117
4.2.2	<u>As características funcionalistas do lazer</u> .....	129
4.3	<b>Políticas de esportes e lazer coerentes com as opções ideológicas do Governo Lula</b> .....	136
4.3.1	<u>Os marcos de uma metamorfose ajustada aos preceitos de um modelo político</u> .....	137
4.3.2	<u>Para o lazer, a inversão de valores</u> .....	153
4.3.3	<u>Os esportes: direitos sociais ou práticas elitizadas</u> .....	158
4.3.4	<u>O futebol é um tópico à parte</u> .....	162
4.4	<b>Megaeventos esportivos e seus legados: sociais para o povo, políticos para o poder ou econômicos para o Capital</b> .....	168
	<b>A TÍTULO DE CONCLUSÃO</b> .....	184
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	189

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem em sua gênese três vertentes: o processo de minha formação, em particular os estudos em nível de mestrado; a produção crescente de análises e publicações dentro de um marco crítico no campo da educação física onde o esporte e o lazer estão inseridos; e, por fim a militância no campo sindical e dos movimentos sociais. Todavia, a despeito do acúmulo de reflexões acerca das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil, há em nossa concepção um menosprezo às reais necessidades da população brasileira nessa área, com o agravante do uso ideológico dessas atividades por parte das classes dirigentes e da visão cada vez mais mercadológica.

A vulnerabilidade da classe trabalhadora no processo de definição dessas políticas ocorreria pela característica lúdica dessas atividades, o que facilitaria imposições verticalizadas atenuadas pelas relações harmônicas estabelecidas pela grande aceitação do lazer e especialmente dos esportes. A habilidade política dos governos na implantação de propostas esportivas e de lazer pode favorecer o mascaramento dos reais objetivos de dominação.

A nossa hipótese pressupõe que, independente de matrizes ideológicas, vários governos brasileiros se instrumentalizaram dessas atividades para viabilizar consensos entre as camadas da população e implantar seus projetos políticos sem maiores tensões entre as classes. Em nossa compreensão, dois períodos foram emblemáticos e merecem ser investigados, principalmente pelo fato de se revestirem de cunhos políticos supostamente opostos: a “Era Vargas” estabelecida por intermédio de uma ditadura e o Governo Lula, legitimado pelo voto popular em duas gestões.

Para desenvolver esta tese, optamos por iniciá-la com uma necessária análise de conjuntura que tem por objetivo contextualizar o que ocorre nos dias atuais em nível mundial e o enraizamento do liberalismo de forma globalizada após sua expansão durante o século XX. Além dessa avaliação conjuntural, o Capítulo I procura dialogar com a literatura para facilitar a compreensão do papel do Estado e quais suas estratégias e ações para que possa se reafirmar como agente nesse processo.

Nesse sentido, conceitos de dominação e alienação serão abordados para apontar como essas categorias são fundamentais para que as classes dirigentes possam impor seus preceitos às classes dominadas. Essencial para que o debate proposto por essas reflexões flua de forma

crítica será a socialização de nossas convicções sobre o papel da ideologia na relação entre as classes. Assim, ao focalizarmos esse conceito pretendemos contribuir para uma fundamentação teórica que qualifique o exercício reflexivo.

A nosso ver, a qualidade de vida de uma população é em grande parte resultado das Políticas Públicas implementadas naquela sociedade e compreendemos ainda que são elas que estabelecem a relação necessária para transmissão de valores ideológicos de quem dirige para os que são dirigidos. Essa linha de pensamento justificaria a dedicação de um tópico especial para esse tema.

O Capítulo II apresenta as questões específicas da área da Educação Física e pretende dirimir compreensões equivocadas ou de senso comum, a respeito de suas relações com o Lazer e os Esportes. Nossa pretensão será o aprofundamento dos conceitos dessas atividades, numa perspectiva crítica, e resgatar suas trajetórias no Brasil os relacionando com as ações governamentais em diferentes períodos históricos.

Há em nós, a convicção que tanto os Esportes como o Lazer deixaram de ser vistos como direitos sociais e subjetivos e que o tratamento dado a eles em tempos de neoliberalismo ocasionou a perda de suas identidades e características espontâneas. Avaliações indicam o aparelhamento dessas atividades para duas funções: a da estruturação e ou manutenção do poder e o aumento dos lucros.

Há indícios que, por sua particularidade, o Lazer teria sido usado para a domesticação dos corpos e abrandamento das tensões sociais advindas da imposição de interesses dos dominantes sobre os dominados. Comprova-se também sua potencialidade histórica de compensar os efeitos danosos da exploração da classe trabalhadora pelo capital. Pesquisadores relacionam a ideologização dessas práticas recreativas aos instrumentos assistencialistas do estado de bem estar social.

O tratamento dado aos esportes tem levado à reificação das relações humanas e agudizou o processo de mercantilização de seus ambientes, interferindo definitivamente para a deformação de seus atributos como direito social. Está privilegiada a sua vertente como atividade competitiva de alto rendimento e consolidada sua forma atual que modifica as interações de seus praticantes e expectadores.

Pretendemos, com a constatação de que o capital transformou os jogos e atletas em rentáveis mercadorias e os torcedores em consumidores, identificar quais os interesses na espetacularização dessas atividades e como se estabelece a parceria publico-privada na definição das pretensas políticas públicas para o setor. Essa discussão tem sido recorrente

entre pesquisadores da área e contribuirá para referenciar o desenvolvimento de nossa tese de que tanto o Lazer quanto os Esportes estiveram a serviço de Getúlio Vargas e Luiz Inácio Lula da Silva.

Os perfis políticos dos governos pesquisados serão focalizados no Capítulo III a partir da pressuposição de que há aspectos que os aproximam apesar de possuírem especificidades aparentemente opostas. Para fundamentar eventuais compatibilidades entre a “Era Vargas” e o Governo Lula e identificar os traços que poderiam justificar as similaridades entre as duas práticas políticas buscaremos elementos nos conceitos de Desenvolvimentismo, Nacionalismo e Populismo.

Para entendermos as influências dessas formas de gestão na relação governo/sociedade brasileiros buscamos em um recorte da trajetória política do Brasil em níveis gerais alguns exemplos onde se potencializaram, e foram aplicados, tais modelos de administração pública. Ainda que tivesse sido contemplado o tempo histórico compreendido entre a década de 30 do século passado e primeira década do Século XXI, nos detivemos nos dois períodos em questão.

A identificação das particularidades dos modelos implementados pelos dois carismáticos dirigentes fornecerá contribuições na intenção de apontar as contradições da Ditadura de Getúlio Vargas e estimular a reflexão sobre a inflexão do Partido dos Trabalhadores que consolidou com Luiz Inácio Lula da Silva a adequação aos ajustes neoliberais.

Do primeiro período investigado notamos algumas características que refletem dicotomias no relacionamento com a população brasileira, ou seja, tratamentos diferenciados para o empresariado e para a massa trabalhadora. O regime autoritário teve habilidade política para atender os interesses oligárquicos e promover ganhos trabalhistas, ainda que fosse de forma assistencialista.

Enquanto no plano mundial se vivia os efeitos da crise de 1929, em plano nacional o que se viu nessa década foi um movimento caracterizado pelo estímulo à industrialização com apelos desenvolvimentistas que harmonizou as relações entre as classes historicamente em lutas com a implantação de outorgas de direitos sociais. Ao mesmo tempo em que criou a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional, orgulhos nacionais, o governo Vargas aproximou-se da cultura e das artes.

Nesse período aconteceu ainda a legalização de manifestações culturais, até então marginalizadas, e a regulamentação da profissão dos artistas e dos atletas de futebol. Esses

fatos conviveram com promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, e a instituição do salário mínimo e do Imposto Sindical. Por essas iniciativas é que, embora pareça contraditório, um ditador que assumiu o governo por meio de um golpe ficou identificado na história do país como o *pai dos pobres*.

O conjunto de fatos e os procedimentos políticos adotados demarcaram a era como peculiar na linha histórica nacional o que justificava a distinção em relação a outros tempos e sua identificação como a “Era Vargas”, fundamentada no fenômeno que se tornou perenizado como *varguismo*.

Já o Governo Lula assumiu o país numa conjuntura internacional de mundialização do capital, da consolidação da ideologia neoliberal e do colapso do chamado socialismo real. A nação perderia sua soberania econômica e a mercantilização dos direitos sociais se afirmaria nos processos de Parceiras Públicas Privadas. Terminava um período liderado por Fernando Henrique Cardoso que legitimara no Brasil o modelo econômico predominante no planeta.

Lula se elege por forças sociais que buscavam a revolução nacional popular e um acerto de contas com a era anterior e tinham expectativas de transformações que sanassem as mazelas de uma das sociedades mais injustas e desiguais do mundo. Entretanto, a divulgação da *Carta ao Povo Brasileiro*, frustrava essa esperança e indicava a opção pelos ajustes econômicos prescritos pelos organismos financeiros internacionais. Em última análise, emergia a proposta de novo pacto social.

A política desenvolvimentista, a exemplo do que ocorreu na “Era Vargas”, foi implementada ancorada num clima de conciliação entre dirigentes e trabalhadores, clima este incentivado pelas exortações nacionalistas e práticas populistas. A popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva em altos níveis legitimava suas iniciativas e autenticava a política econômica que olhares criteriosos identificavam como pano de fundo de sua administração.

Além do assistencialismo explícito, tal como Getúlio Vargas, Lula soube utilizar o aparato midiático para o fortalecimento de sua imagem junto às massas. Suas aparições em público, a linguagem metafórica e a exploração da trajetória do retirante nordestino que saiu da miséria para se tornar presidente do Brasil, o qualificaram para ser, também, considerado um mito na história deste país, a despeito de atender os interesses econômicos da classe dominante. Essa condição referendaria a ideia de que, uma caracterização refinada do período indicaria o aparecimento de uma corrente política também com contornos políticos bem delineados: o *lulismo*.



A sequência normal para a verificação da pertinência de nossa tese seria a busca por elementos que pudessem apontar as estratégias que aproximam os dois tempos históricos em estudo. Observamos, neste exercício, que há sinais de que propostas de pactos entre as classes, a promoção da conciliação entre dominantes e dominados, o estímulo desenvolvimentista, a exortação ao nacionalismo, as práticas assistencialistas, a exploração da imagem carismática e a identificação com o homem do povo são fatores que aproximam a biografia dos dois líderes. Privilegiamos, entretanto, as análises específicas de nosso campo de atuação profissional e acadêmica.

Dessa forma, focalizamos a utilização dos Esportes e do Lazer como instrumentos políticos por ambos os governos. As considerações levantadas no primeiro capítulo sobre a adesão popular espontânea a essas atividades dão consistência ao que se pretende desenvolver no Capítulo IV. Neste capítulo a pretensão será associar os princípios ideológicos dos dois períodos às Políticas Públicas de Esportes e Lazer e analisar se eles se refletem nas propostas governamentais elaboradas para essa área.

Fundamental e oportuno será inicialmente reafirmar a potencialidade do lazer como elemento de dominação e o papel das competições esportivas como práticas e espetáculos. Considerando o ajuste aos diferentes tempos históricos, é possível afirmar que em ambos os contextos sociais essas atividades receberam tratamento especial e contribuíram efetivamente para distinguir as gestões investigadas e moldar a figura do líder popular.

Em nossa hipótese, o ludismo do lazer e o mimetismo dos esportes foram capitalizados pelos dois governos e usados ideologicamente para objetivos políticos que, embora com algumas eventuais diferenças, tinham o mesmo propósito de prevalecer-se da atmosfera alienante provocado por suas práticas e implantar preceitos contrários aos interesses dos trabalhadores.

O capítulo busca recuperar a história do Serviço de Recreação Operária, que se proliferou com a instalação de vários núcleos de lazer para as famílias dos trabalhadores, e suas relações com o sistema fabril no Rio de Janeiro. O levantamento bibliográfico sugere a intencionalidade domesticadora do projeto do SRO e sua função como aparelho de controle social. Outra iniciativa do regime foi a destinação da arrecadação do Imposto Sindical para a criação de parques e áreas de lazer, que teria por hipótese, a articulação entre Estado e patrões para estabelecer a convivência harmoniosa entre eles e o operariado.

Os esportes também foram tratados de forma peculiar durante a “Era Vargas”. Com sua visão política abrangente e privilegiada, Getúlio percebeu o alcance social dos jogos e

competições esportivas e procurou criar dispositivos que estimulavam suas práticas sob o controle estatal. Num grande leque de atos instituiu a Comissão Nacional dos Esportes, que depois viria se transformar no Conselho Nacional dos Esportes; fundou a primeira Escola de Educação Física do Rio de Janeiro; criou a organização Juventude Brasileira; autorizou o funcionamento de várias Confederações de modalidades esportivas, entre outras iniciativas.

Entretanto, o lugar de destaque em suas políticas para o setor foi ocupado pelo futebol. As participações da seleção brasileira nas competições sul-americanas e mundiais receberam tratamento especial e o ufanismo popular provocado por essas jornadas foi acumulado exemplarmente e proporcionou consideráveis ganhos políticos para o governo varguista.

Em nossa opinião, a parceria tranquila entre o regime autoritário e a massa trabalhadora se estabeleceu de tal forma com fortes contribuições do futebol, haja vista que os ambientes preferidos para seus encontros eram os estádios de futebol. Não por acaso, as datas festivas do Dia da Raça e o Dia do Trabalhador eram comemoradas no Estádio de São Januário. Foi nesse local, inclusive, que Getúlio Vargas assinou a CLT, num dia 1º de maio.

É preciso registrar neste resgate histórico a ousadia da “Era Vargas” em pleitear a realização de uma Copa do Mundo de Futebol em nosso país, o que exigiria a edificação de um estádio com dimensões colossais que pudesse abrigar um evento de tal envergadura. Para obter a condição de sede do Campeonato Mundial de Futebol no ano de 1950 com a anuência da FIFA e aval da população brasileira foi construído o Estádio do Maracanã e, embora a realização da competição tenha ocorrido no Governo Dutra, seguramente os dividendos políticos são de Getúlio Vargas.

Ganhos estes, aliás, que foram acumulados num contexto paradoxal, onde todas as ações na área esportiva e do lazer que satisfizeram a população e garantiram a popularidade do regime ditatorial foram outorgadas por intermédio de imposições legais, via decretos-leis ou outros instrumentos autoritários.

No Governo Lula, a tendência teria sido outra em relação à definição de políticas sociais dos Esportes e do Lazer. Este último foi preterido em função aos primeiros e os programas oficiais que se destinaram a oferecer aos brasileiros as oportunidades da prática recreativa informal e autônoma foram restritos e insuficientes em sua abrangência territorial.

Foi instituído o Programa de Esportes e Lazer da Cidade, o PELC, que tem como proposta a parceria com gestores municipais para o desenvolvimento de projetos específicos de lazer e, além disso, apenas algumas iniciativas a serem realizadas nas escolas públicas. Em nossa análise, embora estejam identificadas pelo Ministério dos Esportes como de lazer, elas

se destinam à iniciação esportiva na lógica hegemônica. Essa opção favoreceu a expansão do mercado do entretenimento com a esperada adesão do capital ao mundo dos negócios do lazer.

Com um Ministério dos Esportes de relativa força política, o período se caracterizou pelo estímulo aos programas elitizados de iniciação esportiva, pelas busca de talentos na área e pelos projetos assistencialistas de estímulo financeiro para a forja de atletas de alto nível. Coerentes com essa lógica foram priorizados a formação e o treinamento de atletas olímpicos e paraolímpicos visando suas participações em competições mundiais.

A contradição desses programas se explicita pelo fato de que o PT participou da Equipe de Transição de Governo e realizou Conferências Nacionais de Esporte que definiram princípios e diretrizes que propunham a democratização dos esportes e do lazer, com propostas de acesso a toda a população brasileira. Todavia, ao implantar políticas públicas para o setor, o faz privilegiando a competição de alto rendimento.

Ainda que diversas modalidades esportivas tenham sido contempladas em algum momento com programas específicos ou outros tipos de incentivo, sem dúvida merece destaque o lugar ocupado pelo futebol na agenda estabelecida pelo Ministério dos Esportes, para os anos de gestão de Lula. Nesta perspectiva, analisá-lo como importante estratégia de mobilização social e avaliar o uso que se fez dele para estabelecer diálogos confortáveis com a classe trabalhadora será imprescindível.

Entre as Secretarias criadas, uma foi destinada exclusivamente para a modalidade, a do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, que emblematicamente contempla a modalidade e a articula com pretensos interesses do torcedor, ou seja, do trabalhador brasileiro.

A empatia do povo com o futebol e a associação do presidente à figura do torcedor comum, autenticou a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e, em nossa análise, com o mesmo propósito da “Era Vargas”. Seguindo o mesmo roteiro, a Copa será realizada em governo subsequente, mas as responsabilidades pelo evento serão creditadas a Luiz Inácio Lula da Silva.

Como Getúlio Vargas, Lula soube se apropriar do nível de aceitação popular pelos espetáculos esportivos e promoveu a velada articulação com a iniciativa privada para a efetivação dos espetáculos na área dos esportes. Em nossa compreensão essa política para os esportes apresenta compatibilidades com os princípios centrais que orientaram as duas gestões do período.

É presumível que aí residam diferenças de estratégias entre Vargas e Lula. Enquanto é possível supor que o uso dos esportes pelo primeiro visava a conciliação entre as classes e manutenção do processo de dominação necessário para uma ditadura, o segundo teria como intenção primária consolidar a política econômica favorável ao capital se prevalecendo de sua popularidade aliada ao gosto popular pelos espetáculos esportivos.

Nessa linha de raciocínio será relevante contextualizar os chamados Megaeventos Esportivos que, embora a sequência se concretize nos próximos anos, em nossa compreensão eles refletiram as Políticas de Esportes do Governo Lula que claramente secundarizaram as atividades de lazer e priorizaram a realização das competições esportivas de alto nível.

O curioso é que, a exemplo do ocorrido na “Era Vargas”, a sociedade abraçou as realizações, ainda que intuísse que, presencialmente, as grandes festas do esporte planetário seriam para poucos. O diálogo com o povo foi conduzido com a argumentação de que, para além da proximidade física com as competições internacionais, da projeção do país em nível mundial e do crescimento da economia nacional, o relevante seriam os benefícios sociais revertidos à população após a realização dos eventos. A essas benfeitorias foram dados os rótulos simbólicos de *legados* e é possível supor que eles tenham cumprido seu papel de convencimento para a megalômana iniciativa.

Considerando que as propostas de esportes e lazer de Lula se resumiram na obstinação da realização dos Jogos Pan Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, esta tese tenciona também, avaliar as dimensões dos legados dos Megaeventos Esportivos e quem realmente se beneficia deles. Há possibilidades de benefícios sociais para o povo, de ganho de poder para o governo e aumento dos lucros para o capital e uma verificação cuidadosa pode revelar os reais beneficiários.

Fundamentados em densa documentação histórica, nas informações oficiais e atualizadas do Ministério dos Esportes, do material bibliográfico produzido nos últimos anos e do acompanhamento dos noticiários esportivos e econômicos, nossa expectativa é de contribuir para o debate que essa matéria tem suscitado em nosso meio. Além disso, julgamos relevante avaliar as conexões entre os princípios norteadores das Políticas Públicas de Esportes e Lazer da “Era Vargas” e do Governo Lula.

As intensas mobilizações de rua efetivadas em junho de 2013 cujo deflagrador foi a luta dos jovens pelo passe livre foram revelando uma multiplicidade de insatisfações com o poder público. Dentre estes descontentamento um deles reiterado era o alto custo da Copa do Mundo contrastado com a falta de recursos para educação, saúde etc. Um indicador deste

descontentamento pode ser percebido pela pesquisa feita pelo Instituto Nielsen Sport em julho de 2013 a qual revela que em setembro de 2012 o apoio popular á copa era de 71% e em julho de 2013 caiu para 45%. A pesquisa revela também que o que a população contesta é o gasto com este megaevento<sup>1</sup>.

Observa-se, pois, que a despeito da intensa propaganda e dos interesses das grandes redes de comunicação com estes megaeventos, o sentimento popular começa mudar de direção. Por certo, o grande desafio da Universidade Pública, das instituições científicas, dos movimentos sociais, do movimento sindical e dos partidos que não abandonaram a luta de classe, é de ajudar a transformar este sentimento popular numa agenda de luta política.

Trata-se de resgatar o sentido formativo e dilatador das potencialidades humanas do esporte e do lazer e de combater, sem tréguas as manipulações ideológicas em proveito de grupos privados ou de governantes. Do mesmo modo combater a mercantilização dos esportes e o fetiche da performance a qualquer custo em nome do lucro ou da fama. O esforço de pesquisa e de análise empreendido nesta tese tem como seu objetivo maior este horizonte formativo.

---

<sup>1</sup> Pesquisa disponível em: < <http://www.odebate.com.br/cafe-pequeno/apoio-popular-a-copa-do-mundo-cai-de-71-para-45-19-08-2013.html> >. Acesso em 24/08/2013.

## 1 AS RELAÇÕES SOCIAIS E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO MUNDO EM QUE VIVEMOS

A necessidade de se ter novos olhares para o Esporte e o Lazer surgiu durante a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação Física na UFRJ<sup>2</sup>. Ao me propor a analisar os programas de Extensão Universitária em Educação Física das Universidades Públicas Federais do País me deparei com novas possibilidades de atuação dentro da área. Constatei o surpreendente grau de esportivização desses projetos, assim como observei a predominância do caráter assistencialista praticado pelas Instituições, em detrimento de atividades recreativas, autônomas e participativas. Refletir uma alternativa que contribuísse para a emancipação da sociedade e para a difusão das práticas desportivas me levou, conseqüentemente, a pensar propostas pautadas em concepções mais democráticas.

Partindo do recorte particular dessas instituições, a idéia de ampliar o foco de análises a respeito do tema para níveis mais gerais, certamente vai provocar interessantes reflexões que auxiliarão na apreciação das vivências da população no usufruto das atividades esportivas e recreativas ao longo da história brasileira. Na convicção de que é responsabilidade estatal a viabilização dessas oportunidades, este trabalho tem como objetivo investigar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, instituídas e implementadas pelo poder público federal em diferentes períodos históricos do Brasil. Para isso serão estudadas propostas oficiais de dois regimes de governos, sabidamente, de cunhos ideológicos distintos: a “Era Vargas” e o Governo Lula da Silva.

Esses dois momentos serão analisados porque eles revelam momentos férteis em contradições e confluências nas áreas sociais, além do que, se identificam nesses governos ações populistas e o forte apelo nacionalista. Prontamente, poderiam ser indicadas relevantes justificativas para a investigação proposta: a primeira, a própria história institucional do esporte no Brasil, que é instigante; outra seria a possibilidade de ajudar a esclarecer a confusão conceitual sobre esporte e lazer; e uma terceira justificativa seria a de fazer a reflexão sobre o suposto uso dessas atividades para sedução da sociedade o que, certamente, ajudaria na compreensão do uso que se fez, e ainda se faz das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil.

---

<sup>2</sup> ALMEIDA, P A C. *Estudo Crítico da Extensão Universitária em Educação Física nas Universidades Federais do País*. 1995. 100f. Dissertação de Mestrado em Educação Física, UFRJ, 1995

Considerando a tímida produção acadêmica na área, a investigação pretende ainda contribuir para as reflexões acerca dos movimentos do esporte e lazer dentro das esferas públicas promovendo uma avaliação epistemológica criteriosa que auxilie na desconstrução de alguns paradigmas estruturados convenientemente pelo poder e assimilada docilmente pela sociedade. A contextualização histórica da institucionalização do esporte e lazer no Brasil poderá trazer para a reflexão político-acadêmica o desnudamento de um processo de alienação imposta pelos governos ao longo da história do país.

A possibilidade de transformação de uma sociedade passa pela conscientização de seus indivíduos quanto aos problemas existentes e, principalmente, por um processo de politização dos agentes capazes e disponíveis para essa tarefa. Identificar as ações oficiais e efetuar uma análise crítica das políticas públicas de esporte e lazer, estabelecidas e desenvolvidas em nosso país, poderá contribuir para esse processo.

Outra significativa contribuição seria trazer à tona a compreensão da diferença conceitual entre esporte e lazer, a despeito de seu caminhar juntos. Situar o esporte, no amplo leque de atividades abrigadas dentro da dimensão conceitual do lazer poderá ser relevante para o meio acadêmico da educação física auxiliando na atuação do professor de educação física e em seu diálogo com a população.

### **1.1 Uma breve análise de conjuntura**

A conjuntura social de uma determinada população é, indiscutivelmente, resultado das políticas econômicas praticadas pelo seu governo. Uma boa qualidade de vida, a justiça social, a democratização das oportunidades e a inserção no mundo do trabalho – requisitos básicos para o convívio em sociedade – refletem a adoção de programas oficiais que promovam essa condição. Ao contrário, entretanto, uma sociedade será injusta socialmente e excludente quando o conjunto de políticas sociais favorecerem a estratificação das possibilidades dos indivíduos.

Infelizmente, temos assistido em níveis mundiais a naturalização desse segundo quadro que, embora agravado no início do século XXI, teve sua origem em meados do século passado e tem sido objeto de profundas análises de muitos autores das mais diversas áreas do conhecimento. Esses estudos revelam a polarização entre matrizes teóricas e,

fundamentalmente entre tonalidades políticas que buscam legitimar os princípios que fundamentam suas concepções. Predominantemente, têm protagonizado esse debate as correntes liberais e marxistas.

O pano de fundo dessa discussão é o liberalismo e a consequente universalização advinda desse processo, liderada pelo imperialismo mundial e imposta aos demais países pelas políticas econômicas dos organismos financeiros internacionais. Bourdieu e Wacquant (2004) sinalizam para as dissimulações para os conceitos impertinentes de expressões como *capitalismo, classe, exploração, dominação e desigualdade*. Os autores se referem a um eventual conformismo por parte da população do planeta que passou a adotar termos como “globalização, flexibilidade, empregabilidade, underclass, exclusão, nova economia, pós-modernismo, etnicidade, identidade, fragmentação e governabilidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 2004, p. 24).

É possível afirmar que essas palavras estão longe de serem desconexas e representam princípios que visam consolidar a nova tendência mundial de fornecer ao sistema o conforto necessário para cumprir os objetivos do projeto maior de dominação. A implantação de um projeto de sociedade fundamentado no acúmulo do capital tem sido eficiente e tem proporcionado resultados significativamente positivos para seus representantes, ainda que, de forma assimétrica, ocasione desastrosos efeitos para a maior parcela dos sujeitos deste planeta.

Lamentavelmente, se constata a aderência incondicional das nações para esses preceitos universalizados e enquanto as ricas satisfazem seus interesses, as ditas periféricas acreditam que seu desenvolvimento advirá dessa adesão. Essa onda neoliberal se espalhou pelo mundo a partir de ideários determinados principalmente pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, sólidos núcleos dessa política, e é responsável pelo grave quadro de desigualdade social perceptível em níveis mundiais.

Essa conjuntura se reflete em todos os índices de qualidade de vida que apontam por um lado, para a situação planetária de fome, exclusão, mortalidade precoce, condições subumanas de moradia e desemprego, e por outro para a submissão irrestrita ao mundo do trabalho respondendo à voracidade do capital. Para se contrapor a essa ordem mundial, pelo menos dois movimentos podem ser notados e muito embora sejam, momentaneamente, incapazes de reverter a situação estabelecida, são de extrema relevância porque indicam as possibilidades de resistência e evidenciam exemplos de subversão aos ditames hegemônicos.



Desde o final do século XX, vários intelectuais, predominantemente os de fundamentação marxista, têm feito a denúncia das atrocidades sociais praticadas pelo capitalismo mundial e têm conseguido apontar para outro modelo de sociedade, mais justo e igualitário, além de evidenciar as incoerências e expor as fissuras ocasionadas pela circunstancial crise do capital. A outra ação que merece ser mencionada é a recente mobilização das populações mundiais que, a despeito de ocorrer em eventos pontuais distribuídos geograficamente é movida pelo mesmo sentimento de indignação e de tentativas de enfrentamento a um inimigo comum, este sim, globalizado.

Uma tênue linha tem demarcado as naturezas da exploração do trabalho humano e da escravidão. Losurdo (2006) nos alerta para o caráter sedutor do liberalismo, cuja concepção se construiu em contraposição à escravatura. Suas idéias nos auxiliam a revelar a particularidade fascinante deste modelo, que nos faz crer na igualdade de oportunidades e incute em cada cidadão a responsabilidade pelos seus sucessos ou fracassos. O desafio está em “explicar ou remover o entrelaçamento surpreendente entre liberdade e opressão” (LOSURDO, 2006, p.46) presente nestas propostas de sociedade e entender como o liberalismo se torna contraditório aos seus preceitos e favorece o crescimento do poder absoluto do homem sobre o homem.

Essa contribuição referencia e nos instrumentaliza para uma avaliação da conjuntura mundial, avaliação esta que retrata a subordinação naturalizada a esses princípios excludentes - na melhor das hipóteses - e exterminadores de conquistas e direitos dos trabalhadores. Embora travestida, a histórica opressão das classes dominantes se apresenta com os mesmos resultados devastadores, mas desta feita, com traços mais toleráveis. Tolerância esta pode ser atribuída à admissibilidade de um eventual protagonismo no processo, o que acaba responsabilizando os próprios sujeitos pelos insucessos. Entretanto, nada muda a ferocidade do capital e o fortalecimento das classes dominantes com a consequente degradação dos trabalhadores do mundo.

Essa conjunção universal pode ser apreendida por meio de análises superficiais que evidenciam seus aspectos aparentes e corriqueiros, mas fundamentalmente são as investigações criteriosas que têm revelado a perversidade das estratégias utilizadas para a manutenção da estrutura capitalista. O acompanhamento de apontadores econômicos, das taxas financeiras, dos níveis de desemprego, de índices de exclusão social, de indicadores da fome mundial, do crescimento do trabalho infantil, da concentração populacional na linha da pobreza são iniciativas cotidianas que podem auxiliar na reflexão que se faz das condições de sobrevivência da população terrestre, entretanto, olhares mais atentos podem revelar que os

objetivos reais são os de consolidação do capitalismo, ainda que se propaguem teses de uma eventual crise.

Frigotto (2000) é um desses intelectuais e numa contextualização que faz das décadas finais do século XX identifica que:

O que existe, na verdade, é uma crise mais geral do processo civilizatório, materializada de um lado pelo colapso do socialismo real e, de outro, pelo esgotamento do mais longo e bem-sucedido período de acumulação capitalista. Há, pois, uma profunda crise no capitalismo hoje existente que apresenta contradições mais agudas (FRIGOTTO, 2000, p. 60).

As contradições a que se refere o autor se expressam sob várias formas e, embora se pressuponham espaços de disputa nesse processo, o que se vê é o revigoramento do capital e o recrudescimento das condições de vida da classe trabalhadora. A necessidade de se aumentar a força produtiva instiga o desenvolvimento tecnológico que solidifica a base técnica e, por mais ilógico que seja, “produz tempo de tensão, sofrimento, preocupação e flagelo do desemprego estrutural e subemprego” (FRIGOTTO, 2000, p. 60).

Esta contribuição explica não só a suposta crise, mas como o próprio capital sobrevive dela em detrimento das condições de vida dos sujeitos das diferentes sociedades do mundo. As pessoas se submetem a situações aviltantes para se sentirem incluídas nas esferas de cidadania sem se darem conta da ilusão que lhes é concedida e neste contexto se tornam figurantes no processo de reorganização do mundo do trabalho.

Antunes (2009) na introdução da obra de Istvan Mészáros – A Crise Estrutural do Capital – sinaliza a explosão do desemprego que atinge a massa trabalhadora mundial, mas chama a atenção para as ações contributivas do próprio trabalhador que legitimam a produtividade proposta pelo capital. Entre alguns exemplos que serão abordados mais à frente, o historiador menciona a auto-exploração, como um dos elementos a contribuir para a precarização da força de trabalho. Na realidade, esta situação vem ratificar a assertiva de que o capital se constitui numa poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle de metabolismo societal, à qual todos devem se adaptar (MÉSZÁROS, 2009).

A contradição fica por conta do fato de que a recriminação e a previsibilidade caminham juntas e articuladamente, num processo que não só vem legitimar, mas garantir o êxito do processo. A iminência da marginalização justifica o servilismo do trabalhador que busca garantir sua sobrevivência, ainda que isso revitalize o sistema capitalista. Não à-toa Losurdo (2006) se refere a Drescher para definir a expressão “trabalho livre como um

oximoro” (LOSURDO, 2006, p.81). Aliás, é esse caráter sedutor do liberalismo que o torna eficiente em seu desempenho na construção de uma sociedade produtiva.

Supostamente autônomos, os homens curtem a sua liberdade sem a percepção de que ainda são escravizados por um sistema que dissimula seus reais objetivos e explora sua força de trabalho. Provoca-se a sensação de pertencimento e não há a consciência do que Fontes (2005) chama de inclusão forçada. Tendo como balizador a necessidade premente da superprodução capitalista, a autora identifica na inclusão forçada o atributo da garantia da subsistência do trabalhador, mas, sobretudo da sobrevivência do sistema, ainda que isso acarrete a “mercantilização da vida social e, em grande medida, a mercantilização da força de trabalho” (FONTES, 2005, p.24).

Nesse contexto, os sujeitos se coisificam as relações sociais se tornam áridas e passam a serem atividades concorrenciais entre os homens ficando despercebidas a *mais-valia* e a incapacidade de usufruto do produto do próprio trabalho (FONTES, 2005). Inegavelmente se instala o regime do produtivismo onde o que importa é supremacia de uns sobre os outros. Estar na sociedade significa ser competente, inovador, empreendedor e acima de tudo, produzir, ainda que seja para ela capitalista.

Lamentavelmente, o Brasil tem acompanhado esse processo de globalização se situando no rol de países que se caracterizam pelo quadro descrito em parágrafos anteriores e por isso seus recentes governantes têm recebido inúmeras críticas, substancialmente do mundo acadêmico. Recuperando as contribuições de Antunes (2004) que destacam as últimas décadas de devastação social impostas ao nosso país pelos princípios liberais, é possível afirmar que as políticas aqui implementadas, estimulam aquela produtividade e a competitividade da lógica capitalista, contraditórias aos preceitos sociais.

Embora haja um propalado incremento tecnológico e uma ascensão da economia brasileira, não se constata uma efetiva distribuição de renda que permita à população qualidade social em seu modo de vida. As questões fundiárias, o agronegócio, o empreendedorismo, a formação profissional aligeirada etc. estão na pauta das discussões políticas do nosso povo e as iniciativas, previsivelmente, têm favorecido a estrutura capitalista.

Contraditoriamente aos índices oficiais que indicam esse desenvolvimento, cresce a população de rua, há aumentos consideráveis do desemprego e subempregos e se aprofunda o que Karam (1994) identifica como o abismo sócio-econômico entre os ricos e os pobres. A autora afirma que mais da metade da humanidade enfrenta o drama da fome, a falta de

moradia e do desamparo à saúde e à educação, e atribui ao capital a responsabilidade por isso. Esse diagnóstico, lamentavelmente, se aplica ao Brasil.

A história recente do país registra alternância de governos que se caracterizaram por regimes ditatoriais e democráticos que, embora tenham divergido nos métodos e no estabelecimento de relações com a sociedade, tiveram como objetivos comuns o desenvolvimento nacional. Esses movimentos se deram de forma conectada com os interesses internacionais em detrimento das necessidades sociais da população e superficiais avaliações denotam momentos de delírio político – como a propagação do Milagre Brasileiro, pela Ditadura Militar – e iniciativas de inserção em programas mercadológicos internacionais; sempre tendo como pano de fundo o capital.

Limoeiro (2005) recupera a análise elaborada por Florestan Fernandes que ao avaliar a política desenvolvimentista implementada a partir de 1972, aponta que “para entender o Brasil é necessário situá-lo no contexto histórico de relações que o determinam estrutural e dinamicamente” (LIMOEIRO, 2005, p.9). Essas reflexões permanecem atuais e, embora em contextos diferenciados, a lógica do colonialismo econômico continuou interferindo nos rumos políticos de nosso país.

Ambos os autores refletem sobre uma realidade que se apresenta de maneira inequívoca em nosso país e que tem aberto caminho para a consolidação do sistema financeiro internacional e priorizado as reservas para um superávit primário sem limites, ainda que essas iniciativas secundarizem as responsabilidades sociais. As diretrizes desse sistema, representado pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) balizam nossas políticas econômicas, assim como em todo o mundo, justificando as ações governamentais antagônicas aos interesses da classe trabalhadora.

É essa estrutura que tem definido os programas - que deveriam ser sociais - de saúde, de educação, de previdência, de segurança, de saneamento, de moradia, entre outros. Tem prevalecido a lógica do mercado e gradativamente a admissibilidade dessas ocorrências vai se tornando lugar comum e os movimentos sociais vão se tornando impotentes para acumular forças para o enfrentamento.

Frigotto (2000) também atribui ao capital esses caminhos tomados pelas áreas sociais. Essas reflexões, embora elaboradas numa análise específica da educação brasileira, alertam para a tendência do emprego das mesmas políticas nos diversos outros serviços públicos. Acrescenta o autor, que a exemplo do Brasil, quase toda a América Latina vive sob a égide do

que ele chama de confisco social regulado pelos “serviços da dívida externa e especulações monetárias”. (FRIGOTTO, 2000, p. 87)

Embora estes recortes sejam recentes, a história política de nosso país revela certa regularidade nessas definições de prioridades para a sociedade brasileira, que sempre privilegiaram os dominantes em prejuízo dos dominados. Essas caracterizações denotam a trajetória de uma sociedade de classes consolidada ao longo dos tempos, trajetória essa que, apesar dos conflitos, foi se consolidando pela competência da classe dominante, mas, sobretudo pela convivência estatal. A eficácia da implantação e fortalecimento dos princípios liberais vigentes nas sociedades atuais pode ser creditada ao Estado e é imprescindível que se faça uma caracterização do que representa essa burocracia, em níveis gerais e especificamente em nosso país. Essa deve ser a tarefa imediata.

## 1.2 O Estado capitalista: ideologia, dominação e alienação

Numa compreensão mais genérica e idealista, se espera que o aparelho estatal tenha como seu foco os sujeitos de uma sociedade e seu acesso aos serviços essenciais, ou seja, o Estado deve atuar em função dos indivíduos de uma população e objetivando sua efetiva inserção na coletividade. Pragmaticamente, é possível afirmar que a qualidade de vida de determinado povo é resultado das políticas desenvolvidas pelo Estado e avaliar essas ações e o comprometimento com as responsabilidades sociais nos levará, certamente, à sua caracterização ideológica.

Para a visão liberal a possibilidade concreta de organização do homem é o Estado, pois é a partir dele que se definem as regras de conduta como garantia da ética, dos valores e dos direitos dos cidadãos. Isso justificaria a submissão compulsória ao institucional e é em função desse suposto consenso que se legitima a atuação da burocracia estatal, ainda que nem sempre sejam atendidas as necessidades daquela comunidade.

Para apreensão do que representa e de como opera essa estrutura, recorreremos ao pensamento de Estado Ampliado. Coutinho (2003) resgata essa concepção de Gramsci para explicar e ratificar a sua concepção de Estado. Para ele, a unificação harmoniosa da sociedade política – conjunto dos mecanismos repressores das classes dominantes – com a sociedade civil – coletivo de organizações responsáveis pelas formulações e difusão das ideologias – é o

que favorece o reconhecimento do Estado, apesar do antagonismo de interesses entre as classes dominantes e os subordinados a elas.

A incorporação de todos os aparelhos hegemônicos visa a direção intelectual e moral por parte dos dirigentes que, ainda que implementem suas ações por meio da coação, da ideologia e da economia, o fazem legitimado pela condição de liderança que lhes é outorgada. A tese de que “o Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 2000, p. 41) vem qualificar as reflexões a respeito desta relação.

Outros conceitos de Gramsci indispensáveis para a compreensão de Estado são os de Cultura e do Direito. Os valores, costumes e atitudes difundidos em uma sociedade com a participação efetiva do Estado se fazem por meio do Direito, tendo como coadjuvantes a escola e outras instituições. Nos campos da Cultura e da Educação, também se observa a intervenção estatal na manutenção dos princípios delineados pelas elites. Essas ações só são possíveis, por conta da perspectiva política assumida pelo Estado, perspectiva esta que se expressa no que Gramsci chama de Grande e Pequena Política, duas designações para classificar a ação estatal. A opção pela postura política é que acaba subvertendo as funções sociais do aparelho estatal.

Entretanto, é preciso considerar que esse consenso se estabelece nas contradições da sociedade e o diálogo se institui a partir dos preceitos e interesses dos dirigentes, num processo de opressão e dominação, instrumentos eficazes para neutralizar qualquer possibilidade de polarização ideológica que possa ameaçar a ordem estabelecida. A dominação, pelas próprias concepções de Estado, está presente nas relações entre dirigentes e dirigidos, pois desde que se conceba a figura estatal ela pressupõe seus subordinados e, portanto, se dá a imposição ideológica.

O que diferiu ao longo da história foram os princípios infligidos em nome da manutenção da estabilidade da burocracia estatal e, em tempos de globalização é previsível que os preceitos liberais sejam os atuais balizadores das políticas contemporâneas. Tendo como argumento a modernidade, o Estado foi adquirindo ao longo dos tempos a feição do capitalismo, ou seja, cada vez mais minimizando seus compromissos sociais públicos e assumindo parcerias comprometidas com o capital financeiro.

Esta dependência se consolida no mundo contemporâneo e toda análise que se faça dessa parceria leva à constatação da irreversibilidade do processo e do grau de comprometimento estatal com o mercado. Para Holloway (2003), o Estado se tornou um dos

*nós* de uma rede de relações sociais que não tem mais como agir autonomamente e, sendo esta rede comprometida com os interesses capitalistas, a consequência natural é desenvolver ações dentro desta perspectiva, caso contrário terá como resultado uma crise econômica.

Essa conjuntura caracterizada pela lógica da Parceria Pública Privada, gradativamente foi proporcionando ao Estado condições de minimizar seus encargos sociais que, num velado ajuste com os setores privados da sociedade, foi se retraindo e dando os espaços para que serviços essenciais se tornassem mercadorias de alta lucratividade. Assim ocorreu com a educação, saúde, saneamento, segurança e, recentemente a previdência. Essa tendência vem ao encontro das observações feitas por Antunes, na Introdução da obra de Mészáros (2009), de que os países em crise descobriram o estatismo privatizado como receituário para eliminar o clima de desconfiança.

Na mesma linha de raciocínio, Frigotto (2000) chama a atenção para o fato de que a intervenção estatal em contraposição às leis de mercado como estratégia para contenção de eventuais tensões do capitalismo gera altos custos sociais. O autor se referencia em Francisco de Oliveira, para quem, o trabalhador “luta para manter-se ou para tornar-se mercadoria” (FRIGOTTO, 2000, p. 61). Esta submissão inevitável e a flexibilização das leis trabalhistas também são lembrados por Antunes, como os artifícios para a manutenção de empregos.

Fato curioso é que, ainda segundo Frigotto (2000), as correntes neoliberais atribuem às iniciativas de proteção aos trabalhadores – direitos sociais, estabilidade de emprego, ganhos de produtividade – a responsabilidade pela crise e ignoram que esta “é elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista” (FRIGOTTO, p. 62). Independente destas contradições, o fato é que as ações combinadas vão ao sentido de fortalecer o mercado e limitar ou mesmo, eliminar a face pública da máquina estatal causando trágicas consequências para a sociedade, cujos indivíduos procuram soluções individuais para o acesso aos serviços que se apresentam no balcão de negócios.

Bens necessários para a sobrevivência em sociedade, esses produtos são oferecidos ao sabor do mercado submetendo os usuários as oscilações e inseguranças intrínsecas ao sistema. Na visão de Antunes (2000) o trabalho seria outro elemento a constituir, juntamente com Estado e o capital, o mais sólido núcleo dessa política, um tripé de sustentação, cuja lógica estruturante o torna indestrutível.

Todos os estudos e análises reflexivas elaboradas sobre a atuação dos aparelhos estatais levam à ratificação da perda de autonomia e de seu servilismo *ao mundo dos negócios*. A mercantilização determina, predominantemente, as políticas oficiais reduzindo a

negócios o que deveriam ser benefícios sociais, condicionando os serviços à geração de lucros. Isso se expressa, por exemplo, na terceirização do próprio serviço público, na privatização interna nas instituições oficiais de ensino, na multiplicação das fundações ditas de apoio, na proliferação das cooperativas nos hospitais, enfim na precarização do caráter público dos serviços para que se justifiquem os investimentos da iniciativa privada.

Essa situação é ocasionada pela opção deliberada das classes dirigentes de adesão aos princípios liberais, pois ao submeter a burocracia estatal à lógica do mercado elas formalizam a intenção de atender os próprios interesses tornando o institucional instrumento de captação e acúmulo de dinheiro. Isso relega o Estado à condição de um escritório com finalidades econômicas, tão e somente. Essa redução das alternativas políticas assim como a ausência da participação popular nas decisões da sociedade – em decorrência do processo – é apontada por Fontes (2005) como resultado da perda de controle do Estado e da fragilização imposta pela financeirização.

Entretanto, na compreensão de Poulantzas (1981) o Estado se situa no campo das lutas políticas e assume a tarefa de “domínio da circulação de capital e das trocas mercantis” (POULANTZAS, 1981, p. 56). Em sua concepção, ele se junta aos autores que identificam a aproximação do aparelho estatal com o mercado e o trabalho, interpretando que esse procedimento impede a emancipação do trabalhador, estatiza a produção e impõe a ditadura sobre o proletariado, com as feições do estatismo autoritário. O autor também entende que essa política promove a individualização.

Para ele, algumas atuais iniciativas da parceira do público com o privado vêm constatar que este último deixou de ser obstáculo e passou a ser cúmplice nas ações para ou contra a sociedade. O Estado, em função disso, não tem autonomia em relação à classe dominante e passa a agir conforme os interesses do mercado deixando de tomar decisões que atendam as necessidades da classe trabalhadora. Essa omissão é deliberadamente uma decisão política.

Essa é a conjuntura que interessa, ou mais que isso, é provocada pela classe dirigente, já que ela passa a ser junto com o Estado o bloco dominante da sociedade e adquire prerrogativas na definição das políticas sociais. Ainda, segundo Poulantzas, um bloco *progressista* ou de *esquerda* assumir o poder não significa controle da Instituição com propostas transformadoras e nem representa ruptura com as idéias conservadoras e mantenedoras da dominação a partir do momento em que se consolidou como classe política.



Diante dessas reflexões, a indagação que se faz é: que instituição é essa, cheia de peculiaridades e contradições; que hora se faz forte, ora se apresenta vulnerável; tem a potencialidade do domínio e se deixa dominar, tem lampejos intervencionistas e muitas vezes se omite e podendo emancipar a sociedade opta pelo assistencialismo? Para responder a esses questionamentos é oportuno recorrer a Coutinho (2003) que resgata a concepção gramsciana e nos auxilia a compreender sob a ótica marxista as especificidades desse organismo tão controverso.

A fundamentação básica utilizada pelo autor é o já referido conceito de sociedade civil de Gramsci, que articula politicamente a tese de que a base econômica interfere nas superestruturas com as pressuposições do materialismo histórico que entendem que a “produção e reprodução da vida material implicam na produção e reprodução das relações sociais globais...” (COUTINHO, 2003, p. 123).

Gramsci se aprofunda nessa análise e conclui que o Estado só existe porque há a divisão da sociedade em classes e que a função precípua do Estado é a de preservar esta situação o que justificaria a existência dos aparelhos repressivos. Emergeria aí o conceito de supremacia e domínio, direção intelectual e moral. Com essa concepção seria compreensível os movimentos em busca da unificação de hegemonia e dominação, do consenso e coerção e da direção e ditadura.

Enquanto para Lenin a extinção do Estado dependeria da extinção das classes e da difusão do saber entre a sociedade, para Gramsci a crença naturalizada da existência de um estado separado da população se dá pelo processo da alienação, o que pressupõe que há o espaço para a luta política. Seja para impor um modelo econômico ou para consolidar a supremacia, são valores ideológicos que estão em disputa e o embate desigual que se trava no âmbito da sociedade se materializa devido a utilização de instrumentos apropriados para a domesticação da classe trabalhadora.

### **1.3 A dominação como instrumento político**

Contextualizado o Estado, outra tarefa necessária para acompanhar o fio condutor destas reflexões é a de entender como se consolida sua ascendência sobre a sociedade. A construção elaborada até aqui revela um suposto processo de dominação que, implementado

pela classe dirigente sobre o restante da população permite a imposição de valores que atendem os seus interesses, numa ação de suma eficiência e reconhecidamente política.

O que se constata é a docilidade dos sujeitos à burocracia estatal que, em nome da manutenção da ordem, se submetem às leis e convenções de forma incondicional legitimando o aparato legal que representa e protege com mais intensidade os detentores do poder. O contexto que acaba se estabelecendo é uma harmoniosa prescrição de procedimentos fundamentais que mantêm a estabilidade social e inibem manifestações pretensamente ameaçadoras.

Essa conformação é identificada por O'Donnell (1981), no que ele chama de “controle ideológico, mediante o qual o dominado assume como justa e natural a relação assimétrica de que é parte e, portanto não a entende e nem questiona como dominação.” (O'DONNELL, 1981, p. 73). Estamos começando a falar de dominação, este instrumento que embora o termo pressuponha opressão ou violência, tem a sua forma branda de atuar e, nem por isso menos competente.

Embora historicamente se tenha inúmeros exemplos de incursões agressivas, de guerras e embates armados objetivando a dominação, está se referindo a um silencioso, porém não menos devastador método de coerção dos dirigentes sobre a classe trabalhadora. O domínio pretendido pelas classes dominantes tem sido plenamente alcançado sem resistências legitimando os ideais capitalistas, que coerentemente, são os pressupostos do Estado, como foi visto no tópico anterior.

Essa ocorrência é universalizada e se compatibiliza com a lógica que vem sendo implementada pela política econômica de globalização. O processo é tão eficientemente construído que a subordinação mundial se dá espontaneamente e de forma naturalizada e quando há resistências, esses movimentos são criminalizados pela própria sociedade. A conjuntura tem sido confortável para as classes dirigentes por conta de uma dominação admitida.

Essa é uma peculiaridade do processo que possibilita a imposição da vontade do dominante sobre o dominado sem necessariamente ser contra a resistência deste. Inegavelmente, o Estado tem atuado assim com competência e eficácia e, ironicamente, tem a capacidade de permanecer invisível e ser chamado para decidir conflitos ocasionados pela estrutura capitalista, a qual ele representa. O aparelho estatal assume, nestas relações com a sociedade, ainda que seja coercitiva, a função de “mediação articuladora de sujeitos sociais” (O'DONNELL, p. 78).

Essa feição é fundamental e se explica, pois uma das funções da dominação é exatamente esta, a de inspirar a confiança para que se obtenha a expansão da base social para a sustentação política do dominador. Não havendo utilização da força, e essa é uma alternativa da dominação, é imprescindível que haja a colaboração do subordinado para que os objetivos do dominante sejam alcançados, ainda que isso ocorra independente de seu desejo. O que resta a ele é a recompensa residual do processo. (LOPÉZ, 2001)

O que se observa no mundo contemporâneo é uma absurda admissibilidade da realidade social que se instaura em todo o planeta. A subordinação à lógica produtivista provoca o clima de competitividade entre os indivíduos e a crença que a transformação depende de cada um, em seu cotidiano de trabalhador, molda a sociedade nos padrões definidos pela classe dos dirigentes. As possibilidades de inserção ou a manutenção nos estratos privilegiados vai depender das performances individuais, assim como os fracassos serão em decorrência dos próprios trabalhadores.

As regras de convivência expressas nessa conjuntura acima se formalizam por conta da ação conivente dos dominados que reconhecem a legitimidade delas e acreditam que a melhoria da qualidade de vida está condicionada ao esforço e dedicação de cada um. Ainda que essa inclusão não ocorra em toda a sociedade, as suas possibilidades de ascensão ou mera sobrevivência bastam. Obviamente, o suposto consenso a esses princípios é fruto de um processo de dominação.

Segundo O'Donnell (1981) o ideal para o capitalismo é que o trabalhador seja despojado dos meios de produção, mas que isso seja feito sem o uso da coerção. Isto justifica que a indispensável vinculação social entre o dirigente e o trabalhador se consolide via dominação. Registre-se que, como foi caracterizado anteriormente, o Estado sendo capitalista tem seus maiores compromissos com o mercado, ainda que tenha a função de manter a estabilidade.

De maneira genérica fica evidente, não só a utilização, mas também a eficácia do instrumento dominação nas relações sociais entre a classe dirigente e seus subalternos. É imperioso que se destaque que o domínio resultante desse processo tem, em princípio, duas finalidades que se sobrepõem, mas que podem ser observadas de formas distintas. Uma delas é a da manutenção do poder e do status de dirigentes representantes de grupos políticos da sociedade e a outra, que caracteriza o cenário universal, a manutenção da ordem capitalista e o acúmulo financeiro. A sociedade se torna refém em ambos os projetos.

Seja para se conservar como dirigente, ou para contribuir para a política capitalista globalizada, vários são os instrumentos de dominação utilizados eficientemente pela classe dirigente. Além das políticas sociais implementadas, os triviais meios são a Escola, a Igreja e os organismos de informação, identificados por Althusser como aparelhos ideológicos que agem em consonância com o Estado. Considerando que está fora de questão o emprego da força ostensiva, mas sendo imprescindível a dominação, estrategicamente tem sido utilizada uma poderosa arma, silenciosa, invisível, mas também coativa no ato de oprimir: a alienação.

O significado de alienação transcende a interpretação rasa e a conotação pejorativa que lhe é dada pelo senso comum e, para compreender a dimensão de seu conceito é preciso uma revisão criteriosa das teorias que se dispõem a decifrá-la. Nesse sentido, é oportuno o diálogo com alguns autores que contemplaram o tema em seus estudos e é isso que se pretende nas próximas linhas.

#### **1.4 A função da alienação na construção ideológica**

Eficaz instrumento para a consolidação da ascendência de uma pessoa ou classe social sobre a outra é o processo de alienação. Entretanto, não se pode considerar esse fenômeno de forma reduzida em sua definição literal e para não correr o risco de conclusões superficiais ou despolitizadas é necessário que se busque a compreensão do termo em toda sua dimensão. Um estudo apurado desse conceito vai revelar uma complexidade que é ofuscada nas análises superficiais e que somente é desvendada a partir de observações mais criteriosas e do cotejamento político.

Para iniciar este exercício, e de forma simplificada para facilitar a construção de um pensamento sobre o tema, se retorna às duas visões de sociedade que têm protagonizado o debate contemporâneo e que contextualizam, cada uma sob sua ótica, a conjuntura em que vivemos. Do ponto de vista liberal há uma satisfação com os rumos políticos e econômicos delineados e percorridos pelo conjunto da sociedade, tese que tem sido confrontada veementemente pelo pensamento marxista, para o qual, o que há é um conformismo dos atores sociais. Este acomodamento seria provocado pelos princípios políticos dos dirigentes e pelo anestesiamento coletivo que neutraliza as reflexões críticas e inibe eventuais reações contrárias.

Isso se dá, segundo essa teoria, pelo fato de que há um processo de alienação instaurado, cuja solidez permite o diálogo cordial entre opressores e oprimidos, a despeito da subjugação destes últimos. Mas então, o que é alienação? A resposta pragmática a essa pergunta objetiva é dada também de forma simplificada por Lefevbre (2009), para quem a alienação seria o fato de o homem, por conta do desejo e da paixão deixa de ser ele mesmo e se prende *ao outro* passando a depender desse outro, ou seja, se aliena.

Esse fenômeno tem sido objeto de estudo de algumas áreas do conhecimento e muitos são os pesquisadores que o contemplam em suas reflexões e formulam definições ou conceitos que possam explicá-los. Mathis (2009) é uma dessas autoras e, fundamentada no materialismo, caracteriza a alienação como o entorpecimento dos sentidos e indica que alienados, os homens ficam limitados pelo sentido do *ter* em detrimento do *ser*. A autora resgata Mézszáros ao sinalizar que a alienação se desenvolve quando os agentes sociais não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua própria ação ou intervenção. Embora esse aporte seja feito, em primeiro momento, em função das relações de propriedade não podemos centralizar nelas sem fazermos a conexão com o conjunto de relações inter-classes, intersubjetivas e inter-humanas, nas quais os indivíduos produzem seus meios de subsistência e se reproduzem por meio das manifestações científicas, filosóficas artísticas e religiosas.

Considerando a lógica que fundamenta essas contribuições, e tendo acordo com ela, é fundamental que se qualifique em que condições esse distanciamento se dá e quais são os fatores que levam os indivíduos a contraporem suas próprias essências. As avaliações que se propõem a dar respostas a este questionamento não são consensuais e se explicitam concepções distintas a respeito do tema. Conhecer-las certamente vai auxiliar nas reflexões e subsidiar as atualizações das análises de conjuntura.

São duas as principais matrizes teóricas que deram tratamento especial para o assunto e são consideradas referenciais para o estudo do fenômeno, a visão hegeliana e o pensamento marxista. As duas compreensões de alienação são registradas por Waichman (1997) que, de forma didática apresenta as idéias de Hegel com sua visão idealista definindo a alienação como algo subjetivo e cuja subjetividade é fruto da autoconsciência calcada em valores metafísicos, religiosos e morais e que sendo inerente ao indivíduo, não decorre das relações entre os homens. Essa concepção atribui ao próprio homem sua condição de alienado

A outra concepção recuperada pelo mesmo autor é a fundamentada no pensamento de Marx, que desloca o campo de estudo dos problemas para o âmbito da economia e entende

que o que aliena o indivíduo é o mundo do trabalho, historicamente consolidado. Contribui para esse pensamento o registro de Mathis (2009), que acredita que estando alienado, o homem assim se apresenta exclusivamente em consequência de certos fatos políticos e a partir de acontecimentos históricos.

Esse conceito, já enraizado pelos autores marxistas é o que tem subsidiado os estudos da sociedade contemporânea e do processo histórico que determinou as atuais conjunturas adversas para a classe trabalhadora de todo o mundo. Não se tem dúvidas da importância da alienação para a legitimação do capitalismo e não é por outro motivo que se tornou uma das categorias eleitas por Marx no seu método de análise, o Materialismo Histórico.

Mészáros (2004), ao focalizar em seu trabalho a alienação, alerta para o fato de que a sociedade capitalista, pelas suas potencialidades de estímulo à produtividade e à competitividade, inviabiliza que o homem seja *indivíduo social* e o leva a ser *indivíduo isolado*. Talvez facilite a compreensão, recuperando a projeção que faz o autor do que seria o homem não alienado. Para ele entre os atributos que o caracterizam está o fato de que o homem é um ser natural e por isso tem necessidades naturais para sua satisfação, e é isso que ele deve buscar. Nesse caso, a relação entre o homem e a natureza passa a fazer parte, potencialmente das relações humanas proporcionando que estabeleçam suas próprias condições de vida para contemplar o mundo que ele próprio cria.

Essas reflexões convergem para as contribuições de Lefebvre (2009) que sinalizam a perda de si mesmo como a principal identificação do sujeito alienado e ratificam a teoria que essa alienação não é teórica, como defende Hegel, mas sim prática com fundamentos de ordem política, econômica e social. É inegável que as relações trabalhistas, sob a égide do liberalismo, e do mundo dos negócios são determinantes para a manutenção deste estado de coisas, ou seja, o trabalho aliena e a vida social se torna refém dessas relações e se transformando em vida *enganada* pela dominação.

O modo incondicional com que as pessoas se submetem a essa tirania do trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para o acúmulo de dinheiro para as classes dominantes, faz com que essas mesmas pessoas se mantenham distantes e alheias das discussões políticas. Aliás, essa é outra propriedade da alienação, a de fomentar o apoliticismo e a legitimação do distanciamento político dos dominados, pois o estímulo ao apoliticismo impede as camadas excluídas de exercerem suas possibilidades de intervenção na sociedade.

Na compreensão de Konder (2009) a ilusão do apoliticismo leva à alienação. Imaginar ser apolítico e exaltar essa condição leva o homem a se tornar, ironicamente, um forte agente

político e colaborar com a manutenção da estrutura sócio-econômica que interessa aos governantes e seus parceiros sem que tenha consciência de sua cumplicidade na consolidação do modelo. Essa também é uma face da alienação e que ratifica a atuação da classe dirigente nos processos alienantes.

Independente da natureza dessas concepções, o fato é que elas auxiliam na compreensão de que a condição de homem alienado acentua sua vulnerabilidade para a manutenção de seu status de dominado o que, conseqüentemente favorece a sustentação das políticas governamentais. Sim, é isso que se deve contextualizar no conjunto de reflexões e análises a respeito dos instrumentos e agentes alienantes, pois se observamos anteriormente a atuação estatal em parceria e a serviço do capital é normal que se conclua pela sua responsabilidade na alienação da sociedade.

Reforça esse raciocínio, mais uma significativa contribuição de Lefebvre (2009) que ao focalizar a alienação dentro do marxismo e entendendo o Estado como forma de organização da sociedade, atribui a ele, entre outros atos de opressão, a gênese do modelo político cruel e excludente que tem sido imposto globalizadamente.

Considerando, como afirma Konder (2009), que o Estado surge como aparelho para proteger muito mais a classe dos proprietários é justificável que se mantenha os não proprietários distantes das possibilidades de se tornarem dirigentes, pois a consciência política e social da massa trabalhadora pode por em perigo os mecanismos que mantém o projeto econômico. O autor faz ainda uma reflexão instigante sobre a alienação, ao inferir que o processo atinge tanto a classe dirigente quanto a dos trabalhadores, embora de forma peculiar: enquanto os segundos são oprimidos pela alienação, os primeiros não se incomodam de igualmente serem alienados.

### **1.5 A ideologia como pano de fundo**

Nos temas abordados anteriormente foram destacados elementos determinantes para uma avaliação de conjuntura que possibilite o entendimento da sociedade em que vivemos e aponte as mazelas sociais que premem as condições de vida da população e favorecem o domínio de uma classe sobre outra. O Estado, o processo de dominação e a condição de

alienação são decisivos para este estado de coisas, mas o fazem amalgamados pela ação fundamental de outro componente no processo: a ideologia.

Ideologia também é um termo que precisa ser compreendido em toda sua plenitude, pois seu conceito circula no senso comum eivado de ambiguidades o que o leva a uma concepção restrita ou equivocada. A busca da palavra no dicionário vai possibilitar encontrarmos a seguinte definição: “ciência da formação das idéias” ou simplesmente “sistema de idéias”<sup>3</sup>. Essa seria a interpretação neutra da expressão, o que pode inibir o entendimento que se deve ter da sua complexidade conceitual.

Um enfoque preliminar e que pode ajudar na compreensão da automática politização da palavra *ideologia* é o de resgatarmos a polarização entre distintas perspectivas de se explicar seus significados. Há visões que entendem ideologia como algo subjetivo que assim como a alienação, é inerente ao indivíduo e cuja natureza propiciaria a manifestação desse valor; também há compreensões que definem a ideologia como alguma coisa já dada que expressa uma situação estática a partir de concepções e interesses consolidados, e há outra possibilidade de se pensar a ideologia como um fenômeno dialético que se manifesta e se reflete no conjunto das relações sociais.

Miotello (2008) resgata no Círculo de Bakhtin<sup>4</sup> o mergulho nessa dubiedade. Seus membros procuram qualificar as idéias marxistas de que a ideologia é “a falsa consciência, vista como disfarce e ocultamento da realidade social, escurecimento e não percepção da existência de contradições e da existência de classe sociais, promovidas pelas forças dominantes” (MIOTELLO, 2008, p. 168); com a compreensão que as relações do cotidiano, os “encontros casuais e fortuitos” também são construtores de uma ideologia (MIOTELLO, 2008 p. 169).

Esses estudos consideram a compreensão de Marx e Engels de que a divisão social do trabalho – o intelectual e o manual – foi fundamental para o surgimento da ideologia, mas ponderam a influência da trivialidade do dia a dia na consolidação ideológica e, nessa linha formulam a seguinte definição: “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras ou outras formas sígnicas” (MIOTELLO, 2008p. 169)

Na efervescência resultante da emulsão de concepções sobre a palavra, fica evidente que aquela definição de dicionário está longe de atingir a dimensão dos significados de ideologia e que a politização do tema se torna inevitável, independente da matriz teórica que

---

<sup>3</sup> Definição de *ideologia* no Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque do Hollanda. Ed.1993

<sup>4</sup> Grupo de estudos marxistas liderado por Mikhail Bakhtin, filósofo russo (1895-1975).



se utilize. O lógico, então, é enveredar pelas trilhas críticas e entender a adoção da palavra e suas adjetivações como tomada de posições que identifiquem fundamentações políticas, sejam elas individuais ou coletivas. Nesse sentido, a própria definição reduzida e neutra de *ideologia* do dicionário é ideológica.

A neutralidade, aliás, é uma das marcas mais significativas da ideologia. A pretensa isenção e o alheamento das discussões políticas refletem a omissão necessária para a manutenção da ordem e das relações desiguais de poder e embora sejam resultados de iniciativas orquestradas pelos dominantes são favorecidos pelas ações personalizadas do *permanecer apolítico*. Um dos traços mais fortes da ideologia, o apoliticismo favorece a assimilação do ideário dominador e torna a sociedade refém de um suposto consenso obtido pelo consentimento e ignorância das diferenças de objetivos entre dominantes e dominados, “uma das formas mais perversas de exercício do poder, que é a ideologia”. (ARANHA, 1993, p. 30)

A autora dá relevante contribuição para as reflexões sobre o tema e o aborda pormenorizando alguns sentidos e concepções a respeito e indicando de forma didática algumas das funções dos processos ideológicos. A ideologia, segundo ela, pode receber o tratamento pejorativo que desqualifica sua interpretação, pois a entende como “conjunto de idéias e concepções sem fundamento, mera análise ou discussão oca de idéias abstratas que não correspondem a fatos reais” (ARANHA, 1993, p. 30); mas também pode receber o tratamento marxista que a compreende como instrumento de construção de idéias que precisam ser consolidadas para justificar as ações decorrentes da economia e que movem a sociedade. É nessa perspectiva que as funções da ideologia devem ser identificadas e estudadas.

A cegueira política dos indivíduos é, ao mesmo tempo, veículo e objeto da ideologia na medida em que faz com que os homens, não percebendo a realidade conjuntural em que vivem, se submetam aos princípios dominantes, naturalizem a opressão e reproduzam os atos que os oprimem, ou seja, os próprios indivíduos ideologizam suas ações sem se perceberem agentes do processo. Da mesma forma, a ideologia, faz com que se aceite sem reservas ou contestações, as tarefas árduas e situações penosas impostas em nome da ordem ou da “vontade de Deus” (ARANHA, 1993, p. 32). Ainda, segundo a autora, é produto da ideologia a crença dos dirigentes que sua função é exercer a liderança e a dominação sobre os trabalhadores, naturalizando a situação de ascendência de uma classe sobre a outra.

A invisibilidade da ideologia é que a torna eficiente em sua função social, pois da mesma forma que age dissimuladamente, ela inviabiliza qualquer tentativa de combatê-la. Sentir-se livre da doutrinação ou dominação, ter capacidade de compreensão e crítica e definir seus próprios juízos significa a emancipação e é essa autonomia que é inibida pelas ações ideológicas com que se convive no cotidiano da sociedade. Existe a ideologia da escola, a ideologia religiosa, a ideologia do partido político; todas elas indicando seus valores e as diretrizes que devem ser seguidas por seus *filiados* e procurando naturalizar situações que são produtos da ação humana, e que acentuam a divisão social dos homens. (Aranha, 1993)

Embora sejam triviais essas situações não se pode subestimá-las ou entendê-las como inofensivas, muito pelo contrário, é preciso encará-las como desafios a serem vencidos, pois a ideologia se dá de forma fundamentada e “materialmente ancorada e sustentada”, segundo Mészáros. (2004, p. 65) A reflexão que se pode fazer é que as iniciativas de cunho ideológico são eficazes, primeiramente porque são calcadas em tonalidades bem definidas e, numa segunda perspectiva, por se apresentarem brandas e dissimuladas.

As iniciativas aparentemente ingênuas, na maioria das vezes dos atos institucionais, trazem em seu bojo a intencionalidade teórica ou política que se pretende implementar para aquela sociedade, quase que rotineiramente, referentes à políticas econômicas e sociais. O cunho ideológico estrategicamente trabalhado permite o diálogo favorável entre as pontas do sistema e dominadores e dominados caminham juntos a despeito dos interesses antagônicos.

A adesão da massa foi tratada por Mészáros (2004), que recorre a Gramsci para tratar o fenômeno. O pensador italiano identifica na capacidade criativa dos grupos superiores, que submetem os grupos subordinados intelectualmente aos limites do conhecimento, da crítica e conseqüentemente da liberdade política, as causas da eficiência da imposição velada com que impõe seus valores. Essa criatividade associada ao senso comum, componente também tratado pelo autor, permite a oportuna espontaneidade que viabiliza a aceitação e a massificação dos princípios pretendidos pela classe dirigente.

Citados anteriormente, a Escola, a Religião, o Partido Político e, até mesmo, o Estado são fortes instrumentos ideológicos, mas têm a sua função facilitada por outro aparelho que cumpre fiel e eficientemente esse papel: os meios de comunicação. Foi dito que ações criativas favorecem as influências ideológicas e o exemplo da propaganda é um dos que mais caracterizam o que se pretende focalizar neste aspecto. Mattelar (2001) faz referência e ela afirma que se trata de um eficiente aparelho de “suscitar a adesão das massas; além disso, é mais econômica que a violência, a corrupção e outras técnicas...” (MATTELLAR, 2001, p. 37)

O conjunto de contribuições e reflexões a respeito da Ideologia fundamenta a tese de que há um entorpecimento social provocado pela sistematização orquestrada pela classe dirigente, que assim procede com a intenção de manter a ordem estabelecida e implantar a lógica que mais atende seus interesses, sejam eles políticos ou econômicos. Foram referenciados até agora alguns dos mais importantes e eficazes elementos que favorecem a imposição de preceitos conservadores e inibidores da emancipação dos sujeitos, entre eles o Estado.

Como foi visto essa instituição, protagonista no processo, cumpre papel fundamental e embora seja apenas parte da classe dirigente, é a serviço dela que dialoga com a sociedade. Esse diálogo e a implantação daqueles princípios se dão, a partir de sua liderança e considerando elementos ideológicos como dominação e alienação por meio de iniciativas de oferecimento de serviços sociais, estrategicamente chamados de Políticas Públicas. Essas ações são passíveis de estudos e aprofundamentos e é nossa pretensão fazê-lo nas linhas subsequentes.

## **1.6 Estado e políticas públicas: delineando os contornos políticos**

Não se devem ter dúvidas que uma conjuntura social e a qualidade de vida de uma população são resultados das políticas públicas implantadas pelos seus governos. Apesar da escassa bibliografia sobre o assunto, relevantes estudos pontuam algumas das características que identificam essas iniciativas e expõem algumas reflexões epistemológicas dessas práticas. Analisar as políticas públicas sob o viés crítico contribui para uma avaliação mais criteriosa da definição e usufruto dos programas embutidos nessas políticas.

Um enfoque inicial sobre elas poderia identificar e qualificar o nível de preocupação estatal com a sociedade, o que certamente se reflete na definição e no oferecimento dos programas oficiais sob o rótulo de políticas públicas, ou sociais, como algumas vezes são nomeadas. Surge então o primeiro questionamento: essas políticas são *públicas* ou *de governo*? Muito embora pretensamente objetivem atingir os indivíduos, há avaliações que sinalizam que o que se planeja são o ajustamento e o atrelamento da população aos grupos do poder.

O que se percebe são ações verticalizadas travestidas de iniciativas sociais e inclusivas, de cunhos assistencialistas, compensatórios e focalizadores. Essas características, longe de promoverem a emancipação e a autonomia dos sujeitos os fazem dependentes e gratificados pelas iniciativas governamentais, uma vez envolvidos na estratégia arquitetada pela lógica ideologizada que já foi aqui contextualizada. Considerando a função estatal de fortalecimento e acúmulo do capital, percebe-se a eficiência do seu pacto com a iniciativa privada na sua retração em áreas sociais fundamentais para a qualidade de vida de uma sociedade.

Esse artifício tem o respaldo da própria população que naturaliza o descompromisso do Estado, se convence da escassez de recursos públicos, admite a parceria público-privada – um dos esteios do neoliberalismo – e legitima a busca pelos serviços no mercado numa atitude docilizada e conivente com seus opressores. É o processo ideológico interferindo na implantação das políticas públicas.

Frey (1997) promove o debate sobre análises das políticas públicas, contribui para eventuais diagnósticos que se possam traçar a respeito e destaca a conveniência de se contextualizar a fragilidade do aparelho estatal dentro do processo de dominação capitalista e nesse sentido é previsível a interferência de grupos detentores de outros interesses. Essa contribuição vem corroborar a lógica de submissão institucional aos princípios mercantis e do estado mínimo, e conseqüentemente da abdução de seus compromissos sociais.

Esta avaliação evidencia uma das faces das políticas públicas, mas não se deve desconsiderar seu objetivo mais banal, o da aquisição de confiança política e o fortalecimento do poder público perante a sociedade, até para poder implantar seu projeto maior de imposição dos valores hegemônicos. Nessa perspectiva é que, impregnadas de princípios ideológicos, as iniciativas se tornam palatáveis ainda que seus saldos indiquem dependência às instituições estatais e desvio de sua função social de proporcionar qualidade de vida ao povo.

A delimitação dos usuários das políticas públicas é outra vertente que merece ser destacada no estudo ora proposto. Há uma compreensão generalizada, de senso comum, e que consolida uma visão equivocada dos destinatários das políticas públicas, a de que essas ações devam ser voltadas para as classes mais desfavorecidas economicamente. Essa concepção estratifica as iniciativas sociais oficiais e autentica a idéia de que as políticas públicas devem ser *populares*, na acepção mais pejorativa do termo o que exclui de sua abrangência grande parcela da classe trabalhadora. O que se deve defender é a universalidade das ações sociais.

A ambiguidade proporcionada por essa visão distorcida acaba ratificando e, o que é pior, justificando o assistencialismo com que o poder público age na relação que deveria ser dialógica com seus dependentes, mas se torna centralizada. Mascarenhas (2007) identifica nessas relações a mão paternalista governamental, cuja feição se assemelha às iniciativas compensatórias da política do *bem estar social* tão eficiente no período pós-crise de 1929.

Não há como desvincular a projeção de modelos de políticas públicas defensáveis do ponto de vista social, sem fazer um diagnóstico do que se vê proliferado nessa área de atuação. Essa análise nos leva a constatar que a preocupação maior, o que está subjacente, é a fixação e o fortalecimento da imagem do Estado perante a sociedade. Há evidências que comprovam a eficácia dessas estratégias, uma vez que há níveis significativos de aceitação popular dos programas sociais inseridos nas propostas oficiais de políticas públicas.

Essa constatação leva a outros níveis de questionamento, como o que faz Frey (1997) que ao contextualizar essas políticas e suas lógicas assistencialistas indaga se elas se configuram como mantenedoras do sistema, ou estruturadoras do sistema. Feito o convite para a reflexão o pesquisador conclui que, pelas tendências verificadas tais ações se moldam mais para estruturar eventuais sistemas do que para manter aparelhos estatais. E fundamenta seu julgamento com o argumento de que a preocupação é maior na estruturação de um modelo estatal do que a manutenção, haja vista que esta última acaba sendo uma consequência natural de um sistema estruturado em bases ideológicas favoráveis para tal.

Ainda segundo o autor, as disputas políticas e as tensões advindas das relações de poder deixam marcas profundas nas clientelas assistidas pelos programas tidos como sociais e as deixam reféns da instabilidade provocada pelas contendas ideológicas, como sabemos, presentes também dentro da classe dirigente. Os ajustes e as negociações próprios dessa convivência se refletem no cotidiano desses projetos e interferem no planejamento a médio e longo prazo.

Essa contribuição é relevante e sua linha argumentativa acaba explicando a falta de continuidade tão habitual na implantação de projetos pretensamente destinados à população. A troca de poder proporcionado pelos processos democráticos de escolha de dirigentes propicia alternâncias abruptas de programas institucionais, independente da vontade da sociedade, que não é consultada nem para opinar sobre a pertinência – na implantação – e nem para a extinção ou substituição dessas atividades. Ratifica-se a lógica que as políticas são de governo e que, de públicas não têm nada.

O conjunto de reflexões, argumentos, questionamentos e contribuições coletado até aqui permite idealizar modelos compatíveis com um Estado comprometido com as questões sociais, com a democratização das propostas e com a emancipação e autonomia da sociedade. Conceitualmente, é imperativo que se rompa com a política de outorga e que se permita a participação da população nas definições, no planejamento, no desenrolar e, principalmente, no processo avaliativo desses projetos.

Outra preocupação é a de garantir a continuidade das atividades e que elas sejam destinadas a todas as pessoas, independentes de faixas etárias, níveis sócio-econômicos e condições de acessibilidade. Finalmente, é necessária a compatibilização da disponibilidade das atividades inseridas num programa de políticas públicas com a qualidade de vida da população. Isso significa que educação, saúde, segurança, saneamento básico, habitação, alimentação, transportes, esportes e lazer devem estar contemplados como responsabilidades estatais, resguardando-se as condições de emancipação e autonomia dos sujeitos.

Independente do uso que se faz das políticas públicas é inquestionável que se caracterizam como um dos mais influentes meios de comunicação entre o poder público e seus subalternos e é por isso que se apreende que elas favorecem a interlocução ideológica que interessa aos governantes, visto que predominantemente se apresentam na lógica da dominação e com pressupostos alienantes que, tendenciosamente, vão ao encontro dos princípios capitalistas.

No Brasil isso é facilmente comprovável, pois em tempos de neoliberalismo a prática se institucionalizou e se consolida a lógica da parceria público-privada, fomentada no governo Collor de Mello, apurada na gestão FHC e ratificada no período Lula da Silva. Nessa lógica vimos nas últimas décadas a deterioração daqueles serviços públicos e a abertura de espaços para o fortalecimento da iniciativa privada.

A admissibilidade dessa inflexão política se deve a um processo de alienação a que é submetido o povo brasileiro e pode ser explicada predominantemente pelo uso dos meios de comunicação de massa, mas inegavelmente com a relevante incidência das políticas públicas. De maneira genérica, é possível registrar as ações paternalistas, assistencialistas, compensatórias e inclusivas que, embora sedutoras, se tornam alienantes e domesticadoras, caso não se altere as estruturas que as produzem.

Está se falando da política de incrementos financeiros por meio de programas de bolsas de assistência social que mantém a dependência compulsória dos cidadãos aos preceitos governamentais. Outra iniciativa oficial que obtém grande aceitação popular é a de

ações afirmativas que objetiva promover a inclusão de segmentos historicamente marginalizados socialmente, promovendo um pretense *resgate social* e reparando eventuais injustiças praticadas contra frações de nosso povo.

Essa é uma herança que o governo atual recebeu e é resultado de uma política adotada por FHC que, como destaca Frey (1997), ao focalizar as ações daquele período, identifica nas intenções dos serviços sociais a coerência com as iniciativas dos países classificados como *em desenvolvimento* que incluíam entre seus objetivos, o de “por ordem no caos”. (FREY, 1997, p. 230). Outra característica desse processo instaurado no Brasil é a prática da setorização das políticas públicas que estimula e favorece a definição de ações específicas, nas diversas áreas dos serviços sociais. O que se vê, então, são microabordagens restritas a projetos particularizados, sem os nexos necessários para a elaboração de uma única proposta socialmente referenciada. As políticas passaram a ser identificadas como governamentais, deixando de serem gestadas para o bem da coletividade e ignorando os direitos sociais.

Na discussão que esta Tese pretende fazer, dois aspectos serão considerados para auxiliar tanto na sistematização do enfoque que se pretende dar, quanto na compreensão da reflexão que se almeja estabelecer. O primeiro se refere ao caráter ideologizante das políticas públicas que como foi observado tem sido uma de suas funções no diálogo com a sociedade. A natureza sedutora dessas ações estabelece, a partir do processo de alienação, condições favoráveis para dominação e aplicação da lógica dominante. Outro aspecto a ser contemplado é a metodologia da divisão por áreas de especificidades dos serviços que acaba promovendo recortes dentro do aparelho estatal. É levando em conta esses dois elementos que se pretende privilegiar os estudos das políticas públicas de Esporte e Lazer em nosso país.

## **2 EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E LAZER: APROXIMAÇÕES, CONTRADIÇÕES E O DEBATE POLÍTICO NECESSÁRIO**

As afinidades entre as concepções empíricas da educação física, dos esportes e do lazer estimulam uma confusão generalizada no entendimento e no trato com essas atividades provocando a formulação de conceituações equivocadas a respeito dessas áreas de conhecimento. Essas incompreensões seriam previsíveis em nível do senso comum, mas, inevitavelmente, elas se estendem para o interior do meio acadêmico específico e, em muitas oportunidades, deliberadamente, por opções pedagógicas ou políticas. Por esse motivo optamos por promover reflexões que possam fomentar novos debates.

### **2.1 Dialogando com os Conceitos**

Esses equívocos conceituais são históricos e sinalizam para a necessidade de que essas categorias sejam analisadas cuidadosamente para que dúvidas sejam dirimidas, falsas interpretações sejam corrigidas e intenções dissimuladas sejam apontadas. Um resgate da trajetória da Educação Física ao longo dos tempos, e no mundo, vem evidenciar as estreitas relações entre aquelas atividades corporais. Fundamental para ajustar aos conceitos o legítimo significado de cada atividade, a despeito de suas aproximações, será delimitar o campo de atuação e de estudo de cada uma delas, projetando a compreensão crítica que o tema requer.

Embora tanto os esportes quanto o lazer possam ser identificados como campos de conhecimento específicos com peculiaridades que lhes dariam autenticidade para terem tratamentos autônomos, é sabido que a Educação Física os abarcou enquanto seus conteúdos colaborando decisivamente para a compreensível dubiedade presente nas respectivas definições conceituais. Vários são os autores que contemplam essa tríade em seus estudos e oferecem aos leitores mais atentos a oportunidade do olhar epistemológico para a questão.

É de conhecimento geral a inflexão ocorrida no meio acadêmico, nas últimas décadas do século XX, quando correntes críticas da maioria das áreas de conhecimento formularam novos questionamentos epistemológicos e provocaram a saudável efervescência no mundo científico. Ao resgatar esse período é possível contextualizar a conjuntura da época em que, ao sofrer as influências do pensamento marxista, foi possível demarcar as contradições, e



por que não, os conflitos, que emergiram naquele momento. Juntamente com esses embates e, beneficentemente, as contribuições fluíram espontaneamente e estimularam novas reflexões nos diversos campos de estudos.

Com a Educação Física não foi diferente e inúmeros foram os trabalhos que incitaram a agitação na área específica, na medida em que desmistificaram corolários e fragilizaram os, até então, sólidos alicerces que sustentavam as concepções do movimento humano. Nesse momento histórico foi possível desconstruir alguns dogmas, levantar dúvidas, instigar reflexões epistemológicas e questionar o próprio significado da Educação Física, até então com uma visão única.

Oliveira (1992), ao mergulhar na história da Educação Física identifica as diferentes fases que acompanharam essa trajetória sinalizando as compatibilidades entre os significados e objetivos dessa área da atividade humana e os momentos históricos da humanidade. Essas caracterizações que demarcaram distintas épocas políticas e sociais acabaram se reproduzindo em nosso país a partir da colonização e da transplantação cultural impostas ao povo brasileiro desde o século XVI e, decisivamente, influenciaram os diferentes períodos da Educação Física Brasileira. No desenvolvimento do trabalho deste autor pode se perceber inequivocamente as principais feições que permearam os diferentes momentos das atividades corporais: a influência da medicina, a tendência ao militarismo e a aproximação com os esportes.

No que se refere à convergência com os aspectos da saúde vários são as nuances que merecem registros nessas investigações e, embora contraditórias nos dias atuais, legitimaram a atuação da atividade em determinados momentos históricos de diferentes sociedades. A própria condição de atividade profissional é atribuída à associação com a medicina, apesar de seu afastamento dos objetivos inicialmente convencionados (OLIVEIRA, 1992). Confluem para essa concepção de educação física os princípios da higienização e da eugenia, o que justificaria ações conjuntas no sentido de proporcionar à sociedade as condições necessárias para a assepsia social e para a moldagem de homens saudáveis capazes de serem curados da “letargia, indolência, preguiça e imoralidade” (SOARES, 1994, p.10).

Essa é uma nefasta herança da Grécia Antiga, quando o Estado, em função de se moldar uma sociedade saudável capaz de suportar os exercícios ginásticos, se investia de uma legítima autoridade para condenar as crianças raquíticas ou disformes. Esse princípio eugênico esteve presente historicamente no decorrer das eras e, contextualizado temporalmente, é perceptível nos diversos modelos sociais e suas correspondentes propostas

de atividades físicas. Também contribui para a compreensão dessa lógica, o trabalho do COLETIVO DE AUTORES (1992) que ao resgatar os caminhos percorridos na Europa no final do século XVIII e início do século XIX na perspectiva de construção de uma nova sociedade, destaca o papel significativo das atividades físicas quando “os exercícios passaram a ser entendidos como receita ou remédio”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.51) Essa tendência se reproduziu eficientemente, inclusive em nosso país, cuja concepção perdura até os dias de hoje, lamentavelmente.

Outra aproximação da Educação Física, não menos contestável, em níveis históricos mundiais e nacionais, foi a com o militarismo e não podemos deixar de concordar com Oliveira (1992) que enfatiza essa forte influência nos conceitos dessa atividade, que para se legitimar utilizou com eficiência a dominação e a disciplinarização em seus métodos. O resgate da educação espartana que se fundamentava na preparação para a guerra evidencia a íntima relação entre seus preceitos mais gerais e os exercícios físicos. A preocupação era a construção de um corpo forte aliada a uma disciplina cega ao Estado. Durante muito tempo, e se estendendo até a atualidade, no Brasil inclusive, se constatou o perfil disciplinador do professor de educação física e a presença acentuada de alguns princípios do militarismo em suas aulas, tais como a *ordem unida*, os castigos físicos e as preparações para os desfiles cívicos.

Essa admissibilidade e a institucionalização dessas práticas têm suas origens na era medieval quando, com a estreita colaboração da Igreja, a concepção de educação pressupunha a disciplina e subserviência e, em nome de uma ação pedagógica, os castigos corporais foram naturalizados (OLIVEIRA 1992). Entender o acolhimento e a adesão da Educação Física a esses princípios não fica difícil.

Oliveira (1992) localiza também no Renascimento, entre os *avanços* da época, as preocupações de Locke e Rousseau em relação à Educação e, por extensão natural, à Educação Física, já que ela se firmava como importante coadjuvante na missão da domesticação dos corpos. O primeiro via na prática da atividade física a oportunidade de oferecer à criança um regime rigoroso essencial para a manutenção da saúde. Já Rousseau dava especial atenção aos exercícios físicos, pois os entendiam benéficos na medida em que proporcionavam a vida no campo e ao ar livre com a prática de jogos, esportes e ginástica natural.

Os traços funcionalistas da educação física na escola permanecem até os dias de hoje, ainda que a atualização dos princípios político-pedagógicos tenha proporcionado ligeiras

inflexões ao longo dos tempos almejando uma coerência com a política maior. A atividade compunha com as outras do currículo escolar a intenção de estender a escolarização primária “como um dos mecanismos privilegiados para o controle das formas de pensamento e de ação do corpo social” (SOARES, 1994, p. 60) As aulas passaram a ser influenciadas pela lógica da doutrinação dos corpos e da busca da disciplina.

Essas práticas pedagógicas eram coerentes com as funções então assumidas pelas “instituições educacionais, corretivas, de saúde e de lazer”, que passam a participar de uma agenda com as funções “disciplinares e preventivas”. (MANCEBO, 2004, p.40) A autora elabora esta contribuição ao abordar o Racionalismo Disciplinar, como o componente necessário para a garantia da individualidade a partir da intervenção do Estado liberal nos estabelecimentos de ensino e a Educação Física sentiu-se confortável nesse ambiente.

Esses seus significados perpassaram séculos em níveis mundiais e décadas no Brasil, cujas escolas de graduação e faculdades reproduziram acriticamente as propostas de preparação de profissionais para atuarem nas sociedades. A naturalização das idéias basilares da concepção militar vigente não se deu por imposições, mas pela automática adesão ao modelo a partir da formação dos novos agentes. Recordemos que as primeiras escolas de formação no Brasil foram a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo, a Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro e Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, que, mesmo sendo um estabelecimento civil, se instalou com a forte influência militar de seus primeiros professores.

O respeito e a fidelidade ao militarismo, mesmo nas esferas civis da educação física, eram tão acentuados que os dirigentes das instituições ulteriores exaltavam a atuação formativa e pedagógica das escolas militares. A reprodução de uma entrevista de influente membro da primeira gestão civil da Escola Nacional de Educação Física revela, sem dúvidas, os valores atribuídos aos militares. O professor afirma “que a Escola de Educação Física do Exército é uma instituição a quem nós devemos render homenagens, um dos berços da Educação Física no Brasil”. (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 35).

As contribuições destes autores são fundamentais para que se conheçam as raízes conceituais da Educação Física e para que entendamos os motivos que ratificam a associação feita pela sociedade de maneira geral, dos usuários dessas atividades e de seus agentes reprodutores, com os exercícios relacionados á saúde ou ao controle dos corpos. Igualmente, seus estudos nos levam a abordar, com as mesmas possibilidades de análises e reflexões críticas a aproximação irrefutável com os esportes.

Se perguntarmos a qualquer indivíduo se Educação Física é esporte, há grandes probabilidades de recebermos unanimemente uma resposta afirmativa; se indagarmos se esporte é Educação Física, as chances de recebermos também uma resposta positiva é proporcional à questão anterior, ou seja, há uma genérica compreensão – e não só pelo senso comum – de que falamos da mesma coisa. Isso é produto da confusão que se instalou a partir de uma construção histórica que perpetuou como natural, sem as preocupações conceituais, as relações entre as atividades.

Várias são as contribuições bibliográficas sobre as definições, origem e concepções dos esportes e elas confluem para a mesma construção histórica, embora as reflexões epistemológicas variem dependendo da visão política dos autores. Oliveira (1994) identifica na antiguidade a utilização dos esportes como instrumentos a serviço dos detentores do poder. Segundo ele já os gregos e romanos, na intenção de induzir a população, propagaram a utopia de que o esporte colaboraria para um homem mais *humano* e uma sociedade melhor. Essa ideia se consolidou entre seus povos e os exercícios físicos se tornaram práticas naturalizadas.

Também entre gregos, havia sua prática nas cerimônias fúnebres: é registro histórico a homenagem que Aquiles teria prestado a Pátroclo, após sua morte, por meio de uma competição esportiva. O tributo foi na forma de um torneio compreendendo oito provas: “corrida de carros, pugilato, luta, corrida, combate armado, arremesso de bola de ferro, arco e flecha e arremesso de lança” (OLIVEIRA, 1994, p.11).

O autor também sinaliza a China como a precursora dos esportes no extremo oriente e resgata que os chineses os utilizavam, inicialmente, para as festividades e comemorações dos imperadores. Gradativamente, entretanto, as atividades foram caindo no gosto do povo e se disseminaram como práticas e espetáculos populares.

Independente do uso que se fazia, o fato é que essas atividades eram praticadas desde as mais remotas eras. A palavra *desport*, criada pelos franceses para identificá-las foi modificada pelos ingleses que empregaram o termo *sport*, que abreviado, chegou ao termo esporte que utilizamos hoje, no Brasil. A aproximação com a Educação Física, que gerou a confusão conceitual a que nos referimos anteriormente, se deu no âmbito escolar, pois a escola inglesa introduziu o esporte na escola, procurando dar clara conotação educativa, o indefectível *fair play*.

A educação na Inglaterra do século XIX recebeu tratamento especial, pois havia toda uma política nacional de um amoldamento da população que favorecesse a um processo de dominação. A classe trabalhadora, oprimida, se submetia a uma acentuada imposição estatal

e, enquanto os homens estavam no trabalho, as mulheres ficavam em casa e as crianças freqüentavam as escolas. Para que as escolas se tornassem atraentes os jogos e as atividades recreativas eram estimuladas e recebiam considerável status de importância.

Em relação ao Brasil, nas abordagens do COLETIVO DE AUTORES (1992) encontramos indicações que após o Estado Novo ocorreram ações político-educacionais que caracterizaram disputas de supremacia dentro do ambiente escolar e que a Educação Física também foi protagonista nestes processos. Foi quando surgiu em nosso país o chamado Método da Educação Física Desportiva Generalizada, divulgado pelo francês Auguste Listello, e que preconizava a iniciação esportiva para os alunos da escola brasileira.

Embora esse modelo de Educação Física tenha sido relevante para a reprodução desses valores e para a legitimação da justaposição de seus conceitos com os dos esportes, é patente que a informalidade e o gosto pelas atividades favoreceram a ambiguidade dos conceitos o que, inclusive foi manipulada pelos interesses da classe dominante. A despeito da ginástica, das danças, das lutas, do folclore, por exemplo, serem conteúdos materializados da Educação Física, o que mais se identifica com a disciplina e o que leva a uma imediata associação é os esportes.

Isso se constata numa mera interlocução com novos acadêmicos dos cursos de graduação da área. Quando indagados sobre os motivos que os levaram a escolher a profissão, sem nenhuma dúvida, a esmagadora maioria responde que o fizeram por gostarem ou por terem praticado alguma modalidade de esporte. As dificuldades se iniciam nestas simples abordagens, pois, a despeito das atividades esportivas poderem denotar o lazer e a recreação, o que se percebe é a forte incidência dos esportes de rendimento, aqueles que são identificados e reconhecidos pela competição.

Infelizmente, essa tendência também se ratifica academicamente e numa análise da produção de conhecimento da área se pode demonstrar o consenso da sua relação com o esporte, “restringindo a Educação Física ao desenvolvimento dos princípios do esporte de alto rendimento que se sobressaem frente aos significados da cultura corporal dos sujeitos” (SOUZA, 2009 p. 22). O que se percebe é a adesão irrestrita a essa convenção e que, mesmo com eventuais reflexões epistemológicas, tanto a população, quanto os pesquisadores têm atuado na lógica dessa indissociabilidade, o que tem diferido é a interpretação e o tratamento que se dá ao fenômeno.

Na rede escolar brasileira é visível essa convergência e seus alunos, especialmente, mas não exclusivamente, os do sexo masculino, requerem a exclusividade das atividades

esportivas e suas reivindicações têm sido atendidas. A iniciação esportiva tem prevalecido em relação às outras possibilidades da disciplina evidenciando a compatibilidade das compreensões discente e docente sobre a natureza e objetivos da atividade na grade escolar.

Muitos estudos procuram explicar essa ocorrência e a contribuição de Bracht (2003) pode auxiliar nesse entendimento, na medida em que afirma ser o esporte de rendimento o vínculo entre a Educação Física e a sociedade. Esse pensamento se afirma na observância da redução dos conceitos envolvidos na questão e na redundância das interpretações superficiais que geram a reprodução dessa lógica nas escolas e, de modo preocupante, a formação de novos profissionais pelas universidades.

Essa forte simbiose entre os esportes e a Educação Física acaba suscitando, espontaneamente, dois sentimentos distintos: o da acomodação naqueles que se satisfazem, pois são os que entendem a aquiescência a essa pretensa similitude como justificativa para a simples reprodução dos modelos hegemônicos e, mais desconfortavelmente o da subversão, nos atores que crêem numa possibilidade de transformação de uma realidade já tida como dada.

Procuram seus espaços correntes de pensamento que não negam a legitimidade do esporte de alto nível, mas reivindicam tratamento qualificado para a democratização do acesso às atividades esportivas. A sociedade, os profissionais da área, os gestores e o poder público devem revisar suas concepções e proporcionarem o conhecimento e o exercício das diferentes modalidades esportivas na perspectiva da inclusão, participação e do lazer autônomo.

Esta tese tem a pretensão de provocar a reflexão e estimular o debate sobre o que foi consolidado historicamente em nossa sociedade e a partir disso vislumbrar possibilidades de intervenção, pois segundo Frigotto, ao resgatar as publicações científicas dos anos 80 lembra que elas “sinalizavam que a crítica para ser efetiva, não basta engendrar a denúncia e a resistência, mas necessita abrir perspectivas para as alternativas”. (FRIGOTTO, 2000, p.45). Concordando com isso, um aprofundamento epistemológico nas concepções de esporte e lazer se faz necessário, compreendendo que as caracterizações políticas e sociais oriundas dessas análises vão auxiliar nas avaliações das eventuais políticas públicas implantadas em nosso país.

Considerando a inexorabilidade das aproximações entre a Educação Física e o esporte e entendendo a contribuição que a primeira pode dar para a adequação do segundo aos princípios basilares da democratização dessas atividades é possível demarcar alguns

fundamentos que reparariam a visão contaminada que determinam os rumos de ambas as atividades, rumos estes comprometidos com modelos políticos e sociais excludentes.

Nesse sentido é que se vislumbram as atividades esportivas que atendam a uma lógica democrática, participativa e que contemplem a idéia de que o esporte lazer deve ser direito da população e vivenciado pelo maior número de indivíduos. Essas atividades devem ser prioritariamente lúdicas, estimular as atitudes de solidariedade, participação e auto-organização e, fundamentalmente, propiciar a acessibilidade a todos os cidadãos. A pergunta que se faz é que esporte se quer, se uma prática elitizada para alguns bem dotados fisicamente ou uma atividade democratizada para toda a população. Indiscutivelmente, o raciocínio que se pretende desenvolver é o da segunda alternativa.

Crendo na oportunidade e responsabilidade que os professores dessa área têm na construção de alicerces comprometidos com as transformações que modelem uma sociedade mais justa e igualitária, é que esta contribuição tenciona refletir sobre as possibilidades de o esporte e o lazer estarem a serviço das elites dominantes deste país e quais os eventuais caminhos a serem percorridos para as mudanças necessárias que venham fazer a sua parte para um novo modelo social.

Assim, estarão sendo focalizados nos próximos tópicos os esportes, o lazer e as políticas públicas em suas peculiaridades conceituais, compreendendo que estas últimas poderiam cumprir importantes papéis no processo de estabelecer para a sociedade quesitos fundamentais para a qualidade de vida, desde que sejam pensadas e implantadas em prol da população, o que, aliás, são seus pressupostos.

A proposta, em última análise, é, a partir do estudo da implantação de políticas públicas de Esportes e Lazer, de governos distintos, em marcantes períodos históricos e pretensamente de cunhos ideológicos diametralmente opostos, demarcar os princípios convergentes e divergentes que fundamentaram suas definições e registrar suas aproximações, já que, pressupostamente, elas existem.

## **2.2 Algumas concepções de esportes**

Embora os esportes tenham sido mencionados nas páginas anteriores, o que se pretende é focalizar algumas de suas concepções e a partir daí identificar em sua trajetória

histórica as possibilidades de uma avaliação crítica epistemológica e social das suas compreensões pelo senso comum e inegáveis aproximações com o mundo acadêmico e político.

Antes de efetuar o aprofundamento conceitual sobre essa atividade é necessário se ter em mente a dificuldade mesmo de entendê-la como um objeto passível de se atribuir importância social, acadêmica ou política. Não que isso se dê entre educadores e professores de educação física, mas a constatação da vulgarização do esporte e redução dos conceitos pelo senso comum é elemento concreto em nossa sociedade. O esporte é visto como uma prática corriqueira, “uma atividade de lazer orientada para o prazer, que envolve mais o corpo do que a mente, e sem valor econômico” (ELIAS; DUNNING, 1992, p.17). É nesse cenário que os desafios de atribuir relevância às práticas esportivas se apresentam como estímulos para compreendê-las como atividade social e, mais que isso, percebê-las como instrumentos políticos e ideológicos.

Para a humanidade, até pelos processos históricos de submissão política, a *insignificância* dos esportes é fato consumado, e passa despercebida a utilização desse juízo prosaico que mantém a subserviência das populações aos interesses das elites dominantes. A concepção geral é que não há valor sociológico nessas atividades que justifique a dedicação em investigações e estudos epistemológicos por parte do mundo acadêmico.

Contrariamente a essas avaliações, vários autores, de diversas áreas do conhecimento, têm pesquisado sobre o tema e as fontes relativas a ele se apresentam de forma ainda limitada em termos quantitativos, mas expressivas nas suas contribuições qualitativas, independentemente de suas matrizes teóricas. Predominantemente da área específica da educação física, esses subsídios têm vindo também de outros campos de estudo como a sociologia, antropologia, economia, psicologia, história, economia etc.

Este tópico estará contemplando algumas dessas contribuições, na expectativa que elas possam fundamentar as análises que se propõe no exercício investigativo do tratamento que se deu aos esportes ao longo dos tempos, em primeiro momento em nível mundial e, mais incisivamente, em nível nacional. Importante ressaltar que, reconhecendo a automática e imediata associação com os de alto rendimento, a preocupação será contextualizar o esporte na plenitude de sua natureza humana e social.

É significativo, inicialmente, resgatar a constatação da superposição conceitual entre esporte e lazer pelo senso comum. As questões relativas ao lazer serão tratadas mais à frente, mas situar o esporte, no amplo leque de atividades abrigadas dentro de sua dimensão



conceitual é relevante para facilitar a compreensão do fenômeno. É possível encontrar nos trabalhos de Marcellino (1995) uma possível explicação sobre as confusões entre os termos e suas concepções. O autor, numa proposta de classificar o lazer, afirma que este pode atingir aos seguintes interesses: artísticos, se referindo às manifestações nas diferentes artes; intelectuais, onde se enquadram as leituras, os cursos etc.; manuais, representadas pela manipulação em geral, artesanato e jardinagem; turísticos, que se expressam nos passeios, viagens e excursões; sociais, que contempla a frequência a bares, cafés, clubes e finalmente, o atendimento aos interesses físicos que se caracterizam pelas caminhadas, ginástica e práticas esportivas.

Conforme se pode observar o esporte é uma das mais praticadas expressões do lazer, o que corrobora para se configurar a confusão. O fato de haver uma confluência para o movimento humano acaba provocando a confusão entre as concepções e se abre a possibilidade para reflexões equivocadas ou estímulos intencionais para uma compreensão alienada. Está se falando de uma dupla intencionalidade na prática esportiva: a intrínseca e espontânea por parte dos sujeitos que a praticam e a estimulada que, por essa adesão espontânea, tornam seus praticantes vulneráveis para a prescrição de outros interesses.

Considerando os esportes na primeira dimensão dessa bi funcionalidade, são irrefutáveis os atributos sedutores que justificam o alto índice de primeiras vivências e a consequente adoção dessas atividades no estilo de vida de muitos sujeitos. O fato de estimular as excitações, os impulsos e emoções explicariam em grande parte a busca por essas práticas com o atenuante de se o fazer com segurança. Relevante essa característica, pois há entendimentos que vinculam a limitação da benéfica procura da excitação, aos riscos ou perigos. Sendo essas práticas vistas como lazer, poderia se dizer que essa seria uma busca sem riscos (ELIAS; DUNNING, 1992). Concordando com o pensamento destes autores é possível identificar na prática ingênua dos esportes as mesmas características do lazer e compreender porque são obvias as associações entre eles.

A descontração, informalidade, espontaneidade aliadas à entrega total em atos instintivos são peculiaridades que identificam as práticas esportivas e fazem delas meios agradáveis e eficientes para o exercício de ações fundamentais aos homens: a autonomia, a vida social e as construções coletivas. Qualquer análise superficial ou empírica que se faça desse fenômeno ratifica as marcas que expressam a natureza carismática dos esportes e fazem deles as atividades aspiradas que são. Aliás, esses autores contribuem para essas reflexões quando classificam de desportivização o processo de transformação dos passatempos em

esportes, ocorrido na sociedade inglesa, no século XVI. As essências dessas duas manifestações se sobrepõem e justificam o raciocínio dos autores cuja tese justifica nos aproximarmos do senso comum na definição conceitual dos esportes.

Na tentativa de dar um tratamento científico para o esporte, Bracht o conceitua como “uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo” (BRACHT, 2003, p.14). Esse conceito, concordando com Dias e Drummond (2007), corrobora a compreensão mais limitada presente no senso comum e acaba provocando desastrosas confusões. Essa conceituação negaria, por exemplo, algumas expressões cotidianas que denotam informalidade e falta de compromisso com eventuais atividades. É comum ouvirmos o *fazer por esporte*, para identificar a não obrigatoriedade da ação; uma roupa simples é classificada como *traje esporte* e rotulamos os carros como *esportivos* aqueles fora do padrão da sobriedade.

Essa caracterização de informalidade também está presente nas concepções de esporte em sua dimensão cultural. Nesse sentido, opto por considerar a contribuição que sugere a não redução do esporte exclusivamente a competição por tratar-se de “uma atividade especificamente humana que expressa as manifestações mais fundamentais da própria vida; todos os seus conflitos e perplexidades”(DIAS; DRUMMOND, 2007, p.34). Nesta construção os autores qualificam seu conceito, com esta contribuição:

Esporte é uma plêiade de tipos de enfrentamentos e de técnicas elaboradas em vista da competição; um conjunto de incríveis proezas realizadas graças a “máquinas lúdicas“ em que se exploram todos os registros da motricidade humana, permitindo ao homem colocar em prática todas as suas capacidades. (POCIELLO apud DIAS; DRUMMOND, 2007, p.34)

O que tentam estes e outros autores é a expansão do conceito da atividade, que não pode ficar a mercê de interpretações reduzidas que focalizem uma única lógica de aplicação e usufruto. O descompromisso, a leveza de sentimentos e o prazer da prática pela prática, não podem ser discriminados e alijados do rol de peculiaridades que identificariam uma atividade esportiva, e estes elementos, não apenas compõem, mas são imprescindíveis na caracterização dos esportes. Para além desses signos é relevante contextualizar, o mais abrangente possível, as possibilidades das atividades esportivas em suas funções sociais e antropológicas e é com essa intenção que Oliveira (2010) resgata suas propriedades como instrumentos de socialização, cooperação, produção cultural e construção de consciências saudáveis.

Presentes nas instituições escolares, nos clubes, nas áreas urbanas, nos condomínios residenciais, enfim em todos os locais onde há o convívio social essa modalidade se revela

com potenciais inequívocos para melhorar os padrões de vida de toda uma classe trabalhadora e é nesse sentido que deve ser estimulada a frequência da prática, pois a sedução que lhe é inerente favorece o envolvimento inicial.

Do ponto de vista funcional, as atividades esportivas podem ser consideradas excelentes alternativas ao tempo do trabalho. Como já foi visto as características dos esportes os aproximam muito das atividades do lazer e sendo este a opção mais recomendada para o tempo do não trabalho, nada mais lógico que o usufruto desse tempo possa viabilizar a vivência saudável e desinteressada dessas práticas. Considerando que o comprometimento com o mundo do trabalho minimiza e, em muitas vezes, anula as possibilidades das atividades físicas – imprescindíveis para uma boa qualidade de vida – é possível indicá-las como agradáveis elementos da educação física continuada.

Ainda segundo Elias e Dunning (1992), é possível apreender que o esporte expressaria a autonomia dos sujeitos, já que pressupõe a escolha individual e a informalidade para a participação e é nessa linha de reflexão que avançam e sinalizam para a responsabilidade estatal no tratamento das atividades de esportes. Para eles é preciso ter a consciência que a importância dada a elas reflete uma sociedade e por isso alertam para sua relevância social e para a importância de se aprofundar nas pesquisas sobre os esportes.

E são os resultados desses estudos e análises mais críticas que vão revelando algumas propriedades que não são percebidas pela ingenuidade das sociedades, absorvidas pelo fascínio dessas atividades. Essa atração, entretanto, não se restringe ao praticante, e é preciso também considerar o alto grau de satisfação dos espectadores das práticas esportivas, pois é esse prazer que também as aproxima do conceito de lazer favorecendo as circunstanciais confusões entre os esportes e o lazer.

No século XVIII, na Inglaterra, com a configuração da semana inglesa, os trabalhadores passaram a dedicar seus sábados para atividades liberadas e opostas ao trabalho. Os esportes passaram a figurar entre essas opções e passaram a ser usufruídos pela população de forma efetiva na prática deles, mas majoritariamente como expectadores dos jogos e competições. (HOBSBAWM, 2000)

Essas caracterizações são percebidas em tempos mais recentes, mas o resgate histórico que alguns autores fazem revela como a entrega e a manipulação associadas aos esportes foram contributivas para a conformação de algumas sociedades e, numa avaliação pormenorizada é possível perceber algum grau de ideologização no tratamento com essas práticas. O grande apelo que sempre teve as atividades esportivas foi explorado pelas elites

dominantes ao longo da história das civilizações e elas foram usadas astutamente por governantes, como elementos facilitadores nas relações de poder.

Vimos anteriormente com Oliveira (1994), que essa aproximação do poder com os esportes tornou estes, eficientes instrumentos ideológicos. Com o discurso da humanização dos povos e a tese da melhoria da sociedade por meio dos esportes os povos gregos e romanos, por exemplo, foram subjugados a regimes autoritários de maneira dissimulada e com razoável admissibilidade. Em Roma, embora inicialmente, o Ludus tivesse a conotação de treinamento ou jogo, não necessariamente implicava em competição, mas foi com essa conotação que o alastramento e a aceitação popular das atividades se deram de forma progressiva e incondicional. Na Grécia, seguindo a tendência, no século V, a prática das atividades físicas vai perdendo os ideais humanistas e os “atletas” começam a se especializar precocemente, surge a profissionalização, corrupção dos juizes e atletas, uma “evidente traição aos princípios que haviam forjado a grandeza da civilização helênica”. (OLIVEIRA, 2010, p.14)

O autor ainda avalia que a deterioração daqueles princípios saudáveis começa a ser notada a partir da manipulação dos sentimentos da civilização grega e é possível registrar que foram três as situações que marcaram o espírito cívico daquele povo: a iminência de um perigo externo, a religião e as festas esportivas. Essa seria provavelmente uma forma de nacionalismo já estimulado pela classe dominante e viabilizado pelos esportes?

Retomando a contextualização feita por Hobsbawm (2000), os esportes tiveram influência na modificação na estrutura de poder na Inglaterra tanto quanto o próprio Parlamento. O historiador credita, entre outros fatores, às potencialidades da prática esportiva e a sua força política os subsídios que sustentaram o embate entre as classes em luta na época, pois enquanto a dominante procurava assimilar a realidade dessas atividades, a trabalhadora as utilizavam para sua afirmação enquanto classe.

Mesmo com essas características o esporte ainda era visto como lazer, talvez um lazer induzido e já com perda das naturezas lúdicas espontâneas e desinteressadas. Certamente estavam comprometendo a autonomia dos sujeitos, mas ainda eram desvinculadas de eventuais projetos de estado ou nação. No século XX, consolidada a degradação daqueles originários princípios dos esportes houve um processo de valorização das atividades esportivas, mas em outra dimensão: começa a ser reconhecida nos esportes a capacidade de coadjuvar na tarefa de se impor uma ideologia. A Inglaterra, considerada o “berço da maioria

dos esportes de destaque mundial... soube desfrutar desse status e se impôs política e economicamente nas primeiras décadas daquele século”. (BLAINEY, 2008, p 292)

Em seu trabalho, o autor identifica a aceitação popular em relação às atividades esportivas e como, natural e gradativamente, elas operaram como aliados no processo de afirmação de soberania e identificação de poder. Iniciava-se a “competição” entre as nações e vários são os exemplos que podem ser citados que fundamentariam essas reflexões. Emblemática a ação da Alemanha de Hitler na tentativa de ratificar a pureza da raça ariana utilizando-se dos Jogos Olímpicos de 1936, assim como a própria polarização proporcionada pela Guerra Fria que se refletiu nos campos esportivos, onde a luta pela hegemonia na conquista de medalhas olímpicas se deu de maneira exacerbada expondo a rivalidade entre os EEUU e a URSS. Nitidamente estiveram em disputa dois regimes políticos.

Aspecto também relevante para caracterizar o desgaste da imagem ingênua e neutra dos esportes é aquela propriedade que as atividades têm de agradar mutuamente a quem os vivencia e aos que se fazem espectadores. Esse fascínio que exercem as competições também para os que as assistem beneficiou e continua favorecendo seu uso para os processos de dominação que se instaurou ao longo da história da humanidade. Retornando ao Império Romano é ilustrativo resgatar a construção do Coliseu ou do circo Máximo, cujas dependências abrigavam 385 000 pessoas para contemplarem os jogos. Essas instalações fazem parte de um rol de iniciativas de inspirações ideológicas que institucionalizaram a política do “Pão e Circo”, pois segundo os imperadores se o povo tivesse acesso a esses dois elementos se estabeleceria um clima favorável para a dominação.

De lá para cá, a prática se estabeleceu e o oferecimento dessas atividades com essas finalidades veladas se sistematizou e a incidência histórica mostra a eficiência desse artifício. Isto pode ser observado, por exemplo, na análise que faz Hobsbawm sobre a formação da classe operária na Inglaterra, no século XIX e que evidencia a forte influencia dos esportes no processo de autolegitimação de uma nova classe trabalhadora – a de funcionários dos escritórios – que para se distinguir do operariado e se aproximar da classe média buscava freqüentar os pubs e os jogos de futebol. A procura pelos esportes ficou tão intensa, que os jornais passaram a dedicar consideráveis espaços para notícias dessas atividades, pois foi observado que “os resultados de jogo de futebol, que eles publicavam apenas para preencher espaços, estavam na verdade atraindo leitores” (HOBBSAWM, 2000, p.268).

O fenômeno se justificaria pela crença de que é possível a inclusão social pelo esporte, um axioma que acompanha a história dessa atividade em seu foco social e que foi estimulado

pelos aparelhos estatais. Participar, ativa ou passivamente, das atividades esportivas denotaria plena inserção em uma sociedade, essa era a idéia predominante. Marx e Engels já diziam, um pouco antes da divulgação do Manifesto Comunista, que as idéias dominantes, são sempre as da classe dominante (OLIVEIRA, 2010). Se considerarmos que sempre os meios de comunicação estiveram na mão e a serviço das elites fica fácil compreender o processo que se instaurou naquela oportunidade.

O cunho ideológico que se vê nesse exemplo esteve e está presente em todas as relações de poder estabelecidas nas diferentes sociedades. Basta lembrarmos dos heróis esportivos gregos, suas glórias, suas conquistas e seus status conquistados pelas suas vitórias. Posteriormente, na transição do século XIX ao XX, é irrefutável a caracterização feita por Hobsbawm na Inglaterra e, finalmente, uma análise do que está ocorrendo neste início do século XXI comprova a concretização dessa tendência histórica da manipulação das sociedades por meio dos esportes.

Com o advento do liberalismo e a intrínseca política de globalização porque passou o mundo, tema que aprofundaremos mais à frente, outro ramo da ideologização surgiu de forma avassaladora e atingiu de forma contumaz o campo esportivo: a mercantilização. Como tudo neste planeta, o esporte se tornou mercadoria e as relações se modificaram substancialmente: as competições se tornaram produtos altamente rentáveis e seus praticantes os protagonistas fundamentais desse mercado. As relações ficaram tão áridas que sujeitos se coisificaram nesses processos.

A busca pela prática esportiva deixou de se identificar pela informalidade e usufruto do lazer autônomo, assim como os jogos deixaram de ser simples momentos recreativos e de expectativa: os praticantes se tornaram atletas profissionais e a espetacularização dos esportes viraram trunfos ideológicos ou caras mercadorias.

### **2.3 Politizando as contradições do lazer**

Como já foi mencionado, há certas aproximações entre os esportes e lazer. Essas convergências são percebidas tanto nas suas caracterizações conceituais, quanto na manifesta irrelevância que lhes é atribuída pelo senso comum. A similaridade entre essas atividades é visível, quer seja na importância dada pelos seus próprios praticantes, quer seja na legitimação

enquanto campo do conhecimento. Se para a maioria dos usuários suas práticas sempre foram relegadas a planos inferiores como necessidades humanas, para o mundo acadêmico apenas recentemente o lazer passou a ser objeto de investigação, especialmente na área de estudos sociais.

O grande problema enfrentado pelos estudiosos do Lazer é a falta de credibilidade dessa vertente das ciências humanas. A discriminação científica sofrida pelos acadêmicos que enveredaram por essa área marcou um momento de resistência de pesquisadores de vários campos, majoritariamente da educação física, e a suposta ausência do “cientificismo” relegou a planos inferiores as tentativas do reconhecimento científico. Essa situação foi identificada por Waichmann (1997) que localizou esse embate no contexto do confronto entre as ciências exatas e ciências sociais.

Nas reflexões do autor, se as dificuldades passam pela legitimidade do pensamento e comportamento humano e do reconhecimento de fatos históricos como fundamentadores de teorias científicas, como romper com o positivismo científico e legitimar as pesquisas em lazer; se ainda prevalece no campo das pesquisas a dicotomia teoria-prática como convalidar as investigações num campo que refuta o pragmatismo e valoriza os conceitos em construção.

Apesar da situação desfavorável, as teorias do ócio e do lazer foram tomando corpo e se conseguiu, em trabalhos conjuntos da sociologia, antropologia, psicologia, pedagogia e da própria educação física, galgar um status científico propício para a credibilidade desses estudos e seu avanço como área de conhecimento. Gradativamente seus conteúdos foram deixando de ser vistos apenas como práticas informais para serem considerados pontos passíveis de investigações e análises epistemológicas.

A, já mencionada, ebulição vivida pela área da Educação Física a partir do final da década de 80, em que Marinho, Castellani Filho, O COLETIVO DE AUTORES e outros se somaram aos pesquisadores que estimularam o meio acadêmico com as concepções de cultura corporal e as reflexões críticas sobre a utilização das atividades físicas, interferiu decisivamente para que os estudos do lazer ganhassem espaço dentro da área. Atualmente já se podem identificar, principalmente na Universidade Brasileira, os grupos de discussão e núcleos de pesquisas que aprofundam as questões relativas a ele.

Marcellino (1995), um dos grandes responsáveis pela difusão desses estudos no Brasil recupera historicamente, as concepções de lazer em seus aspectos antropológicos, sociais e políticos. Já apontava o autor, entre as diferentes características do lazer, o suposto valor pedagógico das atividades recreativas assim como sua utilização para o preenchimento do

tempo livre. A partir das contribuições de Requixa<sup>5</sup> e Dumazedier<sup>6</sup> ele expressa sua conceituação de lazer como sendo “a cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. Embora tragam inegáveis contribuições para o desenvolvimento da produção de conhecimento na área, todas essas concepções ainda traduzem a *permissividade* ao lazer e, somente após cumprimento de certas obrigações. Essa aparente contradição se junta às reflexões mais críticas e revigora inquietações, especialmente no que se identifica como sendo, a exemplo dos esportes, a sua utilização ideológica.

Os conteúdos desenvolvidos historicamente sob o rótulo da Recreação são os que, fundamentalmente, hoje estão compondo as chamadas Teorias do Lazer, ou ainda, os Conceitos do Lazer. A análise epistemológica deste arcabouço teórico leva a uma compreensão do que é e do que pode ser a utilização das atividades recreativas nas relações na sociedade e como, a exemplo dos esportes, a sua informalidade mascara suas potencialidades como componente social ou como instrumento ideológico.

Ao enveredarmos para avaliações críticas sobre o tema, é significativo registrar o questionamento que fazem os autores que se dedicam ao lazer. Duas possibilidades de ação pedagógica que, apesar da sutileza, apresentam visões diametralmente opostas em relação ao uso dessas atividades, certamente despercebidas pelos seus praticantes: está se falando das propostas de Educação pelo Lazer e Educação para o Lazer. Embora este texto não tenha a pretensão de se aprofundar da discussão que trata dessa dicotomia é relevante sinalizar que os princípios embutidos nessas proposições estarão balizando suas reflexões básicas.

Enquanto a *Educação pelo...* pressupõe o lazer como veículo, portanto com capacidade de levar seus usuários – pelo grau de satisfação proporcionado – aos objetivos traçados pelos proponentes, a *Educação para...* não exclui a aceitabilidade das atividades, mas identifica o lazer como objeto. Neste caso, a autonomia e emancipação dos indivíduos são estimuladas. Percebe-se, então, o papel desempenhado outrora pela Recreação enquanto instrumento ideológico e os eventuais novos passos dos Estudos do Lazer, apesar das fundamentações terem a mesma base teórica.

---

<sup>5</sup> Para Renato Requixa lazer é “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

<sup>6</sup> Para Jofre Dumazedier lazer é “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembarar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.



Embora também sejam tratados mais à frente estes elementos, relevante é tratar neste momento as caracterizações básicas dessas idéias, para que se possam compreender as nuances que estariam implícitas na outorga de supostas atividades recreativas ou de lazer. Uma recuperação histórica feita por Marcellino (1997) identifica o caráter funcionalista da recreação e de como as atividades de lazer se formataram facilmente como ações de controle. Essa funcionalidade tem sido foco de inúmeros estudos que, para além da neutralidade de suas identificações, têm apontado para a conveniência de associá-los à conjuntura social resultante de uma política liberal.

Impossível pensar o tempo do lazer, sem contrapô-lo com o tempo do trabalho. É aí que se explicitam as vertentes políticas que se propõem a estudar essas relações, enquanto matrizes liberais localizam no trabalho as oportunidades de crescimento pessoal e acúmulo do capital, as concepções marxistas identificam o trabalho como categoria e atribuem a ele funções de convivência política, mobilizações e elaborações capazes de transformações sociais. Analogamente, o lazer para o liberalismo é um tempo de repouso e recomposição das forças de trabalho e para o marxismo o momento de exercitar sua emancipação, autonomia e livre escolha.

Muito embora, enquanto campo de pesquisa, o lazer tenha emergido na segunda metade do século XX, como integrante da vida social começou a ser concebido com a Revolução Industrial. A opressão exercida pela classe dominante no século XIX, a exploração do operariado e a sobrecarga das horas de trabalho foram determinantes para que se reivindicasse o tempo livre, o tempo do ócio. Esse tempo, o do “não trabalho” passou a ser exigido pelos militantes e ativistas políticos da época sendo vários os movimentos desencadeados nessa luta.

Em 1880, Lafargue publica uma obra contendo vários textos de sua autoria conclamando a classe trabalhadora francesa para a mobilização contra a exploração a que era submetida e exigindo o tempo da ociosidade. Esses escritos que foram distribuídos em sua militância nas ruas de Paris foram coletados em uma brochura que recebeu o título de Direito à Preguiça e se tornou um clássico traduzido e lido em vários países ao longo dos tempos. Sem poder considerar que foi aí que se iniciou a consciência social da necessidade do tempo livre, sem dúvidas é possível afirmar que esse ato político foi um marco na luta pelo direito ao ócio. De lá para cá, o lazer figura como componente social e como tal, passível de interpretações, análises e manipulações desde seus usuários, críticos ou acomodados, até aos detentores do poder.

Ao resgatarmos uma das contribuições mais efetivas e que se tornou referência durante décadas no Brasil podemos auferir a visão funcionalista que se pretendeu dar ao lazer, além de caracterizá-lo como mera atividade lúdica negando o caráter de cultura social, defendida posteriormente por Marcellino. Está se falando de Jofre Dumazedier e sua concepção. Para ele, lazer é:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (MARCELINO,1995, p. 31)

A partir desta conceituação, a admissibilidade natural da sociedade se encarregou da institucionalização do lazer como atividade compensatória ao mundo do trabalho, concepção esta que passou a ser contestada relativamente há pouco tempo, a partir de estudos fundamentados no pensamento crítico. Parker (1978) entende que para ser considerado lazer, é preciso subtrair das 24 horas diárias, além dos períodos de trabalho, o tempo de sono, alimentação e necessidades fisiológicas. As horas restantes compreenderiam os momentos de lazer. Outra preocupação do autor é com a qualidade desse tempo, numa evidente crítica ao utilitarismo das atividades recreativas.

Aportes como esses nos ajudam a repensar o emprego do lazer em nosso cotidiano, seja como simples usuários das atividades ou como atores sociais capazes de intervenções transformadoras; como estes, é fundamental a revisão de nossas práticas e como aqueles, é imprescindível preservarmos nossa autonomia. A grande dificuldade, entretanto, está em nos libertarmos do cotidiano que nos é imposto. Na sociedade em que vivemos prevalecem os preceitos liberais do acúmulo do capital e da exploração da classe trabalhadora o que acaba inviabilizando o equilíbrio entre o tempo do trabalho e o tempo livre e é neste contexto que se formulam as críticas ao sistema econômico e crescem as reivindicações de uma boa qualidade de vida.

Compreendendo o lazer como parte significativa do tempo do não trabalho, Gutierrez (2001) questiona como dar a ele significância, se o trabalho, enquanto categoria social se destruiu. O que se vê nos dias de hoje é a apropriação de todo o tempo do homem para a produção, para o acúmulo. As relações são áridas e os compromissos profissionais se sobrepõem a qualquer racionalidade que possa preservar a qualidade de vida. Não há dúvidas que vivemos um processo de alienação para o trabalho e que sempre houve ações orquestradas e deliberadas para relegarmos a planos inferiores as possibilidades de lazer.

Nessa realidade adversa têm sido fundamentais as contribuições do campo acadêmico que provocam as reflexões críticas a respeito do tema, assumem propostas contra-hegemônicas e formulam questionamentos capazes de estimular os conflitos indispensáveis para eventuais mudanças. Assim, pensar qual a função do lazer nas sociedades globalizadas é um importante exercício que pode evidenciar as responsabilidades na manutenção de uma sociedade voltada predominantemente para o trabalho. Mais uma vez, retornamos ao que se define como o potencial *ideologizador* dessas atividades e, desconsiderar essas propriedades é certamente, uma ação política.

São espontâneos e apropriados os enfoques epistemológicos que se apresentam no campo dos estudos do lazer e não há como refletir essa atividade sem repensar sua prática alienada, reproduzida ao longo dos tempos de modernidade liberal. Nessa linha de pensamento resgatamos as indagações de Waichmann (1997) que autenticam as ambigüidades do sistema a que somos submetidos: as atividades de lazer estão sendo propostas fundamentadas em necessidades individuais ou coletivas? Elas têm sido planejadas para proporem emancipação dos sujeitos ou como formas de controle social? São, realmente, atividades para liberar o tempo ou preparar para outras jornadas produtivas?

O autor lembra a domesticação das sociedades para o trabalho, recupera a criminalização do ócio e do tempo livre e resgata os preceitos religiosos de que o labor purifica o homem. Embora estes princípios possam ser tratados como abstrações idealistas o que ele procura demarcar é o processo de alienação imputado à classe trabalhadora. Na visão marxista, este processo, supostamente natural, é gerado pelo sistema econômico vigente que objetiva tão somente o fortalecimento do capital e não prevê o usufruto do tempo livre para o benefício dos cidadãos. O que é evidente, entretanto, é que o lazer está corrompido pelo sistema econômico vigente e como todos outros direitos sociais, comprometido com os princípios liberais.

Recentemente, por conta destas avaliações invasivas, de debates acirrados e posicionamentos críticos foi lançada a premissa de que o lazer estaria vivendo um momento de crise. Esta tese poderia ser enriquecida com a qualificação do debate e é possível afirmar que ele está *em disputa*. Pelo menos três vertentes de nossa sociedade estão num processo de trazer para seus domínios as questões do lazer e dar a ele tratamentos compatíveis com seus objetivos.

O mundo acadêmico percebeu a relevância do tema enquanto categoria social e significativo número de pesquisadores tem se dedicado a seus estudos e promovido

investigações que vêm atualizando a produção de conhecimento na área. Embora este diagnóstico sinalize a grande produção de textos referentes ao assunto, ressalvas devem ser feitas em relação a isso. Anteriormente foi feita a menção do reconhecimento enquanto campo de pesquisa no século XX, mas é preciso contextualizar essa produção para que se compreenda melhor a análise que se pretende fazer. Paul Lafargue (*O Direito à Preguiça*, 1880), Bertrand Russel (*Elogio ao Ócio*, 1932), Johan Huizinga (*Homo Ludens*, 1938), Stanley Parker (*Sociologia do Lazer*, 1976) foram algumas das contribuições em nível mundial e José Acácio Ferreira (*Lazer Operário*, 1959) teria sido o primeiro autor brasileiro a contribuir para a construção do conhecimento relacionado com o lazer<sup>7</sup>.

Em comum estas obras têm o viés crítico com que foram abordadas as relações entre o trabalho e o tempo livre e, sem discordâncias, todas elas abordam a exploração da classe trabalhadora e a opressão sofrida pela sociedade em função do sistema produtivo. O preocupante é que, apesar da produção bibliográfica ter se expandido em proporções significativas, os textos foram se moldando à conjuntura política imposta às diferentes populações do mundo e atualmente pouco se vê de escritos com posições contra-hegemônicas. Os próprios espaços de discussão estão impregnados pelos princípios oficiais e o posicionamento crítico, embora incisivo, é minoritário.

A referência feita ao oficial se justifica pelo fato de se ter a percepção que esse é outro campo de contenda e que os governantes, de qualquer esfera, tem assumido posturas populistas em relação ao lazer e, sem moderação, utilizado do expediente do fascínio que as atividades recreativas exercem na sociedade para manter ou melhorar seus níveis de aceitação ou popularidade. Multiplicam-se, por meio de políticas pretensamente sociais, os programas ditos de lazer nas áreas federal, estaduais e municipais e, ainda que sejam de cunho assistencialista, rendem bons dividendos aos governantes.

O que temos presenciado é a, já assimilada, associação dos esportes com o lazer prevalecendo nos projetos destinados às populações. Quase que invariavelmente, as atividades contemplam as atividades esportivas em detrimento do lazer e são destinadas a potencializar a prática de modalidades esportivas e quando favorecem o lazer, o fazem de forma focalizada e compensatória. Elias e Dunning (1994) mencionam, como já visto, a superposição dos conceitos de lazer e dos esportes e como estes últimos promovem prazer tanto para quem pratica, quanto para quem os assiste. É essa simbiose que, veladamente, vem sendo usada para a definição de pretensas políticas públicas.

---

<sup>7</sup> Essa recuperação bibliográfica se encontra em MARCELLINO, N. *Lazer e Educação*. Campinas: Editora Papyrus, 1995.

Estudos modernos do lazer têm trazido á tona a dicotomia conceitual sobre as possibilidades do lazer ativo e o lazer passivo. Enquanto o primeiro pressupõe os atores como protagonistas das atividades, o segundo reserva aos expectadores a posição de coadjuvantes. Embora as duas propostas tenham seus significados é evidente que a participação efetiva deverá ser a priorizada, pois suas propriedades são mais coerentes como que preconizam os princípios da autonomia e emancipação. No exercício da expectativa, os usuários podem se tornar reféns de outros agentes.

Essa vulnerabilidade a que ficam sujeitos os indivíduos harmoniza as ações oficiais dissimuladas que visam sua ascendência sobre a classe trabalhadora e causam a dependência às iniciativas governamentais para o usufruto do lazer espetáculo. Embora eventuais essas ações na maioria das vezes têm o caráter populista, vêm em forma de outorga e substituem políticas sociais mais democratizadas. Essa é a apropriação praticada pelos poderes públicos, mas mais perversa que ela é a exercida pelo mercado.

O capitalismo, seguindo a lógica do acúmulo de bens, vem transformando tudo em mercadoria e não eximiu o lazer dessas investidas. Foi mencionado antes que o mundo do trabalho se deteriorou e vem oprimindo a classe trabalhadora de forma irreversível. Isso se confirma quando se verifica que as jornadas de trabalho estão destruindo qualquer possibilidade de usufruto do tempo livre de forma emancipada e neutralizando qualquer busca autônoma de lazer, e o que se observa é a limitação da disponibilidade para tal ou a mercantilização das atividades recreativas.

Essa concepção do *lazer mercadoria* que passa a ser absorvido tanto pela sociedade, como, obviamente, pela indústria do lazer pode ser entendida recorrendo a Mézáros (2006) que constata que a burguesia tem se preocupado com a multiplicação desenfreada do lazer por conta dos avanços tecnológicos e que, ainda havendo uma incapacidade do sistema em absorver o tempo livre, ela se mobiliza para transformar esse tempo em algo rentável para o capital. Seu único objetivo sempre será aumentar seus lucros e assim, alienar a população para o consumo do lazer seria uma excelente alternativa.

Foi nesse contexto de cumplicidade entre governos e capital que parte do mundo acadêmico abarcou como área de conhecimento o lazer que, pelas suas potencialidades, se tornou também campo de disputa. Suas peculiaridades e aproximações com os esportes, assim como o fetiche impregnado nessas práticas sociais favorecem o fenômeno que passou a ser identificado como ideologização de atividades outrora naturais e românticas. A responsabilidade desse contexto deve ser atribuída aos sistemas de parcerias entre o público e

o privado, que vem desobrigando o Estado de suas funções sociais e interferindo decisivamente nas definições das Políticas Públicas.

Pensar a utilização dos esportes e do lazer para uso ideológico nos leva, inexoravelmente, ao giro histórico sugerido em parágrafos anteriores. Desde os primórdios das civilizações estas práticas, por sua espontaneidade e naturalidade, serviram de instrumentos políticos de dominação, alienação ou na melhor das hipóteses, para o arrefecimento das relações de poder. Dialogando com os autores que focalizaram em seus estudos essas questões, percebe-se a naturalização do uso das atividades ao longo da história nos antigos impérios, nos processos de afirmação das nações européias e nos confrontos da Guerra Fria, entre alguns exemplos.

#### 2.4 Sobre os esportes e lazer no Brasil

Uma reflexão acerca dessas práticas no Brasil também evidencia a adoção sistêmica desse artifício e um breve retorno na linha do tempo revela essa tendência dos dominantes em seduzir a classe trabalhadora com programas e ações baseadas nos esportes e lazer. Com pouco mais de 500 anos, nosso país viveu, ao longo desse tempo, uma história impregnada de turbulências políticas e sociais que justificaria as necessárias iniciativas governamentais para estabelecer o diálogo com a sociedade e acalmar a classe trabalhadora e as práticas esportivas e recreativas foram protagonistas nestes processos.

O populismo da “Era Vargas” é emblemático para demarcar essa particularidade. Posterior à crise 1929 e em plena vigência do *welfare state*<sup>8</sup>, Getúlio Vargas implementou no país a política do *bem estar social*<sup>9</sup> e elegeu as duas atividades como uns de seus instrumentos. O Estado Novo tinha necessidade de atenuar as conseqüências do autoritarismo do regime e o esporte surge como paliativo para a rigidez política e a exploração imposta aos trabalhadores. Nessa época aconteceram as grandes concentrações populares em estádios esportivos, para onde a população era atraída pelas competições esportivas e também foram criados múltiplos espaços de recreação para os operários e suas famílias. Por essa peculiaridade e riqueza de ações supostamente domesticadoras é que será dado, mais à frente, tratamento focalizado a esse período, o elegendo um marco do estudo que se pretende fazer.

---

<sup>8</sup> Modelo de governo implantado nos EEUU, após a crise de 29, visando a proteção social da população.

<sup>9</sup> Política Social implementada no Brasil de Vargas, baseada no modelo americano.

Subseqüente a essa era, o Governo Dutra segue a mesma lógica do governo anterior e, avançando numa ação conivente com o patronato, em 1946, cria o SESC - Serviço Social do Comércio -, que se propunha oferecer ao trabalhador brasileiro um ambiente de abrandamento *físico e mental* das consequências da exploração do trabalho. Segundo Amoedo e Almeida (2008), a ênfase do SESC seria pela *paz social* e se buscava a harmonia e o espírito de colaboração entre as classes e para tal era necessário *repolitizar* e disciplinar a classe trabalhadora. Evidenciava-se a unificação das elites no processo mascarado de submissão do povo aos preceitos produtivos, mais uma vez por meio de ações assistencialistas.

Duas décadas à frente, outro período que merece ser mencionado por apresentar as mesmas características, e desta vez com carga ideológica mais aprofundada e transparente, é a Ditadura Militar pós-golpe de 1964. Esse período pode ser considerado, em nossa história como o ápice da violência aos direitos humanos e da repressão a qualquer possibilidade de organização na sociedade brasileira. Sistemas de ensino, de saúde, de comunicação, entre outros foram reestruturados para impedir reações ao regime ditatorial imposto ao Brasil.

Contraditoriamente, as competições esportivas e o lazer comunitário foram estimulados em todo o território nacional e o Governo Militar, estrategicamente, difunde uma política nacional de incentivo ao esporte e ao lazer. Castellani Filho (1991) recupera a utilização dessas práticas, para que se atenuassem os efeitos da ditadura sobre a população. Vale recordar, por exemplo, a proliferação de gigantescos estádios de futebol por todo o país, muitas vezes desproporcional à própria população da localidade. Fato que acabou corroborando com esse clima foi a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, no México, quando o exacerbado ufanismo nacional foi capitalizado pelo governo militar e contribuiu consideravelmente para um processo de alheamento a que foi submetido o povo brasileiro.

Essas ações de cunho populista facilitavam o diálogo com a massa populacional. Aliás, o termo *massificar* foi utilizado com tanta intensidade nessa época que acabou assimilado docilmente pela população brasileira, pelos agentes do esporte e da recreação. Inegavelmente, a cooptação se deu via Programas e Projetos governamentais.

Inicialmente é possível lembrar a difusão do projeto Esporte Para Todos – o EPT - que se originou na Alemanha e foi assumido pelo então Departamento de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura, o DED-MEC. Os pressupostos, como o próprio nome indica, eram os de sinalizar a democratização do esporte e viabilizar o acesso a essas práticas a toda a população. Dieckert (1984), seu criador, define as condições e possibilidades para um

bom desenvolvimento do programa: a) conscientização através de lemas e símbolos, b) a relação dialética entre a *ação que vem de cima e a ação por baixo*, c) a formação do professor de educação física, d) a capacidade de organização da comunidade, e) o envolvimento dos clubes e f) a necessidade do espírito de cooperação.

Esses princípios pensados de forma articulada são emblemáticos para definir e revelar as intenções de atrelamento de uma clientela aos objetivos de uma classe dirigente de forma dissimulada, agradável e confortável, mas ainda assim, perversa e nefasta. Mais uma vez se ratifica o protagonismo dos esportes no processo e o que foi uma experiência na Alemanha se reproduziu em nosso país, apesar de realidades sociais distintas. Um eficiente programa oficial de comunicações associadas ao fetichismo das atividades recreativas logrou êxito nesse intento e o povo foi submetido a uma atmosfera de uma artificial exultação. Relevante nos lembrarmos do “Dedinho”, um personagem cujo nome era uma alusão ao DED-MEC, e cuja função era fazer a população se motivar para o esporte. Sempre coadjuvante, a Rede Globo de Televisão veiculou uma campanha nacional com o slogan MEXA-SE. Tudo dentro de um script voltado para o processo de domesticação.

Coerentes com essas políticas, ainda na década de 70, as Ruas de Recreio tiveram relevante papel de alheamento da sociedade. Espaços urbanos eram interditados nos finais de semana e os poderes públicos proporcionavam *gratuitamente* equipamentos e materiais esportivos para usufruto daquela comunidade. O que se propagava era a ida da esfera pública para as regiões mais carentes das cidades, mas na verdade, essas iniciativas contribuíam para a *guetificação* daquela comunidade. Estimulados pelo governo federal esses eventos se multiplicaram pelos estados e se espalharam pelos mais longínquos municípios.

Na mesma linha, podemos recordar das incursões do esporte e lazer nos programas do Projeto Rondon<sup>10</sup>. Criado propondo *integrar para não entregar*, esta significativa iniciativa do governo militar teve a participação efetiva dos acadêmicos de educação física e seus professores, que invadiram os rincões do país para levar, de maneira assistencialista, a iniciação esportiva e planejar competições comunitárias, muitas vezes para populações carentes e desnutridas.

As competições, por sinal, tinham um forte apelo nesse processo dialético entre o poder público e a sociedade. Os esportes escolares foram estimulados intensamente e os eventos esportivos em vários níveis foram incentivados e subvencionados pelo governo federal. Suntuosas verbas foram destinadas para os Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos

---

<sup>10</sup> Projeto Social do Governo Militar que visava a interiorização e levar o desenvolvimento às regiões mais carentes do país.



Universitários Brasileiros. Os estados brasileiros, seguindo a tendência dessa política, também investiam sem parcimônia na preparação de suas equipes, visando uma boa imagem nesses eventos.

Outro movimento oficial importante ocorrido no período foi a edição de um Decreto-Lei<sup>11</sup> que instaurou a Prática Desportiva em todas as universidades do país e a educação física que já era regulamentar no currículo das escolas de 1º e 2º graus<sup>12</sup> desde 1970, passa a ser obrigatória em todos os níveis de ensino. Segundo Castellani Filho (1991), essa iniciativa, em conjunto com o sistema universitário de créditos, visava minimizar as possibilidades de encontro ou reuniões que pudessem oferecer ameaças ao regime. É notória a riqueza desse período, no que se refere ao uso do lazer e do esporte para a aquisição da confiança da população. Havia, para os militares a necessidade de desqualificar as denúncias das repressões e das torturas.

Essa atmosfera, com raros focos de resistência, perdurou até a chamada Nova República<sup>13</sup>. Em 1990 o presidente Fernando Collor cria a Secretaria de Esportes da Presidência da República e inicia uma nova era nomeando para essa pasta, com status de ministro Arthur Antunes Coimbra, o jogador de futebol Zico. Implantava-se aí a utilização da idolatria, pois era inegável o prestígio nacional desfrutado pelo atleta. Também foi emblemática a nomeação de um personagem do esporte de alto rendimento, pois denotava a proposta de valorização desse segmento esportivo, tanto que no ano seguinte com a saída do jogador de futebol, a substituição se deu pelo ex-jogador de voleibol Bernard Rajzman, também atleta considerado de alto nível e, igualmente *um mito* do esporte nacional. (ALMEIDA, 2008)

Neste início do século XXI, o governo brasileiro eleito sob as bandeiras de uma Frente Popular também incluiu em suas propostas de políticas sociais diretrizes no campo dos esportes e do lazer. Não só manteve um Ministério dos Esportes, mas lhe deu significativa legitimidade para propor e desenvolver programas específicos nessa área o que confirma as potencialidades dessas atividades no diálogo com a sociedade. A mera visita ao portal oficial revela a importância política atribuída ao órgão e divulga os inúmeros projetos esportivos pretensamente direcionados à população brasileira.

Entretanto, o que se percebe é a majoritária tendência de propostas apontadas para o esporte de alto nível em detrimento das atividades esportivas mais democratizadas,

---

<sup>11</sup> Decreto Lei 69 450/71

<sup>12</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

<sup>13</sup> Essa foi a denominação escolhida por Fernando Collor de Mello, para identificar seu governo.

evidenciando a opção pela elitização dos praticantes. O atendimento aos anseios populares se materializa no produto final desse processo, ou seja, a forja de atletas para representar bem o país nas competições internacionais ou a promoção dos espetáculos esportivos. Ratifica-se a opção pelo uso do esporte como componente ideológico no diálogo com a população e é nítida a predominância das atividades voltadas para a descoberta ou estímulo dos talentos esportivos.

A história recente do país reservou ao povo a oportunidade de vivenciar a chamada Era dos Megaeventos Esportivos. Esses acontecimentos certamente se consolidarão como históricos e lembrarão a gestão de Lula da Silva como o governo que ofereceu ao Brasil os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e final e apoteoticamente as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Embora sejam pouquíssimos os brasileiros a protagonizarem estes eventos, há uma cumplicidade entre dominantes e dominados na reafirmação dos eventuais benefícios ocasionados pela sequencia inédita de competições esportivas em nível internacional.

Presume-se a divergência entre os marcos ideológicos da “Era Vargas”, referência inicial deste capítulo, e os das recentes gestões de Luiz Ignácio Lula da Silva, entretanto, há aparentes aproximações nas definições de suas Políticas Públicas de Esportes e Lazer, o que sugere a conveniência de se aprofundar em estudos que podem revelar opções em comum ao elegerem essas atividades como instrumentos facilitadores do diálogo entre governos e a classe trabalhadora, em tempos de globalização e liberalismo.

## **2.5 Esportes e Lazer como direitos sociais**

Inicialmente é fundamental reafirmar a preocupação pelo modo de vida que foi imposto a toda humanidade, decorrência do avanço avassalador do capitalismo e da opressão do mundo do trabalho nas últimas décadas. A busca desenfreada pela inserção no mercado de trabalho, a qualificação profissional e a submissão à perversidade desses componentes tão naturalizados hoje em dia, fazem com que os sujeitos excluam de suas prioridades os esportes e o lazer. Há uma dissociação dessas atividades com a qualidade de vida.

Contrariamente a esse pensamento hegemônico alguns estudos críticos têm contemplado a concepção de qualidade de vida em sua plenitude e incluído em suas

particularidades o bom uso do tempo livre, ou liberado, como se referem alguns autores. Esse raciocínio dissemina a tese de que, para além do preenchimento do tempo do não trabalho, é necessário o equilíbrio entre a ocupação e o ócio e que uma alternativa prática e extremamente benéfica seria o usufruto do lazer e dos esportes nesses segundos momentos.

Considerando que, como já foi referido, compomos uma sociedade globalizada pelos preceitos liberais é compreensível que os homens vivam em função do trabalho e busquem sua produtividade e o acúmulo financeiro em detrimento de condições agradáveis da convivência social. Afinal, o fundamental é estar inserido no sistema e produzir para si, sem se importar com sua função de agente do capitalismo, aliás condição *sine qua non* para sua manutenção no mercado. Essa conjunção de valores retira do trabalhador as possibilidades da prática do lazer ocasionando o endurecimento de suas relações sociais.

O agravante nessa conjuntura é que, ainda que esse trabalhador procure por essas atividades ele não vai encontrar situação adequada para isso, pois, ou elas estão mercantilizadas, ou se apresentam sob formas de políticas públicas, com os mesmos vícios e deformidades das de níveis gerais vistas anteriormente. Em outras palavras, as iniciativas estatais na área dos esportes e do lazer também se apresentam ideologizadas com vieses alienantes e domesticadores, alinhadas aos princípios norteadores da política macro.

Essa utilização deliberada por parte dos governantes se torna favorável pela natureza carismática dessas atividades – o que vai ser aprofundado mais à frente – e contribui decisivamente para o abrandamento do diálogo com seus governados, na perspectiva do fortalecimento do aparelho oficial e do acúmulo do capital, elementos essenciais para a manutenção da ordem estabelecida.

Almeida (2007) caracteriza as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, genericamente, como sendo assistencialistas e clientelistas, além do que suas ações não apresentam continuidade por conta das eventuais mudanças de gestões. Essa visão se fundamenta na idéia de que o caráter lúdico, as atividades espontâneas, o prazer e o fascínio pela prática esportiva são características exploradas pelos órgãos oficiais na perspectiva do abrandamento dos efeitos nocivos da injustiça social a que são submetidos os cidadãos e da aderência da população aos aparelhos estatais.

Nessa linha se fortalece a imagem edificada de um setor coadjuvante no processo de dominação levado a termo pelos governos de todas as esferas. Sejam eles órgãos federal, estaduais ou municipais a tônica tem sido a de patrocinar o bem estar da sociedade sem grandes preocupações com a democratização das ações e do exercício da autonomia dos

sujeitos. Proporcionar um ambiente agradável e situações aprazíveis está muito à feição do *estado de bem estar social* que pretendeu oferecer serviços compensatórios para que se dissimulassem os rigores imprescindíveis para a sustentação de um modelo político e econômico.

Aí é que se encontram os problemas, pois na medida em que se caracteriza a dádiva ou beneficência se invertem os valores e o que deveria ser um direito social passa a ser cessão do estado. Para que a área pública seja protagonista na construção de propostas democráticas, inclusivas e participativas é necessário pensar as “políticas públicas no campo do lazer, verdadeiramente sintonizadas com a conquista da cidadania e a autodeterminação popular”. (MASCARENHAS, 2007, p. 18)

Outra face, igualmente distorcida dessas políticas é a instrumentalização do lazer e dos esportes para que se tornem, legitimados pela comunidade, artifícios funcionalistas de controle social e de preenchimento do tempo livre. O discurso, ideologicamente construído, alerta para o *bom uso* das horas ociosas e qualifica as atividades como alternativas para o mundo da violência e da marginalidade, num pretense messianismo que pode retirar os jovens do caminho das drogas, por exemplo.

Interessante observar que, como vimos em capítulo anterior, a superposição de significados e valores entre esportes e lazer também se faz sentir na definição das políticas públicas e corrobora para a confusão entre as atividades. No caso dos órgãos públicos, a associação é deliberada e estrategicamente disseminada, pois há o entendimento que a palavra lazer é mais sedutora e abrangente do que esporte, a ponto de ela estar incluída na designação dos setores responsáveis pelas atividades. Secretaria de Esportes e Lazer, Secretaria de Cultura, Lazer e Esportes, Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Lazer e Esportes são algumas das denominações que recebem os órgãos que conduzem as *atividades esportivas* oficiais de estados e municípios.

A utilização da expressão *atividades esportivas* foi proposital porque ela expressa bem a preocupação que se tem com a minimização do lazer enquanto atividade a ser disponibilizada pelas esferas públicas. Para além da conveniência de se usar o termo lazer como atrativo para os programas, se confirma que não se trata apenas de inversão de prioridades, mas sim da predominância dos esportes de competição. Almeida e Silva Júnior (2009) constatam essa tendência ao analisar as políticas públicas dessas atividades na área federal, do Estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói. Na avaliação feita pelos

autores, o Ministério dos Esportes apresenta apenas dois projetos voltados para o Lazer, enquanto as esferas estadual e municipal atendem exclusivamente o esporte.

Conjuntura como essa pode suscitar indagações no sentido de se refletir se é conveniente para o lazer continuar institucionalmente articulado com os esportes, já que as ações deste último estão quase que invariavelmente em conformidade com os de competição. Para se responder a essas indagações é fundamental que se tenha a compreensão que o lazer abrange as atividades esportivas, mas o inverso, não necessariamente ocorre.

Essas reflexões são pertinentes a partir do entendimento de que elas podem contribuir para a formulação de propostas dissociadas e que haja um maior equilíbrio entre os planejamentos de projetos que atendam o esporte e o lazer. A observância de alguns princípios pode reverter a tendência esportivizada das iniciativas públicas no campo do lazer e Godoy (1995) elege alguns que foram priorizados por ele, quando de sua passagem pela Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo de Piracicaba, SP, no início da década de 90.

O lazer deve ser direito da população e vivenciado pelo maior número de munícipes possível;

O esporte o lazer, patrocinado pelo poder público, não devem estar em função do rendimento atlético, mas sim em consonância com atitudes de cooperação, participação e ludicidade;

O esporte e o lazer, como fenômenos sociais, vão além da concepção de prática e atividade física em tempo disponível, motivo pelo qual é necessário um trabalho coordenado com outras secretarias, como: Educação, Cultura, Bem-Estar Social;

Todas as faixas de idade da população devem ter acesso às atividades esportivas e de lazer;

É direito da pessoa portadora de deficiência, a participação em atividades esportivas e de lazer; (GODOY, 1995, p. 92)

No entanto, o que se reproduz são modelos que desprezam suas obrigações sociais e estão mais comprometidos com estimativas estatísticas e dividendos políticos. Estes são a grande expectativa das políticas públicas nos dias atuais quando os serviços sociais, paulatinamente, se afastam de suas finalidades e se tornam instrumentos ideológicos para a dominação e em última instância para a mercantilização daquilo que um dia, teria sido direito de cidadania.

O que emerge na discussão até aqui estabelecida é a acuidade da classe dirigente e a sensibilidade do capital que perceberam nos esportes e lazer as potencialidades para a consolidação do sistema capitalista. Todavia, também preocupa a atmosfera alienante que se espalha pelo mundo e se reflete também em nosso país com o agravante que não só as camadas carentes economicamente se encontram entorpecidas, os profissionais que trabalham

com os esportes e lazer são partes desse projeto político de globalização da economia que destrói os mais básicos direitos sociais.

## 2.6 A perda da espontaneidade e da identidade dos esportes

Sábado, 1º de maio de 1943. O público que lotava o estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, não ouviria apenas um discurso do presidente Getúlio Vargas em homenagem ao Dia do Trabalho, seguido de uma partida de futebol. Todos ali testemunhariam o nascimento de um conjunto de leis que atravessaria décadas, regulando as relações de trabalho e norteando a relação entre capital e trabalho no Brasil<sup>14</sup>.

Sexta-feira, 31 de dezembro de 2010, festividades do réveillon em Copacabana, um dos eventos populares mais concorridos do mundo. Numa manobra midiática, foi anunciada e divulgada para todo o país a *logomarca* das Olimpíadas de 2016, a RIO-16. Três enormes bandeiras de 1200 m<sup>2</sup> foram abertas sobre a multidão na praia, que ovacionava entusiasmadamente, não só os Jogos, mas as autoridades políticas, artistas e ídolos esportivos nacionais presentes ao evento.

Quase 70 anos separam os dois episódios registrados acima e uma simples reflexão aponta as afinidades e coerências entre eles: a concentração popular, o gosto pelos esportes e a manipulação ideológica. É inegável a atração que as competições esportivas exercem sobre os brasileiros e o que se pretende neste tópico é contemplar as contradições que se apresentam nas relações entre o povo e seus dirigentes e refletir, criticamente, sobre eventuais apropriações desse entusiasmo.

É importante reafirmar que as ponderações pretendidas serão estimuladas tendo como perspectiva o conjunto de elementos políticos mencionados anteriormente e que têm como seu componente articulador, a ideologia. Pela configuração do Estado e da sociedade civil atual podemos identificar bem nitidamente duas intenções nas relações dialéticas entre dirigentes e dirigidos, uma delas a manutenção da ascendência da primeira sobre a última e a outra finalidade seria a mercantilização das atividades visando o fortalecimento e o acúmulo do capital.

Embora essa tarefa seja facilitada pela natureza das práticas esportivas, ela conta com eficientes táticas ideológicas que incisivamente reafirmam valores que normalmente já são

---

<sup>14</sup> Disponível em; < <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2003-05-01/criador-da-clt-relembra-1º-de-maio-de-1943> >. Acesso em 20/01/2011

sedutores para a população. O diálogo entre as duas pontas do sistema se torna mais acessível com a intervenção da mídia, por exemplo. Lembremo-nos da contribuição de Mattelart (2001) que aponta a propaganda como o eficiente meio de propiciar a adesão das massas a qualquer que seja o objeto, fato reconhecido inclusive pelo senso comum.

No caso dos esportes, isso fica patente e ainda que a própria sociedade possa atestar essa potencialidade, alguns estudiosos resgatam ações nesse sentido que comprovam o charme e a eficácia das transmissões esportivas. Blainey (2008) relata que no início do século XX já se percebia a importância dessas difusões e registra que, a partir da chegada da energia elétrica nos espaços esportivos, além da possibilidade de realização de atividades noturnas, as narrações radiofônicas se tornaram viáveis. Sugere que a luta de boxe entre Jack Dempsey e George Carpentier, em 1921, em New Jersey, talvez tenha sido o primeiro acontecimento esportivo a ser assistido por um público presente e outro à distância.

Se considerarmos o avanço tecnológico e o alcance das últimas transmissões de Copas do Mundo e Olimpíadas, passando pelo marco histórico da 1ª transmissão do Mundial de Futebol de 1954 (em preto e branco e apenas para oito países); da primeira transmissão para o Brasil em 1970 (em cores para pouquíssimos privilegiados) e das imagens coloridas para o Brasil em 1974<sup>15</sup>, podemos avaliar o longo caminho percorrido e os resultados práticos consignados pela indústria midiática.

Gastaldo (2002), avaliando essas relações, sinaliza para a importância que têm os esportes e, especialmente o futebol para a área das comunicações. Na luta pela audiência, os noticiários e a própria distribuição dos programas contemplam exemplarmente as participações nessas atividades. A plena interação entre a população e o distante acontecimento mundial se dá por intermédio da mídia e, quanto maior o avanço tecnológico e tempo de exibição dos jogos, maior são seus dividendos.

Outro segmento das comunicações de massa que se utiliza do esporte como ferramenta de sedução para atingir seus usuários é a imprensa escrita. As revistas e, principalmente, os jornais assumiram as competições e seus atores como importantes elementos de sua sustentação e o acompanhamento de torneios, campeonatos e competições passaram a ser fundamentais para a manutenção de seus lugares no mercado. Esta prática, como vimos com Hobsbawm (2008), já era notada na Inglaterra no século XIX e merece registro o fato histórico de se usar os feitos e resultados dos atletas e equipes que obtiveram destaque em suas atividades para materializar uma afinidade entre os meios de comunicação e a população.

---

<sup>15</sup> Dados disponíveis em < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Copa\\_do\\_Mundo\\_FIFA](http://pt.wikipedia.org/wiki/Copa_do_Mundo_FIFA)>. Acesso em 12/10/2012

No Brasil, a exaltação dos feitos esportivos e resultados expressivos de atletas ou equipes também fazem parte desse jogo. Espaços disputados nas edições diárias dos jornais são preenchidos sem contenções para a divulgação das vitórias do esporte brasileiro. A edição de O Globo de 28 de agosto de 2008, por exemplo, preencheu mais da metade de uma página de seu caderno de esportes divulgando a recepção que a seleção feminina de voleibol teve em São Paulo, após o seu retorno vitorioso das Olimpíadas de Pequim. Honras para as heroínas foi a manchete, cuja reportagem descreveu o desfile em Carros de Bombeiros com escolta de caças da Força Aérea Brasileira<sup>16</sup>.

Acontecimentos como esses nos fazem identificar duas ações, no mínimo, emblemáticas: a euforia do nosso povo pelas jornadas vencedoras do esporte brasileiro e a exploração pela imprensa do feito dos atletas. As atitudes passionais sobrepondo as racionais, a reverência aos ídolos esportivos e, principalmente, a vulnerabilidade popular causada pela emoção favorecem o estabelecimento de uma relação tendenciosa entre os poderes públicos e a classe trabalhadora que beneficia a manutenção de uma conjuntura política e que inibe as transformações sociais.

Considerando que estamos falando da nocividade de um processo alienante para que a dominação prevaleça e que a relação entre dominantes e dominados se estabeleça sem maiores traumas, é plausível que instrumentos apaziguadores sejam utilizados para essa domesticação, e é nesse sentido que é possível caracterizar os esportes como uma das atividades vulneráveis ao processo de ideologização.

Por isso tem sido comum sua utilização para o arrefecimento da imposição de políticas econômicas e sociais dos diversos níveis de governos. Muito eficiente nos regimes autoritários, esse procedimento foi redescoberto por governos pretensamente democráticos e participativos. Santin (2002) lembra a instrumentalidade dessas atividades e aponta seu uso para suprir a necessidade de um governo manobrado por dirigentes que têm que buscar subterfúgios para garantir sua legitimidade e se comunicar com a população explorada. Acrescenta que nada melhor do que promover eventos esportivos e valer-se dos superatletas como esses canais de comunicação.

Os dois fatos históricos que introduzem estas reflexões são emblemáticos para se compreender esta linha de ação política na lógica da dominação, mas eles se reproduzem em efeito cascata e são imitados pelas esferas inferiores. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o governador Sérgio Cabral anunciou o apoio financeiro de R\$ 500.000,00 por ano,

---

<sup>16</sup> Edição do Jornal O Globo, 28 de agosto de 2008, p. 37.



até o final de seu mandato, para os 14 melhores judocas do Rio. Essa atitude paternalista visa manter as condições de treinamentos e de participações nas competições daqueles atletas que perderam o patrocínio financeiro da Universidade Gama Filho. Simbólica e demagogicamente, ele fez o anúncio com um quimono substituindo seu paletó na presença dos atletas agraciados por essa medida casuísta e populista.

Eventos como esses nos fazem intuir que a atração da população pelo esporte de alto nível idolatrando seus atletas é tão intensa que, contraditoriamente podemos apontar que mesmo excluída das propostas governamentais de esporte e lazer, ela exalta os heróis esportivos e seus feitos. Isso, certamente, torna mais fácil o trabalho dos dirigentes em dialogar com a classe trabalhadora e ratifica a eficácia dessas ações de mascaramento da realidade.

Alerta, não menos significativo faz Penna (2008) chamando a atenção para a construção de um novo tipo de nacionalismo, onde o esporte tem atuado decisivamente para inflamar as massas, desviar atenções e estimular o sentimento de amor à Pátria. O civismo esportivo se sobrepõe aos fatos concretos e anula as possibilidades de resistência ao sistema na medida em que artificializa o ambiente tornando-o agradável, ainda que superficialmente.

Kosik (1976) atribui ao senso comum e à característica do homem, a naturalidade em orientar-se, familiarizar-se e manejar as coisas sem, entretanto, ter a compreensão dessas coisas e da realidade. O autor alerta para o fato de que sendo o pensamento comum a forma ideológica do agir humano, a prática feitichizada e a manipulação favorece o entendimento de um mundo real naquele que seria o mundo da aparência. A articulação do pensamento desses dois autores explica o fenômeno que ora focalizamos.

O poder de sedução das competições esportivas, a comoção que toma conta do Brasil em épocas de campeonatos mundiais de futebol, o bom desempenho que nossos atletas têm nas competições sul-americanas e a utopia de conquistar um lugar de destaque no cenário olímpico mundial favorece as condições para uma relação harmoniosa entre Estado, a sociedade brasileira e o mercado. O esporte se torna um forte aliado para a manutenção dessa convivência que atribui satisfação para o povo e o conforto necessário para uma governabilidade que atenda os interesses das classes dirigentes.

Considerando que a política macro é fundamentada nos princípios econômicos do acúmulo de capital, é racional que o aparato esportivo sirva a esse propósito e atue em função da lógica financeira que move o Estado e a sociedade. Essa conjuntura é abalizada por políticas financeiras globalizadas expressas em iniciativas identificadas como neoliberais.

Ao se referir à globalização e refletindo sobre a acomodação da população em relação às violências a que é submetida, Harvey indaga: “terá a adoção do termo indicado uma confissão de impotência da parte de movimentos nacionais, regionais e locais da classe trabalhadora ou de outros movimentos anticapitalistas?” (HARVEY, 2004, p. 79) Na sua reflexão ele avança na resposta e sinaliza que a naturalização da expressão funciona com uma “contenção da ação política localizada ou nacional” (HARVEY, 2004, p. 80). Para ele a globalização é um processo, um projeto político e como tal, pressupostamente está em disputa, o que estimula as intervenções dos vários setores da sociedade.

Nesse sentido pode se identificar a veemência com que o mercado se apropriou dos esportes. O fenômeno da atração popular pelas competições esportivas desencadeou nas últimas décadas um desproporcional investimento, por exemplo, na venda de produtos e marcas. Bebidas, alimentos, veículos, produtos de beleza e, obviamente, vestuários e materiais de esporte são associados às imagens vitoriosas de personagens das arenas esportivas, representações estas multiplicadas e reproduzidas incessantemente pelos meios de comunicação.

Estes mesmos meios que além de alimentarem a concorrência entre eles, foram determinantes na reestruturação de códigos, convenções e até das regras oficiais das modalidades esportivas para atender as necessidades do mercado midiático. É sabido que a contagem de pontos nos sets de vôleibol foi modificada para que uma partida se tornasse rentável para a transmissora e patrocinadores. Da mesma forma, o basquetebol mundial tornou padrão o formato profissional da Liga Americana e transformou os dois tempos de jogo em quatro quartos, viabilizando o aumento da publicidade nos intervalos entre eles. Estes são apenas dois exemplos de atualizações internacionalizadas para atender às demandas de patrocinadores e dos tempos de transmissão pela TV.

O agravante deste fenômeno é que se extrapolou da dimensão dos materiais e se atingiu níveis alarmantes de rotulação de pessoas como mercadorias. A concorrência pelo mercado desumanizou o tratamento para com esses esportistas, homens e mulheres, que se subordinaram ao injusto sistema liberal mundial. Mézáros argumenta que a despeito de se adjetivar essas ações como globalizantes, é impossível existir uma unificação calcada em desigualdades e que a única potencialidade de universalização que apresenta o sistema capitalista é se transformar “na realidade da alienação desumanizante e na reificação” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Uma análise dessa situação esportiva mundial a que nos referimos revela a aderência de seus sujeitos aos princípios do capitalismo, ainda que isso acabe transformando os sujeitos em coisas. Entre os que se submeteram á essa lógica mercantil, disponibilizando inclusive suas imagens, estão os atletas. Como esses esportistas bem sucedidos são identificados pela sociedade como ídolos, eles têm sido estimulados a exercerem a função de agentes facilitadores da comercialização, muitas vezes involuntariamente.

Nesse processo grandes marcas mundiais e nacionais transformaram indivíduos em verdadeiras estantes de negócio e o curioso é verificar a ambiguidade das relações desses personagens com as pontas do sistema: ao mesmo tempo em que desfrutam do carinho, reconhecimento, admiração e até gratidão do povo são tratados pelos donos das poderosas marcas com a naturalidade e friquidez características de uma boa relação comercial.

Embora essa tendência atinja a maioria das modalidades esportivas de competição, foi no futebol que isso ocorreu de forma avassaladora. As equipes de vôlei, basquete e futsal, no Brasil têm sobrevivido com a rotatividade dos nomes dos patrocinadores dos grupos de jogadores e a identificação dos clubes ficou em segundo plano, mas a agressividade das marcas é notória no futebol. A tradição e o conservadorismo mantiveram suas regras oficiais, mas códigos, regulamentos e convenções históricas vêm se adequando há algum tempo à universalização econômica.

A prática deste esporte que já foi romântica e teve seu charme mundial se transformou, de forma irreversível, num dos mais potentes instrumentos de acúmulo e multiplicação do capital, em nível mundial. Sua polarização se dá, em nível mundial entre as fabricantes de material esportivos Nike e Adidas, a tradicional Copa Libertadores das Américas se torna Copa Santander e o Campeonato Mundial de Clubes se transforma em Copa Toyota. Os salários se tornaram “direitos de imagem” e se observa uma rotatividade de atletas entre clubes nacionais e internacionais, antes inimagináveis.

Essa mercantilização e a conseqüente coisificação dos atletas espelham a naturalização e admissibilidade por parte dos indivíduos de relações áridas advindas do ambiente de competitividade e de indiferença que emerge nas diferentes sociedades. O que temos visto são os esportistas de alto rendimento buscando a superação de seus próprios limites pela busca de recordes e resultados expressivos que os tornem mais valiosos, à custa de qualquer preço, inclusive a saúde.

Essa situação na área esportiva apenas ratifica uma das características do sistema capitalista onde os sujeitos estão se tornando objetos legitimando a relação comercial de

forma dialética: o capital, representado pela empresa, trata seus trabalhadores como *coisas* e o individuo se subordina a ela em troca do salário ou da estabilidade da manutenção no sistema. Cada vez mais se identifica o conceito de *mais-valia*, nestes tempos com perversidade mais acentuada.

Sennett (2006) também aponta a tendência do capital em tratar os trabalhadores como se fossem efêmeros, sem os mínimos sentimentos de relacionamento humano, pois o que importa é agradar aos consumidores, estes os grandes objetivos no mundo dos negócios, os responsáveis pela lucratividade e acúmulo do capital. Assim tem sido o procedimento das grandes multinacionais, assim tem sido no mundo dos esportes onde se percebe uma perfeita harmonia entre os atletas profissionais do futebol e o capital financeiro mundial, numa relação em que os sujeitos se submetem a lógica comercial, muitas vezes nem se dando conta de sua transformação em meros objetos mercantilizados.

Ainda que estas análises estejam focalizadas nas competições de alto rendimento, elas podem indicar uma tendência que responde ao questionamento anteriormente feito: a de que a educação física e os esportes aderiram predominantemente à lógica de mercado e secundarizaram suas potencialidades como instrumentos inclusivos e de convívio social. O gosto pelos esportes, independente da finalidade que se dê para ele, está presente em todas as faixas etárias, em todas as classes sociais e em todos os sexos. É inquestionável sua importância social nas práticas mais espontâneas, lúdicas e prazerosas, mas é na sua forma mais comprometida com a profissionalização e o mercado que ele se consolida.

Essa constatação requer uma reflexão apurada sobre a tríade com que se iniciou este estudo e incluir no debate as questões do lazer. Vários são os pesquisadores que apontam a sua utilização também com valores ideológicos conexos com os identificados nos esportes, ou seja, com contornos assistencialistas e utilitaristas ou mercantilizados. Uma forte associação bem trabalhada pela classe dominante foi a de conceber o espetáculo esportivo como uma prática de lazer, obviamente sob o controle de Estado e do capital financeiro. Esses elementos justificam que se faça uma contextualização do que tem ocorrido com as atividades recreativas em nossa sociedade.

## **2.7 A quem interessa a espetacularização dos esportes?**

Inquestionável neste mundo moderno dominado pelas relações capitalistas é a consolidação do espetáculo como mercadoria e inegável também a submissão da sociedade a mais essa forma de exploração econômica. Conhecendo a estratégia capitalista de transformar tudo em artigos lucrativos, não será difícil estabelecermos os nexos entre a lógica mercadológica e os eventos esportivos.

Várias contribuições até aqui mencionadas se referiram a dupla funcionalidade do esporte, na relação com o lazer. Na sua forma mais genuína ele é uma atividade essencialmente recreativa para seus praticantes, mas tem seu encanto também como objeto de contemplação, apesar de que os tempos atuais tenham comprometido essa concepção. O esporte enquanto prática social tomou um rumo para além da simples profissionalização e transformou-se, como foi observado, em forte aparelho de acúmulo do capital. Em seu formato de espetáculo, entretanto, foram descobertas potencialidades que vêm sendo consagradas como aliadas no processo de dominação estatal e inesgotável fonte de renda para os negócios.

Bucci (2005) tem importante contribuição a dar quando se aborda o tema e nos faz refletir sobre o significado que adquiriu, no modo capitalista, o mote da imagem e sua relação com o mercado:

O capitalismo atual tem sua mercadoria antes na imagem da coisa do que na coisa corpórea. É como imagem que a mercadoria circula. É sua imagem que precipita seu consumo – é sua imagem que inicia, e que embala, a realização do seu valor (BUCCI, 2005, p. 219).

Apesar do pensamento histórico marxista não ter se atentado, segundo Bucci, para outras formas de mercadoria que não sejam coisas, ela pode ser determinada *pelas necessidades originadas da fantasia*, e também ser vista como um signo. O jornalista afirma que o capitalismo tem, também, a capacidade de fabricar o imaginário social e aí se explicaria o conceito dos signos. É nesse sentido que podemos situar a ilusão dos espetáculos esportivos.

Conhecendo a paixão que nosso povo tem pelos esportes, o governo federal tem capitalizado ganhos políticos com uma série de acontecimentos, a chamada era dos megaeventos esportivos no Brasil, os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2008; a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as próximas Olimpíadas, também no Rio de Janeiro, em 2016. Essas competições passaram a receber o apoio total do Ministério dos Esportes, inclusive com consideráveis aportes financeiros com verbas públicas, confirmando a tese de

Taffarel e Santos (2006) que o uso das competições de alto rendimento é eficiente para iludir o povo.

O que evidencia a lógica desse pensamento é a contradição de vermos governos que pouco investem em políticas públicas, notadamente na área dos esportes e do lazer, assumirem compromissos financeiros astronômicos visando privilegiar eventos como esses. A conclusão plausível é que o interesse que desperta em grande parcela de nossa população faz com que os governos apostem nestes acontecimentos, principalmente visando as parcerias com a iniciativa privada.

No momento em que se percebe a euforia generalizada pela realização das Olimpíadas no Brasil, cabe uma reflexão mais aprofundada sobre o fato e é necessário que essa análise seja feita de forma contextualizada no panorama político, econômico e social em que vive nossa sociedade.

Alguns fatores foram decisivos para que tenha havido a exultação, tanto local, quanto nacional, pela primazia concedida ao Rio de Janeiro. O gosto popular pelo esporte; o longo período de exposição pela mídia da candidatura e manipulação dos sentimentos nacionalistas do povo; a participação efetiva dos ídolos esportivos brasileiros na campanha; as parcerias oficiais, federal e municipal e a influência decisiva do mercado nesse projeto, aliados a alta popularidade do governo federal consolidaram esse momento de evidente ufanismo.

Contraditoriamente, embora haja um propalado crescimento econômico, o país ainda vive uma crise social sem precedentes, com numerosa população de rua e altos índices de violência. A cidade do Rio de Janeiro figura como uma das mais atingidas por essa conjuntura e é um dos ícones nacionais desse contexto, todavia a população carioca, não consegue intuir a conjuntura em que foi instaurado o processo. Não há a mínima percepção de que todo esse projeto está alicerçado em interesses opostos à classe trabalhadora e que, a despeito dessa realização, o embate entre as classes sociais certamente continuará e, em bases extremamente desiguais.

É previsível que haja um crescimento do emprego temporário, que haja aumento da entrada de capital na economia brasileira e que se consolide o prestígio turístico da cidade como o maior potencial de visitação do país. Mas quem lucrará, e muito, com a realização dos Jogos Olímpicos, indubitavelmente, será o grande capital: as construtoras e empreiteiras, as redes hoteleira e gastronômica, os locadores de imóveis, os meios de comunicação etc.

A festa de réveillon de Copacabana foi estrategicamente programada para aproveitar a multidão habitual e apoteoticamente fazer o lançamento da *marca* RIO-16, que deixou de ser

um ingênuo símbolo esportivo e de domínio público, para ser uma peça publicitária, com detentores da imagem e direitos de comercialização com a função de lucrar para o Comitê Olímpico Brasileiro 3 bilhões de reais?<sup>17</sup>

Estes próximos anos que nos separam das Olimpíadas, certamente, apresentarão os mesmos índices de exclusão, as taxas de desemprego não cairão significativamente, as políticas públicas deverão continuar inadequadas, a corrupção oficial continuará sua trajetória, mas ainda assim a população estará, ansiosamente, aguardando o grande evento, que, aliás, a maioria não terá acesso, presencialmente.

O princípio apontado por diversos autores, de que o esporte e lazer podem caminhar juntos tem apenas servido para legitimar as ações das classes dirigentes no sentido de se retirar da classe trabalhadora uma das mais triviais possibilidades de lazer: o assistir a um jogo, a uma competição. Aproveitando-se da mercantilização de inúmeras atividades culturais, Estado e Capital, mais uma vez se reuniram para privatizar as emoções humanas.

Por estas e outras iniciativas é que o governo Lula da Silva tem sido foco de estudos em diversas áreas do conhecimento humano. Supostamente há muitas contradições a serem expostas, principalmente no que se refere a serviços sociais e é por esse motivo que é oportuno avaliar a autenticidade das assertivas sobre a subserviência de suas gestões aos princípios dos organismos financeiros. Este trabalho tem a pretensão de dar sua contribuição em uma área específica, se ocupando do recorte dos esportes e do lazer como direitos sociais.

---

<sup>17</sup> Valores disponíveis em: <: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/853662-rio-2016> >. Acesso em 02/01/2011.

### **3 DESENVOLVIMENTISMO, NACIONALISMO E POPULISMO: AS POSSÍVEIS FACES POLÍTICAS DE UM GOVERNO**

A globalização baseada em princípios capitalistas atingiu de forma irreversível as atividades culturais a ponto de elas perderem suas identidades espontâneas. Apesar de entender que essa universalização da lógica neoliberal é nefasta para todo o planeta, e em todos os aspectos, minha pretensão neste estudo é focalizar o Brasil e mais especificamente, fazer um recorte sobre as políticas públicas na área do lazer e dos esportes.

Tendo convicção que está consolidada a Parceria Público-Privada em nossas políticas sociais, penso que ao analisar iniciativas estatais estarei estimulando as reflexões necessárias para, também, contemplar as ações que favorecem o capital financeiro. Outra inquietação que me motiva no aprofundamento no tema é a naturalização da articulação Estado/Mercado ao longo da história política do país, independentemente das supostas variadas matrizes ideológicas dos grupos no governo.

No sentido do que pretende esta Tese que é pesquisar, conhecer e avaliar criticamente as ações de duas gestões governamentais federais, em diferentes épocas da história do Brasil e de ascensão ao poder de formas distintas, é plausível que uma análise empírica contemple suas aproximações. Entretanto, a busca de elementos conexos, tenderá a fundamentar eventuais comparações entre eles e acreditamos que considerar aspectos teóricos de alguns conceitos vai contribuir para as reflexões que se pretende fazer.

#### **3.1 Desenvolvimentismo, Nacionalismo e Populismo: conceitos e práticas políticas**

Embora estes preceitos tenham seus significados e projetem resultados supostamente diversos, a sua aplicação por modelos políticos sinaliza afinidades entre eles e denota compatibilidade entre os objetivos almejados pelos grupos dirigentes. Nos estudos desses temas, os próprios autores os fazem de maneira indissociável com os projetos políticos e seus personagens, sejam de uma era, de um país, ou de um grupo de poder.

Para qualificar o dialogo com a bibliografia não estarei considerando as correntes ideológicas dos diferentes pesquisadores e não necessariamente serão contemplados textos



críticos, pois o relevante neste momento é a familiarização com os conceitos em questão. Assim, minha intenção é considerar toda e qualquer contribuição que possa auxiliar na compreensão dos movimentos políticos associados aos mesmos.

A primeira contribuição virá de Bresser Pereira (1979) que, ao pretender analisar o desenvolvimentismo no Brasil, demarca que a abordagem do tema leva naturalmente a uma contextualização histórica da relação entre governos e empresários em nosso país e às repercussões socioeconômicas provenientes das matrizes ideológicas. Embora o projeto desenvolvimentista, em tese, proponha o crescimento benéfico para uma nação, as contradições e repercussões sociais se apresentam de forma inevitável e o que se constata é o aprofundamento e o acirramento das desigualdades entre as classes.

Pensar o desenvolvimento de forma estrita pressupõe crescimento, fortalecimento, autonomia e independência, mas o que acontece no contexto histórico e político é uma apropriação conceitual por modelos políticos que comprometem as propostas de isonomia social. Adotar concepções desenvolvimentistas nos princípios norteadores do Estado tem sido sinônimo de privilegiar as classes dominantes

A percepção crítica desses elementos alerta para a impossibilidade de se conciliar o desenvolvimento – tal como é concebido politicamente – com ganhos sociais para a classe trabalhadora, haja vista que os interesses da classe detentora do capital serão sempre os de acúmulo do lucro. O significado político do desenvolvimentismo sempre foi o ganho financeiro do empresariado, o que nos leva a concluir que a proposta política nessas bases indica ações ajustadas entre o Estado e setores privilegiados da sociedade. Sendo a justificativa o crescimento nacional, se tornam aceitáveis os receituários oficiais para a convivência com o sistema.

Argumentos utilizados de forma estratégica neutralizam resistências e pavimentam o caminho para a implantação de modelos associados ao desenvolvimentismo. Assim, a utilização do sentido antagônico da concepção sensibiliza mais e, neste caso, a busca de caminhos para *melhorar* um Brasil subdesenvolvido, se torna justificativa admitida pela população. É nessa perspectiva que Schwartzman (1961) lembra que o discurso de desenvolvimento nacional atende nossa expectativa de vencer o atraso.

Um resgate histórico de nosso país, o que será feito à frente, registra os momentos em que deliberadamente o termo *desenvolvimento* foi utilizado, não apenas em seu significado semântico, mas fundamentalmente em sua concepção política. Na visão de Bresser Pereira (1979), não há condições de conceituá-lo politicamente sem inserir nessa conceituação as

transformações econômicas e sociais que se instituem em nome da busca da autonomia da população. Para o autor a convocação a esse modelo sempre se deu em momentos de crise, com a classe média no poder e a tendência de socializar a economia.

Teses como estas ratificam as reflexões que se pretende com este trabalho, na perspectiva de estimular uma visão crítica e epistemológica do conceito desenvolvimentista. Diversos autores e suas obras destacam o caráter predominantemente econômico do modelo e os ardis embutidos em sua aplicação. A camuflagem atraente do sistema dissimula seus efeitos nocivos e o apelo do fortalecimento e ganho de credibilidade favorecem o estabelecimento dos consensos necessários para os ganhos do capital.

Dois textos de Jaguaribe (1961) dão relevantes contribuições para os estudos sociais brasileiros. O primeiro deles faz um diagnóstico extremamente negativo da conjuntura brasileira e o outro propunha a solução para o que foi identificado pelo autor como uma crise nacional. A leitura dos artigos ratifica a ideia que para resolver as dificuldades da época, seria imprescindível a adoção de um projeto macro que deveria ser abarcado por toda a nação brasileira em busca da soberania nacional. Estamos falando da década de 50 e do processo que culminou com a divulgação pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP<sup>18</sup> – do documento formal da Política Nacional de Desenvolvimento.

Para caracterizar a crise brasileira, o autor se utilizou de parâmetros que demarcam os níveis de preocupação contemplados na análise da realidade do país. Os quatro aspectos básicos identificados foram o econômico, o social, o cultural e o político, demonstrando explicitamente a articulação considerada pelos pensadores do Instituto. Na sua compreensão a relação entre esses campos era decisiva para a situação do momento e, as respectivas avaliações negativas tinham que ser revertidas para que um prognóstico favorável pudesse ser projetado.

Ao identificar o que chama de crise econômica estrutural, Jaguaribe credita ao nosso *subdesenvolvimento* a culpabilidade pela deterioração e vulnerabilidade da economia brasileira, ou seja, a dependência de matérias primas básicas e a crescente demanda de máquinas, ferramentas e automóveis provocaram um desequilíbrio importante entre as exportações e importações.

Para tratar do que chama de crise social, o texto preliminar menciona o “agravamento crítico do problema social” (JAGUARIBE, 1961, p. 134) advindo de condições de nossa história e que, como em todo o Ocidente, as tensões entre classes sociais se transformaram em

---

<sup>18</sup> Órgão criado pelo Grupo de Itatiaia, coletivo de intelectuais brasileiros que no início da década de 50 se reuniam periodicamente para discutir os problemas brasileiros

antagonismo irreduzível, notadamente após a Revolução Russa e expansão do marxismo. Acrescenta a esses fatores, para distinguir a situação brasileira, o colonialismo a que foi submetido nosso país e as características políticas resultantes da relação com Portugal. Historicamente sucederam-se distintas etapas de economia de exploração.

Ainda segundo o autor, a sucessão dessas fases de exploração provocou a importação ideológica que foi decisiva na constituição da República, na Revolução de 30, no Estado Novo, movimentações políticas decisivas na história do país até aquele momento. Esses movimentos provocaram como era previsível, o antagonismo entre dominantes e dominados que repercutiu na história econômica brasileira.

O conjunto dessas análises elaboradas nos textos do Grupo de Itatiaia e publicadas no trabalho de Jaguaribe procura ao mesmo tempo em que traça uma detalhada análise de conjuntura, justificar a adoção de medidas que proporcionem o fortalecimento econômico do Brasil, ou seja, a implantação de uma Política Nacional de Desenvolvimento.

O presente estudo, baseado nos trabalhos que vêm sendo empreendidos pelo IBESP no campo das ciências sociais e na investigação dos problemas brasileiros, tem por finalidade, ainda que de uma forma incompleta e sumária, caracterizar a atual situação do Brasil e esboçar os delineamentos de uma política nacional de desenvolvimento. (JAGUARIBE, 1961, p.171)

Este é o prólogo redigido por Jaguaribe e que tem a finalidade de apresentar ao leitor os objetivos do plano proposto. Logo nessa apresentação percebe-se a intenção da formulação de um programa nacional que, baseado em diagnósticos previsíveis, busque os caminhos desenvolvimentistas capazes de proporcionar inflexões econômicas para o país que o levem à autonomia política em níveis mundiais.

A proposição publicada pelo IBESP identifica na produção e na produtividade as questões mais urgentes e sinaliza que em torno delas é possível a busca de um consenso nacional fundamentada na experiência da autoconsciência do povo na tentativa de superar o atraso econômico-social, enfim o nosso subdesenvolvimento. Coroa a justificativa da necessidade da Política Nacional do Desenvolvimento, o parágrafo final de seu texto introdutório:

Importa reconhecer, por isso, que o Brasil é um país subdesenvolvido porque tal resultou de sua história, porque os modos e as relações de produção, as instituições e as crenças predominantes, até nossos dias, conduziram o Brasil a uma insuficiente taxa de acumulação do capital. (JAGUARIBE, 1961, p. 174)

Fica evidente a dificuldade que se tem de falar em desenvolvimento sem que se atrelem às concepções vinculadas a ele, as do crescimento econômico e do fortalecimento financeiro, ainda que isso possa causar os desequilíbrios sociais. A aparente preocupação justifica a intervenção estatal na implantação do plano, ainda que a estruturação do Estado sempre tenha se mostrado mais ajustada aos interesses das classes dominantes.

A solução das contradições desse processo passa pela conciliação de concepções políticas que, embora distintas, se compatibilizam e caminham juntas na tarefa de sensibilizar as massas e implementar projetos comprometedores da justiça social. Schwartzman (1963) identifica na trajetória de Jaguaribe e outros autores as afinidades entre as ideias nacionalistas e sua adesão desenvolvimentista. É o estímulo do sentimento de nação a ferramenta adequada para que o Estado possa intervir numa política de desenvolvimento.

Ao resgatar Hermes Lima, este autor qualifica sua análise destacando alguns elementos que caracterizariam o nacionalismo, como instrumento político. Algumas afirmações de Lima ratificam o *potencial* do modelo e, se considerarmos a década de 60 como o cenário demarcado pelo referido artigo, podemos intuir o que significaria dizer da importância da “criação de uma atmosfera favorável aos nossos desígnios” (SCHWARTZMAN, 1963, p. 72). Soma-se a isso, para traçar o perfil do nacionalismo, a exortação à determinação, á vontade de vencer e ao orgulho nacional.

O sentimento nacionalista tende a neutralizar reações e “a inclinação passa a ser antes a ceder do que a reclamar, antes a concordar do que discutir, antes a não fazer contas do que a municia-las” (SCHWARTZMAN, 1963, p. 79). Associando estes princípios ao diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro prevalece a idéia de que nosso povo deve ter a consciência de seu tempo histórico para que nosso destino possa ser forjado pelas suas ações.

Retomando a contribuição de Bresser Pereira (1979), é possível resgatar algumas observações que ilustram as potencialidades e confluências do desenvolvimentismo e do nacionalismo. Em sua obra ficam evidenciadas duas tendências que foram determinantes para a transição política no contexto histórico de 1930: a substituição das importações por um programa de desenvolvimento nacional e a instauração do populismo. As ações políticas que demarcam estes sistemas se confundem e definem as aproximações entre eles.

Schwartzman (1963) também contribui para identificação do pensamento nacionalista quando registra os principais traços deste perfil: a determinação, a vontade de vencer e o orgulho. Não é difícil avaliar o como a instigação destes sentimentos pode tornar uma população vulnerável para uma relação harmoniosa independente dos interesses em jogo. O

autor afirma que “só a política nacionalista possibilitará a mobilização da consciência popular na obra coletiva da conquista.” (SCHWARTZMAN, 1963, p. 79) É nessa linha de raciocínio que ele conclui identificando o nacionalismo como o propulsor do populismo.

Há coincidências com o pensamento de Bresser Pereira para quem, uma das características dos agentes populistas era o oportunismo pela conjuntura de exaltação, deliberadamente estimulada, e do clima de interesse para a obtenção de seus objetivos. Articulados, desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo foram imprescindíveis para a caracterização de um ambiente político favorável para o diálogo cômodo entre a classe dominante e as massas, com relevante papel do último.

Importante contribuição para a compreensão da dimensão política, numa perspectiva mais crítica, é a de Gurgel (2012) que restaura o debate feito por Octávio Ianni em sua obra *O Colapso do Populismo no Brasil*. Para Ianni,

A democracia populista no Brasil se caracterizou pela política de massas, pela diminuição do papel os partidos políticos, pelo nacionalismo, a vontade de potência autônoma, o dirigismo estatal, e a política externa independente, além do industrialismo, como projeto econômico e ideologia. (GURGEL, 2012, p. 207)

O que Gurgel chama a atenção é para o fato de que a concepção de populismo na América Latina se difere do sentido que teve o conceito na Europa. No continente europeu o populismo se relacionava a movimentos de resistência do povo, notadamente contra o processo de modernização e ao desenvolvimento industrial e em defesa do modelo agrário. Lembra também que o populismo russo foi um movimento popular no embate contra o czarismo. Nos países latinos o populismo tomou rumos diferentes e se enraizou no ambiente industrial, promovendo a ascensão das burguesias e promovendo a aliança entre estes setores dominantes e as classes populares, sob a tutela de Estado.

Focalizar o populismo como uma prática política se torna então oportuno na medida em que autores fazem menção a ele e apontam conexões com o pensamento nacionalista que, em última instância justificam a adoção do desenvolvimentismo. Já foi dito que apontar ou demarcar o subdesenvolvimento e a incapacidade de uma nação explicaria a necessidade da busca da soberania de um povo a partir de atos espontâneos deste mesmo povo. A busca desta espontaneidade se torna viável com a prática populista, nos moldes do populismo latino americano.

Relevante contribuição nos apresenta também Boito Jr. (1982) quando conceitua o populismo e identifica na modalidade duas óticas que se sobrepõem: como prática política –

já caracterizada neste texto – e como componente ideológico, chamando a atenção para as manobras do aproveitamento dos anseios espontâneos das massas para imprimir a direção conveniente para as lideranças. Para tanto, vale desde a radicalização do discurso até a política de concessões.

Ao longo da história brasileira há claros exemplos dessa prática e invariavelmente associados a governos sustentados por líderes carismáticos. A figura do líder, aliás, é uma das marcas do populismo e é por intermédio da interlocução entre ele e as massas que se estabelece o ambiente favorável para as ações populistas. Neste processo há uma confiança inabalável no dirigente que o autoriza a praticar políticas muitas vezes contrárias aos interesses do povo.

A conjuntura se torna tão favorável às lideranças que se camuflam a arbitrariedade e o autoritarismo necessários para o desenvolvimento dos projetos políticos da classe dominante. A associação do estímulo ao sentimento cívico – *o nacionalismo* – com o diálogo praticado pelo líder carismático proporciona o clima de alienação coletiva que torna vulnerável grande parcela da população.

Nesse clima, o princípio da outorga se estabelece e as concessões sociais ou trabalhistas autenticam a obediência política das massas. Citado por Ferreira (2001), que busca em alguns autores alguns elementos que fundamentam as características do populismo, Weffort afirma que “nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado: abandona-se a ele, entrega-se à sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio.” (FERREIRA, 2001, p. 78)

Ainda segundo Ferreira (2001), os primeiros formuladores das reflexões sobre o populismo foram os intelectuais do, já citado anteriormente, Grupo de Itatiaia. Entretanto, em suas visitas à literatura, também faz o resgate das contribuições de Octávio Ianni, para quem a conquista da docilidade das massas propicia as manipulações populistas. A busca teórica ratifica sua idéia de que a legislação social promulgada na vigência dessa atmosfera estimula a obediência política tão cômoda aos interesses dos dominantes.

Weffort (1978), em sua obra *O Populismo na Política Brasileira*, faz incisivas assertivas que denotam sua inquietação a respeito da concepção populista e resgata, por exemplo, um dos preceitos dessa política que seria a necessidade de conquistar as massas. Essa relação harmoniosa fundamental para que o regime tenha êxito e seja indolor a adoção de medidas sociais que violem direitos ou bem estar da população somente se torna viável com os níveis de aceitação positivos dos dirigentes.

Para melhor ilustrar suas alusões o autor conceitua populismo como “no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através de um líder, um contato direto com os indivíduos reunidos na massa”. (WEFFORT, 1978, p. 36) Ele avança na reflexão, alertando que nas formas espontâneas populares, se expressam sempre a exaltação a uma pessoa, cuja imagem aparece como a desejada para o Estado e que as massas se entregam ao líder, ao seu arbítrio, ao controle direto e não faz reflexões ou análise políticas de suas ações concretas.

O controle e domínio da situação permitem a transferência dos valores de uma classe para outra e, com a vulnerabilidade da classe trabalhadora é presumível a imposição dos interesses da dominante. O receituário para essa conjuntura passa pela unificação dos anseios cívicos de toda uma população, resguardados pelo sentimento de nação. A ideia de soberania nacional seduz as massas e favorece a ação política do líder que, estimulando o patriotismo estabelece uma relação dialética isenta de qualquer suspeita e que passa inclusive, pela desconsideração da existência das classes.

Segundo ainda Weffort, embora o nacionalismo tente se dissociar do populismo seus pressupostos se confundem, são conexos e propiciam as mesmas perspectivas e as mesmas condições do fazer política. Lembra que os palcos mais favoráveis para o exercício de um ou de outro, são os comícios de rua cujo ambiente pressupõe a isonomia social, num jogo de idéias nacionalistas – invariavelmente demagógicas – proferidas por um personagem carismático. É uma alusão do autor ao que ele denomina de *populismo nacionalista*.

Uma rasa reflexão pode evidenciar e explicar as afinidades entre esses modelos políticos. A exaltação de um povo, a exortação à unidade nacional em prol do desenvolvimento de um país e a crença em uma liderança são ingredientes fundamentais para condução das massas pelo caminho idealizado pelos condutores do processo, ainda que para isso seja necessário fazer concessões econômicas e sociais. Nas considerações de Boito Jr (1982) essas tendências se articulam, pois são formas de neutralizar eventuais revoltas das classes dominadas.

Enquanto se reflete sobre essas questões com as respectivas implicações políticas e sociais, conhecendo minimamente a história do Brasil e somente pautando-se nas contribuições teóricas sobre concepções desenvolvimentistas, nacionalistas e populistas se tornam compulsórias as identificações com governos e fatos brasileiros. As próximas linhas se propõem a fazer esse exercício, focalizando alguns momentos históricos de nosso país, neste primeiro momento de forma genérica e aleatória.

### 3.2 Elementos da trajetória política do país (de 1930 a 2010)

Para melhor compreensão do efeito dos conceitos desenvolvimentista, nacionalista e populista e, paralelamente, fazer a associação prática com o uso estratégico dessas concepções, basta fazer um superficial recorte do caminhar político do Brasil. Para objetivar esse exercício, este texto focalizará alguns momentos históricos de nossa história recente e se limitará a registros que caracterizam os modelos de políticos inerentes àqueles conceitos. Será usado como recorte o período compreendido entre 1930 e 2010.

Para fazer esta recuperação de fatos e seus efeitos sociais, recorreu-se a resumos registrados em portal virtual de conhecimentos históricos<sup>19</sup>, que contribuiu com a menção dos acontecimentos, estimulando a interpretação, avaliação e associação às concepções políticas dos mesmos.

Demarcando a era significativamente desenvolvimentista do início do século XX e iniciando o recorte que este estudo pretende fazer identifica-se a política *desbravadora* de Washington Luís, para quem *governar era abrir estradas* e que viabilizou a construção da rodovia Rio-São Paulo. Anteriormente já havia registros da reforma urbana e sanitária do Rio de Janeiro, da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todos estes acontecimentos são considerados marcos do desenvolvimento nacional.

Posterior à “Era Vargas”, que receberá neste trabalho tratamento específico, o Brasil teve um período de desenvolvimento pleno, estimulado e efetivado pelas esferas governamentais federais e, em meados do século o governo Dutra pavimentou aquela rodovia e construiu a Rio-Bahia consolidando naquele momento a lógica do desenvolvimento da malha rodoviária. A realidade, todavia, apontava para o aumento da dívida externa e a dependência cada vez mais acentuada aos bancos norte-americanos.

Uma das estratégias governamentais mais eficazes para uma comunicação favorável com a população era a de se construir e popularizar slogans, pois assim se justificariam suas ações já previstas pelos motes criados. A utilização desse artifício por figuras carismáticas torna ainda mais fácil o diálogo e a implantação de ações, independentes de sua eficácia, ou de seus resultados econômicos.

---

<sup>19</sup>A trajetória política do Brasil disponível em: < <http://www.marcellio.com/rio/hiregini.html> >. Acesso em 09/09/2012



Foi assim que Juscelino Kubitschek, usando o lema *50 anos em 5*, acentuou a política desenvolvimentista e construiu a capital federal – Brasília – e estimulou a instalação das fábricas de automotores. Numa tentativa de equilibrar a atenção aos interesses de toda a população, investiu razoavelmente nas áreas sociais. O resultado dessa política foi o aumento considerável da dívida externa e a consolidação da dependência à economia imperialista.

Duas décadas depois, o Brasil viveu um dos períodos mais conturbados de sua história, a Ditadura Militar. Esta era proporcionou ao país a convivência da repressão e violação aos direitos humanos e sociais com as tentativas de promover o desenvolvimento econômico com ações megalomaniacas propagadas por intermédio de apelos nacionalistas em campanhas midiáticas. Ainda que algumas iniciativas tenham logrado razoáveis êxitos, o preço que pagamos por elas foi bem alto: a dívida externa chegou a 100 bilhões de dólares e a inflação bateu os 250% ao ano.

É possível enumerar as ações implementadas pelos governos militares sob a égide do desenvolvimento nacional que, apesar das repercussões, demarcaram a política deliberada de diálogo ardiloso com o povo em contrapartida à obscuridão da violência aos direitos civis. Entre elas a criação do BNH<sup>20</sup>, do INCRA<sup>21</sup>, da TELEBRÁS<sup>22</sup>, e a do PROALCOOL<sup>23</sup>. Em princípio, todos esses empreendimentos, tinham por objetivo promover o crescimento do país, assegurar o aumento de empregos e melhorar os níveis de vida da classe trabalhadora.

Paralelamente a essas ações, algumas outras realizações foram alardeadas em prol do desenvolvimento do país e projetos como a construção da Transamazônica – a estrada rodoviária que cruzava a selva amazônica – e a Belém-Brasília, que unia a região centro-oeste à norte foram propagandeados como a solução para a integração de um país continental. Desnecessário comentar que os dois empreendimentos até hoje não foram concluídos.

A mesma intenção de promover a autonomia nacional na área energética levou o governo militar a construir duas hidroelétricas, a de Tucuruí, no Rio Tocantins e a de Itaipu no Rio Paraná, esta em parceria com o Paraguai. Ambas cumprem seu papel até os dias de hoje.

---

<sup>20</sup> Banco Nacional da Habitação, um banco público que não operava com o público e tinha a finalidade de construir e financiar empreendimentos imobiliários para solucionar os problemas da habitação brasileira, criado em 1964.

<sup>21</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia que administra a questão agrária no Brasil, criada em 1970.

<sup>22</sup> Empresa estatal criada em 1972 para centralizar as telecomunicações no Brasil.

<sup>23</sup> Programa nacional de combustíveis veiculares, criado em 1975, que visava dar autonomia ao Brasil em relação ao mercado internacional de petróleo.

De fundo nacionalista, a demarcação do espaço marítimo recebeu dos militares, atenção especial, pois em nome da soberania nacional, as 200 milhas das águas brasileiras delimitavam a expansão e definição do território brasileiro. Esse ato simbólico foi difundido por incisiva campanha publicitária. A conquista do Tri-Campeonato Mundial de Futebol, em 1970, foi outro evento capitalizado pela Ditadura Militar, em um programa midiático exemplar que exortava o povo brasileiro ao nacionalismo e patriotismo exacerbado.

O princípio desenvolvimentista, que caminhava junto com o nacionalismo, esteve impregnado pelo envolvente e sedutor discurso do “Milagre Econômico”, propagado pelo General Médici e justificaria as ações governamentais. O que favorecia esse clima era o projeto de Propaganda Oficial praticado pelas Forças Armadas Brasileiras articuladas com as classes dominantes.

É sabido que todo o projeto de desenvolvimento do país implantado pela Ditadura Militar impôs aos brasileiros um regime de instabilidade econômica que, ao mesmo tempo em que registrava cifras estratosféricas do endividamento externo estabelecia recordes inflacionários, quedas da qualidade de vida, e alarmantes níveis de exclusão social.

Era preciso conter a crise econômica e entrava em cena a implantação de políticas econômicas que pudessem equilibrar as finanças do país e da população. Para assegurar essa tranquilidade, foram instaurados o Plano Cruzado, na década de 80 e o Plano Collor no início da década de 90. Ambos foram programas elaborados por economistas ligados aos governos das épocas e visavam conter a crise e recompor o poder de compra dos brasileiros. Inicialmente obtiveram os resultados esperados, e proporcionaram a seus responsáveis uma popularidade considerável para depois fracassarem e frustrarem a todos.

Também simbólico na contextualização de um processo articulado de desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo, foi o governo Collor de Mello. Este presidente que acabou sofrendo o *impeachment* praticou ações que favorecem, em uma única fração de mandato, identificações concretas dos modelos políticos focalizados neste trabalho.

Em dois anos, o governo tomou iniciativas que visavam o equilíbrio econômico, a modernização do aparelho estatal, a inserção do país nas relações do comércio exterior, a abertura do mercado internacional para a informática e o incremento de políticas sociais inclusivas. Para tal, o carisma de um presidente jovem era oportuno e o processo midiático tratou de criar e consolidar a imagem do homem determinado a mudar a cara do Brasil e situá-lo no rol dos países desenvolvidos.

A atuação presidencial nessa época foi pautada pela prática deliberada de um populismo calcado na difusão de ideias nacionalistas que conseguiu em dados momentos angariar a simpatia e aceitação popular por intermédio do discurso do desenvolvimento, independência e soberania nacional. A figura do esportista carismático contribuiu para isso.

A partir daí a história brasileira registra, até o final do século passado, atos e implantação de políticas governamentais que visam a estabilidade financeira, a inserção no mercado externo e o desenvolvimento nacional. Predominantemente as ações vão ao encontro da busca do modelo que insira o Brasil nos rankings mundiais econômicos e, na melhor das hipóteses, retirá-lo do rol dos países subdesenvolvidos, ou eufemisticamente, das nações emergentes. Um exemplo dessa política é a inserção do país no MERCOSUL<sup>24</sup>.

Este recorte histórico pretende identificar na trajetória brasileira personagens, fatos e procedimentos capazes de contextualizar as conexões entre modelos políticos praticados por diferentes governos que almejavam por interesses diversos o crescimento econômico do Brasil. Em comum, o que se vê neste exercício é a contínua subserviência ao capital e o embuste no diálogo com o povo, este propiciado pela falácia do desenvolvimento, pelo estímulo ao nacionalismo e pela argúcia de líderes carismáticos.

Propositalmente foram deixados de lado os anos da “Era Vargas”, que receberá dedicação especial nas próximas páginas, pelo menos por dois motivos. O primeiro deles por se tratar de período fértil para análises devido a suas contradições e, independente de ser objeto de estudos de inúmeros autores, justifica-se o destaque que este trabalho pretende dar. O outro motivo fundamental é a intenção prioritária do presente estudo em compará-lo com o recente Governo Lula que, ao julgamento de vários autores, apresentam afinidades e aproximações que podem ser reafirmadas se analisadas suas práticas políticas e sociais. É estimulante entender que forças e mediações tiveram interesses, em tempos distantes e politicamente distintos, em levar ao poder seu representante.

### 3.3 As contradições da “Era Vargas”

Retornamos a vários autores até aqui utilizados para identificar as tendências políticas ocorridas a partir de 1930, quando se minimiza as importações em prejuízo ao incentivo da

---

<sup>24</sup> Mercado Comum do Sul, bloco de livre comércio constituído por Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela. Este último ocupou o posto do Paraguai, que foi excluído após a deposição do presidente Fernando Lugo.

industrialização e a face do nacionalismo se expõe com ações populistas. Bresser Pereira (1979) registra o momento histórico apontado como a Revolução Nacional Brasileira, com propostas de transformações em, praticamente, todas as áreas. A postura política do Estado foi a de assumir o desenvolvimento nacional com a percepção da possibilidade do controle social

A “Era Vargas” passa a praticar um governo que implementa profundas transformações nas áreas sociais e trabalhistas com resultados positivos previsíveis. A habilidade política do líder carismático possibilitou a inflexão política pautada em acordos com a oligarquia, permitiu a adoção de modelos sociais, ainda que fosse preciso ceder em alguns de seus princípios. Essa renovação política, segundo Souza (2005), foi pautada em pressupostos que visava harmonizar as relações capital/trabalho e foi com o propósito de substituir a luta de classes pela conciliação que foi criado o Ministério do Trabalho, em 1930. A Constituição de 1934 indicou, na área social, o amparo à maternidade e o direito à educação primária integral e gratuita.

É ainda atribuída a Getúlio a concepção da Carteira de Trabalho e a promulgação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – a relevante legislação trabalhista que limitou a jornada diária em 8 horas, instituiu as férias remuneradas de 15 dias, regulamentou o trabalho das mulheres e crianças e instaurou o salário-mínimo no país.

No campo econômico, os registros ficam por conta da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em Volta Redonda, em 1946; da construção da Hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1954; da inauguração da Companhia Vale do Rio Doce e, com destaque especial para a instituição do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, que culminou com a implantação da PETROBRÁS, em 1953. Este último processo contou com programa midiático responsável pela divulgação de preceitos nacionalistas

Observa-se que durante o governo Vargas a economia se modernizou abrangendo outros campos. Na área da agricultura, por exemplo, valorizou o café, mantendo a queima do excedente e estimulando a exportação, reduzindo sua taxa e expandindo subsídios para outros produtos, como o cacau e o algodão. As importações foram mantidas em patamares reduzidos elevando-se a partir das necessidades da aquisição de equipamentos para a CSN e Vale do Rio Doce, que estavam sendo construídas (LEOPOLDI, 2003). Finalmente, e digno de menção, a construção da Fábrica Nacional de Motores, em 1943, no Rio de Janeiro.

Outro segmento que foi impulsionado por Getúlio Vargas foi o sistema financeiro nacional. O setor bancário, nos registros da mesma autora, foi estruturado em três pilares: os bancos estatais representados pelo Banco do Brasil e algumas instituições estaduais; os

privados, com relativa solidez financeira e caráter regional, a exemplo do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo e da Província do Rio Grande do Sul; e os bancos estrangeiros britânicos, franceses, portugueses, italianos e alemães. Ao final do período do Estado Novo havia no Brasil 488 agências, entretanto, foi o Banco do Brasil que se firmou como o núcleo do sistema bancário brasileiro.

Em 1945 foi criada a Superintendência da Moeda e Crédito – SUMOC - que passou a controlar a nova política monetária e de investimentos estrangeiros e foi a precursora do Banco Central dos dias atuais. Necessária sua atuação, pois a época conviveu com a inflação implacável pós 2ª guerra que dada a insustentabilidade da situação, Vargas promoveu uma reforma monetária, substituindo o mil-réis que vinha vigorando desde os tempos do Império, pelo cruzeiro.

Ainda dentro da lógica desenvolvimentista, é imperativo que se faça também uma análise do aspecto industrial da época focalizada neste trabalho. Mendonça (1997) faz essa avaliação e contribui para a contextualização daquela conjuntura econômica destacando que a estrutura do setor recebeu impulsos consideráveis na indústria pesada de máquinas e de siderurgia, lembrando que até então se resumia a bens de consumo recorrentes como sapatos, tecidos e usuários. A intenção era fortalecer o pólo industrial urbano, ainda que a era fosse recessiva.

Sistematizando a contribuição de Mendonça (1997) podemos sinalizar a ação estatal nas seguintes direções:

O controle dos setores produtivos foi obtido por meio das leis trabalhistas e da regulamentação da mão-de-obra além das iniciativas de ajustar os meios de produção com fixação dos preços e a determinação do que produzir. Outra medida foi a fixação de sobretaxas para a exportação, que pretendia reservar o mercado brasileiro para os produtos nacionais. A redefinição do papel da agricultura, voltada também para o acúmulo do capital foi mais uma das ações governamentais que incidiram no perfil desenvolvimentista do Governo Vargas, que transformou o Estado em investidor e agente efetivo da industrialização, especialmente nas áreas da energia, siderurgia e estradas.

Irrefutável o perfil desenvolvimentista deste período que a história perenizou como a “Era Vargas”. Realmente o contexto exigia essas ações e coube a Getúlio assumi-las visando levar o Brasil à autonomia mundial e a consolidar a soberania nacional. A grande maioria das populações acredita que tal status é galgado pelo seu desenvolvimento econômico, prioritariamente, e em segundo plano pela qualidade de vida das pessoas. Para se fazer uma

análise crítica das iniciativas deste governo, buscou-se a contribuição de alguns autores que dedicaram seus estudos para a compreensão desta era, fértil em ações e fatos políticos que a estigmatizam como particular.

Os pressupostos deste trabalho apontam para uma tríade de conceitos que, articuladamente, podem dar concretude para os objetivos de um projeto político. Nestes rápidos parágrafos anteriores foi possível contextualizar uma proposta desenvolvimentista de governo, cujos resultados positivos podem ser creditados, a meu ver, às outras duas concepções, a nacionalista e a populista. As avaliações elaboradas pelos cientistas políticos que se debruçaram sobre o tema podem corroborar com essas apreensões.

As análises de Bresser Pereira (1979) registram que o período áureo do desenvolvimento do Brasil se deu de 1956 a 1961, mas que foi depois dos anos 30 que a atuação estatal foi fundamental para tal. Essas e outras reflexões auxiliam na contextualização que se pretende fazer das estratégias utilizadas no período para que se harmonizassem os objetivos das classes dominantes, predominantemente capitalistas, com as aspirações sociais da população.

Para essa conciliação foi indiscriminadamente utilizada a combinação entre o nacionalismo e o populismo, elementos necessários para que lograssem êxito os objetivos das classes em luta, ou seja estimular o ufanismo da população em ações simultâneas com o atendimento dos seus anseios se mostrou eficiente para uma convivência tranquila e confortável para ambas as partes, dominantes e dominados.

Já foi visto anteriormente neste trabalho a face mais marcante do nacionalismo e foi instigando o sentimento pátrio, o amor cívico, o ufanismo nacional que a parceria Estado/População se estabeleceu de forma irretocável neste período, um dos focos do estudo. Episódios emblemáticos corroboram a caracterização da fase patriótica vivenciada pela massa trabalhadora brasileira sob os auspícios do regime varguista. A questão do petróleo, a que foi feita referência anteriormente, foi apresentada para o povo com todas as expressões da *emoção de ser brasileiro*.

No período compreendido entre a criação do Conselho Nacional do Petróleo e a instalação da Petrobrás ocorreu forte propaganda de cunho nacionalista estimulando a população para um patriotismo acentuado que clamava para a autonomia econômica decorrente da exploração das riquezas minerais do solo brasileiro. O slogan *O petróleo é nosso* veio coroar esse processo midiático provocado pelo governo e ficou eternizado na história política brasileira. A obra de Drumond (2008) faz referência à conexão conceitual

entre cultura, nacionalismo, ideologia e identidade nacional e identifica tais conceitos no governo de Getúlio Vargas.

Entretanto, Schwartzmann (1961) alerta para a ambiguidade de processos como estes: ao mesmo tempo em que estimula o orgulho de um povo, legitima para a abertura dos caminhos para o mercado. Na mesma linha, outras contribuições auxiliam a perceber a subjacência de atos e pronunciamentos formais em nome de uma coletividade, que nem sempre expressam a anuência dos diversos segmentos dessa mesma coletividade, mas servem para compatibilizar os desígnios do Estado com os anseios dos trabalhadores. Nesse sentido, Boito Jr (1982) chama a atenção para a manobra política da utilização da matéria prima da espontaneidade das massas (sem orientação política definida) para imprimir uma direção política favorável aos interesses capitalistas.

Do autor ainda é possível angariar outros subsídios e ele registra a cumplicidade entre Vargas e a burguesia nacional naquilo que foi o pacto necessário para a governabilidade: de um lado o apoio das massas e de outro o apoio do imperialismo para neutralizar as próprias massas. O projeto político do regime foi tão intensamente contraditório que Boito Jr procura explicitar a interpretação das diferentes correntes que pretendem identificar o que foi governo Vargas: se instrumento da política americana, ou se lutava contra ela. Eram tantas as contradições que havia e há espaços para as distintas avaliações, principalmente em relação ao imperialismo: nunca houve um consenso se, se chocava com o ele ou se atuava a serviço dele.

Um dos elementos que oportuniza a dubiedade numa análise de conjuntura política num determinado tempo histórico, sem dúvida é o diálogo harmônico entre os dominantes e dominados. Para tanto, o protagonismo de uma liderança carismática se torna fundamental e favorece o exercício do populismo tão marcante no período em questão. Também nesse ponto são várias as contribuições bibliográficas que facilitam a compreensão do fenômeno. Weffort (1978) aponta um princípio genérico que, por si só, já estabeleceria o clima favorável para a interlocução: a semelhança entre os líderes políticos que, ao se dirigirem ao povo, o fazem como se não houvesse a divisão por classes. Observa o autor, que em várias passagens da história brasileira a mão do populismo foi eficiente para a manipulação popular e manutenção do poder.

Getúlio Vargas foi primoroso nesse quesito e suas passagens pelo governo brasileiro foram objetos de estudo de vários pesquisadores nacionais e estrangeiros. Uma das mais importantes estudiosas da “Era Vargas”, Gomes (2005) destaca alguns aspectos do período que tornam irrefutável a tese da relação dialética e harmoniosa entre povo e seu dirigente,

ainda que o seja por meio da ditadura. Em seus trabalhos destaca o pacto social que estabelece uma obediência política em contrapartida aos benefícios da legislação social.

A menção aos históricos encontros comemorativos do 1º de maio ratifica a conjectura da consonância entre dominantes e dominados. Esses eventos, que inicialmente ocorriam no Palácio da Guanabara, foram deslocados para o Estádio de São Januário, dada a afluência popular para reverenciar o líder. Essa idolatria foi conquistada pela habilidade política peculiar de Vargas que como foi mencionado anteriormente, proporcionava a ele condições de atender oponentes numa mesma sociedade, ainda que com aspirações distintas.

Exemplo dessa característica Varguista pode ser identificado nas concessões trabalhistas por ocasião da CLT que deixaram de lado grande parte, e decisiva para o desenvolvimento brasileiro da época, dos brasileiros que foram os trabalhadores rurais. Não havia para esse coletivo nenhuma das proteções outorgadas a seus companheiros da cidade. Com essa política, o índice de aceitação do governo atingia níveis consideráveis entre as duas classes que conviviam em conflitos. (LEOPOLDI, 2003)

Outra observação interessante da pesquisadora se refere ao estabelecimento do salário mínimo no país. Na sua visão crítica ela interpreta que a equalização dos valores financeiros do salário em níveis biológicos suficientes para a subsistência do trabalhador, visava mais o favorecimento dos empresários, pois limitavam os encargos trabalhistas e sociais enquanto a extração da mais-valia se consolidava.

Souza (2005) também identifica a barganha política implementada por ocasião da CLT. Em sua visão eram necessárias as benesses aos trabalhadores urbanos, pois deles dependia a industrialização nacional. A autora é uma, entre outros tantos, que entende a legitimação da ditadura de Vargas, como fruto das ações de cunho social praticadas pelo regime. Aliás, as concepções de Bresser Pereira apontam que o assistencialismo sempre foi uma das faces mais incisivas do populismo.

É verdade que a empatia identificada entre governante e governados se expressava pela relação harmoniosa entre os protagonistas políticos do período pós-1930, mas é necessário considerar o papel fundamental desempenhado pela propaganda oficial, extremamente valorizada por Getúlio Vargas. Drumond (2008) destaca a preocupação do Estado em controlar os meios de comunicação como agentes difusores do regime e associa o ditador brasileiro a Peron na estratégia exemplar do uso do instrumento para disseminar o sentimento nacionalista.



Tal postura se evidencia com a criação do DIP, o departamento de Imprensa de Propaganda, como órgão oficial e a iniciativa de inaugurar o programa “A Hora do Brasil”, em transmissão obrigatória e em cadeia nacional. Essas ações permitiram a ação conjunta de se comunicar com a linguagem do povo com a dimensão nacional que permitia o alcance aos mais distantes rincões. Junta-se a isso a instituição de numerosas datas comemorativas e concentrações populares e temos ambientes favoráveis para praticar o perfil nacional-populista.

Nessa lógica é possível resgatar as inúmeras chamadas para confraternizações, atos e festas de cunhos festivos e sociais que proporcionavam grandes aglomerações de pessoas para festejar indicações populistas, como por exemplo, o Dia da Raça<sup>25</sup>. Esses eventos eram planejados, preparados e divulgados com a intervenção da propaganda estatal e cumpriam a função de agregar multidões para os pronunciamentos oficiais, ou apenas a exposição da força política do regime. Grandes concentrações em praças, ruas, praças e estádios de futebol ocorreram durante os períodos liderados por Vargas.

Outro elemento a ser considerado nesta perspectiva e que se soma aos exemplos citados é a concepção do nacionalismo enquanto artifício para a “construção de um passado de glórias, de perspectivas e possibilidades imensas de uma terra em que se plantando tudo dá, e do seu povo cordial e avesso a violências” (SANTOS, 1996, p 112). Este autor identificou também nas relações entre o Estado Vargasista e Villa-Lobos aproximações adequadas para fixação de valores culturais e sentimento patriótico.

Suas conclusões se sustentam pelo estudo que fez da história, da inclusão disciplina Canto Orfeônico nos currículos escolares e pela realização de concertos populares regidos pelo maestro. Todas essas iniciativas tinham cunhos ideológicos e, ainda que a visão popular interpretasse apenas a intenção de se propagar a música entre os brasileiros, a verdadeira finalidade seria a exortação à terra brasileira e o despertar ao ufanismo nacional.

Ao finalizar esta breve caracterização da “Era Vargas”, o que parece consenso entre os autores que a estudaram é a índole carismática do líder, que soube utilizar esse atributo para promover o desenvolvimento do país, agradar as elites brasileiras e estabelecer um diálogo harmônico com a classe trabalhadora. Para essa última tarefa a estratégia foi o uso das iniciativas assistencialistas que foram assimiladas docilmente pela população.

Esse perfil do Governo, na opinião de Boito Jr. (1982), o define como um regime nacional-reformista e corrobora com a análise de vários outros pesquisadores que não hesitam

---

<sup>25</sup> Data instituída por Getúlio Vargas, comemorada no primeiro domingo de setembro e simbolizava o civismo da “raça brasileira”

em caracterizar o período como instigante e contraditório e, ao mesmo tempo, uma das eras mais importantes para o desenvolvimento do Brasil. Paradoxalmente, Getúlio Vargas foi reverenciado pelas elites e, como já vimos, ficou identificado como o *pai dos pobres*, ou ainda *pai dos trabalhadores*, numa alusão às benesses outorgadas para a classe trabalhadora.

As aparentes contradições observadas neste período cheio de alternativas políticas e onde se registraram tranquilidade, conflitos, polêmicas, tensões e ajustes sociais são marcas de um modo incomum de governar que teve início num golpe que determinou a ditadura, se legitimou entre as diferentes classes e se constituiu novamente em bases democráticas. Mais do que um estilo, essa natureza foi identificada como um conceito ou filosofia política, que para alguns historiadores seria o trabalhismo e para outros tantos pesquisadores, o *varguismo*. A identificação com esta concepção se fundamenta no perfil do protagonismo de Vargas e nas eventuais comparações com os dias atuais que se pretende com este estudo.

### 3.4 O Governo Lula e o polêmico ajuste a doutrina liberal

Os últimos anos da história do Brasil registraram fatos marcantes em sua trajetória política de adesão ao liberalismo, o que se consolida no tempo presente. Sob o pretexto da modernização do Estado e de adequação aos ditames do mercado mundial os antecessores do atual governo promoveram turbulências sociais e acirraram a disputa de interesses, obviamente em prejuízo da classe trabalhadora.

A culminância do processo de transição democrática se deu com a eleição de Collor, cuja característica já foi mencionada e foi determinante para que se acentuasse a luta de classes na sociedade brasileira. O processo de privatização dos serviços públicos se instaurou e foi aprofundado no governo de Fernando Henrique Cardoso com a implantação da Parceria Pública Privada. A crítica que se fazia, inclusive pelos quadros do Partido dos Trabalhadores, era pela violência que se praticava contra os direitos sociais, especialmente tendo como agente alguém identificado como *intelectual de esquerda*.

Bem recentemente, nosso país viveu a experiência de governo, tão estimulante para estudiosos e pesquisadores quanto a “Era Vargas”. As polêmicas, as contradições, os conflitos e as rotulações se contrapondo às majoritárias avaliações positivas sobre o desenvolvimento econômico e os ganhos sociais, foram marcas do Governo de Luis Inácio Lula da Silva. Este

período, de 2002 a 2010, que ficará na história brasileira como o Governo Lula, por sua peculiaridade terá um enfoque especial neste estudo e também a ele será dedicado um tópico distinto, pois, explicitamente representava um projeto de poder, em detrimento de um projeto de sociedade.

Vasto referencial bibliográfico foi produzido contemplando os dois mandatos de Lula, autorizados por eleições democráticas, sancionados pelas classes dominantes do país e legitimados por altos índices de popularidade. Ainda que não tenha havido unanimidade nas análises, o fato é que a conjuntura provocada pela ascensão de um metalúrgico ao posto máximo da nação foi fértil para o debate político-acadêmico ocorrido neste início do século XXI. É com o acúmulo de algumas destas contribuições, que este trabalho pretende, num primeiro momento, resgatar o perfil deste personagem que, a exemplo de Getúlio Vargas, foi expressivo na história recente do Brasil.

A caracterização da conciliação entre as duas pontes do sistema capitalista, embora esta pareça conflitante, começou a ser construída com a elaboração e divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em 2002<sup>26</sup>. Os princípios, argumentos e propostas implícitas neste texto apontavam para uma conciliação de princípios, impensada pela grande maioria da população brasileira. Era a iniciativa para que se obtivesse a votação popular necessária para a vitória eleitoral, com a garantia da posse confortável e admitida pelo empresariado e representantes financeiros internacionais. Seu conteúdo, entretanto, foi alvo de críticas no âmbito político e objeto de análise pelos teóricos das ciências sociais e políticas, muitos dos quais avaliam o documento como determinante para a ascensão ao poder do então candidato do PT.

A articulação com um partido de centro-direita, o anúncio de um companheiro de chapa que representava o empresariado brasileiro, abrindo mão do princípio da *eugenia política*; a declaração de que seria o candidato da *paz e amor* e o acordo firmado dando garantias ao capital foram elementos propulsores da chegada ao poder daquele projeto político. Os compromissos que referendaram tal acordo apontavam para uma política internacional de manutenção dos contratos com os organismos financeiros internacionais, para ações de estímulo ao crescimento econômico do país e à correção das injustiças sociais. Ao mesmo tempo em que, aos trabalhadores, propunha-se a geração de empregos, aos empresários era garantida a estabilidade financeira e, no diálogo com o Banco Mundial,

---

<sup>26</sup> A Carta ao Povo Brasileiro foi assinada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva divulgada em 22 de junho de 2002 expressava a intenção de promover o desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo garantir a justiça social.

assegurava a sustentação do superávit primário. Ficava explícita a proposta da *vasta coalizão* proposta pelo Partido dos Trabalhadores.

O pacto social propunha a combinação de incrementos das atividades econômicas com políticas sociais favoráveis à classe trabalhadora. Reafirmava a necessidade das reformas estruturais para tornar o Brasil competitivo no mercado internacional, num aceno claro da aproximação conceitual ao capitalismo. Tranqüilizou os credores internacionais garantindo o respeito aos contratos e obrigações do país, com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Internamente, sinalizou para o fortalecimento do Banco Central e manutenção da política financeira macro.

Concomitantemente, o texto dialogava com a população prometendo melhores condições de vida com inserção social e erradicação da pobreza. Apontava para ações que pudessem corrigir as distorções sociais e unir os brasileiros de todas as classes para juntos, construir um país melhor. Um exemplo *paradoxal* da busca pela harmonia entre dominantes e dominados foi a propagação de uma política agrária que valorizava o agronegócio e, ao mesmo tempo, estimulava a agricultura familiar. Ambiguidades como estas foram, para alguns estudiosos, fundamentais para a eleição de Lula que encontrou um caminho pavimentado para seu governo desenvolvimentista com o apoio popular.

Fundamentais para a conciliação da lógica desenvolvimentista com os interesses do povo, os preceitos nacionalistas foram largamente estimulados pelo Governo Lula que propagavam a pretensa autonomia brasileira em relação economia mundial, assim como foi propagada a imunidade às crises financeiras internacionais. A autossuficiência econômica, a suposta liderança na América Latina e o reconhecimento mundial de nossas potencialidades foram quesitos disseminados na população e assimilados como parâmetros de nossa independência política e financeira.

Dando consequência ao projeto, o desenvolvimento nacional foi estimulado com iniciativas para o crescimento econômico e vários indicadores oficiais apontaram para o alcance desses objetivos. A estagnação da inflação, por exemplo, foi um expressivo resultado da política praticada pelo governo e os índices se mantiveram dentro dos níveis estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Depois do primeiro ano de governo em que a taxa inflacionária ultrapassou em níveis mínimos a meta estipulada, nos outros 7 anos os índices praticados ficaram aquém do previamente definido.

Outro quesito da área social que se avaliou positivamente foi a redução do desemprego e a queda da mortalidade infantil. Institutos de pesquisa apontaram para essa melhoria o que

significara o cumprimento de uma das promessas de campanha de Lula. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – aponta que a redução da pobreza se efetivou e que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – apresentou melhoras em suas taxas. O PIB – Produto Interno Bruto – brasileiro apresentou uma expansão superior aos governos anteriores, o que denota o acerto nas medidas econômicas praticadas. Finalmente, é relevante registrar o aumento real do salário mínimo na última década<sup>27</sup>.

Paralelamente a essas ações houve por conta dos incentivos para a indústria um crescimento generalizado no setor e, sobretudo é significativo registrar o recorde na produção automobilística. Ações que também favoreceram o mundo empresarial foram as privatizações de rodovias, ferrovias e hidroelétricas e as políticas de proteção ao agronegócio. Indústria, Comércio e Produção Agrícola em harmonia com um governo que se elegeu sob a legenda do Partido dos Trabalhadores poderia ser naturalmente, contraditório, mas diferente disso, foi um governo que merece ser analisado de forma criteriosa.

As estratégias eficazes para essa compatibilidade entre políticas sabidamente contraditórias foram as definições de Políticas Sociais de natureza compensatória, que atenderam a interesses reprimidos da classe trabalhadora ou dos indivíduos que se situavam abaixo da linha da pobreza. Essas ações, embora identificadas como paternalistas ou assistencialistas, minimizaram as péssimas condições de vida e oportunizaram poucos meios de sobrevivência.

Entre essas ações, que o Governo Lula chamou de Programas Sociais, está o *Fome Zero*, um projeto que pretendia erradicar a fome do país e foi exaustivamente elogiado pelos organismos internacionais pela sua intencionalidade. Da mesma forma foi criticado, tempos depois, e identificado com um dos maiores fracassos do então governo. Posteriormente, foi criada a *Bolsa Família*, que foi uma reestruturação da *Bolsa Escola* de Fernando Henrique Cardoso e estabelece uma renda financeira para brasileiros em extrema pobreza. A proposta fundamentada na lógica da transferência de renda se propôs a amenizar a fome desses brasileiros que vivem na miséria e atendeu a 12,4 milhões de habitantes.

Da mesma forma, foi criado o *Programa Universidade Para Todos*, o PROUNI, que fornece mais de 600 mil bolsas de estudos a jovens de baixa renda, para que possam ter acesso ao Ensino Superior. É inegável a eficácia do programa que proporciona o ingresso de jovens das classes populares nas Universidades Privadas do país, sob a forma de bolsas concedidas pelo governo que deverá ser ressarcido a partir da conclusão do curso escolhido.

---

<sup>27</sup> Estes indicadores econômicos estão disponíveis em; < [HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/GovernoLula](http://pt.wikipedia.org/wiki/GovernoLula) >. Acesso em 11/03/2013.

Também se trata de uma transferência de recursos, só que desta vez dos cofres públicos para o empresariado da educação.

Observa-se assim, que a harmonia também se estabelece nessa lógica, ou seja, são atendidos os interesses de duas parcelas significativas do sistema educacional, a classe trabalhadora e os empresários do ensino. A tática de afago aos oponentes do sistema capitalista apresenta aqui, um de seus modelos onde o diálogo com ambos é viabilizado. Em linhas gerais, estes exemplos constataam a preocupação em se promover o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, contemplar necessidades da população.

Ações como estas fundamentam a tese de que o Governo Lula atuou dentro de lógicas articuladas que são expressões de concepções desenvolvimentistas e nacionalistas ancoradas em um regime populista. Anteriormente, vimos que ações assistencialistas praticadas por líderes carismáticos são legitimadas pelos beneficiários destas ações e no caso da relação desse governo com os trabalhadores isso se comprova. No caso de Lula, segundo Singer (2012), não se tratou de um simples líder e sim da trajetória de um mito que saiu da miséria e chegou ao poder máximo da nação que legitimou uma liderança despolitizada resultante de um processo de desideologização que referencia no assistencialismo explícito, seu projeto de poder.

Também na interpretação de Boito Jr (2012), neste período o populismo conservador foi praticado com maior intensidade do que no governo anterior de FHC. As políticas compensatórias acabaram explorando eleitoralmente a população pobre desorganizada e as propostas de Reformas Universitária, Trabalhista e Sindical, por exemplo, promoveram perdas para os trabalhadores e flexibilizaram direitos conquistados com lutas históricas. Para o autor, essas políticas consolidaram o processo de privatização em curso no tempo presente.

Altos índices de popularidade e um sistema midiático a serviço do governo mascararam a grande parceira público-privada que se consolidou nos bastidores do poder. Os benefícios outorgados pelas iniciativas populistas, ainda que não se caracterizassem como resultados efetivos de programas sociais atingiram parcelas da população excluída, o que tornou essa política foco de observações de vários pesquisadores e, um deles, Vianna (2006) faz a leitura de que se tratava de um governo social, com viés assistencialista. Na linha de argumentação, lembra a adequação do discurso do Partido dos Trabalhadores, de Lula, para quem a legislação sindical, deveria passar a apontar para a negociação. Também lembra que os primeiros acordos com o FMI já sinalizavam a inflexão de um partido da mudança para o partido da adaptação.

As alianças que garantiram a governabilidade levaram inevitavelmente o Governo Lula para o centro e a própria concepção de Estado se modificou para o PT, para quem o aparelho estatal apresentava relações perversas entre o público e o privado. Nesta nova configuração isso se tornou necessário e a adaptação à conjuntura mundial capitalista evidencia que a nova face governamental fora a de que se objetivava “para os incluídos o corporativismo societal e para os demais, ações sociais” (VIANNA, 2006, p.33).

Opinião convergente a essas avaliações, Singer (2012) aponta para as mudanças de rumo do ex-líder sindical que, a partir do pacto com os dominantes, obteve a votação que o levou ao poder e a possibilidade de implementar seu projeto político que se resumia, em última instância, em promover um Estado suficientemente forte que diminuísse as desigualdades sem ameaçar a ordem estabelecida. Essa possibilidade se concretiza pelo fato de que Lula aparece no cenário político como “raio em céu azul” de cima para baixo sem o processo de auto-organização (VIANNA, 200, p.88).

Sobre a admissibilidade da aproximação entre Estado e Capital, Singer explica que essa cumplicidade auferiu ganho de poder e propicia o aumento considerável das ações assistencialistas, ambos os preceitos construtores do populismo. Eventuais ganhos e conquistas sociais passam a ser compensados por essa prática e a população não consegue perceber o processo a que foi submetida e mantém sua confiança inabalável no líder concedendo a ele altíssimos índices de popularidade.

Foi com essa autoridade que, como lembra Gurgel (2012), Lula implementou o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – que se tornou um dos símbolos de seu governo e que colocou claramente o Estado como responsável pela economia. Para além disso, procura demonstrar uma independência econômica reivindicando o diálogo isonômico com os poderosos e a presença do Brasil nos espaços mundiais de decisão, como por exemplo num assento no Conselho de Segurança da ONU.

Demonstrar a proximidade com o trabalhador brasileiro por meio de sua linguagem, das aparições públicas, do uso de metáforas, da identificação como torcedor de futebol, entre outros exemplos, foi o artifício usado para a solidificação da imagem do homem do povo. Se junta a isso a significativa utilização dos meios de comunicação, poderosos instrumentos de convencimento popular e a larga exploração do ufanismo nacional. Assim como Vargas e Perón, Lula foi hábil no uso da mídia para a propaganda de seu governo.

A bem-sucedida articulação entre o aparelho midiático brasileiro e os projetos de comunicação do Governo Lula, contribuiu decisivamente para o fortalecimento da imagem do

estadista moderno de suposta liderança latino-americana e a manutenção da ordem, necessária para o avanço do capital. A convergência harmoniosa entre dominantes e dominados, a nosso ver, não seria possível sem a participação incisiva da mídia burguesa.

Em 2003, em ação combinada, foi lançada uma campanha com o slogan *eu sou brasileiro e não desisto nunca* que focalizava momentos pessoais difíceis de celebridades brasileiras e cuja mensagem propugnava a confiança no país, ainda em que momentos adversos, e exortava a população para esperança no futuro. Herbert Viana, músico sobrevivente de um acidente de aviação e Ronaldo Fenômeno, com grave lesão física, foram os principais personagens da campanha publicitária.<sup>28</sup>

O que seria esse conjunto de traços políticos e atitudes ideológicas presentes no Governo Lula, senão a reedição da conciliação engenhosa, recuperada por Gurgel (2012) em seu texto referenciado em Octávio Ianni. O que para muitos seriam as contradições de um projeto político, na verdade são ações que fazem parte da metodologia da implantação de uma ideologia que visa a convivência harmônica dos interesses das classes em luta. Essa característica é que despertou meu interesse e justifica o tratamento específico que se pretende dar a este período histórico do Brasil.

Muitos estudiosos já identificam nas relações entre o Luiz Inácio Lula da Silva e o povo brasileiro, fortes aproximações conceituais com o modelo varguista e alguns como Singer (2012), já as consideram um fenômeno ideológico, o lulismo. Considerando as coincidências das proposições políticas e as semelhanças na interlocução dos respectivos governantes com os trabalhadores brasileiros é que se tenciona constituir um breve exercício que possa sistematizar elementos comuns da “Era Vargas” e do Governo Lula.

A contradição se acentua se considerarmos que num momento em que, mundialmente, o termo *desenvolvimento* foi substituído por *mercados emergentes* e que o Bloco de Poder do governo FHC tinha como objetivo apagar da memória a “Era Vargas”, surge o período protagonizado por Lula identificado pelas aproximações com ela. Alguns analistas levantam a hipótese que forças que tenham se desenvolvido após a ditadura de Getúlio tenham interferido decisivamente em torno das reformas de base e na reedição do modelo varguista.

---

<sup>28</sup> Campanha veiculada na TV brasileira em 2003 pela Agência Lew Lara, Disponível em: <[http://www.praticanet.com/clientes/bigbang/textos2.asp?f\\_codigo=130](http://www.praticanet.com/clientes/bigbang/textos2.asp?f_codigo=130)>. Acesso em 25/02/2013



Fundamentais para essa tese são as reflexões de Frigotto (2010) para quem as forças que levaram Lula ao governo tinham como tarefa histórica a alteração do projeto societário vigente em todas as áreas, entretanto isso não ocorreu e, ao contrário, a opção foi por conciliar uma *minoría prepotente a uma maioria desvalida* dentro da lógica capitalista o que, convenha-se, é contraditório. Referencia-se em Singer e Oliveira para fundamentar sua crítica pela priorização do desenvolvimentismo em prejuízo à construção de relações sociais de caráter socialista.

Francisco de Oliveira contribui com a afirmação feita em 2003:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, ancorada na excepcional performance do Partido dos Trabalhadores e de uma ampla frente de esquerda, tem tudo para ser uma espécie de quarta refundação da história nacional, isto é, um marco de não retorno a partir do qual impõem-se novos desdobramentos. (...) É tarefa das classes dominadas civilizar a dominação, o que as elites brasileiras foram incapazes de fazer. O que se exige do novo governo é de uma radicalidade que está muito além do simplesmente fazer um governo desenvolvimentista.” (OLIVEIRA apud FRIGOTTO, 2010, p. 237)

Ambos os autores fazem a avaliação que o *não retorno* não houve e que o desenvolvimentismo implantado por Governo Lula colide com a expectativa de uma política de reformas profundas que propiciassem a distribuição de renda e o enfrentamento ao sistema capitalista e aos aparatos que o sustentam. Frigotto (2010) avança em sua análise referenciando-se nos pressupostos do processo de modernização e do capitalismo dependente de Florestan Fernandes<sup>29</sup>,

“onde a classe dominante brasileira, minoría prepotente, se associa ao grande capital abrindo-lhe espaço para sua expansão, o que resulta na combinação de uma altíssima concentração de capital para poucos com a manutenção de grandes massas na miséria, o alívio da pobreza ou um precário acesso ao consumo, sem a justa partilha da riqueza socialmente produzida.” (FRIGOTTO, 2010, p. 238)

De Singer ele depura a idéia que dois movimentos de Lula foram significativos para demarcarem essa contradição: o combate à desigualdade dentro da ordem e a elaboração ideológica da “união de bandeiras que pareciam não combinar”. (FRIGOTTO, 2010, p. 239) Ao finalizar sua avaliação sobre a primeira década do século XXI, o pesquisador afirma, que mesmo sem ter a mesma intenção dos antecessores de vender o país e, embora tenha havido avanço sociais, não se rompeu com as estruturas que promovem a desigualdade.

---

<sup>29</sup> Fernandes, F. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

A escolha pelo desenvolvimentismo, demarcada na “Era Vargas”, observada com Juscelino Kubitschek, na Ditadura Militar Pós 1964, no Governo Collor e registrada no governo FHC, lamentavelmente se consolidou num governo em que havia a expectativa popular de profundas transformações e essa frustração tornou-se objeto de relevante número de pesquisas e estudos da área das ciências sociais.

### **3.5 Varguismo e Lulismo: estratégias políticas aproximando dois tempos históricos.**

O que se pode identificar, em termos conceituais e da ação política, são afinidades e similaridades entre os períodos liderados por Getúlio Vargas e Lula da Silva, que se expressam por inferências pragmáticas e subjetivas ou por meio de avaliações consubstanciadas. Apesar da diferença fundamental de chegada ao poder – enquanto o primeiro assumiu o governo pela força de golpe e se manteve por uma ditadura, o segundo ascendeu num processo eleitoral democrático e se estendeu por duas gestões em função de sua reeleição – as semelhanças são acentuadas, quantitativa e qualitativamente.

O teor da Carta ao Povo Brasileiro pode ser considerado a reedição dos ajustes de início do regime ditatorial de Vargas, que acenaram explicitamente para a conciliação entre dominantes e dominados no Brasil. Atender a oligarquia nacional e promover concessões aos trabalhadores em forma de benefícios sociais, ainda que desprezasse os princípios políticos que defendera ao longo de sua trajetória foi uma ação semelhante à inflexão dos preceitos construídos pelo Partido dos Trabalhadores que levaram Lula ao poder. Um acordo forjado para acalmar o capital e assegurar ganhos sociais para o povo e que, fundamentalmente pretendia propiciar ambiente favorável para as ações políticas.

Tanto Vargas como Lula, foram agentes de mudanças substanciais nos cenários políticos de seus respectivos tempos. As transformações sociais, tidas como necessárias por aquele, em suas lógicas foram reproduzidas no processo recente identificado como o de Reformas Estruturais. Justificava-se lá, como aqui, pela necessidade de modernização do Estado.

Ainda que houvessem ganhos para a classe trabalhadora, o que se viu nas duas oportunidades foi o favorecimento ao capital. Na “Era Vargas” o movimento foi o de incrementar o sistema financeiro com o enraizamento da rede bancária e de criação da

Superintendência da Moeda e do Crédito além da implantação da reforma monetária. Nos tempos recentes de Lula, a iniciativa foi a de estreitar relações com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional e adequar as atualizações sociais aos preceitos destes órgãos financeiros.

Essas atualizações se caracterizaram por ações que visavam promover ganhos sociais ao povo brasileiro, mas que na realidade pretenderam ajustar os anseios dos trabalhadores aos interesses dos empresários. Item importante na relação do Estado com a população, o salário-mínimo teve tratamento específico nas duas oportunidades e, se foi estabelecido na década de 30, foi o Governo Lula que se empenhou para lhe atribuir ganhos reais. Observe-se que o parâmetro utilizado para tal é o chamado *poder de compra*.

Foram posturas políticas como essas que pretenderam harmonizar as necessidades ou interesses dos oponentes do sistema capitalista. A estratégia de propagar o benefício social ao trabalhador se coadunava com o interesse maior do acúmulo de lucros para o empresariado, ainda que o discurso oficial propugnasse, nos dois períodos históricos, o desenvolvimento econômico do país. Respaldaram essas ações os argumentos da necessidade de acompanhamento do crescimento econômico mundial e, obviamente, de situar o Brasil nesse cenário.

Gomes (2005) lembra que a atuação de Salgado Filho no Ministério do Trabalho de Vargas ficou caracterizada por esse perfil e que pretensos ganhos da classe trabalhadora estariam condicionados a eventuais flexibilizações de direitos, coisa também presente nos dias de hoje, quando vivenciamos ações similares implantadas por Lula. Enfim, presente nos dois períodos a conciliação necessária para se implantar um modelo de governo que estabelecesse fortes vínculos ente Estado e Capital.

As conjunturas favoráveis para a prática de governos tão próximos em suas concepções, eficientes em seus propósitos sociais e, ao mesmo tempo, tão vulneráveis às críticas se concretizaram provavelmente pelas características pessoais dos personagens em foco. O carisma pessoal inegável e a prática do populismo, em sua dimensão mais ampla propiciaram a esses governantes as condições para o diálogo conciliatório,

A legitimidade desfrutada por eles foi favorecida pela prática dessa política. As evidências dessa estratégia podem ser identificadas pela exortação ao ufanismo, habilmente estimulada pela associação de suas imagens à do povo brasileiro e ao uso do aparelho midiático disponível para tal. As aparições públicas dos líderes em eventos populares também foram marcas das duas épocas.

Castro (2005) lembra as aparições triunfais de Vargas nas festividades de 1º de Maio, inicialmente no Palácio da Guanabara e, posteriormente, no Estádio de São Januário. Lula também teve sua fase de exposição pessoal em eventos cívicos ou populares, muitas vezes quebrando protocolos oficiais para estar mais *próximo do povo*.

O que se evidencia, enfim, é uma proximidade real entre as iniciativas e as práticas políticas desses dois períodos da história do Brasil, mas há outra tendência explícita amplamente utilizada e que, propositalmente, não foi mencionada até aqui de maneira genérica porque se trata da pretensão fundamental deste trabalho. A referência é o uso astucioso das atividades esportivas e de lazer. Embora não se tenha evidências que os objetivos tenham sido os mesmos, é inegável que a aceitação e o fascínio inerentes a essas atividades tenham sido exploradas pelos governos focalizados.

Como foi visto anteriormente, quer como prática – formal ou informal – quer como espetáculo, os esportes e o lazer se constituem em fortes instrumentos de interlocução entre os indivíduos e é a partir de uma análise aprofundada que se pretende pesquisar as políticas públicas de Esportes e Lazer implementadas pelos dois projetos de governo. Com uma avaliação crítica depurada será possível conhecer, não só a intencionalidade do uso dessas atividades, mas como eles estiveram inseridos na macro política dos respectivos períodos.

#### 4 A “ERA VARGAS”, O GOVERNO LULA E SUAS PROPOSTAS PARA OS ESPORTES E LAZER

No Capítulo I foram feitas reflexões sobre as responsabilidades sociais que são atribuídas às Políticas Públicas e de como elas se constituem em importante meio de diálogo entre Estado e Sociedade. Algumas contribuições da literatura reafirmam a influência que elas têm nas conjunturas sociais e na qualidade de vida de um povo e analisá-las sempre nos ajudará a avaliar o nível de comprometimento dos governos com a classe trabalhadora. A convicção de que estas duas concepções estão corretas e a de que no conjunto das Políticas Públicas devam estar incluídas as preocupações com os Esportes e Lazer, fundamenta a avaliação que pretendemos fazer.

Também, em parágrafos anteriores, foi feita a menção sobre as particularidades que os esportes apresentam, tanto na sua aceitação pela sociedade, quanto na sua utilização política pelas classes dominantes que o adotam para azeitar suas relações com os dominados. Essas características fizeram com que, historicamente, os detentores do poder os utilizassem como instrumentos ideológicos e vários foram os autores que identificaram nessas atividades, pretensamente inofensivas, traços marcantes de dominação entre as classes. Oliveira (1994) resgata essas propriedades desde os antigos povos, cujos líderes proporcionavam concorridos espetáculos esportivos para as populações oprimidas. Contraditoriamente, ofereciam status privilegiados para a categoria dos *atletas*.

Temos visto que a ludicidade, a informalidade e a adesão por essas atividades permitem a desobstrução de eventuais barreiras entre opostos de maneira tão evidente, que vários autores se debruçaram sobre o tema. Chama também atenção a propriedade que os esportes têm de funcionarem como “elemento de mediação entre as aspirações sociais do povo e do Estado” (DRUMOND, 2008, p. 12). O historiador argumenta que esse contexto leva a uma situação onde a prática esportiva se confunde com o espírito de nação e recupera Hobsbawm que lembra a capacidade das festas populares em unir as classes em luta, amparadas nas justificativas da tradição e de como o esporte se identifica com tal natureza. Qualifica o argumento com a menção de que

“uma das práticas sociais mais importantes de nosso tempo, tanto o esporte das massas quanto os da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas (...) constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial” (DRUMOND, 2008, p.14).

Embora, ao se falar de esportes, possa haver a interpretação automática da espontaneidade e satisfação seus participantes, a imediata associação que se denota é o forte vínculo com os chamados de “*rendimento*”, ou ainda de “alto rendimento”, e é essa concepção que prevalece na sociedade. (BRACHT, 2003). A partir dessa compreensão, há convicções que há um deliberado aproveitamento da confusão entre atividades esportivas e competição e que os esportes estão a serviço das classes dominantes dadas as suas propriedades: ao mesmo tempo em que são intrínsecos aos que os praticam, eles são estimulados tornando seus praticantes vulneráveis aos desígnios dos dirigentes.

O que já foi mencionado sobre as Olimpíadas de 1936, os embates esportivos entre os EEUU e URSS durante a Guerra Fria e as ações da Inglaterra pela busca da soberania mundial abonam as hipóteses de apropriação dos atributos da atividade para a afirmação de supremacia e o estabelecimento do diálogo entre as classes. Ainda que Hobsbawm (2000) afirme que os esportes foram e ainda são instrumentos de ambas para os respectivos protagonismos na luta entre elas, prevalece a concepção de que o emprego dos esportes é um artifício alienante e tem cumprido satisfatoriamente sua função. Nessa linha, eles têm coisificado os *atletas* e seduzido os *espectadores*, bem à feição da política do *Pão e Circo*, dos antigos imperadores romanos.

Nessa perspectiva, as políticas públicas têm preterido a democratização dos esportes e valorizado as atividades competitivas, o que certamente as vem priorizando em relação ao Lazer. Este alerta é necessário e é tarefa política estimular a reflexão a respeito, pois se considerarmos a forma como esta lógica está sendo consolidada pelos documentos oficiais e pela mídia, é fundamental criar elementos para a conscientização da sociedade. Assim é importante considerar a premissa sobre as ideias dominantes de Marx e Engels.

#### **4.1 Os esportes e o lazer como instrumentos políticos**

Considerando estes elementos e os perfis dos governos Vargas e Lula, já caracterizados neste trabalho como nacionalistas e desenvolvimentistas o que será analisado é o que foi implantado ou proposto pelos seus líderes para as áreas em questão. O que contribui para a aproximação entre os períodos são as atitudes populistas identificadas em suas macro políticas e, especificamente, o trato nas questões dos esportes e do lazer, o que justifica a presunção de seu uso ideológico. Exemplos não faltam e os registros das aparições

oportunistas em eventos esportivos e seus espaços, ou associados a eles, são comuns em ambas as épocas.

A construção elaborada nesta tese está fundamentada no binômio esporte e lazer, e a análise pretendida parte de um pressuposto que, a despeito das afinidades entre as eras, o tratamento e as políticas sociais implementadas apresentaram características distintas. O que se depreende é que, a despeito de terem tido a percepção do utilitarismo e se apropriarem do caráter sedutor dessas atividades, os enfoques das respectivas políticas específicas apresentaram relevantes diferenças. Entendendo que há aquelas confusões conceituais entre educação física, esportes e lazer e considerando ainda os diferentes contextos políticos e sociais, faz-se oportuna uma investigação mais depurada, e é isso que se pretende nos desdobramentos deste capítulo.

## **4.2 Os princípios ideológicos da “Era Vargas” refletidos nas políticas de esportes e lazer**

### **4.2.1 O tratamento dado aos esportes**

Significativos atos, nas mais diversas áreas da gestão pública, assinalaram a trajetória de Getúlio Vargas. Polêmicas, contradições e singularidade foram marcas dos períodos em que esteve à frente do Estado brasileiro. Também na área da Educação Física, esportes e do lazer é possível registrar iniciativas inusitadas que reforçam essa característica do regime varguista. Coerente com sua natureza e confirmando a tendência sinalizada no Capítulo II deste trabalho, de dar tratamento especial às atividades esportivas, o Estado Novo praticou atos que evidenciaram sua característica populista. Algumas ações se expressaram tanto na forma legal, quanto nos aspectos políticos, mas é inegável que a face das políticas de esportes e lazer no período se caracterizou pelos instrumentos legais.

A análise de um conjunto de dispositivos da legislação que contemplou direta ou indiretamente os esportes, a partir da implantação da Ditadura Varguista pode se iniciar com as referências à formação da população. A própria Constituição de 1937, ao focalizar a família e indicar os cuidados para a infância e à juventude, responsabiliza o Estado pela preservação física e moral dos jovens brasileiros e define como obrigatória a inclusão da Educação Física em todos os níveis de ensino. Interessante considerar, entretanto, que essa

obrigatoriedade surge na companhia da educação cívica e dos trabalhos manuais e que, no contexto de uma legislação autoritária e nacionalista, evidencia a intenção da formação de uma sociedade aos moldes do regime.

Inicia-se, então, uma conjuntura peculiar que envolveria os dirigentes, a classe trabalhadora, a legislação autoritária e as atividades esportivas. A peculiaridade se deu porque, ainda que as iniciativas da política geral se impusessem de forma autoritária, o processo se amenizava pelo alto nível de aceitação das atividades esportivas e de lazer que eram concedidas à população daquela época, contribuindo decisivamente para que preceitos ideológicos fossem acolhidos pelas classes dominadas.

O gosto popular pelos esportes e a necessidade de se harmonizarem as relações entre o regime autoritário e a sociedade fez com que Getúlio Vargas se propusesse a, de forma insidiosa, criar elementos de estímulo à prática dos esportes a partir de preceitos arbitrários que apresentavam a dubiedade do desenvolvimento esportivo contrastando com o controle social, fundamental para a manutenção da ordem.

Um primeiro registro prático a ser feito podem ser os resultados práticos do Decreto-Lei nº 383/1938, que limitava a ação dos imigrantes em território nacional. Esse instrumento legal que se visava a *preservação da soberania nacional* atingiu plenamente os clubes esportivos no Brasil, pois ao vedar as organizações em sociedades ou coletivos e extinguir as associações já existentes no país, interferiu decisivamente no futebol, prática que predominava nessas agremiações (MACEDO, 2008). Aquele movimento do governo repercutiu negativamente e era necessário dar respostas que evidenciasse aos brasileiros que as questões dos esportes estavam na agenda governamental.

Um ano depois, o Decreto-Lei nº 1056/1939 cria a Comissão Nacional dos Desportos que tinha como incumbência *realizar minucioso estudo* e apresentar um plano de regulamentação dos esportes no Brasil. Essa comissão, composta por cinco membros nomeados pela Presidência deveria apresentar a proposta num prazo de sessenta dias. A evolução desse processo demonstra que aquela Comissão cumpriu seu papel e motivou a edição de outro dispositivo legal, que em seus parágrafos ajustava os esportes nacionais aos princípios estatais e criava o Conselho Nacional de Desportos, o que será visto mais adiante.

As atividades esportivas requeriam do governo ações que indicassem sua dedicação com a área e foi com a intenção de estimular a área e formar especialistas que surgiu a primeira escola de Educação Física civil. Às duas instituições militares, a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo, criada em 1910 e a Escola de Educação Física do



Exército no Rio de Janeiro, fundada em 1919 – a ESEFEX – juntou-se a Escola Nacional de Educação Física e Desportos – ENEFD. Ela foi instituída no Governo Vargas pelo Decreto-Lei nº 1212/1939 ligada a então Universidade do Brasil, hoje UFRJ.

Embora tenha sido marco importante na história da Educação Física e dos esportes no Brasil é importante realçar os princípios domesticadores que orientaram a Instituição e o perfil dos primeiros professores nomeados para atuaram ali. É sabido que além de médicos, atletas, ex-atletas e militares foram convidados a integrarem o corpo docente daquela Escola, o que interferiu na linha pedagógica do Curso consolidando a lógica do esporte de alto nível e da disciplinarização dos corpos. Aos olhos críticos, fica perceptível a contradição entre o desenvolvimentismo cultural que uma iniciativa dessa envergadura propõe e a manutenção do conservadorismo.

Melo (2007) destaca a importância desse movimento chamando a atenção para a formação dos profissionais nessa Instituição e seu impacto nas áreas dos esportes e da recreação além é claro, na própria educação física que buscava a emancipação das esferas militares. Essa libertação não se apresentava de forma tranquila, pois os pressupostos do Estado Novo interferiam incisivamente nos caminhos a serem percorridos pela área que apontavam para seu desenvolvimento inclusive com referência na Constituição de 1937. Segundo o autor, a inserção no texto da Carta acabou sendo um momento de unanimidade entre médicos, militares e educadores civis, o que naquela oportunidade era necessário para o alcance da autonomia político-pedagógica.

A transição da administração da educação física nacional da esfera militar para a civil foi um processo lento e complexo com manutenção de linhas ideológicas conservadoras, o que pode ser avaliado pela significativa mensagem registrada na capa do mês de julho de 1942 da Revista de Educação Física da ESEFEX: “o elevado objetivo da educação física, uma das mais importantes modalidades educacionais no preparo das novas gerações” (MELO, 2007, s.p). Era notória a intenção daquela Escola de continuar interferindo nos caminhos da área.

Essa interferência encontrava interlocução na ENEFD que ligada ao regime e reagindo à Intentona Comunista, emite um boletim escolar realçando o “dever que nos corre de estarmos atentos contra os que pretendem, sob falsos juízos, alterar a marcha de nossa civilização, integrando-nos em sistemas políticos contrários às nossas tradições históricas” (MELO, 2007, s.p). Manifestações como essas mostram a intencionalidade política da instituição.

Avançando na proposta de moldar uma geração dentro de padrões políticos de Vargas e coerente com os princípios nacionalistas da Carta Constitucional vigente, outro decreto é editado, o Decreto-Lei nº 2072/1940. Esta lei organiza a chamada Juventude Brasileira numa perspectiva de inculcar nas futuras sociedades o sentimento cívico, ou patriótico na concepção da Ditadura, capaz de justificar o *amor ao dever militar*. Na mesma ótica, preconiza o hábito da disciplina e subserviência às diretrizes da nação, diretrizes essas destinadas às mulheres as responsabilidades dos serviços domésticos e, especificamente, à criação e educação dos filhos.

Imaginava-se uma organização nacional que compreendia todas as crianças brasileiras e cujo dispositivo legal dava o tom de sua intencionalidade em vários de seus itens e artigos. Dois deles, entretanto, podem identificar a amplitude de sua lógica: o artigo 6º que determinava que a Juventude Brasileira fosse colocada sob vigilância direta do Presidente da República e o 10 que sintetizava o objetivo do aparelho ao definir o enquadramento da população de 7 a 18 anos, pois tornava obrigatória a inscrição de todas as crianças e jovens matriculados nos estabelecimentos escolares oficiais. A reprodução literal do termo enquadramento é para chamar a atenção para a característica doutrinadora da medida.

A compreensão de que associar o sentimento patriótico aos esportes favorecia a transmissão de princípios ideológicos do regime imposto pela ditadura e de que, a domesticação pretendida deveria se iniciar nas faixas etárias iniciais justificaria a adoção deste expediente ambíguo que, apesar de doutrinador, foi recebido com entusiasmo pelos jovens brasileiros. Em seu primeiro artigo o Decreto previa a articulação deliberada entre a educação cívica, moral e educação física e em última análise, os esportes.

O movimento regulador das atividades esportivas continuou e apresentou em 1941, o desdobramento do processo iniciado dois anos antes com a criação da Comissão Nacional de Desportos e foi editado o Decreto-Lei 3199 que, também de forma arbitrária, promoveu o ajuste providencial para regulamentar a prática esportiva no país. Estava formalizado o Conselho Nacional de Desportos.

Já em seu artigo inicial fica explicitada sua lógica, pois se define como o agente de orientação e fiscalização das atividades esportivas em todo o território nacional e se constitui por cinco membros nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de elevada expressão cívica. A análise da Lei vai revelando as intenções disciplinadoras nela contidas, pois assegura a conveniente organização das entidades esportivas e institui os Conselhos Regionais, que multiplica as realizações sob a tutela de uma organização nacional. Outro

exemplo da ambiguidade da outorga sob o controle governamental.

Assim como previa uma ramificação do poder em nível nacional para garantir a manutenção da lógica estatal, o decreto determinava a divisão dos interesses esportivos por modalidades, atendendo aos interesses corporativos da época e foram criadas as Confederações de Basquetebol, de Pugilismo, de Vela e Motor, de Esgrima, de Xadrez e a de Desportos que abrigava vários esportes, ente eles o futebol, com tratamento especial. No § 2º do artigo 16 se lê: “No exercício da atribuição que lhe confere o presente artigo, o Conselho Nacional de Desportos terá em mira que o foot-ball constitui o desportos básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos”<sup>30</sup>.

Era evidente que havia interesse em privilegiar a atividade de maior aceitação dentro da classe trabalhadora e foi a partir dessa premissa que várias ações políticas se difundiram no país com o protagonismo de Getúlio Vargas e que serão tratadas mais à frente. Ainda com relação à criação do CND, torna-se relevante lembrar mais um aspecto contraditório de sua regulamentação: por um lado instaurava o espraiamento da organização esportiva, sugerindo uma democratização das atividades, mas por outro definia que nenhuma competição poderia ser desenvolvida sem seu crivo. Chama também a atenção o polêmico artigo que determinava que todas as praças esportivas deveriam ter um alojamento policial.

Essa prática constante da harmonização entre o autoritarismo e o populismo se refletia também no tratamento diferenciado entre os segmentos da sociedade e a renúncia fiscal foi exercida tanto para entidades filiadas às federações e confederações como para esportistas. Diferente de outros cidadãos eles eram isentos de suas taxas para emissão de passaportes, por exemplo. Este, como outros previstos no instrumento legal, estes artigos demagógicos se mesclavam com itens autoritários, como os que limitavam a participação das mulheres nos eventos e aqueles que induziam os praticantes, e a própria sociedade, à concepção de que as entidades esportivas deviam ter o caráter patriótico.

Embora tenha contribuído para a consolidação do esporte nacional, a criação do CND previa esse desenvolvimento a partir de padrões e normas determinadas de forma verticalizada e arbitrária. Segundo Manhães apud Macedo (2008) fica claro seu caráter antidemocrático a partir da própria nomeação dos conselheiros, pois das cinco cadeiras nenhuma era ocupada por alguém ligado ao esporte e uma delas, inclusive, atribuída a um representante do Ministério da Guerra e Marinha.

Considerando também que o texto constitucional fez surgir dentro do Ministério da

---

<sup>30</sup> Reprodução textual do § 2º do Art. 16 do Decreto-lei 3199/1941

Educação e Saúde, a Divisão de Educação Física, que passou a promover competições esportivas escolares e universitárias, é plausível pensar que a intervenção federal tinha propósitos de desviar as atenções e mobilizações da juventude para atividades atraentes e disciplinadoras. Estas iniciativas que vieram a ser regulamentadas pelo CND foram reproduzidas por alguns governos municipais. (PARADA, 2005) Esses movimentos teriam, inclusive, inspirado a Ditadura Militar pós 64 a reproduzir modelos semelhantes.

Complementando esse ciclo, dois outros dispositivos legisladores incidiram nas práticas esportivas nacionais, consolidando sua face competitiva e indicando as formas de organização conexas com os princípios fundantes das políticas nacionais para a área: a criação da Confederação dos Desportos Universitários – CBDU – e a aprovação do Regimento do Conselho Nacional dos Desportos, o CND.

O Decreto-Lei nº 3617/41 oficializou a CBDU e definiu o arcabouço legal pelo qual deveriam ser regidas as competições esportivas universitárias do Brasil. Determinava que as universidades e faculdades isoladas devessem construir praças esportivas para os alunos e que isso passaria a ser um dos requisitos para a autorização de seu funcionamento e reconhecimento federal. Impunha a filiação das equipes e atletas por meio das Associações Atléticas e instituía os Jogos Universitários Brasileiros a serem realizados bianualmente. Como outras ações na área, estes eventos balizados pelos princípios do CND tiveram grande êxito em suas edições e até a alguns anos atrás foram referências para o esporte amador nacional.

Outra preocupação foi a de controlar a atuação do CND. Embora ele atuasse desde 1939 alguns ajustes foram feitos, também via edição de lei, e as normas de funcionamento do órgão foram definidas pelo Decreto-Lei nº 9267/42 que apresentou algumas particularidades coerentes com o contexto autoritário em que se vivia. Previa essa legislação que era preciso assegurar a articulação entre civis e militares na efetivação do desenvolvimento dos desportos e que qualquer competição deveria ter o crivo da entidade nacional. Ao definir quais os serviços burocráticos do órgão a redação legal incluía um item que se expressa pela atribuição de executar as ordens do CND, ou de seu presidente.

Avançava na metodologia de controle total das atividades esportivas nacionais com a ratificação da nomeação verticalizada dos conselheiros e na regulamentação das sessões ordinárias do CND. Essas reuniões deveriam seguir um rígido formato de apresentação, discussão e deliberação da pauta e deveriam ser realizadas de portas fechadas sendo permitida a presença apenas dos conselheiros para garantir o sigilo das discussões. Também havia a

previsão da realização quinquenal do Congresso Nacional dos Desportos.

Para legitimar a intervenção governamental na área esportiva do país, Vargas edita o Decreto-Lei nº 5342/43 que, embora redundante, reafirmava que as atividades esportivas deveriam obedecer às disposições da legislação federal e que o funcionamento das entidades afins adotariam ao plano adotado pelo CND e homologado pelo Ministério da Educação e Saúde.

A hábil articulação entre os instrumentos legais para a área de esportes delineava com eficiência a importância dada a estas atividades pelo regime varguista valendo destacar que essa valorização se dava de forma dialética, já que o fascínio pela prática esportiva sempre foi uma realidade dentro da classe trabalhadora. Assim, é possível sintetizar, e entender, aquele contexto autoritário de definição de ações ditas sociais via decretos-leis convivendo com a aquiescência popular motivada pela atração espontânea pelas competições.

Por estas características já se sustentariam os atos daquele governo no campo esportivo, mas a tenacidade política expressa pelas atitudes populistas contribuiria para a consolidação de uma conjuntura emblemática nas políticas públicas específicas. O processo de legitimação dos atos presidenciais teve inegável êxito amparado pela postura política do líder de aproximação das camadas populares, apropriação dos valores e sentimentos nacionalistas do brasileiro e transferências dessas emoções para o campo esportivo.

A ligação de Vargas com os esportes era evidente, não apenas nos despachos governamentais, mas também naquelas oportunas aparições públicas. Seus espaços favoritos eram as arenas esportivas, que tinham a propriedade de atrair a massa trabalhadora e havia o aproveitamento de eventos para suas exposições ao povo, ou programações elaboradas para tal. O Estádio de São Januário foi o palco preferido para as aproximações com os trabalhadores, basta lembrar que o dia 1º de maio – Dia do Trabalhador – era comemorado naquele local e, não por acaso, também lá foi assinada a CLT em 1943. Bem mais tarde quando fez seu discurso de posse como presidente eleito, em 1950, escolheu o Estádio do Maracanã, recém-inaugurado, para seu discurso de posse. (BOITO JR, 1982)

A manifestação de Getúlio Vargas, resgatada por Drummond (2008) da obra Lyra Filho (1983), refletia a intenção política do regime em contemplar uma Política de Estado voltada aos esportes que fosse de fácil interlocução com a sociedade. Consciente do nível de aceitação alcançado pelo futebol entre os trabalhadores de todo o mundo e da necessidade de inseri-lo no conjunto dos outros esportes sem perder a oportunidade de dar um tratamento ideológico, afirmou:

Os desportos, sobretudo o futebol, exercem uma função social importante. A paixão desportiva tem poder miraculoso para conciliar até o animo dos integralistas com o dos comunistas ou, pelo menos, para amortecer transitoriamente suas incompatibilidades ideológicas (...). É preciso coordenar e disciplinar essas forças, que avigoram a unidade da consciência nacional (LIRA FILHO apud DRUMOND, 2008, p. 75).

A declaração manifesta a intenção governamental de fazer o uso político das atividades para a conciliação entre as classes em disputa e algumas atitudes em sequência viriam ratificar a estratégia populista de estreitamento das relações que potencialmente poderiam ser conflituosas. O artifício se sustenta com a contribuição de alguns autores que destacam a potencialidade dos esportes para tal função. Souza (2008) recupera Hobsbawm, que atribui a essas atividades características favoráveis para provocar o sentimento nacionalista de um povo, e resgata a menção feita por José Lins do Rego ao se referir a um jogo de futebol entre o Brasil e Uruguai. Para ele, estaria instaurada a democracia social, pois, depois de 1930 seria permitida a convivência de ricos e pobres: brancos e negros numa mesma equipe.

Sob outra perspectiva, Gustavo Capanema – Ministro da Educação de 1934 a 1945 – também é lembrado pelo autor que atribui a ele a afirmação de que “o esporte conteria a função de tornar o cidadão apto para o trabalho e para a sociedade” (SOUZA, 2008, p. 60). Considerando o contexto histórico em que essas frases foram proferidas, é possível interpretar as intenções políticas nelas embutidas e como as ações, cuidadosamente planejadas, cumpriram seus papéis ao contemplarem projetos, modalidades esportivas, atletas e aspirações nacionais latentes em nosso povo.

Essa latência foi muito bem explorada por Getúlio Vargas que, segundo Drumond (2008), juntamente com Peron, foi um dos governantes latino-americanos que mais se utilizou do expediente da evocação do nacionalismo, cultura e identidade nacional numa perspectiva ideológica. A tendência na época era mundial e o Brasil adotou procedimentos oficiais de estímulo às atividades esportivas e até de reconhecimento de algumas praticas até então informais.

Como exemplo desta estratégia pode ser lembrado a legitimação da Capoeira, em 1937. É sabido que até o início da década de 30, essa atividade esportiva que se divulgara entre os escravos era considerada ilegal e praticada clandestinamente. Seus adeptos eram marginalizados e perseguidos pela polícia durante anos e foi a *política social* de Vargas que reverteu essa situação. Em cerimônia oficial, Mestre Bimba, reconhecida personalidade do

mundo capoeirista, foi convidado para uma apresentação no Palácio do Governo da Bahia, cujo interventor era Juraci Magalhães. A partir daí, sua academia foi legitimada pelas Secretarias de Educação, Saúde e de Assistência Pública. Foi nessa época que o Presidente da República proferiu a frase que ficou ligada historicamente à modalidade: *Capoeira: o esporte verdadeiramente nacional*.

Ainda que estejam registradas essas aproximações do Estado com outros esportes, sem dúvida, foi o futebol o instrumento mais utilizado para o diálogo com a classe trabalhadora, condição esta proporcionada pelo nível de simpatia angariada pela modalidade seja pela prática ou pela contemplação. Para ratificar sua postura na relação com o futebol, o Estado Novo efetivou o reconhecimento da prática da modalidade como profissão que vinha sendo debatido desde os anos 20.

Esse debate teve o desfecho favorável durante o governo Vargas, em 1933, quando o atleta de futebol passou a ser reconhecido como profissional e a culminância do processo foi a criação, no Rio de Janeiro, da Liga Carioca de Futebol – LCF – a primeira a receber inscrições de jogadores profissionais regulamentando então, a profissão. Anos mais tarde, a legislação passar dar aos esportistas o mesmo tratamento dado aos artistas da época, ou seja, a normatização das atividades seria controlada por meio das fiscalizações estatais. Tratava-se da ambiguidade do reconhecimento da profissão em conjunto com a censura política explícita. (SOUZA, 2008).

O desenvolvimento do futebol e sua identificação como manifestação cultural vinha se dando desde a década anterior quando, respondendo à forte adesão popular, vários estádios foram construídos. No Rio de Janeiro foram inaugurados o de Laranjeiras (1919) e o de São Januário (1927), enquanto em São Paulo o Parque Antártica (1920) (SOUZA, 2008). O aproveitamento da eufórica simpatia popular pela modalidade foi a tônica nas ações políticas do regime que evocava o sentimento nacionalista para aflorar o orgulho patriótico.

Em 1932, o selecionado brasileiro venceu o Uruguai, em Montevideu, na disputa da Copa Rio Branco e a cidade do Rio de Janeiro se transformou em uma festa generalizada, com os jogadores desfilando em carro aberto e sendo recebidos por Getúlio Vargas no Palácio do Catete, com honras de heróis nacionais. Aliás, os confrontos entre essas duas seleções de rivalidade exacerbada interferiam tanto nas emoções do povo que nas vésperas de uma dessas oportunidades Joao Lyra, um dos conselheiros do CND, sugeriu ser providencial que o Presidente produzisse sua reforma ministerial, pois o povo estaria mais atento aos jogos do que com as questões políticas.

Dois anos mais tarde aconteceria a Copa do Mundo de Futebol na Itália e a equipe brasileira foi recebida por Vargas no Palácio do Governo que transmitiu aos jogadores a responsabilidade da vitória, afirmando a suprema importância daquele título para todos os brasileiros e nomeou sua filha Alzira Vargas, a madrinha da seleção. Da mesma forma indicou Lourival Fontes, um simpatizante das ideias de Mussolini, como Chefe da Delegação, cuja declaração no embarque para a Europa sintetizava as relações entre o autoritarismo do governo e futebol, pelo menos nas interpretações dos dirigentes. Foi esta a frase publicada no *Jornal dos Sports* de 8 de maio de 1934:

“Só a autoridade suprema do Estado, considerando que o esporte é a disciplina formadora de cidadão e dos quadros de reserva pré-militar da Pátria, poderá intervir para coordenação, disciplina, enquadramento e orientação técnica do esporte brasileiro, sob todos os seus aspectos”. (SOUZA, 2008, p 49).

Embora o Brasil tenha fracassado, depois do campeonato mundial foi planejada uma excursão pelo continente europeu para a realização de jogos amistosos, com a finalidade de fazer a divulgação de nosso principal produto da época: o café. Era preciso capitalizar com o time brasileiro que tinha uma boa imagem no exterior e poderia refletir o desenvolvimento do país. Esse era o tom dos discursos oficiais que passavam despercebidos para a massa de brasileiros que se empolgavam com as participações brasileiras nos eventos mundiais e transparecia o diálogo consensual entre dominantes e dominados nos períodos de preparação para as competições. Isso não se restringiu ao futebol e ocorreu também antecedendo os Jogos Olímpicos de 1936, na Alemanha, quando a propaganda oficial vinculava as vitórias ao poderio de uma nação.

Em 1938, viria a Copa do Mundo da França e novamente o Brasil se preparou num contexto nacional de entusiasmo cívico impulsionado pela publicidade oficial. Foi criado o mesmo clima de partida e esperança pelos resultados vitoriosos que exporiam para o mundo o sucesso de um regime nacionalista e autoritário. Mais uma vez o Brasil não conquistou o título e Getúlio escreveu: “o jogo de futebol monopolizou as atenções. A perda do time brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de desgraça nacional” (SOUZA, 2008, p. 60).

Subsequente a esses fatos, registrou-se outro acontecimento que deu continuidade àquela fase de construção de espaços adequados para a disputa das competições que para, além disso, se caracterizavam em palcos de espetáculos para grande número de espectadores: a abertura do Estádio Municipal do Pacaembú, em São Paulo, em 1940. Obviamente essa



inauguração contou com a presença de Getúlio Vargas que passou a utilizá-lo a exemplo do que fazia com São Januário para as comemorações da Independência do Brasil e do Dia do Trabalhador.

As aproximações entre o governo e o futebol também contribuíram para a escolha do país como sede do campeonato mundial de futebol em 1950. Em 1938, no Congresso da FIFA, o Brasil tinha manifestado a intenção de realizar uma Copa do Mundo e em 1946, após o final da 2ª Guerra Mundial e com a impossibilidade do evento ser realizado na Europa, nosso país foi escolhido para promover o evento em 1950. Com a confirmação dessa realização, em 1947, o governo Dutra inicia a construção do Estádio Municipal do Maracanã, o maior estádio de futebol do mundo, compatível sentimento cívico do povo brasileiro. (SOUZA, 2008, p. 87).

O estímulo exacerbado ao nacionalismo só teve êxito, na minha visão, por conta de uma combinação de instrumentos que foram eficientemente utilizados na tarefa de ideologização dos esportes, especialmente o futebol. Refiro-me à articulação, muito bem engendrada, do Estado com a imprensa, que colaborou eficazmente para reafirmação ou fixação de valores entusiasmados, muitas vezes alienantes. Há controvérsias entre autores nesta questão e alguns pesquisadores defendem a tese de que os esportes serviram, ou servem, às duas pontas do sistema e que a busca da autonomia e independência das classes trabalhadoras também se deu por intermédio dessas atividades.

Ferreira (2001) é um dos estudiosos que entende que a suposta manipulação dos esportes sempre se deu numa via de mão dupla, sendo explorados pelas classes em disputa. Na mesma linha de raciocínio, outra afirmação focalizando o futebol atribui seu uso ideológico também pelas classes populares e assegura que ele:

“é utilizado, num determinado momento histórico, por um presidente da República, apropriando-se de uma vitória esportiva e servindo-se dela como o significante, através do qual transmite mensagens ideológicas, é também utilizado por um grupo de operários e trabalhadores de classe baixa para tentar demarcar seus próprios limites” (GUEDES apud SOUZA, 2008, p. 25).

Alinhamo-nos com os que entendem que o fenômeno da aceitação massiva dos esportes e, particularmente do futebol é capitalizado como poderoso ingrediente do processo de alienação que é imposto para os trabalhadores. Ainda que os estudos apontem essa tendência em nível mundial, merece registro especial as estratégias desenvolvidas na “Era Vargas”, cuja política de comunicação com as massas tinha peculiaridades que a destacava como uma das mais aperfeiçoadas do Estado.

Para dar conta dessa tarefa foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – e mais uma vez sob a forma de instrumento legal, define seu Regimento que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1940. Diz o decreto:

O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado pelo Decreto-lei 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento. (DECRETO-LEI 5077/39)

Um texto que subordina o órgão imediatamente ao Presidente e define como atribuição a transmissão de *diretrizes doutrinárias*, evidencia a intenção de formação de opinião. Todos os estudos dessa época registram a eficiência e agressividade midiática dos instrumentos publicitários oficiais, e muitos deles apontam o futebol como um dos que cumpriu eficazmente esse papel. O sentimento nacionalista e as idéias desenvolvimentistas foram injetados na população graças a um populismo que se apoiou em inúmeras oportunidades no fascínio pelo esporte, haja vista que esportes aparecerem explicitamente no art. 7º do Decreto entre os assuntos que deviam ser tratados pelo DIP.

Ao focalizar a mídia impressa no período, Morel (2007) registra que o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, foi o primeiro diário de assuntos gerais – política, economia, cultura, cotidiano nacional e urbano – a dedicar uma seção exclusiva para os esportes. Em relação ao Jornal dos Sports, que basicamente se resumia a notícias dos clubes, atletas, competições, confederações e federações, sua pesquisa registra a inflexão política do tabloide a partir de 1936, com a direção de Mario Filho, que tinha acesso a pessoas ligadas ao governo. A autora avalia o contexto afirmando que o obscurantismo político da “Era Vargas” foi amenizado pelo esporte, principalmente pelo futebol, tal sua popularidade e disseminação na sociedade brasileira e que essa condição permitia uma comunicação espontânea entre os praticantes e o público, e nós acrescentaríamos o Estado nesse processo.

Justifica nossa convicção na adoção de processos alienantes para estabelecer o diálogo favorável com a classe trabalhadora algumas observações e conclusões sinalizadas por Drumond (2008) e Souza (2008). Para o primeiro, Vargas mobilizou diferentes grupos sociais com a propaganda oficial fazendo a conexão dos esportes com o sentimento de pertencimento à nação. Tanto os atletas que compunham as equipes brasileiras, quanto a população que acompanhava as competições viam nesses acontecimentos as oportunidades de mostrar a preeminência nacional. Já o segundo entende que houve o processo deliberado de

transformação do futebol em esporte de massa numa ação ideológica articulada entre Estado, imprensa e negócios.

Pelo menos dois fatos podem ser creditados a essa nova conjuntura: a contratação de grandes jogadores de futebol, viável a partir do reconhecimento profissional e o crescimento importante da mídia esportiva, que até então praticamente se resumia ao *Jornal dos Sports*, fundado em 1931. Fundamenta essa tese o fato da venda de selos da CBF para subsidiar a participação do Brasil na Copa do Mundo de 1938. Estes selos foram vendidos por 500 réis e estampava a seguinte frase: *auxiliar o esporte é o dever de todo o brasileiro*.

Sobre isso, o *Jornal dos Sports* faz a referência a “um movimento inédito em nossa vida esportiva: a colaboração de todas as classes para uma representação esportiva” (SOUZA, 2008, p. 62) Um exemplo claro de um nacionalismo estimulado que se prevalecendo do sentimento patriótico, ideologicamente construído, arrecada contribuições financeiras de toda uma população, independente de classe social. Certamente as relações de interesse entre Estado, mídia e capital ganharam espaço nessa era e o futebol tem um protagonismo nesse processo.

Fica explícita também, segundo o autor, a propagação de um nacionalismo concebido e a suposta consagração dos esportes em instrumento de democratização das classes sociais. A idéia disseminada era a de que mais do que a vitória era o entusiasmo que atingia os cidadãos, independente de cor ou classe. Avaliar criticamente esse fato referenciado em Mézáros (2004), que destaca o prazer das atividades recreativas oportunizando o consenso e mascarando as intenções domesticadoras, fortalece minhas concepções de que os interesses subliminares da dominação prevalecem na prática de um projeto alienante.

Não temos dúvidas que os esportes, fundamentalmente o futebol, são apaixonantes independentemente das diferentes classes sociais e que, no clímax da euforia vivida nos momentos dos jogos e competições, a luta entre elas é arrefecida, ou até desprezada. Temos também a convicção que os detentores do poder têm a percepção desse fato e ideologizam essas atividades por meio de definição de políticas públicas que maquiem seus principais objetivos. Getúlio Vargas foi simbólico nesta função e soube se apropriar com eficiência tanto dos esportes, como vimos até aqui, quanto do lazer. Com contornos semelhantes e igualmente ideologizadas as Políticas Públicas para a esta área merecem um recorte específico.

#### 4.2.2 As características funcionalistas do lazer

A análise que fazemos do lazer no período varguista é fundamentada nas contradições entre seus aspectos conceituais e políticos já mencionados em capítulo anterior. Duas concepções básicas se contrapõem e expressam valores ideológicos distintos e bem delineados: uma delas identifica no lazer suas propriedades emancipatórias enquanto a outra o caracteriza como atividade compensatória para minimizar a carga de trabalho e preparar o indivíduo para jornadas produtivas. Igualmente agradável como os esportes, o lazer com características funcionalistas foi largamente utilizado pelo Regime, nesta segunda perspectiva.

É possível afirmar que os esportes foram empregados para alienar e *domesticar* a classe trabalhadora, nos anos 30 e 40, e que o lazer, na mesma época, foi instrumento de controle social e da dominação das forças produtivas. Confirmando a riqueza histórica da “Era Vargas” e a multiplicação de pesquisas relacionadas a ela, vários estudiosos se dedicaram ao tema lazer, cujas contribuições contextualizam a relação entre a atividade e o período. O populismo, escolhido como proposta de governo carecia de atividades fins e a recreação se alinhava com os esportes para tal função.

A política de *bem estar social* implantada por meio das leis trabalhistas e das ações compensatórias para abrandar a dureza de uma política desenvolvimentista que previa o aumento da produtividade para gerar maiores lucros, necessitava de um ingrediente tolerável que amenizasse a característica dominante daquele governo, e o lazer foi útil nessa ação. Desde o final do século XIX vários movimentos denunciaram a carga excessiva de trabalho e a necessidade de um equilíbrio entre o tempo do trabalho e o tempo liberado.

No contexto mundial o embate entre as classes dominante e trabalhadora se deu de forma incisiva e, de maneira geral, a primeira se impôs pela truculência das ações físicas ou legais. Alguns exemplos, entretanto, se caracterizaram por ações demagógicas ou compensatórias. Sem fazer a regressão histórica aos tempos de gregos e romanos é possível resgatar fatos que corroboram a tese de que concessões foram feitas para a manutenção da ordem. A conquista da Semana Inglesa, por exemplo, que foi um marco na luta contra a opressão aos trabalhadores sintetiza o recuo da dominação exploradora na passagem do século XIX para o XX.

Anteriormente a esses momentos, as fábricas passaram a amenizar a carga de trabalho e configurar os horários e jornadas de forma mais equilibrada e ajustada, tanto para os operários, quanto para os proprietários que visavam garantir a tranquilidade, para que a produtividade se desse. Com isso foi se sedimentando o reconhecimento social do tempo do não trabalho e uma nova conjuntura se apresentava. As tabernas e casas de cerveja, as *public*

*houses*, que eram restritas aos homens de negócios foram reproduzidas na forma de casas de gin que, antes marginalizadas, se multiplicaram e se tornam acessíveis com a popularização da cerveja que recebeu incentivos fiscais para que isso fosse possível. (MELO, 2010).

De certa forma, ocorreu uma busca aleatória às atividades informais para o preenchimento do tempo livre e esse novo contexto, mereceu a atenção de estudos que avaliaram o comportamento desordenado de toda uma classe, ainda oprimida, iludida por uma liberdade contingenciada. Peixoto e Freitas (2010) contribuem para a reflexão fazendo menção à incapacidade dos homens em decidirem o que fazer nas horas liberadas, o que abre espaços para as iniciativas salvadoras que se propõem a *educá-los* para o usufruto desse tempo, já que para as horas de trabalho, a obrigação moral dá conta. Para tanto, a estruturação da área da recreação se justifica e surgem as iniciativas capazes de suprirem essa necessidade.

Os períodos de ociosidade passam a ser disputados pelos algozes coniventes na ação de compensar as atrocidades da exploração do trabalho, o Estado e o Capital. Ao longo dos anos, este último foi aprimorando as formas de mercantilização das atividades recreativas e o lucro foi se tornando preponderante no oferecimento das opções de lazer e o que vemos hoje é consolidação da sua parceria com o aparelho estatal. O Estado, por sua vez, além da conveniente articulação com a iniciativa privada, age de forma populista e acumula também dividendos políticos a partir da outorga de programas assistencialistas, rotulados de sociais.

Um clássico modelo nessa lógica de governar, o Governo Vargas aprimorou o paternalismo social e sistematizou exemplarmente a política para a ocupação do tempo do não trabalho da população brasileira. A plena articulação com a indústria da época propiciou a postura de algumas fábricas que passaram a incentivar seus operários para a prática do futebol em seus momentos de repouso (SOUZA, 2008). Aqui, mais um bom emprego do fascínio pela prática da modalidade.

O apoio a iniciativas como essa não era suficiente para demarcar sua ação política compensatória de bem estar social. Uma das características mais acentuadas desta Era se refletiu também na área e algumas ações ditas sociais que foram implantadas de forma capciosa lograram êxito em seus objetivos. Às atividades recreativas foi atribuída a natureza funcionalista e as finalidades de controle e disciplina do tempo ocioso se constituíram em marcas típicas dos empreendimentos oficiais no campo do lazer. Inseridas no rol das Políticas Sociais do Estado Novo, as Políticas Públicas de Lazer, se focalizadas, podem expressar a intencionalidade do poder da época.

Assim como a relação com os esportes, as afinidades do Governo Vargas com o

campo do lazer foi foco de interesse de muitos pesquisadores do tema. As contribuições se multiplicaram e provocaram um fluxo considerável de reflexões que, praticamente unânimes, fundamentam a constatação do uso ideológico das atividades recreativas naquele momento. Um resgate da linha histórica dessa conexão subsidia a avaliação crítica que se pretende elaborar.

A referência a uma suposta parceria expressa a compreensão da articulação bem amalgamada dos diferentes segmentos da classe dominante na tarefa da conciliação entre as classes. Isso foi realizado com eficiência e o alinhamento político dos diferentes atores sociais propiciou uma época de branda convivência entre todos, política esta sustentada pelo clima de assistencialismo e propiciação da *qualidade de vida*. Segundo Fausto apud Corrêa e Almeida (2008), por conta do nascimento da nova mão de obra industrial como categoria social, era necessário um investimento em políticas sociais que adequassem esses trabalhadores às necessidades de produção e se tornassem mecanismos do desenvolvimento capitalista.

Pressionados pelos movimentos sindicais, Estado e o empresariado passaram a agir conjuntamente e surgem programas de assistência social, com a clara intenção de ajustar mecanismos de controle capazes de adaptar os trabalhadores nas novas relações de trabalho. As jornadas, agora reguladas pelo número de horas de trabalho, se alternavam com momentos de folga e isso passou a ser foco de preocupação das autoridades que se mobilizaram para controlar, dentro do possível, o tempo do não trabalho. Iniciativas inovadoras precisavam ser pensadas para que a produção se garantisse e se mantivesse a confiança da população.

Baseado nessas premissas foi criado o Serviço de Recreação Operária – SRO – em 1943, que pode ser considerado um dos símbolos dessa política, pois, mesmo sendo uma ação destinada ao lazer do trabalhador era vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A Portaria nº 68 de 6 de dezembro de 1943 definiria um de seus objetivos como o de “coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração”. Esse órgão sintetiza o que foi a Política Social de Lazer e certamente é um dos eventos mais focalizados entre os pesquisadores que se dispuseram a compreender a aparente contradição de sua alocação no Ministério do Trabalho e as afinidades entre Estado, trabalho e lazer na vigência da “Era Vargas”.

O SRO foi concebido na gestão de Marcondes Filho frente à pasta do Trabalho e, há uma interpretação quase unânime nos estudos do campo de que sua marca ideológica se refletia pela política de controle e manipulação. Seu primeiro presidente foi Arnaldo Lopes Sussekind, um jurista que havia constituído a comissão indicada por Vargas para elaborar a

CLT e chegou a ser, duas décadas depois, Ministro da Agricultura e do Trabalho e Previdência Social, na Ditadura Militar pós 64.

Do ponto de vista de senso comum e de forma acrítica os desdobramentos da criação de tal Serviço podem ser compreendidos como benesses de um governo populista que pretendeu estabelecer um diálogo afável entre os dirigentes e os dirigidos de uma sociedade sob a conjuntura de uma ditadura. Na mesma lógica da flexibilização das relações trabalhistas, da nacionalização do samba, da legitimação da capoeira e da popularização dos esportes, via futebol, as atividades recreativas foram largamente utilizadas e a criação ou institucionalização de espaços físicos para tal fim se multiplicou nos centros produtivos.

Moura (2007) registra, em decorrência desse novo momento, a criação dos parques de recreação em diversos bairros das grandes cidades e a obrigatoriedade aos grupos escolares que deveriam ter seus próprios espaços similares, como complemento à educação. Foram difundidas no Estado Novo as praças com instalações esportivas para uso da população com ginásios e quadras esportivas, e em alguns casos, até piscinas. Esses ambientes eram frequentados pelos trabalhadores estimulados aos momentos de lazer, capazes de restabelecer o desgaste pela jornada laboral.

A contribuição de Bretas (2006), entretanto, sinaliza para a instrumentalização de um pacto social por intermédio de serviços assistencialistas compensatórios “a partir do que era vivenciado, admirado e fruído pela massa trabalhadora” (BRETAS, 2006, p. 202). As atividades planejadas compreendiam música, teatro, literatura, cinema, dança, excursões e esportes. A certeza que se expressa é a de que não objetivavam a emancipação do trabalhador, muito pelo contrário, visavam a sua cooptação.

A autora, que realizou aprofundada investigação neste aparelho estatal da “Era Vargas”, conclui que o SRO se materializou para atingir os seguintes objetivos:

“auxiliar na diminuição do número de acidentes de trabalho; estimular a sindicalização; integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; controlar e disciplinar o tempo livre do operário; formalizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador; fortalecer física e espiritualmente o operário de modo a fazê-lo participar do esforço de guerra e elevar seu nível cultural.” (BRETAS, 2006, p. 204)

O exame pormenorizado dessa conclusão revela que a articulação entre os objetivos corrobora a tese de que a intenção era a aproximação entre as classes tendo como estratégia a utilização de atividades atraentes para a população. Havia a necessidade de manter os

trabalhadores sob controle e garantir a dominação e o oferecimento de atividades que tivessem sua aceitação era a forma de obscurecer a exploração de seu trabalho, ainda que o discurso oficial propagasse outra coisa. Por trás da afirmação que “trabalho, recreação e repouso – eis a fórmula ideal para a existência feliz do homem que produz” (BRETAS, 2006, p. 212), Sussekind preconizava o aumento de produção e a redução dos acidentes de trabalho, entaves de uma plena produtividade.

A idéia da saúde do trabalhador aparecia nas manifestações formais, em formas retóricas ou documentais, e a pretensa garantia da qualidade de vida era propagada como prioridade governamental. Ainda segundo a pesquisadora, a cientificidade também foi aplicada para fundamentar argumentos constantes na exposição de motivos elaborada por Sussekind, para justificar a criação do Serviço de Recreação Operária:

“O que a ciência ensina e a experiência comprova é que os desportos ou os exercícios musculares são tão necessários para eliminar a fadiga dos que exercem suas funções com grande atividade cerebral ou em serviços de natureza sedentária, de mero controle de mecanismos, ou, ainda, de monótona e continuada atenção, quanto os sistemas de recreação cultural ou artística são indispensáveis para pôr termo à fadiga dos que empregam suas horas e trabalho em atividades que extenuam os músculos e mantêm impassíveis as funções cerebrais. À recreação cientificamente empregada caberá restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo. (...) Eis porque ao Estado moderno incumbe o dever de estimular e facilitar o sadio aproveitamento das horas de repouso dos operários, concedendo-lhes meios para que possam beneficiar-se com as atividades recreativas que lhes são indispensáveis, afim de que se sintam, assim, realmente integrados na coletividade cujo progresso desenvolvem nas horas de lazer.” (BRETAS, 2006, p. 204)

Ainda que se apregoem cuidados com o bem estar da classe trabalhadora as intenções outras podem ser aferidas se depurarmos as declarações do então Ministro do Trabalho, Marcondes Filho que concebia a Getúlio Vargas a solução antecipada de eventuais problemas provenientes da luta contra o comunismo, por exemplo, e a oportunidade de oferecer aos trabalhadores o exercício da vida corporativa. Com isso tentava consolidar a imagem do presidente como uma liderança capaz de antever os problemas dos operários e criar um clima de solidariedade entre as classes antagônicas.

Compreensão coincidente tem Peixoto (2008), para quem a concepção do SRO fazia parte de uma política de *conformação* inserida nos acordos tácitos elaborados por Getúlio com os setores conservadores e trabalhadores. Ela acrescenta às contribuições sobre o assunto a constatação que essas iniciativas no campo da Recreação do trabalhador atuavam em duas frentes, que visavam a continuidade da tarefa doutrinária de agregação à lógica estatal. Exemplifica, com a existência dos Parques de Recreação Pública em Porto Alegre e a Divisão



de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, o trabalho com as crianças brasileiras, filhos da classe operária; e identifica no Serviço de Recreação Operária a ocupação do tempo livre do trabalhador.

A justificativa formal para a instituição de tais programas passava pelo argumento paternalista, assistencial e de ordem econômica, pois sem condições financeiras para os lazeres, eram providenciais para os trabalhadores as instalações de centros comunitários recreativos, com um leque variado de opções de atividades. A tese da *guetificação* e do controle social se reforça, na minha maneira de ver, pois me amparo nas sinalizações da autora de que as contradições do SRO se refletiam nas seguintes variáveis: os próprios conflitos dentro da burguesia, o medo do comunismo, a suposição que a classe trabalhadora não sabia usar adequadamente o tempo liberado e a eterna luta entre capital e trabalho.

Merece registro e é um aspecto relevante a subvenção financeira destes espaços físicos. Foi referido em parágrafos anteriores o processo de cooptação implementado pelo Governo Vargas numa deliberada adoção do sistema populista de governo. Essa adesão foi efetivada em duas vias, a direta com os benefícios assistencialistas pragmáticos e a indireta via sindicatos. Embora não se faça objeto desta análise, não se pode deixar de mencionar a parceria colaborativa de muitos sindicatos que se aproximaram de Getúlio Vargas no fenômeno chamado de *peleguismo* e atuaram para conciliar os interesses opostos.

Uma das atitudes do governo foi o estabelecimento do Imposto Sindical, uma contribuição compulsória retirada dos salários dos trabalhadores, que proveria recursos financeiros às entidades sindicais para que oferecessem aos sindicalizados serviços jurídicos, médicos, dentários e de lazer. O Decreto-Lei 2377/1940 instituiu a cobrança e o Decreto-Lei 4298/1942 regulamentou sua destinação incluindo em seu art. 7º as atividades esportivas e de lazer entre as demais aplicações.

A arrecadação contemplava os aparelhos sindicais que adquiriam fundos para suas ações políticas e sociais e financiava os espaços públicos de lazer para a sociedade que os recebia sem perceber que ela própria era quem os subvencionava. Esta engenharia política pôs em funcionamento, inicialmente dois Centros de Recreação no então Distrito Federal, o localizado na Gávea e o situado no Méier, dois bairros de densidade operária na época. A importância política das inaugurações pode ser aferida pela presença pessoal do Ministro Marcondes Filho, em ambas as oportunidades. (BRETAS, 2006).

O aprofundamento da análise política feita por Peixoto (2008) se expressa em conclusões qualificadas pela concepção que a autora tem da intenção de conformação da classe trabalhadora e do contínuo e intenso processo da luta de classes. Ela compreende que:

O S.R.O. surgiu no cenário nacional como parte de um projeto mais amplo de contenção preventiva do processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, visto como uma necessidade do projeto de consolidação de uma indústria forte. De certa forma, o S.R.O. foi uma espécie de projeto piloto do que viria a ser, mais tarde, a parte do Sistema "S" destinada à prestação de serviços de lazer – os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio (SESI e SESC). Foi um movimento histórico de retomada da política de "pão e circo", unido ao projeto mundial de contenção da luta de classes, a fim de evitar a formação da classe operária no Brasil.

Não se trata de afirmar que a classe trabalhadora acatou passivamente o projeto da burguesia. Trata-se, apenas, de reafirmar categoricamente, juntamente com outros trabalhos, que a burguesia possuía, sim, um projeto de classe — ainda que houvesse discordância em seu interior — que escorreu para lugares aparentemente inusitados, como a produção do projeto de recreação operária conduzido por Arnaldo Sussekind. (PEIXOTO, 2008, p. 38).

O que se torna plausível com o apoio dos autores referenciados, especialmente em Bretas (2006) e Peixoto (2008), é ampliar e fortalecer a convicção de que tais serviços visavam a adequação da classe trabalhadora para a produção e que as Políticas Públicas de Lazer da “Era Vargas” se constituíram em mecanismos de apoio ao capital. O desenvolvimentismo articulado com o populismo varguista objetivava, na realidade, o aumento dos lucros, sobretudo salvaguardando a manutenção da ordem.

#### **4.3 Políticas de esportes e lazer coerentes com as opções ideológicas do Governo Lula**

Estamos convencidos que as bases políticas que levaram Getúlio Vargas e Lula ao poder tiveram, a seu tempo, origens distintas, pois enquanto a oligarquia agrária apoiou a movimentação do primeiro, o segundo chegou à presidência com sustentação dos movimentos sociais, do sindicalismo e dos partidos de esquerda. Essas trajetórias sugerem que os valores ideológicos e as estratégias deveriam ser diferentes, todavia, o que esta análise está revelando é o contrário.

O lazer e os esportes são atividades que se explicam por si, e cuja natureza fascinante os coloca entre uma das práticas mais admitidas pela sociedade e essa pode ser a explicação para que dois governos desiguais, supostamente os utilizaram em seu diálogo com a classe trabalhadora. A análise que nos propomos a fazer do Governo Lula pode contribuir para essa constatação.

#### 4.3.1 Os marcos de uma metamorfose ajustada aos preceitos de um modelo político

Uma simples visita ao Portal dos Ministérios dos Esportes revela as intenções e iniciativas empreendidas pelo Governo Lula na área dos *esportes* e do *lazer* e será a partir de suas informações oficiais e divulgações encontradas naquele instrumento de comunicação que faremos um acompanhamento de suas propostas.

A lógica construída na elaboração deste trabalho foi a de considerar, e tendo como base as afinidades conceituais, o binômio como redundante ou, na pior das hipóteses, natural. Apesar do Partido dos Trabalhadores ter tido em sua trajetória essa redundância como referência, o que vemos ao acessar a relação de Programas e Projetos oficiais é um reduzido número que contempla o lazer como algo a ser proposto para a sociedade brasileira, a grande maioria se destina a atender a lógica dos esportes.

A estrutura ministerial se organiza em três Secretarias: a de Esporte de Alto Rendimento; a de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e a de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. A própria nomenclatura de cada um dos órgãos indica suas competências e prioridades presumindo as respectivas ações políticas, o que em princípio abrangeriam as diversas vertentes do esporte e do lazer.

Entre as atribuições da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento destacam-se as que lhe dão a principal função:

- Coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.
- Realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução das ações de promoção de eventos; (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Para a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social foram definidos os seguintes trabalhos:

- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo:
- O desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social;

- Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Completando o sistema, na distinção que foi dada ao Futebol ocorreu a transformação da Assessoria Especial, que já existia, em Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor que deveria promover ações para “contribuir para o melhoramento do futebol como um todo no Brasil, entre elas o incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor e os preparativos para sediar a Copa do Mundo da FIFA - 2014”. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

A princípio, nessa organização talvez tão somente merecesse observação o destaque que foi concedido ao futebol em prejuízo às outras modalidades, já que se percebe, no conjunto, a predisposição em atender o acúmulo das reivindicações da militância intelectual pesquisadora do lazer e dos esportes; porém o que se concretiza é mais inquietante: é o acentuado desequilíbrio no tratamento às questões dessas atividades que privilegia os esportes de competição e minimiza as práticas recreativas.

Uma observação desta natureza ganha consistência se resgatarmos a construção histórica do PT na formulação de propostas para a área e nas manifestações críticas apregoadas aos governos anteriores. Seguindo a peculiar praxe partidária, teóricos do campo e militantes, em movimento nacional e de base, construíram um documento contendo reflexões, princípios e propostas para a sociedade brasileira, cujo texto ficou conhecido como Movimento Pró Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer. Este texto foi apresentado e aprovado no II Congresso do partido, em 1999.

Consumada a eleição de Lula, uma Equipe de Transição atuou junto ao então Ministério do Esporte e do Turismo e elaborou o Relatório Executivo contendo informações gerais; recomendações para os primeiros 100 dias, para médio e longo prazo; propostas de ação e de estrutura; organograma e proposta orçamentária. Este trabalho foi concluído e encaminhado aos escalões superiores do novo governo ao final de 2002 e um de seus encaminhamentos foi o da realização das Conferências Nacionais do Esporte.

Desde então foram realizados três desses eventos: em 2004, 2006 e 2010, e cujos documentos finais expressam princípios norteadores e as proposições governamentais para o Lazer e o Esporte<sup>31</sup>. Para conhecimento e compreensão do caminho percorrido pelo Governo

---

<sup>31</sup> Os documentos finais destas Conferências estão disponíveis em <<http://portal.esporte.gov.br>>

Lula, a intenção é apreciar os conteúdos do Movimento Pró Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer, do Relatório da Equipe de Transição e as conclusões das três edições das Conferências Nacionais.

Embora possa parecer preciosismo ou detalhes a serem desconsiderados, nota-se que os registros daquele II Congresso chamam a atenção para o fato de que as atividades de Lazer haviam sido, até então, negligenciadas por conservadores e por setores da esquerda brasileira e que era preciso intervir para suprimir a manutenção de privilégios a partir de práticas assistencialistas ou tuteladas, exercidas pela classe dominante. As preocupações avançavam com constatações de que essas atividades não seriam democratizadas e que urgia oportunizá-las em igualdade de condições para todos, numa proposta emancipadora. Todavia, a implantação de tais políticas não se deu na perspectiva sinalizada pelo coletivo autor dessas propostas, supostamente para um governo de frente popular.

A partir de atentas leituras algumas curiosidades podem ser identificadas e são significativas para a conclusão de que também nessa esfera houve a inflexão para uma adaptação à ordem. Sintomática é a inversão da composição da expressão que qualifica as atividades que compõe esse campo de conhecimento e as práticas pertinentes a ele, pois no período de gestação dos documentos iniciais usou-se a conjunção *Lazer e Esporte*, que supunha a prioridade dado ao primeiro e considerava o segundo como uma das, talvez a mais praticada, expressões do primeiro. Já o Relatório da Equipe de Transição do Ministério do Esporte e do Turismo e os registros das Conferências demarcam *Esporte e Lazer*.

Ao focalizar as políticas sociais direcionadas ao Lazer implementadas pelo Governo Lula, percebe-se incongruências em nível geral e de forma pontual. A incoerência genérica se refere à trajetória política do presidente, aos princípios partidários que fundamentaram a construção do Movimento Pró-Setorial e ao Relatório da Equipe de Transição. Entretanto, à lógica liberal que norteou o período, as ações são compatíveis e ratificam a tendência de adaptação à conjuntura internacional de fortalecimento do capitalismo e, nesse sentido é preciso realçar as contradições praticadas desde sua posse, nas questões relativas ao Lazer.

Do documento da Setorial de Esporte e Lazer, sobressaem alguns pontos que eram preocupações de seus autores e que sinalizavam, simultaneamente, críticas e propostas a serem implantadas em caso de chegada ao poder. Estes itens que se referem ao lazer constam da Carta de Princípios para uma Administração Democrática e Popular e foram aprovados no I Encontro Nacional dos Setores das Administrações Petistas ligadas às Políticas Públicas nas áreas de Esporte e Lazer. Por essa Carta o governo deveria:

Impedir que Lazer e Esporte, enquanto fenômenos culturais significativos do nosso povo continuem a ser utilizados como veículos de reprodução dos valores dominantes, o que pouco tem contribuído para o desenvolvimento humano, numa perspectiva de construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Buscar formas concretas para democratizar os espaços e equipamentos esportivos e de lazer, ampliando e melhorando o nível de participação popular, não só nas práticas corporais e esportivas, mas na apropriação de significados destas manifestações culturais com vistas ao desenvolvimento humano.

Considerar que o Estado não deve abrir mão de definir as diretrizes de Esporte e Lazer, sem contudo deixar de buscar, quando necessário, apoio de recursos externos, desde que não impliquem em interferência nos princípios políticos e filosóficos de um governo popular e democrático.

Considerar as práticas corporais e esportivas como uma das dimensões do Esporte e Lazer e integrar essas atividades nos espaços de debate e reflexão sobre esses fenômenos.

Buscar formas concretas de integração do Esporte e Lazer com todas as outras áreas que compõem as políticas sociais, principalmente Educação, Saúde, Bem-Estar Social e Cultura.

Incentivar e criar canais para a participação popular na definição de programas de Esporte e Lazer.

Evitar o evento pelo evento, introduzindo elementos que apontem para uma conscientização sobre o papel do Esporte e Lazer na formação das pessoas.

Entender o Lazer, não como prática compensatória de um trabalho alienado, mas como, direito de todos e meio para a construção da cidadania. (SETORIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES DO PT, 1989).

Compõe também o conjunto de reflexões, propostas e recomendações para o Esporte e Lazer inserido no Programa de Governo – Lula Presidente – elaborado e apresentado em 1994, uma relação de itens que se tornaram os *13 pontos para Ser Feliz no Esporte e no Lazer*, obviamente fazendo referência à identificação numérica do Partido dos Trabalhadores. São eles:

1) A democratização do Esporte e do Lazer; 2) A democratização dos espaços e equipamentos de Lazer; 3) Um NÃO à discriminação das minorias e dos portadores de necessidades especiais; 4) A democratização do sistema esportivo brasileiro; 5) A democratização do Conselho Superior de Desporto; 6) Um esporte DA escola e não NA escola; 7) A democratização do acesso ao Espetáculo Esportivo; 8) A democratização das relações trabalhistas do Trabalhador Esportivo; 9) Um Esporte Comunitário de qualidade; 10) Um novo projeto político de municipalização do Esporte e do Lazer; 11) Uma nova compreensão da relação Saúde – Esporte e Lazer; 12) A democratização do acesso ao Esporte e ao Lazer como campos de conhecimento; 13) Um projeto político integrado: Cultura, Esporte e Lazer. (PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESPORTE E O LAZER, 1994)

Fica evidente a constante movimentação de pesquisadores e formuladores próximos ao Partido que, críticos ao sistema vigente, aspiravam transformações e municiavam as lideranças partidárias com elementos capazes de proporcionar ao povo brasileiro uma nova era nos programas sociais esportivos e de lazer. Embora se torne repetitivo, a insistência em

alguns pontos parecia se justificar pela preocupação que refletia a cada texto divulgado e a iminência da chegada ao poder. É possível destacar no texto apresentado em 1994 esta observação: “é no tempo livre da população que incidem as ações do poder público responsável pelo Esporte e Lazer. São poucas e tímidas as ações atuais do Estado brasileiro no tocante as questões do Esporte e Lazer da população”. (PROGRAMA DE GOVERNO PARA O ESPORTE E O LAZER, 1994).

Com a firmeza dessas convicções e ainda na linha de reafirmação de princípios foram realçados os seguintes eixos norteadores, alguns deles em duplicidade:

- A democratização dos espaços e equipamentos de lazer:

Garantir o acesso da população à prática corporal esportiva e aos demais interesses socioculturais do Lazer, implica em privilegiar a eleição dos espaços e construção/manutenção dos equipamentos, viabilizando o seu uso e abrindo o horizonte para o caráter polivalente que deverão possuir. Essa polivalência deverá ser sustentada por uma política de animação atenta à riqueza do universo cultural e lúdico, gerida por profissionais qualificados;

- Um NÃO a discriminação das minorias e dos portadores de necessidades especiais: Democratizar o acesso ao Lazer e ao Esporte implica em não ignorar a imperiosa necessidade de darmos um basta na discriminação tão presente em nossa sociedade aos menos hábeis, aos idosos, às mulheres e as minorias, como também de desenvolver programas que qualifiquem os portadores de necessidades especiais, como sujeitos dotados do direito de se apropriarem da riqueza social produzida, na qual o Lazer e o Esporte são partes integrantes:

- A democratização do espetáculo esportivo:

O espetáculo esportivo reflete o estado da arte esportiva no universo do patrimônio cultural da humanidade. Da mesma forma que os espetáculos artísticos precisam ter sua apropriação assegurada para a maioria da população, é também de competência do Poder Público – na sua qualidade de prestador de serviços – garantir a educação crítica e o acesso ao espetáculo esportivo para o conjunto da sociedade, buscando formas de auxiliar na sua promoção, em parceria com a iniciativa privada.

- Um esporte comunitário de qualidade:

Propomos dar ao esporte comunitário um tratamento que se preocupe com os espaços para a prática e, sobretudo valorize as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente, visando a apropriação de sua prática, de sua assistência e de seu conhecimento;

- Uma nova compreensão da relação Lazer – Esporte e Saúde:

Propomos as atividades físicas e o Esporte integrados a uma ação de saúde pública privilegiando o aspecto preventivo sem esquecer que um povo “saudável” é aquele que tem atendidas suas necessidades sociais básicas, dentre as quais se situa o Lazer, no qual as práticas corporais e esportivas estão incorporadas;

- Esporte espetáculo: uma proposta em parceria

Criação do fundo de Apoio ao Esporte, contando com a participação, em sua administração, de atletas, empresários e representantes do Poder Público, com o objetivo de captação junto à iniciativa privada, de recursos financeiros para o financiamento do Esporte de Alto Rendimento;

- Um projeto integrado: Cultura, Lazer e Esporte,

Evidenciando o propósito de tratarmos o Lazer e o Esporte como práticas sociais integrantes do patrimônio cultural do mundo contemporâneo, propomos a construção de um projeto político que contemple o Lazer e o Esporte como bens culturais, indissociáveis de quaisquer esforços de melhoria da qualidade de vida da população.

- Conselhos de Lazer e Esporte: a parceria do Poder Público Municipal com a Sociedade Civil na elaboração de Políticas Públicas:

Criação e implementação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Lazer e Esporte com o objetivo de formular Políticas Públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades no campo do Lazer e do Esporte. O Conselho visa também ampliar a participação popular, inaugurando um fórum de debates e reflexão na perspectiva do aperfeiçoamento dos mecanismos de discussão, deliberação e avaliação da administração pública no setor (SETORIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES DO PT, 1989).

O coletivo responsável por essas construções teóricas reconhecendo as dificuldades de implantação de modelos alternativos para a gestão pública na área, dado o enraizamento de valores institucionalizados e massivamente difundidos pela mídia, propunha o aprofundamento do debate dentro das próprias administrações petistas, já que havia dificuldades em efetivar as novas propostas. Juntamente com a crítica foi proposto o debate para um ajuste das gestões em andamento e para a definição de um Programa Nacional para a área, visando a ascensão ao Governo Federal. Nesse sentido, o acúmulo das discussões foi fundamental para a participação, já em 2002, na Equipe de Transição do Ministério do Esporte e Turismo, cujo Relatório Executivo se juntou aos textos já existentes no processo de elaboração das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o Governo Lula.

Este minucioso relatório expressa um diagnóstico das políticas existentes, tece relevantes críticas sobre a situação esportiva nacional da época e sistematiza propostas fundamentadas em princípios democráticos e inclusivos, característicos da história do PT. De seu conteúdo, destacam-se registros importantes para fundamentar a análise que se tenciona desenvolver.

Uma primeira observação se refere à fragilidade do poder público em sua atuação na área dos esportes e do lazer e a falta de sensibilidade em situá-los na esfera dos direitos sociais e que, havia naquele momento o descumprimento de preceitos constitucionais. Um argumento relevante dava consistência à crítica, a que a inclusão dessas atividades na concepção social se dava apenas enquanto realização de eventos. Fortalece essa análise a constatação da prioridade dada aos esportes de alto rendimento, inclusive com a aplicação da maior parte dos recursos públicos (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002).

Em relação à dotação orçamentária, observava a Equipe da Transição a destinação precária às Políticas Públicas ou ações sociais específicas e identificava a ausência da participação democrática da sociedade nas discussões atinentes ao campo. Propunha a criação de um fórum nacional com participação popular que pudesse refletir, debater e desenvolver uma Política Nacional de Esporte no Brasil. Em última análise, o que se indicava era a precariedade do sistema organizacional do esporte no país e um menosprezo acentuado às questões do lazer. (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002)



Nesse contexto era previsível a exclusão de significativas parcelas da sociedade das práticas socioculturais do lazer, pois havia uma materialização da tese de que os esportes são prioritários, com o agravamento de que eles se destinam aos mais hábeis, ou capazes fisicamente. Automaticamente estariam excluídos os inábeis, os idosos, as mulheres e os portadores de necessidades.

Tendo pleno acordo com as conclusões do coletivo de intelectuais militantes que elaborou o Relatório Executivo, pinça-se elementos fundamentais que, se considerados, podem mudar a face do poder público na área do lazer e dos esportes, naquilo que se refere à políticas sociais. Os resumos daquele trabalho técnico e de natureza política sinalizam o fato de que o lazer “não encontra abrigo numa estrutura política-administrativa responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas” (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002, p. 11) e que há uma compreensão pelo senso comum e abalizado pelas esferas oficiais, de que o lazer se constitui em um bem de consumo e, assim sendo, seu acesso passa a ser factível apenas para os incluídos no mercado do trabalho que podem adquiri-lo.

A construção desse histórico e importante documento finalizou um processo de conhecimento, diagnóstico e formulações de recomendações para o Governo que estava prestes a instaurar as esperadas transformações políticas necessárias para a correção das injustiças sociais acumuladas por décadas no Brasil. Assim, presumia-se que os princípios construídos ao longo de anos e considerados patrimônio político dos intelectuais orgânicos do PT se impusessem como marcas de uma gestão pública esportiva voltada para os interesses populares com o propósito de se minimizar as injustiças sociais.

*Nunca na história deste país se teve uma oportunidade dessas e estavam dadas as condições para que se implantasse uma Política Pública de Lazer e Esportes inovadora, inclusiva, participativa e voltada para as necessidades sociais, afinal o diagnóstico estava feito e havia o respaldo popular angariado nas urnas. Com esses pressupostos foram elencadas pela Equipe de Transição, propostas de ação que concretizassem os princípios acumulados ao longo da história partidária. Ainda que seja possível perceber alguns sinais de inflexão em preceitos históricos, em níveis gerais as sugestões apresentadas demarcavam as alternativas capazes de transformar o contexto clientelista e excludente que vinha sendo vivenciado.*

O que foi proposto para implantação no Governo Lula, em vias de se instalar, refletia a recomendação de um inicial levantamento do Ministério dos Esportes e Turismo no que se referia aos projetos existentes para a posterior fase de encaminhamentos compatíveis com as críticas constantes no Relatório Técnico. As indicações foram feitas fundamentadas em

concepções que se contrapunham às implantadas pelos governos anteriores e avançavam na direção da correção das distorções sociais características de projetos políticos correspondentes.

Uma providência legal a ser tomada seria a elaboração de um dispositivo que regulamentasse o Lazer como direito social, considerando que, enquanto princípio, isso estava garantido pela Constituição Federal em seus artigos 6º e 217º. Essa ação deveria dar, em relação ao esporte, tratamento isonômico para a atividade. Se no aspecto legal essa era uma indicação, para o campo político a sugestão contemplava a formação continuada de Agentes Sociais de Esportes e investimentos na preparação de recursos humanos profissionais para as áreas de Esportes e de Recreação e Lazer (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002).

A expectativa com essas iniciativas era a de multiplicar os polos para essas práticas, divulgar e propiciar vivências de outras diversas modalidades esportivas e recreativas, no sentido de superar o futebol como modelo único. A viabilização de tal projeto poderia se dar pela utilização das instalações escolares públicas em seus tempos ociosos e para tal, o encaminhamento sugerido foi o de ampliar os recursos financeiros para instalação e recuperação dos equipamentos esportivos desses espaços. A mesma lógica se aplicaria aos parques e praças urbanas (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002).

Mostrando coerência com a construção do conhecimento necessário para a fundamentação teórica que justifique tais atitudes o Relatório Executivo sinaliza a conveniência de se ampliar as relações acadêmicas com as universidades para a promoção da pesquisa e o desenvolvimento do desporto nacional. Aí surgem essências contraditórias com o que foi produzido historicamente pelo Movimento Pró Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer, pois nunca foi prioridade desse coletivo a ênfase para o desporto de alto nível.

A evidência dessa inédita preocupação se denota ao verificarmos que no conjunto de recomendações há pelo menos três que indicam essa tendência. A primeira delas é o clamor por uma política de formação para ex-atletas de rendimento, justificado pela sua dedicação em tempos de atividade e pelo fato de representarem o Brasil em competições internacionais (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002). Essa iniciativa se constitui em procedimento populista e de natureza compensatória, além de assistencialismo explícito e seletivo.

Outro ponto contemplado no conteúdo elaborado pela Equipe de Transição, até então impensado no interior do Partido dos Trabalhadores, é a alusão à criação de um fundo, com orçamento público e em parceria com a iniciativa privada para o financiamento do esporte de

alto rendimento. Havendo a constatação da secundarização das questões do lazer e do sucateamento dos espaços e equipamentos para o esporte e lazer comunitário, o desejável para uma gestão de governo voltada para os direitos sociais e necessidades populares era o descarte de investimentos nos esportes de competição, num primeiro momento.

Finalmente, surge uma recomendação aparentemente inadequada para uma Política Pública, dita Social, a ser implantada por um governo pretensamente de Frente Popular e que se propunha a impor profundas transformações nas relações entre o capital e o trabalho. A censura se refere ao estímulo à “realização de estudos técnicos para avaliar os impactos da realização de eventos esportivos como forma de promover o esporte nacional e gerar trabalho, renda e desenvolvimento econômico e social” (EQUIPE DE TRANSIÇÃO, 2002, p. 18). Certamente, aí se encontra o nascedouro da política dos Megaeventos Esportivos que também será objeto de análise deste estudo.

De qualquer forma, é louvável o processo vivenciado pela militância intelectual do PT que, democraticamente e com razoável participação de base, se propôs a contribuir para a reestruturação de um setor negligenciado pelo Poder Público, ainda que com contradições internas e mediações incisivas. A construção de um elenco de propostas coroou um trabalho árduo que contou com participação massiva e se iniciou mais de uma década antes da chegada ao poder.

A proposição mais polêmica, entretanto, foi a da convocação da Conferência Nacional de Esporte e Lazer, de pretensa natureza democrática e constituída de formuladores e usuários, e que expressasse a participação da sociedade na elaboração do Plano Nacional de Esporte e Lazer no Brasil. Essa proposta se articula com a sugestão de revisão das atribuições e composição do Conselho Nacional do Esporte. Não apenas uma edição, mas três Conferências foram realizadas e geraram produtos que serão focalizados no processo de análise das ações do Governo Lula para o setor.

As contradições apontadas e as críticas dirigidas para o projeto das Conferências Nacionais se fundamentam no fato de que em todas as edições os textos e as propostas guias se apresentaram concluídos, sem espaços para debates e alterações dos conteúdos definidos *a priori* pela equipe do Ministério. Apesar de muitos participantes terem denunciado esses eventos como uma grande farsa, decidimos contemplar em nosso estudo suas conclusões, por entendermos que elas expressam princípios do Governo Lula para a área.

Em 2003, Lula desmembrou as duas pastas ministeriais de FHC criando o Ministério dos Esportes desvinculado dos assuntos de Turismo, com a tarefa de criar a Política Nacional

do Esporte e do Lazer. Com a finalidade de construir diretrizes, difundir as políticas específicas e orientar a sociedade nas questões referentes aos Esportes e Lazer foi convocada a I Conferência Nacional do Esporte, com o tema *Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano* e cujo documento final dá sua contribuição para qualificar as próximas reflexões.

O evento ocorreu em Brasília, em 2004, e nos primeiros parágrafos da Carta de Brasília – Momento Histórico anunciava a intenção de propiciar as *condições para fazer do esporte e do lazer atividades essenciais na vida de todos os brasileiros e brasileiras*, e a criação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer fundamentado nos seguintes eixos: controle social, recursos humanos e financiamento. A Conferência foi a culminância de um movimento que contou com a participação de 873 municípios, 26 estados e o Distrito Federal, tendo o respaldo de 83 mil pessoas. (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004)

O processo histórico iniciado naquele momento tinha como pano de fundo a recém-posse de Lula na presidência do Brasil o que, em tese, representaria a possibilidade de se por em prática uma política de lazer e esportes coerente com princípios, diretrizes e objetivos consignados em seu programa de Partido e de Governo. Favorecia essa oportunidade, a classificação definida pela Lei 9615/98 estipulando que os esportes devem ser reconhecidos nas seguintes manifestações: *Educacional*, praticados nas escolas evitando a seletividade, meritocracia e hipercompetitividade; *de Participação*, vivenciado nos momentos de recreação de forma voluntária; e *de Rendimento* destinado às competições e se organizando pelas regras de prática esportiva, nacionais e internacionais, visando resultados individuais e coletivos. Juntou-se a essas modalidades o chamado *esporte social*, nomenclatura adotada pelo Ministério dos Esportes para distinguir as práticas esportivas com o viés da inclusão.

O Sistema Nacional do Esporte e Lazer que daria concretude aos debates tomou forma de maneira consistente e apontou para a necessidade de que o desenvolvimento das ações não se desse de forma aleatória, mas sim fundamentado em elementos estruturantes. Nesse sentido, definiu que as atividades a serem propostas deveriam o ser a partir de princípios, diretrizes e objetivos. Seriam eles:

Princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer:

O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela de nossa sociedade;

O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais;

A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie;

A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento

dos recursos;  
 Diretrizes:  
 Política esportiva e de lazer descentralizada;  
 Gestão participativa;  
 Acesso universal;  
 Controle social da gestão pública;  
 Desenvolvimento da nação;  
 Integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza;  
 Desenvolvimento humano e promoção da inclusão social;  
 Os objetivos:  
 Promover a cidadania esportiva e de lazer, na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente;  
 Garantir a democratização e a universalização do acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira;  
 Implementar a descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e de lazer;  
 Detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e para-atletas de rendimento; Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos; (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Essa fundamentação teórica avaliza a lógica preconizada pelo Documento Final do evento que vislumbra um contexto onde “todos possam praticar esportes nas escolas, nas ruas, nas praças, nas fábricas, no campo, em casa, em todos os lugares”, o que pressupõe o esporte de participação. Segundo o texto, a consequência natural desse processo poderia ser o aparecimento dos talentos, dos atletas, das conquistas e vitórias nas competições sem, entretanto que essa fosse a prioridade. O objetivo primordial seria a formação de cidadãos críticos e conscientes (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Chama a atenção, todavia, algumas ambiguidades e contrassensos contidos no documento. No campo da ambiguidade, por exemplo, é possível ver o aparecimento dentre os objetivos pré-traçados, o da busca e desenvolvimento de talentos esportivos, contrariando os documentos iniciais do movimento. No campo do financiamento público, o Ministério dos Esportes sinaliza com duas medidas que também se classificam como incompatíveis com a trajetória partidária: a luta pela aprovação de dispositivo legal que apoie financeiramente os atletas e instrumentos que permitam renúncias fiscais para estímulo ao esporte e ao lazer (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

As contradições ficam por conta da alusão às Propostas de Ação previstas no Sistema Nacional de Esporte e Lazer. A primeira delas, indicando uma pretensa prioridade, é a definição de uma Política que contemple o desenvolvimento do esporte olímpico, paraolímpico e não olímpico, com um plano de capacitação para professores de Educação Física, Preparadores Físicos e Técnicos Desportivos. O plano prevê o estímulo à pesquisa e

eventuais intercâmbios. Da mesma forma se preocupa em distinguir o futebol entre as demais modalidades ao propor tratamento especial para a criação de mecanismos para a realização de competições nas ligas amadoras nacionais. Propõe também um programa para o futebol feminino (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Essas sinalizações se tornam passíveis de críticas por se tratarem de procedimentos que aproximam o Governo Lula de gestões anteriores que desprezaram a democratização dos esportes, elitizaram essas atividades e acentuadamente caminharam no sentido da capitalização das práticas esportivas. Nesse sentido, as incoerências maiores se apresentam no enquadramento dos esportes como fatores de desenvolvimento econômico, geradores de empregos e renda, portanto instrumentos do aumento de lucros. Retorna aí, a justificativa para a realização dos “Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que tornam o país-sede conhecido mundialmente, em todos os ângulos, e ajudam até mesmo no intercâmbio entre as nações” (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Estariam justificadas, por essas concepções do Ministério dos Esportes, outras providências para angariar fundos para o desenvolvimento desse modelo de esportes que preveem a arrecadação financeira via jogos e loterias. Já vigendo a Lei 10264/01 que destina 2% das loterias federais para os Comitês Olímpicos e Paraolímpicos, emerge a proposta de regulamentação de novos sistemas de consórcios e sorteios nacionais para financiar o esporte e o lazer.

Com a mesma lógica mercantilista foi criada a Lei 10671/03, conhecida como o Estatuto do Torcedor, que foi mencionada nos textos da Conferência como importantes meios de captação de recursos e de defesa dos direitos da população. O que passa despercebido, contudo, é o alinhamento do torcedor à categoria de consumidor o que pressupõe o evento esportivo uma mercadoria. Contradições de uma proposta desenvolvimentista e populista.

Ainda que essas incompatibilidades sejam apontadas e as justificativas possam ser relativizadas, o agravante se revela pelo fato do visível descarte das propostas voltadas para o lazer comunitário e o menosprezo a uma descentralização efetiva da gestão das políticas públicas, princípio basilar das contribuições teóricas da militância intelectual do Partido dos Trabalhadores. A visível alternativa à paradigmas democráticos e inclusivos se dava progressivamente dando lugar a padrões liberais e elitistas.

Legitimando o processo de pavimentação dos novos rumos do Governo, foi convocada a II Conferência que se realizou em 2006, também no Distrito Federal. Esse momento ratificou a lógica da democratização e apontou para a necessidade do espraiamento dos

debates e do estímulo à participação popular na consolidação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Interessantes encaminhamentos foram aprovados e houve avanços na consolidação de propostas que pudessem modelar a nova face do esporte e do lazer no Brasil.

Mais uma vez um coletivo representando o território nacional debateu, traçou planos estratégicos, aprovou recomendações e formulou proposições que foram encaminhados aos dirigentes esportivos do governo. Aprimorando a sistematização das discussões, o conteúdo do evento foi organizado, conforme formato aprovado na Plenária Final, em eixos norteadores. Esse modelo contribuiu para a consistência do debate e para melhor compreensão da lógica construída pelos participantes. Alguns desses pontos elencados contribuem para a análise que se pretende.

O primeiro enfoque foi o da Estrutura do SNEL, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, que mantinha em linhas gerais o princípio da reafirmação destas atividades como direitos sociais e a divisão dos esportes em educacional, de participação e de rendimento. O órgão deveria ter como função precípua a consolidação da Política Nacional do Esporte e para a compartimentalização dos temas sugeriu-se a criação de pastas específicas de Esporte e Lazer nas administrações estaduais e municipais. A essas Secretarias, Fundações ou Autarquias competia a implementação e continuidade de políticas específicas que priorizassem a inclusão social.

Foram reafirmadas aquelas três concepções de esporte como orientadoras da implantação do esquema público nacional esportivo e recomendada a instalação de núcleos regionalizados e conselhos locais de esporte e lazer, a serem constituídos de forma paritária com a participação da comunidade. A descentralização proposta previa ações de multiplicação das modalidades esportivas, recuperação e construção de espaços e equipamentos para as atividades comunitárias, assim como a articulação com as escolas públicas e particulares. (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2006)

Relevante no conjunto das indicações foi o reconhecimento dos referenciais teóricos e encontramos duas delas que contemplam essa preocupação: o incentivo à estruturação e manutenção de laboratórios de pesquisa no campo de conhecimento e a articulação com as entidades científicas para difusão e estímulo à construção do conhecimento na área dos esportes e do lazer. Havia a clara intenção, segundo o Documento Final, que essa produção teórica revertesse para a formulação de *políticas sociais específicas* (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

No sentido de dar consequência a esse viés os encontros, fóruns, debates e momentos

de capacitação profissional deveriam ser incrementados. Outro encaminhamento definido na II Conferência foi o de que, a articulação com as entidades esportivas oficiais como Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações, Federações, Ligas e Clubes, o SNEL garantisse nos programas e eventos esportivos, a inclusão de esportes populares e o atendimento aos interesses sociais, intelectuais e de lazer, além dos esportivos (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

A contradição se estabelece pela recorrência do estímulo à *bolsa-atleta*, desta feita pela indicação da adoção do programa nas instituições estaduais e municipais e pelo incentivo a programas de voluntariado. Também merece destaque a criação de centros de referência em esporte e lazer que, a despeito de incluir este último, prevê como uma das prioridades a busca e aprimoramento de talentos esportivos (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

O segundo eixo realçado pelo evento nacional se refere á Recursos Humanos e Formação e importantes contribuições foram relacionadas no sentido de viabilizar o universo das propostas de ação que emergiu nesses dias de trabalho. Foram consideradas neste quesito, todas as pessoas que atuam na área de planejamento, organização, coordenação, execução e implementação das atividades. Foi sugerido o caráter multiprofissional e multidisciplinar e pensada a capacitação de Agentes Comunitários que atuariam como mobilizadores e animadores culturais.

Sendo coerente com a construção de senso comum já ratificada pelo mundo acadêmico, e dada a sobreposição conceitual dos esportes e educação física, o texto define como importante a articulação com os professores (ou profissionais) da área atribuindo a eles, observados os campos de atuação, a capacitação necessária para melhor obtenção dos resultados pretendidos pelo SNEL.

As questões de gestão e controle social foram outros elementos contemplados nas propostas de estruturação do esporte nacional e o princípio básico ratificado foi o da gestão democrática e participativa presumindo o exercício da cidadania e a inclusão social. A democratização recomendada compreendia desde a participação popular até a transparência das administrações públicas passando por eleições diretas dos cargos, além do efetivo exercício da gestão compartilhada. Princípios estes que se afunilavam visando a otimização de espaços públicos, a correção das desigualdades regionais e a garantia do acesso á pratica esportiva e de lazer em todas as suas dimensões (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Foi idealizado e incluído na proposta de organização do SNEL um processo avaliativo participativo que contivesse o levantamento diagnóstico, a definição de instrumentos de



acompanhamento e construção de ferramentas para a avaliação. Nessa lógica, a criação de Câmaras Setoriais e a realização de Audiências Públicas estavam previstas para garantir o aperfeiçoamento e continuidade da gestão das políticas sociais na área que fundamentalmente deveriam atender às demandas da sociedade (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Na questão do financiamento, derradeiro eixo contemplado no Documento Final da II Conferência, são perceptíveis duas linhas de encaminhamento: uma delas responsabilizando o Estado pela alocação de verbas públicas para as políticas oficiais de esportes e lazer e outra que sugeria a parceria com a iniciativa privada para fazer face às despesas com as atividades afins. Ambas as linhas, contudo, pressupunham a autonomia orçamentária e financeira dos órgãos responsáveis por essas atividades nas diferentes esferas da administração pública.

A primeira tendência se referia à utilização de Emendas Constitucionais que instituíssem a vinculação e destinação de recursos do Tesouro Nacional para o SNEL, a criação de leis que definissem percentuais dos Impostos Federais e o aproveitamento de alíquotas da Loteria Federal, todos para a mesma finalidade. A parceria com as instituições particulares deveria ser feita a partir da concessão de benefícios fiscais, incluindo aí a possibilidade de isenção total de impostos.

A utilização destes recursos também deveria seguir uma prescrição, resguardada a autonomia financeira dos órgãos. A verba destinada aos esportes e lazer deveria ser distribuída atendendo a critérios que contemplasse as diversidades regionais e priorizando as regiões historicamente menos favorecidas: Norte, Nordeste e Centro-oeste. Nacionalmente, entretanto as ações deveriam atender as diferentes dimensões, tais como: Programas de Inclusão Social; Programas de Promoção da Saúde; Construção e Manutenção de espaços e equipamentos específicos; Programas de Esporte e Lazer para idosos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e Construção de Laboratórios de Pesquisas de Esportes e Lazer (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

A incongruência se reflete novamente, quando se recomenda a alocação orçamentária para a concessão de bolsas-atletas; bolsas para técnicos e treinadores esportivos; realização de competições em níveis municipais, estaduais, regionais e nacionais; dotação para o Esporte Universitário e a formação de equipes representativas das diferentes modalidades esportivas (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Uma avaliação desta proposta orçamentária evidencia o desequilíbrio entre o tratamento dado ao esporte em detrimento ao lazer.

Numa visão genérica é plausível afirmar que os registros dessas duas Conferências,

apesar de algumas contradições, apontavam a fidelidade aos princípios norteadores de uma política de esportes e lazer democratizada e inclusiva. As experiências geraram expectativas e afloraram as primeiras frustrações entre os formuladores, pois não obstante as indicações houvessem sido direcionadas ao Ministério, diversas iniciativas iam de encontro ao preconizado pelas súmulas dos eventos nacionais. Ainda assim, um terceiro encontro foi proposto e realizado já em 2010, novamente em Brasília.

Os contornos desta reunião sinalizaram a tendência da reafirmação dos preceitos e ações listados nos momentos anteriores, mas avançaram em pontos que confirmam a inflexão sentida em outras áreas governamentais. As ditas políticas sociais começaram a se definir como elitistas e minimizaram os enfoques sobre o lazer, elegendo o esporte como o fio condutor das propostas ministeriais. Embora ainda se notasse as preocupações com a conscientização popular sobre a qualidade de vida e a inclusão do esporte de participação no âmbito das universidades, por exemplo, em linhas gerais as diretrizes apontavam para a adesão à lógica liberal.

Nenhuma deliberação excluía as consolidadas anteriormente, mas dava-se tonalidade mais forte para a articulação com a mídia no sentido de propagar as ações governamentais na área do esporte. Para atender a reciprocidade de interesses, a ênfase passou a ser para os esportes de rendimento e vários atos consumaram esse modelo alternativo. Importante registrar que o Ministério de tornara forte politicamente e que, nos ajustes da coalizão política do governo, esta Pasta coube ao Partido Comunista do Brasil.

Os Anais da III CNE apresentam as conclusões deste novo encontro e dentre elas surgem as propostas de ação encaminhadas que identificam a preferência pelos esportes na lógica da competição. A política de fortalecimento dessa vertente é notada na definição das Metas a serem alcançadas pelos integrantes do SNEL, onde aparecem explícitas as intenções governamentais para o setor.

Consta nos Anais, uma proposta de “Criação de um Programa de Desenvolvimento de Profissionais de Educação Física para os capacitarem a atuar como treinadores para o maior número de possível de modalidades olímpicas, paraolímpicas, de exibição, lazer e não olímpicas” (BRASIL. Ministério dos Esportes). Essa ação combinada com a moção que recomenda o início de um modelo de formação esportiva partindo da escola dá o tom do que pretende o Ministério ao imiscuir-se na Educação Física Escolar.

Concomitantemente a isso, estimulam-se os polos regionais e municipais a formularem programas de caça aos talentos esportivos e a criarem seus centros de excelência

para formação de atletas. O auge desse processo pode ser caracterizado pela instauração das competições das categorias de base, em articulação com a mídia esportiva, na perspectiva da captação de recursos com a mercantilização dos jogos. Isso fica evidente ao fazermos a conexão com a definição “de cotas e taxas mínimas para transmissão e divulgação de eventos esportivos” (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Se considerarmos a evolução paulatina observada na trajetória dos debates e das formulações promovidas pelos atores sociais que buscaram intervir na definição de políticas sociais de esportes e lazer e ainda, a caracterização desta III Conferência já corrompida pelos princípios capitalistas é viável traçar o perfil do Ministério dos Esportes do Governo Lula.

#### 4.3.2 Para o lazer, a inversão de valores

No 21º ENAREL, quando analisaram as Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói, Almeida e Júnior (2009) ponderaram sobre a conveniência da desconstrução do binômio esporte e lazer. Ainda que esta desconstrução possa parecer incoerente pela historicidade dessa conjunção, a sugestão pode servir de reflexão se associada às evidentes formulações oficiais propagadas como políticas sociais nos diferentes níveis das esferas públicas.

O conteúdo midiático do Portal do Ministério dos Esportes, expressão do que pretende o governo para a área, revela uma Política de Esportes e Lazer que desconsidera o processo descrito nos parágrafos anteriores e opta por consignar importância maior aos esportes em prejuízo do lazer. Apesar da construção vivenciada pelos grupos ligados ao governo, aquele espaço virtual divulgava ao final do período investigado poucas ações compatíveis com as concepções do lazer comunitário.

Pretendemos neste tópico avaliar os eventos e projetos desenvolvidos pela gestão do Partido dos Trabalhadores, que se iniciou com o Governo Lula e se estende até os dias de hoje, com a presidência de Dilma Rousseff. Serão focalizados os programas divulgados nos sítios oficiais, na compreensão que eles simbolizam as Políticas Setoriais gestadas a partir de 2002. Nossas observações críticas foram elaboradas referenciadas nas informações ministeriais.

O Programa Esporte e Lazer na Cidade, ou PELC como ficou conhecido o programa, foi criado em 2003 tendo como premissas o combate à desigualdade de acesso ao esporte e

lazer por grande parte da classe trabalhadora brasileira e a universalização desse acesso, na perspectiva do esporte recreativo e de lazer. Ainda aparecem em alguns trechos de sua exposição de motivos a designação lazer e esportes. Simbólica também a conclamação à integração com outras políticas públicas e ao intercâmbio com experiências similares da América Latina. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

As ações desenvolvidas no ano de 2010, último ano de Lula na presidência, estampadas naquele espaço virtual eram:

“o funcionamento de Núcleos de Esporte e Lazer para todas as idades; o funcionamento de Núcleos Vida Saudável para adultos e idosos; o funcionamento de Núcleos do PRONASCI PELC para jovens de 15 a 24 anos em contextos de violência; o fomento de pesquisas para o desenvolvimento de políticas sociais de esporte recreativo e de lazer, pela Rede CEDES; a promoção de eventos científicos, tecnológicos e interdisciplinares voltados ao desenvolvimento de políticas sociais de esporte e lazer; e o desenvolvimento do sistema de gestão compartilhada do esporte e lazer.” (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Embora se faça necessária uma avaliação da parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – e da própria natureza política deste órgão, não é oportuno fazê-la neste trabalho e a opção foi centrar as reflexões nas questões do lazer. Nesse sentido, é relevante a constatação de que em nenhuma dessas atuações há o foco nos esportes de rendimento, ou simples menções a programas de iniciação esportiva vislumbrando a descoberta de talentos.

Outra estratégia do Programa é a multiplicação das ideias fundamentadas nos princípios da implantação de políticas públicas inclusivas e da consciência dos esportes e lazer como direitos sociais. Para dar concretude a esses conceitos foram estimuladas as criações de Núcleos do PELC em órgãos públicos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais, além da programação de inúmeros eventos acadêmicos voltados para esse campo de conhecimento (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Igualmente merece registro a metodologia da gestão compartilhada incentivada pela gestão dos Núcleos distribuídos pelo país. A articulação com pesquisadores, legisladores, parceiros, agentes comunitários, gestores e usuários na tarefa de elaborar diretrizes, executar as tarefas e avaliar os programas é uma ação que se insere nas escritas que fundamentam o PELC. O conteúdo desses registros pressupõe a troca de experiências fortalecendo o Sistema Nacional do Esporte e Lazer (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

A vinculação com outras pastas ministeriais também propiciou o planejamento e implantação de eventos esportivos não convencionais, cujos objetivos são o de integração ou

de primeiras vivências com os esportes recreativos. Juntamente com os Ministérios da Justiça, Educação, Cultura e Saúde a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial, ligada ao PELC passou a promover os Jogos dos Povos Indígenas que compreendiam as modalidades esportivas típicas dos povos originários.

O que se objetiva com essas competições é uma maior interação entre etnias, divulgando, respeitando e cultuando as suas peculiaridades culturais, além de incentivar, fomentar, valorizar e fortalecer as práticas de esporte e lazer nas comunidades indígenas. A Secretaria, com a realização desses eventos procura fortalecer as manifestações corporais e esportivas indígenas com o intuito de divulgar ao país o valor dessa cultura. Essas iniciativas estão previstas de forma articulada com as práticas de lazer programadas para as escolas e inseridas em calendários definidos pelas próprias comunidades e com a participação de ambos os sexos e todas as idades.

Uma contradição se revela, todavia, quando o projeto se propõe a identificar os talentos esportivos para, em primeiro momento representar o Brasil indígena nas esferas do Ministério dos Esportes e, em segundo momento destacar os atletas desses povos que tenham potencial para serem iniciados no Esporte de Alto Rendimento. Isso subverte a lógica que fundamenta a criação de tal Programa e, certamente, violenta a natureza dos índios brasileiros.

A conexão com o Ministério da Educação faria surgir o programa Esporte, Lazer e Educação Integral que se desenvolveria na escola pública, em nível nacional, na esteira dos projetos Mais Educação e Escola Aberta. O primeiro é fruto de Portaria Ministerial e prevê a oferta de atividades optativas para alunos da rede escolar nas áreas culturais, artísticas e esportivas, enquanto o segundo viabiliza a abertura do espaço escolar nos finais de semana também para atividades dessa natureza.

Na expectativa de consolidar essa proposta foi instaurado por intermédio da Portaria Ministerial nº 197/2008 o projeto O Segundo Tempo que tem por objetivo:

“democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.” (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Na realidade, o que se propunha era a unificação das intenções pedagógicas embutidas nessas ações, o aproveitamento das instalações escolares e a convocação de uma clientela potencialmente conquistável. Muitos denominaram esse movimento de Projeto Segundo Tempo na Escola, que a despeito de seus objetivos consagrados em seus registros formais,

entendia a permanência das crianças no espaço escolar e, com atividades esportivas, estaria contribuindo para o afastamento das *mazelas das ruas e seus perigos*. Um suposto messianismo já contestado politicamente, pois o esporte não deve substituir as políticas sociais nessa tarefa.

Na mesma perspectiva de aproveitamento das instalações esportivas da escola, surge o Recreio nas Férias que, a exemplo dos anteriores, oportuniza o usufruto de atividades de lazer nas férias escolares. Ambas as iniciativas têm suas contradições que, obviamente não são objetos de análise neste trabalho onde se contempla apenas as experiências do campo de estudo do lazer, que possam representar acenos positivos para o usufruto dos direitos sociais em foco. Assim, as experiências que foram, ou têm sido exitosas na missão de propiciar o lazer autônomo, merecem o reconhecimento.

Incluídas na Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e, portanto na contramão da elaboração histórica das concepções críticas do Lazer estão como proposições as Competições e Eventos de Esporte e Lazer, cuja finalidade é desenvolver essas atividades com a expectativa de "ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar toda a política de esporte estudantil articulando as ações voltadas à iniciação e formação esportiva e competições esportivas, ações essas ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer." (BRASIL. Ministério dos Esportes) A crítica que se reitera e a de se contextualizar esses objetivos numa seção ministerial que deveria, por definição e reafirmação de princípios, dedicar-se às propostas alternativas a essas que estimulam a competição.

Aparece no Portal do Ministério dos Esportes a referência aos chamados Projetos Esportivos Sociais. Estes apresentam como finalidade, a inclusão de jovens que circulam nas áreas de risco social e é com essa pretensão que surge a parceria firmada entre o Ministério dos Esportes e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – que legitima a captação de recursos e estimula doações de pessoas físicas e jurídicas. Em nome da Responsabilidade Social pretende democratizar o acesso ao esporte e ao lazer para a infância e adolescência. Mais um caso de renúncia fiscal e divisão de encargos sociais com a iniciativa privada.

Dois outros programas afins são o Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, que atuam no trabalho de fabricação de material esportivo. Enquanto o primeiro objetiva a "ressocialização" de internos do sistema penitenciário, o segundo pretende incluir no mercado do trabalho de material específico os jovens excluídos. Na verdade, duas atitudes compensatórias ao projeto de sociedade injusto imposto à classe trabalhadora que apelam para

a empatia da população para com as atividades esportivas, com o agravante de se colaborar com a mais-valia da indústria do ramo.

Avaliando como positiva a construção e difusão do conhecimento e na perspectiva de estimular a investigação e as pesquisas relativas ao lazer foi disponibilizada para o mundo acadêmico da área a Rede CEDES, sigla do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que é uma ação instituída em 2003 com a finalidade de fomentar pesquisa para o desenvolvimento do esporte nacional e que, em 2004 incorporou-se ao conjunto de ações do PELC e passou a priorizar os estudos do lazer. A partir daí se desdobraram os Grupos de Estudos ligados à Rede e o Centro de Documentação e Informação do Ministério dos Esportes – CEDIME – que centraliza a memória acadêmica do esporte e de lazer.

Ainda que se entenda a impossibilidade estrutural e financeira de atender a todas as solicitações vindas de numerosos grupos de pesquisa distribuídos no interior do país, não parece justo, entretanto, que as escolhas se deem via Editais de Fomento à moda CAPES e CNPQ que classificam por titulação e meritocracia os centros de excelência aptos a serem contemplados com os recursos públicos. Há de ser possível construir critérios mais democráticos que considerem as reais condições para a contribuição da base acadêmica do país para a construção e difusão do conhecimento na área.

O estímulo ao mundo acadêmico também se deu pela criação do Premio Brasil de Esporte e Lazer e Inclusão que é uma ação destinada ao reconhecimento de iniciativas científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

A iniciativa visa consolidar os estudos dos esportes e do lazer no mundo da Ciência e Tecnologia e da mesma forma, reitera-se a crítica de que a classificação pelo *mérito* desqualifica as verdadeiras intenções de socialização do conhecimento construído.

Apesar das ressalvas feitas neste exercício de reflexão crítica, é inquestionável a presença de resquícios do acúmulo estabelecido pelo Movimento Pró Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer e o comprometimento de segmentos do Ministério dos Esportes. Contudo, o próprio texto exposto no sítio ministerial esboça a censura pela insuficiência de dotação orçamentária para se cumprir tarefas tão importantes nesta área social. A interpretação do setor como um dos que deveriam figurar como integrante de uma política de governo que avançasse para uma política de Estado justificaria a reivindicação de maior atenção por parte das altas esferas do poder.

Essa ponderação se dá considerando, em linhas gerais, um suposto menosprezo pela área dos esportes e do lazer que se refletiria na falta de apoio financeiro para ações voltadas para a classe trabalhadora e da insensibilidade para os valores sociais das atividades recreativas. Embora seja pertinente concordar com essas avaliações é possível observar, em primeiro lugar, a constatação da discrepância no tratamento dado às duas modalidades e, em segundo lugar, a suposição de que o movimento político é deliberado para dar espaços para a indústria do entretenimento em ambas vertentes.

Nas questões do lazer, a simples retração permite o crescimento da iniciativa privada que vem explorando esse filão dos lucros, entretanto mais astuciosa é a política para os esportes para lhes dar a visibilidade aos de competição como mercadorias em potencial, haja vista a espetacularização dos jogos e competições, via eventos esportivos. Essa avaliação soma-se às elaboradas pelos críticos da atual Política Pública de Esporte e Lazer, que subverte sua função social e inverte seus valores atribuindo grau de importância desproporcional aos esportes em detrimento do lazer. A análise do que propõe o Governo Lula especificamente para os esportes pode contribuir para a apreciação de tal hipótese.

#### 4.3.3 Os esportes: direitos sociais ou práticas elitizadas?

A mesma fonte utilizada para conhecer e avaliar as propostas sociais do Governo Lula voltadas para o lazer da população, fundamenta exercício similar referente aos esportes. O Portal do Ministério anunciava na transição do Governo Lula para o Governo Dilma, os seus programas específicos na área dos esportes e a apreciação que se pretende neste tópico corresponde a formular o balanço crítico dessas ações e provocar o debate sobre os objetivos subliminares das iniciativas.

O marco inicial destas reflexões e conclusões críticas se torna indefectível se compreendermos a mensagem que se pretende transmitir com a designação de todo um conjunto de propostas que se confluem no chamado *Brasil Potência Esportiva*. Em seu texto justificativo encontramos que o Programa “tem como objetivo melhorar o desempenho dos atletas de rendimento brasileiros em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior”. (BRASIL. Ministério dos Esportes) Obviamente, num país com tantas desigualdades sociais esse nunca deveria ser objetivo de um governo pretensamente voltado para as camadas populares.



Todavia, essa lógica penetrou nas esferas governamentais, não apenas nas áreas específicas, e configurou um Ministério dos Esportes com perfil elitista nas questões esportivas e percebe-se a relevância dada às atividades de competição, com ênfase tanto no imediatismo, quanto na construção de valores do alto rendimento. As opções são inúmeras e as conjecturas levantadas a partir delas podem indicar dois caminhos convenientes na atual conjuntura: o do favorecimento da relação dialética com a classe trabalhadora, dada a aceitação natural das atividades e o da pavimentação dos promissores diálogos com o capitalismo. O exame dessas iniciativas sustenta esses pressupostos.

Sem evasivas, o projeto intitulado Descoberta de Talento Esportivo se apresenta com a finalidade “de identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento” (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

O Projeto em questão contempla os esportes convencionais e padronizados pelas regras e regulamentos oficializados pela globalização e se enquadram às concepções liberais da atividade esportiva que foram contextualizadas no capítulo específico deste trabalho.

Este programa fere dois princípios básicos consolidados pela construção histórica do Partido dos Trabalhadores: a adoção do conceito que a escola devesse ser núcleo de formação de atletas e o de que o esporte lazer e de participação deve ser prioritário ao processo dessa busca de aptidões esportivas. O que sempre se propôs foi a iniciação desportiva na perspectiva de capacitar as crianças e jovens para o usufruto prazeroso e saudável dos jogos nas diferentes modalidades. Não se trata da negação do esporte de alto rendimento, mas de redefinir níveis de valoração e o lócus para suas práticas.

Para dar consistência a essa ação, e coerência a seus propósitos, o Governo sancionou a Lei N<sup>o</sup> 10.891/2004 que cria a Bolsa-Atleta, bem aos moldes de suas políticas assistencialistas. Seus capítulos e parágrafos iniciais explicitam suas intenções e estratégias para o esporte brasileiro

Art. 1<sup>o</sup> Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5<sup>o</sup> desta Lei.

§ 1<sup>o</sup> A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.

§ 2<sup>o</sup> Para efeito do disposto no § 1<sup>o</sup>, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:

I - Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, em conjunto com o Ministério do Esporte;

II - Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;

III - Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto e que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte;

IV - Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva entidade internacional e indicada pela entidade nacional de administração da modalidade;

V - Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento;

VI - Categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas, de acordo com os critérios a serem definidos pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e o Ministério do Esporte, obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio;

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paraolímpicas filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e, subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico. (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2004).

Observa-se que são incentivos financeiros a serem distribuídos a talentos esportivos, em nível nacional que recebem valores diferenciados a depender de suas potencialidades ou posição já galgada nos rankings nacional e internacional. Esse processo estimula a busca permanente de superação de suas condições atléticas, além de vincular o jovem ao sistema esportivo oficial. Os valores mais baixos, referentes à Categoria Atleta de Base, são os de CR\$ 370,00 e os mais altos para os Atletas que tenham integrado as Delegações Olímpica e Paraolímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuam treinando para futuras competições internacionais, cujos valores foram estipulados em CR\$ 3 100,00.

Merece atenção especial a atualização à que se refere a definição de critérios para a concessão das bolsas para a Categoria Atleta Pódio (item IV, § 2º, Art. 1º) que em 2011 consagrou os alarmantes valores de CR\$ 15 000,00 a esportistas que se situem entre os 20 melhores atletas de sua modalidade em nível mundial. Esse ajuste foi realizado por meio da Medida Provisória nº 502/2010 que se converteu na Lei nº 12 395/2011. Um caso explícito de inversão de prioridades e que só se justifica pela intenção de instigar a lapidação de ídolos esportivos que têm sido útil aos princípios capitalistas.

A coleção de projetos que tem justificado essa caracterização do Governo Lula apresenta também a iniciativa de estimular a competição estudantil e, entendendo os jogos como oportunidade de estímulo ao espírito esportivo e difusão dos valores educativos do esporte, dá nova roupagem aos eventos históricos institucionalizados pela “Era Vargas” representada pelos já mencionados Jogos da Juventude e os Campeonatos Escolares

Brasileiros – CEBS – e os Jogos Escolares Brasileiros – JEBS – consagrados pela Ditadura Militar e que marcaram época no desenvolvimento e prática do esporte de rendimento nas escolas públicas e privadas do país.

Estas competições reproduziam, em termos de regras das modalidades e regulamentos dos campeonatos, os modelos hegemônicos praticados na sociedade pelas ligas e federações e foi com esse perfil que foram criadas as Olimpíadas Escolares, em 2005, numa parceria entre o Ministério dos Esportes, Comitê Olímpico Brasileiro e a Rede Globo de Jornalismo. Em suas edições iniciais acolheram a participação de aproximadamente seis mil jovens de 12 a 17 anos, números explicados, pois elas compreendiam as fases seletivas municipais e estaduais para se galgar a etapa nacional. (ARANTES, 2011)

Isso acabou influenciando a Educação Física Escolar que passou a ter como objetivos pedagógicos a iniciação desportiva e formação de equipes que possibilitassem uma boa representação institucional nas competições. Contribuiu para esse fato a articulação com o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF – e com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB – que difundiram a concepção que a consolidação do Brasil como Potência Esportiva está conectada com o trabalho na escola. Segundo o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, a melhoria do desempenho brasileiro nos eventos olímpicos dependia da formação atlética na rede escolar. (CONFEF, 2007) <sup>32</sup>.

Previsivelmente, por conta das confusões conceituais apontadas nos capítulos iniciais, ou por convicções políticas, inúmeros professores de Educação Física, amparados pelos encaminhamentos oficiais, abraçaram essa lógica e procederam nessa linha pedagógica. Seria plausível afirmar que a Política Pública governamental interviu no espaço escolar no sentido de subverter os objetivos da disciplina no currículo da escola.

A acuidade do Ministério dos Esportes para as discussões que contemplem os Esportes de Rendimento transparece igualmente na criação da Rede CENESP, que se constitui numa composição de núcleos de estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico da área esportiva, especificamente para treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Trata-se do aproveitamento de estruturas físicas, recursos humanos e materiais já existentes nas Instituições de Ensino Superior do país, transformando essas instalações em Centros de Excelências para descobrir e desenvolver os talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas. Essa é a diferença conceitual em relação à Rede CEDES.

---

<sup>32</sup> Entrevista publicada na Revista de Educação Física, CONFEEF, nº 23, de março de 2007. Disponível em: <[www.confef.org.br/extra/revistaef](http://www.confef.org.br/extra/revistaef)> , acesso em 25/06/2013

Segundo informações divulgadas no Portal Ministerial, atualmente há nove desses Centros distribuídos pelo Brasil e outros nove inscritos no programa e aguardando o credenciamento. Também há dois aspectos a serem considerados nesse esquema elaborado pelo Ministério: o de destinação de verbas públicas para um grupo elitizado de praticantes e o fato de não possibilitar o atendimento a todos os grupos de professores e pesquisadores interessados nesse tipo de empreitada. O processo se dá por concorrência a Editais, o que localiza a Rede CENESP entre os muitos governamentais que define como critérios para contemplação, a produtividade e meritocracia, enfim, os resultados e não necessariamente a produção do conhecimento.

Esse conjunto de iniciativas, propostas e determinações legais demonstram a intenção do Governo Lula, ao estruturar seu Ministério específico, em dar tratamento diferenciado para os esportes de alto rendimento. Na concretização das ações inclusive fica explícita a escala descendente que loca em plano inferior os esportes de participação e, finalmente as atividades de lazer sugerindo a valoração que lhes é dada. Exemplar para confirmar essa tendência é a construção do chamado Calendário Esportivo Nacional.

Esse documento se resume na organização de responsabilidade da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento – SNEAR – de todos os eventos esportivos promovidos ou que tenham a participação das Associações, Confederações e Federações Nacionais que compõem as Entidades Nacionais de Administração do Desporto. Esse instrumento tem como justificativa a divulgação e o controle ministerial para que não haja superposição de eventos esportivos cancelados pelo Sistema Nacional.

Em princípio, estes registros e observações já dariam suporte crítico para se traçar um perfil das políticas oficiais de esporte e lazer do atual governo, mas há possibilidades de se avançar nestas análises se considerarmos o esforço político e financeiro deste governo para a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Esse acontecimento histórico faz parte do pacote chamado “Megaeventos Esportivos” que englobou os Jogos Pan-Americanos, já realizados em 2007 e os Jogos Olímpicos programados para o Rio de Janeiro, em 2016. Embora este último venha a acontecer no Governo Dilma Rousseff, são inquestionáveis os créditos para o desenvolvimentismo e populismo de Lula.

#### 4.3.4 O futebol é um tópico à parte

A população, os financistas e o Estado consideram o futebol um assunto que apresenta peculiaridades no contexto da sociedade brasileira e são tratados com níveis de excepcionalidade. Para o povo é, talvez, a mais apaixonante das expressões de nossa cultura com grande aceitação, tanto em sua prática, como na apreciação como espetáculos e por isso tornou-se para o sistema liberal importante fonte de captação de lucros. Dentre as demais modalidades esportivas, as diversas esferas governamentais o elegeram o instrumento *diplomático* capaz de estabelecer os diálogos com as duas extremidades do capitalismo: os empresários da classe dirigente e a classe trabalhadora.

Esses fatores têm motivado pesquisadores de diversas áreas de conhecimento a estudar as relações sociais a partir do futebol e é nessa condição que é instigante constatar que o Ministério dos Esportes do Governo Lula brindou o futebol com a Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. A priori já se observa a distinção dada ao torcedor dessa modalidade em relação aos demais expectadores esportivos, mas o tratamento especial não se resume a isso e se configura em dimensões bem mais acentuadas e com contornos ideológicos.

Como Getúlio Vargas, Lula também se utilizou do futebol para se aproximar do povo refletindo a imagem que se identificava com o trabalhador brasileiro. Declarou-se torcedor do Sport Club Corinthians Paulista, um dos times mais populares do país e dialogou com a população por diversas oportunidades usando metáforas ligadas a esse esporte. Mais relevante do que proporcionar o estabelecimento de uma interlocução considerada isonômica níveis entre os diferentes atores, independente de classes, a adoção da estratégia cumpriu papéis bem definidos.

Identificar-se com a classe trabalhadora era fundamental para o êxito da implantação do projeto político arquitetado para a gestão do Partido dos Trabalhadores e a *linguagem do povo* certamente seria o melhor instrumento para esse diálogo. Assim como na política geral e na grande parte das específicas, a inflexão dos preceitos historicamente construídos também estava para ser vivenciada na área dos esportes. A implantação de projetos ideológicos que iriam de encontro às reais necessidades sociais da população precisava de aval dessa própria população e o futebol serviu a esse propósito.

Embora o próprio senso comum se encarregue de classificar esse esporte como uma manifestação de grande aceitação generalizada no mundo e especialmente no Brasil, a contribuição da literatura ratifica essa condição e, mais que isso, qualifica as razões sociais pela quais têm sido usados ideologicamente pela classe dominante.

Para Getúlio o tratamento populista dado ao futebol tinha, em primeiro plano, a intenção de amenizar os efeitos autoritários de um regime ditatorial o que fez com que elegesse esse esporte como um dos agentes capazes de abrir o diálogo com a classe trabalhadora para, em regime de troca, introduzir as políticas trabalhistas. Embora houvesse também o intuito desenvolvimentista e já se apontasse para a mercantilização dessa manifestação essa tendência não se manifestou tão acentuadamente em seu governo.

O que se percebe no Governo Lula, entretanto foi a ousadia de combinar essa lógica com a de acomodar os espaços para que convivessem juntos a *paixão do povo* e os interesses capitalistas. A propalada adesão massiva ao chamado esporte *bretão* é conhecida de forma empírica e assumida pelos brasileiros, mas há décadas tem sido mote de estudos e pesquisas das ciências humanas. Na visão desses dois polos de conhecimento, a alegria da prática ou da expectativa do futebol promove ambientes harmônicos que podem ser capitalizados conforme os intentos de seus atores.

Daólio (2000) exemplifica o fenômeno chamando a atenção pela euforia que toma conta do Brasil em épocas de Copa do Mundo e que nesses momentos se “confirma a condição de esporte número um, ou seja, *paixão nacional* (...) o que mais movimenta as massas, mobilizando a energia torcedora de cada um dos brasileiros” (DAÓLIO, 2000, p. 29). A popularidade dessa prática pode ser auferida por vários indicadores e é inequívoco o seu nível de aceitação tanto em relação à seleção brasileira quanto aos clubes locais e regionais. Para o povo o prazer é natural e inofensivo, uma expressão de autonomia do cidadão, entretanto o entusiasmo aparentemente trivial pode ser capitalizado por outros interesses.

*Esporte e Política não se devem discutir* foi o adágio resgatado por Melo (2000) para provocar a reflexão sobre o uso ideológico do futebol e que nos leva a crer que o tabu que propagou essa lógica serve de justificativa e amparo para uma das práticas mais comuns dos governos totalitários ou populistas. É confortável se apropriar de uma lógica que mantém alienados grandes contingentes de uma sociedade. Estudiosos do tema são unânimes no entendimento que as duas atividades são correlatas e devem sim, serem investigadas em conjunto e é preciso levar as pessoas a questionar o futebol para melhor compreendê-lo no contexto político e social. (MELO, 200, p. 27)

Na “Era Vargas”, como já visto, foram inúmeras as ações legais e/ou políticas desenvolvidas pelo Estado usufruindo-se do gosto popular pelo futebol para legitimar atos oficiais. O Governo Lula usou o mesmo artifício para manter a confiança popular, o que o qualificaria para implantar políticas desfavoráveis à população e modelou um presidente

nordestino, que emergiu da classe trabalhadora, ícone do brasileiro que pertence às massas e, além disso, um *peladeiro* torcedor declarado de uma equipe popular. Nada mais identificador do que isso.

Essa identificação com a torcida brasileira provocou a *sensibilidade* de encaminhar propostas para que os Clubes de Futebol saldassem suas dívidas astronômicas com o INSS. Ardilosamente criou a Timemania, uma loteria com o modelo similar ao da Mega Sena que explora a imagem dos escudos e o amor dos times do Brasil. A perfeita engenharia funciona da seguinte forma: os clubes cedem seus brasões, seus símbolos, e em troca recebem a importância de 22% da arrecadação de cada sorteio. Esses valores continuam nas esferas governamentais, pois são utilizados para a quitação de dívidas com o FGTS, INSS e Receita Federal, que seriam impagáveis de outra forma.

Esse programa foi regulamentado pela Lei nº 11.345/2006 e a adesão por parte dos clubes é voluntária entre aqueles que disputam as duas principais séries do Campeonato Brasileiro. O que é curioso é que o montante arrecadado que caberia aos clubes, continua nos cofres do governo, a título de pagamento de saldos devedores. Observa-se que a tendência ao jogo e a paixão ao time de coração fazem com que o trabalhador, já expropriado, salde com seus poucos recursos, dívidas contraídas pelos clubes de futebol. Um ato populista, legitimado pela adesão popular contribuindo decisivamente para a lógica capitalista que aniquilou o romantismo do futebol.

A Timemania é apenas um dos exemplos que expõe o propósito de conciliação entre a efemeridade da alegria da classe trabalhadora e os interesses subjacentes dos dirigentes, incluindo aí os altos índices de popularidade de Lula amalgamando as relações entre Estado e Capital. Este ambiente harmonioso e perfeito para novas empreitadas estimulou a ousadia da candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014. Após as manifestações de interesse e efetivas inscrições de países latino-americanos para sediarem o evento mundial, as desistências dos eventuais concorrentes permitiram que nosso país, como único concorrente, realizasse a Copa do Mundo em 2014.

Esse fato histórico para o *país do futebol*, que havia sediado o campeonato no longínquo ano de 1950 rendeu dividendo políticos a Lula, que habilidosamente soube conduzir o processo da candidatura, o período das expectativas e o ufanismo da torcida brasileira na ratificação da escolha do Brasil como sede do maior e mais importante evento mundial do futebol. O projeto midiático para obter a adesão massiva das classes populares foi

fantástico e o diálogo com a população foi peculiarmente baseado em premissas populistas e desenvolvimentistas com a exploração do sentimento nacionalista dos brasileiros.

Buscando mais uma vez os registros do sítio oficial do Ministério dos Esportes percebe-se explicitamente a estratégia para a obtenção da legitimação do referendo de todas as classes para tal realização. Dada a nova configuração do futebol como forte componente do mundo capitalista globalizado, naturalmente se prevê o contexto propício para o aumento dos lucros e, portanto não seria tarefa complicada a adesão do empresariado brasileiro. Afinal, comércio, transportes, hotelaria, rede gastronômica e principalmente empreiteiras e construtoras não teriam porque apresentar restrições.

Desta feita, surge o poderio das empresas da comunicação nacional, agora com seus interesses econômicos contemplados, contribuindo para o *aliciamento* popular. Certamente seus lucros também serão contabilizados. Jornais, revistas, sistemas de rádio e televisão etc. foram e têm sido decisivos para ambiente festivo de expectativas para a Copa do Mundo e se confundem com os meios de divulgação do próprio governo na mobilização da população para o evento mundial e histórico no Brasil.

O trabalho político a ser realizado deveria atingir a classe trabalhadora e as classes populares e o texto divulgado no Portal da Copa especialmente elaborado para seus assuntos, antecipava o que foi realizado desde o anúncio da formalização da realização da Copa do Mundo, até os dias atuais. No conteúdo do texto específico para o acontecimento encontramos algumas frases que sintetizam o processo instaurado no país. Lá estão os seguintes comentários:

Tamanho empenho e trabalho conjunto de todo o Governo Brasileiro tem um grande objetivo: realizarmos a melhor Copa do Mundo de todos os tempos, na qualidade de único país pentacampeão do torneio.

O esforço será grande e a dedicação do governo brasileiro também. O futebol tem um lugar importante na vida do povo brasileiro e o Brasil tem um nome a zelar no momento que o grande evento atrairá as atenções mundiais. O Governo Brasileiro está consciente disso e já está tomando todas as providências para que o evento seja um sucesso marcante, para o Brasil e para o mundo. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Além do recado sobre o compromisso governamental para dar conta das responsabilidades inerentes a evento de tal monta, o documento conclama o povo a cerrar fileiras com o governo para a megalômana realização. Esse *convite* se reveste de artifícios articuladamente pensados para angariar o apoio necessário na transposição de eventuais



obstáculos políticos e estruturais que viessem a se interpor no caminho até a efetivação do Campeonato Mundial. Continuam então, as informações necessárias:

Para tanto, além de uma grande festa, a Copa do Mundo no Brasil trará importantes melhorias para a população, sobretudo nas Cidades-Sedes dos jogos. Não somente nos estádios de futebol, que ficarão mais modernos, confortáveis e seguros, mas também nos aeroportos, portos, rede hoteleira e transportes públicos, que serão preparados para operar com maior eficiência e rapidez (BRASIL. Ministério dos Esportes)

Estas manifestações políticas prepararam a instalação de um clima favorável para as providências formais que iriam materializar o projeto já em curso da realização desse torneio do futebol mundial. Nesse sentido, o Presidente Lula faz publicar o Decreto Presidencial de 14 de Janeiro de 2010 que “cria o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA 2014. (...) que tem como principal objetivo definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa” (BRASIL. Ministério dos Esportes).

Coordenados pelo Ministério dos Esportes são 20 as instituições oficiais integrantes do Comitê: 16 ministérios, Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República. A finalidade desse órgão é

“criar um sistema de monitoramento para que o público acompanhe toda a execução das obras necessárias para Copa do Mundo, dando transparência ao processo, a fim de que a sociedade, a imprensa e os órgãos de controle, monitorem, em tempo real, os investimentos públicos” (BRASIL. Ministério dos Esportes)

A partir daí, a cumplicidade entre o poder público e sociedade civil incumbiu-se de estimular o entusiasmo da população para aguardar o fato histórico, independente das condições sociais de estarem presentes nos jogos, ou não. O que importou nesse período da formalização da realização da Copa no Brasil, até os dias de hoje foi dar vazão ao sentimento nacionalista dos brasileiros, que emergiu de sua latência estimulada pelo Governo, mídia e mercado, principalmente.

O script é o já vivido em outras oportunidades no país e Melo (2000) faz a referência ao suposto processo de alienação por ocasião dos Campeonatos Mundiais de Futebol alimentado por métodos utilizados pelos Governos Militares pós-64, “afinal, seria traição à pátria não estarmos juntos, torcendo juntos, ou como diz a velha música: milhões em ação, prá frente Brasil, salve a seleção” (MELO 2000, p. 12). É esse ufanismo que, repetindo a

história, foi aproveitado pelo Governo Lula para atribuir peculiaridade á modalidade numa ação combinada com doses de um nacionalismo exacerbado.

Muito embora, a Copa do Mundo de Futebol e a Olimpíada Rio-2016 venham a ser realizadas em gestões posteriores as de Lula, é evidente que constaram da agenda política daquele Governo e, portanto, é válido que se incluam como objetos de estudos de quem pretende investigar as Políticas Públicas do período. Para esse recorte junta-se a esses dois acontecimentos os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro, em 2007, formando assim o conjunto que foi intitulado e cultuado como os Megaeventos Esportivos no Brasil.

Essas competições se transformaram em orgulho nacional e, entre os fatores que contribuíram para o nível de aceitação dessas realizações em território brasileiro figura, de forma incisiva e convincente, o pretense *legado* que ficaria para a sociedade brasileira. Esses empreendimentos e suas justificativas provocaram intensos debates neste início de século e de forma crítica muitas formulações se apresentaram especialmente na área acadêmica das ciências sociais, se contrapondo aos argumentos oficiais.

#### **4.4 Megaeventos esportivos e seus legados: social para o povo, político para o poder ou econômico para o Capital?**

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, em 2002, ainda no Governo FHC e a oportunidade de realizar os eventos em série no Brasil, levou o Governo Lula a se movimentar para que outros eventos internacionais também ocorressem no país. Seria um fato histórico essa sequência com ares de ineditismo, o que realmente ocorreu.

Para os críticos dos eventos esportivos em série idealizados pelo projeto de governo de Lula, se tratava de uma injustificada inversão de prioridades. Os argumentos nessa linha construídos e defendidos desde o início de sua gestão se baseavam na carência social de nossa população. Sabidamente, temos um serviço público deficitário, para não dizer caótico, que não oferece saúde, educação, segurança, transporte, segurança, sistema de habitação, saneamento básico etc. além dos alarmantes índices de desigualdade e de exclusão social. Havia, então, a expectativa natural pela implantação de políticas públicas que corrigissem as injustiças sociais.

Entretanto, o discurso oficial justificava essas realizações apontando para o fato de que, sem dúvidas elas contribuiriam para a divulgação do Brasil no exterior, para os investimentos financeiros nacionais e internacionais, para a criação de novos empregos e para construção de obras que reverteriam à população após o término das competições. A esse conjunto de benfeitorias os governantes usaram o simbólico nome de legados, a serem pretensamente consignados para o povo.

Seis anos após a realização dos Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro as avaliações não revelam esses resultados, pelo contrário, o evento deixa em seu rastro marcas substanciais que carecem de um tratamento crítico. Uma análise de um fato já ocorrido e o acompanhamento do processo que se transcorre para os próximos acontecimentos obviamente vai contribuir para a identificação das aspirações dos atores envolvidos ou interessados pelo que está por vir.

Melo (2011) menciona que a tentativa de que o Pan-Americano 2007 servisse de laboratório para outros futuros eventos não teve os resultados *sociais* esperados ou alardeados pelos organizadores, pois a exemplo de outras sedes, como Pequim e África do Sul que receberam os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, no Rio de Janeiro a utilização das instalações esportivas não justificaram seus altos custos para posteriores usufrutos por parte da população local. Agrava essa observação do autor, o fato de ter sido divulgado que o custo desses Jogos foi o mais caro da história do Pan, com gastos na casa de dois bilhões de dólares<sup>33</sup>.

A seleção de alguns fatos referentes ao evento, constatados nas diferentes fases do projeto pan-americano carioca, quer sejam nas justificativas oficiais, nos efetivos acontecimentos, ou nas avaliações dos pretensos resultados almejados pelos governos, identificam as contradições que emergiram na realização daqueles Jogos. O debate tomou conta das esferas políticas, do mundo acadêmico e da mídia brasileira se estendendo para a própria sociedade, onde surgiram focos de resistências e críticas ao modelo implantado para viabilização da competição continental.

Em março de 2007, a imprensa do Rio de Janeiro divulgava a manifestação popular realizada pelos moradores da comunidade Canal do Anil contra a demolição de 542 casas que foram “marcadas com tinta” para serem derrubadas, independentemente de haverem sido fechados os acordos para a desapropriação. A ação ostensiva da Prefeitura do Rio de Janeiro se justificava pela necessidade de se limpar o terreno para a construção da Vila que alojaria os

---

<sup>33</sup> Dados disponíveis em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos\\_Pan-Americanos\\_de\\_2007](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos_Pan-Americanos_de_2007)>. Acesso em 04/07/2013.

atletas participantes da competição. Um procedimento relevante igual a esse, evidentemente, não pode ser qualificado como um legado social e já era possível imaginar os fatos subsequentes que demarcariam a trajetória dos Jogos Pan-Americanos de 2007<sup>34</sup>.

Confirmando as observações de Melo (2011), dois exemplos podem simbolizar a fragilidade das argumentações sobre a destinação dos espaços esportivos para o usufruto da sociedade após a realização dos megaeventos. Focalizando o já realizado Pan-Americano de 2007 é possível pinçar algumas construções que receberam injeções de verbas públicas com a perspectiva anunciada de sua democratização e não lograram êxito nessas projeções: o Parque Aquático Maria Lenk, a Arena Multiuso e o Velódromo do Rio de Janeiro.

Os registros relativos ao Velódromo informam que inicialmente a projeção orçamentária indicava gastos públicos na ordem de R\$ 7 milhões, mas que ao final da obra seu custo total ultrapassou as cifras de R\$ 14 milhões. A justificativa para a majoração dos valores se ancorava na decisão *a posteriori* de se construir um espaço permanente para o ciclismo, pois a cidade não o possuía. Entretanto, foi divulgada em 2012 a informação de que a instalação seria demolida por não atender aos padrões olímpicos e não poderia ser utilizado em 2016. A construção e a reforma do Velódromo ficaram distantes de sua pretensa utilização pela sociedade e, para além do desperdício de verbas públicas, a demolição ainda prejudicou seu uso para treinamento dos nossos atletas da modalidade<sup>35</sup>.

O Parque Aquático e a Arena Multiuso se somam ao Velódromo no conjunto de espaços esportivos mantidos pelos cofres públicos, via Comitê Olímpico Brasileiro, e cuja manutenção importa em R\$ 4 milhões anuais. A informação veiculada no mesmo meio de comunicação se fundamenta em informação jornalística do repórter Guilherme Coimbra que acrescenta em sua informação a ociosidade de eventos e de atletas nas referidas instalações.

Merece observação também os desígnios do Estádio de Futebol João Havelange, o conhecido Engenhão, que foi construído pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que se tornando sua proprietária fez um contrato de locação com o Botafogo de Futebol e Regatas que o utilizou como espaço para mandos de jogos da modalidade e, recentemente, devolveu para o órgão público sem ônus financeiro, já que a construção apresenta perigo de desabamento em suas arquibancadas. Obviamente, mais um exemplo do pretense legado em favor da comunidade que não ocorreu.

Mesmo os edifícios construídos para servirem como alojamentos das delegações de atletas participantes durante os Jogos Pan-Americanos, que foram comercializados antes e

---

<sup>34</sup>Reportagem de Bruno Doro, disponível em: < [www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias) >. Acesso em 27/03/2013.

<sup>35</sup>Informações no Blog de José Cruz. Disponível em <[blogdocruz.blog.uol.com.br](http://blogdocruz.blog.uol.com.br)> Acesso em 13/07/2012.

durantes suas construções não atenderam as expectativas de seus compradores. Ainda hoje, 6 anos após os Jogos, há inúmeros problemas de infraestrutura nos condomínios e em apartamentos, o que tem gerado embates judiciais entre os proprietários e construtoras.

Além de uma falsa impressão do potencial esportivo em nível mundial de nossos atletas e de alguns dividendos políticos da parceria entre os governos municipal e federal, no quesito legados sociais é possível afirmar que nada de relevante ocorreu e que possa servir de fundamentação para que se vislumbre um contexto diferente com a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

O avanço político da classe dirigente pode ser auferido pela aceitação popular da realização daquele megaevento e das expectativas criadas para as futuras realizações. O Ministério dos Esportes saiu fortalecido com os endossos necessários para planejar seus próximos empreendimentos e foi consolidada a parceria entre dirigentes e dirigidos, ainda que a contraposição de interesses estivesse camuflada e havendo inclusive a adesão massiva ao trabalho voluntário, instrumento fundamental para o aumento dos lucros.

Segundo Melo (2011), o voluntariado tem sido utilizado nos grandes eventos esportivos mundiais e, apesar das vultosas somas de recursos envolvidas em tais acontecimentos, o trabalho gratuito é estimulado e tem recebido adeptos a partir de, pelo menos, duas justificativas: a de preparação para o futuro mundo do trabalho e de mostrar o altruísmo de trabalhar por um ideal. Em nosso país, o nacionalismo mais uma vez se apresenta como engodo e tem tido respostas positivas.

Nunca a articulação entre Estado e Capital usou com tanta intensidade o amor do brasileiro pelo esporte e o ilusório e artificialmente construído sucesso dos Jogos Pan-Americanos de 2007 legitimou o Rio de Janeiro para que a cidade fosse indicada para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Com a já definida realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, a realização em série dos Megaeventos Esportivos – um dos grandes legados político do Governo Lula – criava as condições necessárias para a implementação da mais eficiente ação política de consolidação da parceria público-privada, com aval da população.

Retomando a premissa de que o esporte é hoje forte componente do acúmulo de capital e uma mercadoria altamente rentável em níveis mundiais, fica explícita a ação político-econômica da classe dominante que promove sem subterfúgios a unificação ideológica do aparelho estatal com o empresariado brasileiro. Penna (2008) aponta que Lula desde seu primeiro mandato já tinha elegido o esporte como um mercado em expansão e sinalizava para suas ações no sentido de seu desenvolvimento e que para isso era fundamental

a captação de recursos também na esfera privada. Foi com esse discurso, segundo a autora, que conseguiu a aprovação da Lei do Incentivo ao Esporte.

Reflete essa política as iniciativas implantadas pelo seu governo de forma materializada pelas candidaturas aos Megaeventos, já articuladas com a iniciativa privada, e pelo processo midiático deflagrado para obter parceiros na empreitada. *Investir no Pan é Investir no Brasil* foi um slogan largamente utilizado à época e exposto por longo período no sítio do Ministério dos Esportes. Observava-se, mais uma vez a lógica desenvolvimentista combinada com o apelo nacionalista.

Não resta dúvida que o maior legado proporcionado pela realização dos espetáculos esportivos coube ou caberá ao capital e essa será a mais contundente ação política do Governo Lula, na área, e que permanecerá na história do Brasil. A rotulação dos jogos e competições como espetáculos é proposital, pois foi com essa concepção que os esportes passaram a figurar como valiosíssima mercadoria, ainda que sua magia romântica tenha se perdido. Há um consenso nessa nova formulação e, tanto os espectadores quanto os próprios protagonistas não se deram conta da deterioração social da atividade esportiva.

As análises elaboradas por Bucci (2005) contribuem para a compreensão do processo de espetacularização dos esportes, mais especificamente os de alto nível. “A fantasia, antes uma mera pressuposição, tornou-se dominante na relação do sujeito com a mercadoria” (BUCCI, 2005, p. 224) e essa reflexão se adequa ao perfil que foi modelado pela classe dominante para os jogos e competições esportivas. Tudo o que envolve o esporte se constituiu em peças mercantilizadas e a elas cabe a tarefa de transformar as emoções em lucros, essa é uma constatação que pode ser feita a partir das observações do autor que responsabiliza o capital pela industrialização do imaginário social.

As observações de Kehl (2005) também contribuem para a reflexão que se pretende fazer neste aspecto da produção dos eventos esportivos. Ela se apoia em Guy Debord, para quem “O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A expansão econômica é, sobretudo, a expansão dessa produção industrial específica” e identifica nos ídolos de massa a função de operários da fábrica de esquecimento (KEHL, 2005, p. 240). Considerando que a autora qualifica a função do ídolo de massa na sociedade do espetáculo é viver um simulacro de vida plena coadjuvando no processo de alienação em favor do capital, é possível comparar essa atuação com os ídolos esportivos nacionais.

Admitindo ainda a pertinência das palavras de Bucci (2005) que reconhece *sermos a única civilização que acredita no que os olhos veem*, compreende-se a utilização dos

espetáculos como uma das mais agradáveis e eficientes fontes de acúmulo de capital. Transportar essas análises e reflexões para o campo esportivo é um exercício necessário que fortalece a convicção do uso ideológico dessas manifestações culturais em nível local, acompanhando as práticas mundiais.

A tendência globalizada e a convicção política dos governantes fortaleceram o projeto dos Megaeventos Esportivos no Brasil e a adesão da sociedade favoreceu as candidaturas e o trabalho dos dirigentes para a concretização das mais importantes competições mundiais esportivas: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, legitimadas pela realização dos Jogos Pan-Americanos. Enquanto a classe trabalhadora aderiu majoritariamente aos futuros acontecimentos esportivos, os empresários se articulavam com o Estado para operarem nos vindouros empreendimentos econômicos e, ainda que as expectativas pelos eventos se dessem nos dois polos, os interesses sempre foram distintos.

A previsão otimista do capital para esses próximos eventos é fundamentada na experiência vivida por ocasião dos Jogos de 2007, que se não deixaram legados sociais significativos para o trabalhador brasileiro, certamente aumentaram os lucros dos empresários e especuladores financeiros. Nozaki e Penna (2007) destacam texto publicado na revista Expediente, em 2007 e que revela a cumplicidade explícita entre os governos federal, estadual e municipal e empresas privadas para as construções de instalações e equipamentos para os Pan-Americanos de 2007. O texto abaixo destacado pelos autores confirma a intenção da articulação publico-privada em justificar os investimentos, pois eles estariam contribuindo para um laboratório que visava a preparação do país para os eventos sequenciais que estavam sendo gestados politicamente

“Com muito orgulho, a Odebrecht e a OAS (Consórcio Engenhão), a Tecnosolo (Arena Multiuso), a Oriente (Velódromo), A Sanerio e a Delta (Consórcio Parque Aquático), a Craft (Rótula das Avenidas Ayrton Senna e Embaixador Abelardo Bueno), e o Rio Convention & Visitors Bureau decidiram publicar esta revista informando sobre os principais equipamentos e melhorias feitos pela Prefeitura, na cidade do Rio de Janeiro, para os Jogos Pan-Americanos de 2007. (...). Foi uma vitória histórica e representou uma conquista decisiva para tornar a cidade uma referência internacional para grandes eventos esportivos. (...). Outro aspecto marcante, registrado pelas empresas, foi a comprovação mais uma vez da qualidade da nossa mão-de-obra que, com dedicação extrema \_ dia e noite \_, foi capaz de tornar realidade um sonho de todos os cariocas”. (REVISTA EXPEDIENTE, 2007, s.p.)

Penna (2008) aprofunda suas críticas ao processo que articulava as relações comerciais explícitas entre governo e capital com os apelos nacionalistas que invariavelmente têm sido competentes para ofuscar a realidade da conjuntura ou dos objetivos traçados pelos

dominantes e recupera uma das mensagens disponíveis no sítio oficial do Ministério dos Esportes para conquistar a simpatia da população:

“Com este pensamento, o governo federal não poupou esforços para produzir uma edição memorável dos Jogos Pan-americanos, investindo não somente em infraestrutura esportiva, mas também em tecnologia, aprimoramento técnico e segurança, entre outros itens. (...) O Pan também é tido como a oportunidade de firmar o Brasil, definitivamente, como destino de eventos esportivos internacionais. O aparato tecnológico, de telecomunicações e de transmissão de som e imagens ao público e à imprensa previstos para Pan também são investimentos federais”. (MINISTÉRIO DOS ESPORTES apud PENNA, 2008, s.p)

Enfim, a experiência considerada positiva pela classe dirigente de nosso país legitimaria a continuidade do projeto ousado de realização em série das outras duas competições internacionais e a anuência popular favoreceria os próximos passos para a efetivação dos acontecimentos históricos. Foi nesse contexto que o Governo Lula iniciou o trabalho de *doutrinação* da população sobre a importância do Brasil sediar a Copa do Mundo em 2014 e da relevância dos ditos legados olímpicos.

A cumplicidade da mídia brasileira, a participação de mitos esportivos, e a aderência popular ao futebol estabeleceu o ambiente perfeito para que a FIFA – Fédération Internationale de Football Association – e a CBF – Confederação Brasileira de Futebol – atuassem soberanamente no trato com as necessidades materiais para a realização do Campeonato Mundial de Futebol. As exigências da instituição mundial, os interesses mancomunados do órgão nacional e a subserviência conveniente dos dirigentes governamentais propiciaram uma época promissora para o empresariado brasileiro e se estabeleceu um explícito balcão de negócios, onde o que menos importava eram os interesses da população.

Embora grande parte da imprensa brasileira aja de forma a estimular o gosto nacional pelos esportes e tenha interferido decisivamente para criar as expectativas pelos eventos esportivos, uma parte dela se deteve ao acompanhamento cuidadoso das ligações insidiosas entre os principais atores do esquema posto em prática para os megaeventos esportivos. Do farto material produzido por esses jornalistas, se destacam três linhas de análises: as articulações político-econômicas entre os principais personagens dos processos, o protecionismo às empreiteiras e as consequências sociais para a classe trabalhadora brasileira. São essas reportagens que subsidiam as revelações que se seguem.

Alguns fatos se consumaram em emblemáticos para quem quisesse realizar reflexões críticas sobre o projeto da Copa do Mundo 2014. A observação inicial que se faz é a isenção



fiscal atribuída à FIFA, uma poderosa organização privada internacional e cujos interesses maiores na realização das Copas do Mundo de Futebol são os comerciais e o acúmulo de capital, coerentes com a atual formatação dos esportes como mercadorias das mais rentáveis do planeta liberal.

Ainda que tenha essa caracterização jurídica a entidade foi agraciada pelo atual governo federal com isenções fiscais que, segundo cálculos estimativos da própria Receita Federal, deverão atingir as cifras de R\$ 558,83 milhões. Estas anistias estão previstas até o ano de 2015 e compreenderão oito tipos de impostos: de Importação, sobre Produtos Industrializados, de Renda de Pessoa Jurídica e, inclusive Imposto de Renda de Pessoa Física de funcionários da entidade, entre outras taxas. Embora o ato legislativo tenha sido formalizado no Governo Dilma Rousseff, os incentivos foram sancionados pelo Presidente Lula, por ocasião da promulgação da Lei nº 12 350/2010, que tratou especificamente de procedimentos fiscais para a Copa do Mundo<sup>36</sup>.

Além dessa medida a Lei criou o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – o RECOPA – um programa de incentivos fiscais para viabilizar a preparação das instalações esportivas exigidas pela FIFA. Com essa regalia, os 12 estádios pediram enquadramento no programa o que desonera a compra de materiais e a contratação de serviços utilizados nas obras dos espaços esportivos. As estimativas da Receita projetam uma desoneração fiscal de até R\$ 329,28 milhões<sup>37</sup>.

Importante registrar que essa anistia tributária foi garantida à FIFA pelo governo brasileiro em 2007, quando o Brasil ainda era candidato a país sede da Copa do Mundo e isso torna previsível, segundo a própria entidade dirigente do futebol mundial, que a realização da competição no Brasil será a mais lucrativa da história, com expectativas de faturamento na casa dos U\$ 3,8 bilhões, cerca de pouco menos de R\$ 8 bilhões<sup>38</sup>.

Enquanto a FIFA aguarda pelo robustecimento de suas contas, os governos federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro não economizam verbas públicas para promover o evento e contagiar a população para o ambiente festivo inerente ao evento mundial e promoveram na Cidade Maravilhosa a cerimônia de sorteio dos grupos e jogos das Eliminatórias da Copa 2014, em 23/07/2011. Com a presença de atletas, ex-atletas, cantores populares e autoridades o Comitê Organizador Local organizou uma festa, sob a direção da

---

<sup>36</sup> Informações divulgadas pelo repórter Vinicius Konchinski no site de notícias da UOL, disponíveis em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em 4/09/12.

<sup>37</sup> Informações divulgadas pelo repórter Vinicius Konchinski no site de notícias da UOL, disponíveis em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em 4/09/12.

<sup>38</sup> idem

Rede Globo que recebeu dos cofres públicos, estadual e municipal, a importância de R\$ 30 milhões<sup>39</sup>.

Outra revelação que alarma os analistas do processo é o montante de verba pública que tem sido empregado nos estádios de futebol. Segundo o Ministério Público Federal, o modelo de financiamento que vem sendo utilizado nestes últimos anos foge aos princípios da gestão compartilhada entre o público e o privado que define o setor privado como o financiador e executor de determinada obra em troca do direito de concessão. O que vem ocorrendo é que o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES – vem financiando essas construções e os ajustes das instalações já existentes e, em alguns casos contribuindo com 80% do total dos custos, como a reconstrução do Estádio Fonte Nova em Salvador<sup>40</sup>.

Segundo a mesma jornalista, mesmo optado pela Parceria Público-Privada, os governos de Bahia, Ceará e Pernambuco receberam aportes financeiros na quantia de R\$ 1 bilhão para erguerem construções que devem custar juntas, cerca de R\$ 1,76 bilhões, portanto mais que 60% do custo total das obras. Há agravantes nesses episódios e um a ser apontado é a destinação de R\$ 100 milhões para o Estado de Roraima, visando a reforma do Estádio Canarinho em Boa Vista, para que a instalação atenda aos padrões exigidos e possa concorrer a ser espaço para treino e aclimação a uma das seleções que virão disputar a Copa no Brasil. Relevante registrar que a capacidade a ser atendida é de 10 mil torcedores e que a média de público no campeonato roraimense é de 50 pessoas, sendo este disputado por seis equipes locais<sup>41</sup>.

O que se observa, portanto, é um contexto de escoamento de verbas públicas que vem sendo implementado com critérios estritamente políticos e ou comprometidos com os interesses de lucros fáceis das instituições privadas. Em 2007 havia uma projeção de gastos, apenas com construções e reformas de estádios, estimados em 1,1 bilhão €, correspondentes a cerca de R\$ 2,8 bilhões. Tanto a adequação quanto a edificação dessas instalações precisavam atender o chamado *padrão FIFA* de qualidade para que pudessem acolher os jogos de futebol da Copa do Mundo. Esse foi o mais forte argumento que justificou a banalização da liberação de verbas oficiais.

---

<sup>39</sup> Informações divulgadas em reportagem de Bruno Freitas, Ricardo Perrone e Thales Calipono disponíveis em: < [www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias) >. Acesso em 26/07/11.

<sup>40</sup> Dados informados pela reportagem de Fernanda Odilla, disponíveis em: < [www.folha.com.br/poder](http://www.folha.com.br/poder), >. Acesso em 11/07/2011

<sup>41</sup> Informação colhida na reportagem de Vinícius Segalla. Disponível em: < [www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias) >. Acesso em 16/03/2012

Embora não seja o único, sem nenhuma dúvida, o ramo da construção civil foi o grande beneficiário do processo e isso pode ser acompanhado por qualquer observador mais atento, ainda não fosse especialista em assuntos econômicos ou de gestão, pública ou privada. O balanço feito em 2011 apontava uma majoração dos custos dos estádios para os jogos de 2014 em R\$ 1,7 bilhão. Segundo a reportagem o montante chegará a R\$ 6,8 bilhões<sup>42</sup>.

Entre as empreiteiras que participaram das licitações públicas e conquistaram o direito de preparar os palcos para os espetáculos esportivos de 2014, as que mais vão auferir os lucros das parcerias são a Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e Norberto Odebrecht, sendo esta última a que assumiu o maior número das obras de estádios de futebol, num montante equivalente a R\$ 1,5 milhão.

Chama a atenção, nestes números e construções, pelo menos três fatos: a construção de todo um bairro, em Recife, que será chamado de Cidade da Copa, ao custo de R\$ 1,6 bilhão; a demolição do Estádio Vivaldão, em Manaus, para a construção de uma nova arena, em valores próximos a R\$ 6 bilhões; e a reforma total do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, cujos gastos podem chegar a R\$ 880 milhões. No que se refere a este último, há muitas opiniões técnicas que apontaram ser desnecessária a reforma total para atender as exigências da FIFA e as duas outras ocorrências têm a natureza megalômana e estão além das necessidades e da funcionalidade para o pós-Copa.

Ainda na esfera da construção civil, outro setor que recebeu a injeção de recursos e que é digno de registro num balanço dos gastos para o Megaevento foi o dos aeroportos. Considerados ultrapassados e obsoletos eles também tiveram tratamento diferenciado e se tornaram objetos geradores de mais lucros para as mesmas empreiteiras. Estimativas indicam a quantia de R\$ 8,6 bilhões para as reformas estruturais e de acesso de passageiros<sup>43</sup>.

O que se conclui nesta breve análise do esquema das parcerias efetivadas apenas para a realização da Copa do Mundo é que houve o envolvimento incisivo das esferas governamentais no processo e que suas participações se deram em nível de isenções fiscais, injeções financeiras e financiamento via BNDES. Ainda que a presidente Dilma tenha afirmado que as verbas públicas efetivamente destinadas ao evento somem R\$ 1,1 bilhão, há fortes indícios que elas são bem maiores que esse montante.

Agrava a situação a procura pelos alardeados benefícios para a população, o que certamente leva à conclusão que não tem sido favorável à sociedade esses fatos. Algumas

---

<sup>42</sup> Reportagem de Gustavo Franceschini e Thales Calipo. Disponível em: < [www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias) >. Acesso em 01/04/2013

<sup>43</sup> Dados divulgados em: < [www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redação](http://www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redação) >. Acesso em 01/08/13

denúncias apontam para a violência social dos desalojamentos em massa em áreas eleitas pelas autoridades para as construções destinadas à Copa do Mundo. Segundo Raquel Rolnik, relatora especial da ONU, vários estados brasileiros praticaram as agressões de deslocamentos forçados que violam os direitos humanos.

Um dos exemplos divulgados pela relatora foi o de São Paulo, onde milhares de pessoas foram evacuadas por conta do projeto conhecido com Água Espriada – Operação Urbana, objetivando viabilizar a construção do monotrilho que ligará o Aeroporto de Congonhas ao Bairro do Morumbi.<sup>44</sup> Da mesma forma a Aldeia Maracanã, o espaço do Museu do Índio no Rio de Janeiro, que fica ao lado do Estádio foi desocupado pela força militar que retirou violentamente daquele espaço os indígenas que lá ocupavam.

Embora ainda tenhamos um ano de espera pela realização das competições, é previsível que a situação não se reverta, pois as prioridades continuam sendo o aumento do capital e o fortalecimento político do governo, que terá como meta a retomada da credibilidade fortemente abalada por ocasião da realização da Copa das Confederações no país. Essa competição ocorreu em meio às manifestações populares contra os desmandos públicos, a corrupção oficial e o aumento das tarifas urbanas de transporte e se tornou foco de revoltas e denúncias pela inversão das prioridades sociais.

Os estádios de futebol que eram tidos como uns dos exemplos físicos dos benefícios para a sociedade se transformaram em espaços elitizados, agora denominados “arenas”, e com dificuldades de acesso para a classe trabalhadora devido aos altos custos dos ingressos. Caracterizam-se como legados às avessas, pois o romantismo e o charme dos espaços populares dos *campos de futebol* foram banidos do espetáculo esportivo. Não há mais as arquibancadas populares e a antiga “geral” que recebiam a grande massa de torcedores brasileiros. Essa elitização não se resumiu à Copa das Confederações, pois os jogos que vêm sendo realizados naqueles espaços continuam mercadorias caras e segregados pelo fator econômico.

Além do que, o povo foi submetido à delimitação do espaço físico das cidades, com o chamado *perímetro FIFA* onde as determinações da entidade internacional sobrepujam às normas convencionais de convivência social. Há relatos de moradores de locais vizinhos de estádios onde se realizariam jogos que receberam orientações para se deslocarem, em dias de jogos, com comprovante de residência para usufruir do seu direito de ir e vir.

---

<sup>44</sup>Disponível em: < [www.esporte.uol.br/ultimasnoticias/efe](http://www.esporte.uol.br/ultimasnoticias/efe) >. Acesso em 10/08/13

Impossível continuar afirmando que a Copa do Mundo a ser realizada no Brasil em 2014 trará inegáveis benfeitorias a seu povo. Quem irá acumular os lucros desse projeto megalomaniaco serão as construtoras que, não por coincidência, são as responsáveis por ¼ das doações de campanha nas últimas eleições, segundo publicação no Correio Braziliense em 2010<sup>45</sup>. Em escala menor, mas igualmente promissores, serão os acúmulos das redes hoteleiras e gastronômicas; das empresas de transportes; das marcas esportivas; da mídia etc.

Toda essa conjuntura contradiz as alegações iniciais do Governo Lula, que por intermédio de seu Ministério dos Esportes publicou os Cadernos de Legado Rio 2016, após a definição pelo Comitê Olímpico Internacional, da cidade do Rio de Janeiro como a sede dos XXXI Jogos Olímpicos. Num conjunto de três publicações reafirma-se o compromisso olímpico do Brasil e é explicitada a articulação entre os governos federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro para a concretização do evento olímpico, pela primeira vez na América do Sul.

A divulgação dos textos ministeriais explicita a opção política pela articulação do projeto olímpico ao Plano Diretor da cidade e ao Plano de Aceleração do Crescimento – o PAC – e se dividiram em três enfoques, o Urbano e Ambiental, o de Legado Social e o Caderno Brasil. Os conteúdos se constituíram em material midiático de propaganda oficial dos megaeventos e não deixa dúvidas sobre a intenção do governo, expressa na declaração de Ricardo Leyser, Secretário Nacional de Alto Rendimento do Ministério dos Esportes: “é uma das inúmeras contribuições que o governo federal ofereceu à candidatura olímpica desde que o presidente da República decidiu assumir essa disputa como parte da estratégia brasileira de inserir-se cada vez mais no cenário internacional de grandes eventos”. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

No plano urbano, os compromissos sociais assumidos indicavam as melhorias do transporte público; a revitalização da região portuária; a despoluição de rios, lagoas e da Baía da Guanabara; a recuperação de parques e florestas da cidade e a otimização das praças com manutenção dos equipamentos de lazer. Associada a esses benefícios foi criada a expectativa de geração de empregos e melhoria da qualidade de vida na cidade.

Entretanto, o maior apelo da realização dos eventos esportivos e que teve vasta repercussão no mundo empresarial esteve por conta do teor do terceiro caderno, intitulado *Brasil, Este é o País*. Seu conteúdo impregnado de preceitos desenvolvimentistas e conclamações nacionalistas pode se refletir por este texto:

---

<sup>45</sup>Reportagem de Isabelle Torres, Lúcio Vaz e Edson Luiz, disponível em: < [www.correiobraziliense.com.br/app/eleicoes/2010](http://www.correiobraziliense.com.br/app/eleicoes/2010) >. Acesso em 31/03/2011

O terceiro caderno, (...), contém dados sobre o Brasil e o Rio de Janeiro demonstrando a pujança econômica nacional, a consolidação da democracia, a crescente liderança política do Brasil não apenas no continente, mas em âmbito mundial, o pioneirismo brasileiro em diversos segmentos econômicos, científicos e tecnológicos e os destaques do país no esporte e nas artes em geral, entre outras informações que contribuíram para que os integrantes do Comitê Olímpico Internacional tivessem sobre o Brasil um olhar de nação global, que se equipara às tradicionalmente mais poderosas do mundo, e por isso preparada para sediar grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, a Copa do Mundo e os Jogos Mundiais Militares de 2011. (BRASIL. Ministério dos Esportes)

A estratégia política que se expressava no momento da candidatura, da defesa dos projetos e logo após os anúncios favoráveis às intenções do Governo Lula em relação aos Megaeventos Esportivos, era a de articular os supostos legados sociais ao desenvolvimento do país e à geração de rendas e a exortação nacionalista se constituía em instrumento de alienação coletiva, com alguns focos de resistência impotentes para serem ouvidos em suas críticas. Assim, a população brasileira e, especialmente a carioca, pode conviver com a espera pela concretização dos projetos e vivenciarem as contradições advindas deles.

A realização desses dois eventos em série, no intervalo exíguo de dois anos, exigiu das esferas governamentais iniciativas que se sobrepuseram e se complementaram, tanto na lógica do propalado estímulo ao desenvolvimento, quanto nas propagandas nacionalistas e, especialmente nas consequências para a sociedade. Grande parte das ações se viabilizou pela compatibilidade entre os acontecimentos de natureza similares, pelo necessário planejamento paralelo e pela coerência oficial no tratamento dado à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos.

A concomitância no plano diretor e os atos justificados para a adequação do espaço urbano para que se pudessem receber os eventos, foram marcados pela contradição naquilo que os textos oficiais afirmaram e por violências contra a população carioca, sobretudo à de classes populares. Segundo o dossiê divulgado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro, as obras para essas duas competições devem remover cerca de 7 200 famílias de suas casas. Um desastre social apoiado nas construções de corredores viários, parques municipais, estacionamentos para automóveis, revitalização da zona portuária, implantação de teleférico etc.<sup>46</sup>.

Por outro lado se repetiram os procedimentos oficiais que haviam favorecido o capital para viabilizar a Copa do Mundo, e no momento posterior visavam a concretização das Olimpíadas de 2016. Da mesma forma, os organizadores desta última foram agraciados com isenção de impostos na casa de R\$ 3,8 bilhões para compras e contratações de serviços que

---

<sup>46</sup> Reportagem de Vinícius Konchinski. Disp. em: < [www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao](http://www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao) >. Acesso em 08/08/2012

visem a organização ou construção ligadas à competição. Por meio da Lei 12780/2013 o atual governo, herdeiro e continuador das Políticas Públicas de Lula, beneficia inclusive os patrocinadores com essa renúncia fiscal.

Essas decisões foram consequência do compromisso assumido por Dilma Rousseff na cerimônia de sua posse com Presidente da República. Representando o Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge esteve presente nas solenidades, quando recebeu todas as garantias para o sucesso dos Jogos Olímpicos. Na realidade as atitudes governamentais fizeram, e ainda fazem, parte de um conjunto de iniciativas combinadas que visava dar a direção econômica aos fatos e transmitir tranquilidade para os eventuais investidores nos negócios olímpicos.

Significativa foi a constituição da Autoridade Pública Olímpica – a APO – que também foi criada por força de Lei Federal, a nº 12.396, de 21 de março de 2011, que legitima um Protocolo de Intenções entre as esferas federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro. Essa parceria foi regulamentada no âmbito estadual pela Lei nº 5.949/11 e no municipal pela Lei nº 5.260/11. O inusitado na promulgação destes dispositivos foi a atribuição da presidência deste órgão a Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, o que evidenciou quais princípios seriam priorizados.

Em novembro do mesmo ano a APO, já sob a direção de Márcio Fortes, ex-presidente do BNDES e empresário da engenharia civil, passou a funcionar subordinada ao Ministério dos Esportes e tinha como orçamento para o ano seguinte valores próximos de R\$ 80 milhões. Na ocasião a Organização dos Advogados do Brasil – a OAB – já havia protestado contra as previsões de gastos para os dois eventos, um total de R\$ 86 bilhões, e condenava a existência de um acordo entre o Governo e o Tribunal de Contas da União - o TCU – para que os valores se mantivessem sob sigilo.

O que foi instituído foi o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, que agilizava os contratos licitatórios e estabelecia novas normas para as licitações e contratos necessários à construção de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Essa condição foi possível pela edição da Lei nº 12462/2011. Na prática significava que não haveria limites para os aditivos das obras que a FIFA e o COI exigissem modificações, que o orçamento previamente estimado para a contratação de uma obra somente seria divulgado após o término da licitação e que a empresa responsável por determinada obra poderia receber remuneração variável conforme seu desempenho, com base em metas, entre outras regras que flexibilizaram as relações entre o público e o privado.

Outro fato que merece destaque nesse processo de espera pelos megaeventos foi a criação e exploração comercial das logomarcas das duas realizações. Em ambos os casos houve campanhas midiáticas que envolveram publicitários, desenhistas, cidadãos comuns que participaram da criação e da escolha dos símbolos que seriam transformadas em marcas comerciais, com exclusividade de uso para as duas entidades promotoras dos eventos. No caso do futebol, foi escolhida a gravura de um tatu-bola, apelidada de Fuleco, que com a participação dos torcedores se popularizou e foi registrada na FIFA como direito de uso da CBF.

Já o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, segundo noticiário à época do lançamento da logomarca da Rio-2016, a designação das Olimpíadas do Rio de Janeiro, divulgava sua expectativa de lucros na casa dos R\$ 3 bilhões, com a exploração da marca que substituiu, como tem sido feito há algum tempo, os simbólicos aros olímpicos<sup>47</sup>. Aliás, o próprio uso da palavra Olimpíadas deixou de ser de domínio público e as competições escolares ou comunitárias, não mais podem utilizar essa designação sem pagar pelo direito de uso para as entidades *detentoras da expressão*.

O que se acumula até agora são as observações, análises e avaliações críticas sobre as articulações políticas entre Estado e Capital para que o desenvolvimento econômico se institua e que haja o aumento dos lucros almejado pelas classes dirigentes deste país. Até o final do ano de 2012, todas as iniciativas eram tomadas com objetivos de materializar os megaeventos e garantir o sucesso financeiro e a projeção da imagem do Brasil no exterior. Não havia grandes preocupações com o desempenho esportivo de nossos atletas.

Em novembro de 2012, Ricardo Leyser volta aos noticiários para informar que o Governo tinha decidido triplicar a verba para a preparação de atletas e que a previsão era que essa liberação atingisse a importância de R\$ 300 milhões para essa finalidade<sup>48</sup>. Uma medida imediatista e reparadora de uma Política Pública ineficiente de Esporte e Lazer, que apesar de ser planejada pelo Governo Lula, foi assumida integralmente pela sua sucessora.

A conclusão plausível de todo o processo iniciado em 2003, com o anúncio da candidatura do Brasil para sediar a copa do Mundo de 2014 nos leva a crer que, a despeito de ter sido difundida a ideia, mais que o orgulho de realizarmos em nosso país uma série de megaeventos esportivos, seria a oportunidade histórica de a população desfrutar da proximidade do espetáculo e da iminente herança dos ditos legados sociais. Todavia, o que se

---

<sup>47</sup> Reportagem de Cirilo Júnior. Disp em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016>>. Acesso em 02/01/2011

<sup>48</sup> Reportagem de Rodrigo Mattos. Disp. em: <[www.uol.com.br/noticias/esportes](http://www.uol.com.br/noticias/esportes)>. Acesso em 03/10/12



observa é uma inversão dessas expectativas o que tem, em detrimento das necessidades populares, estimulado a especulação financeira.

Fato que pode simbolizar essa conjuntura é o modelo de gestão imputado ao Estádio do Maracanã, que até alguns anos atrás era considerado patrimônio dos torcedores cariocas e brasileiros. Atualmente, para dar conta dos avanços capitalistas na área do esporte e, particularmente na prática e elitização do futebol espetáculo e conseqüentemente empresarial, o palco de infinitas emoções se tornou um espaço privatizado a ser explorado pelo Consórcio Maracanã S A. Embora este fato seja da alçada estadual do Rio de Janeiro, ele é consequência da política maior implementada em nosso país, onde os legados predominantemente tem se caracterizado como econômicos.

O conjunto de medidas legais tomadas pelos governantes em nível federal, estadual e municipal no uso do fundo público, diretamente ou em parceria e ou transferência ao setor privado, revelam que quem paga a conta, por diferentes caminhos é a maioria da população e sem perspectivas de fato do retorno de melhoria do transporte urbano, habitação, saneamento, saúde, educação etc. Certamente um legado cínico. Em contra partida o que fica fortemente evidente é que tais investimentos tem, no plano político, um duplo interesse: o da adesão da população e obtenção de votos para legitimar governantes no poder e ampliar suas possibilidades de permanência no mesmo e apoio, por diferentes formas, do grande capital para este mesmo fim. O legado maior, certamente, é para o capital, mundo representado nas grandes empresas “parceiras” nestes empreendimentos as mega corporações da mídia.

Talvez a desfaçatez e a desmedida tenham sido além da conta e a luta de jovens com formação política por direito ao transporte público, especialmente os organizados em torno do passe livre, tenha deflagrado mobilizações surpreendentes e por nenhuma instituição imaginável. Mesmo em seu aspecto difuso e contraditório um fato novo pode ser indício de novos desdobramentos. Trata-se do fato que o uso do esporte e eventos a ele ligados para angariar adesão e simpatia popular, desde Getúlio Vargas, começa ter um efeito contrário. Por certo um terreno a ser criteriosamente estudado e trabalhado pelos nichos de pensamento crítico que ainda restam na Universidade, nos movimentos sociais, no sindicalismo e partidos de esquerda.

## A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A compreensão de que o produto desta pesquisa se somará a tantas outras contribuições para os estudos do lazer e dos esportes e a expectativa que estes não deixem de se inserir nas Políticas Públicas nos permite, nestas conclusões parciais, reafirmar a pertinência do tema pela sua contemporaneidade e relevância social. A sensação da mobilização popular crescente e da movimentação do mundo acadêmico crítico reforça nossas convicções de que novos estudos virão num futuro próximo para atualizar o debate sobre o tema.

Ao realizarmos este estudo tínhamos a intenção de provocar reflexões sobre a utilização dos esportes e do lazer como instrumentos ideológicos pelas classes dominantes, ao longo dos anos e em tempos de neoliberalismo. Chamava nossa atenção a banalização no tratamento do lazer e dos esportes como direitos sociais, uma vez que essas concepções habitavam predominantemente nossos estudos e nos articulavam com outros núcleos acadêmicos que, igualmente, formulam textos críticos na área.

Muito embora já tivéssemos o conhecimento de que, historicamente, as atividades recreativas e, especialmente, os esportes haviam sido importantes instrumentos de alienação e dominação dos povos, havia em nós o desconforto de estarmos sendo testemunhas oculares da repetição do fenômeno da política do *“pão e circo”*.

Pensar a história do Brasil como o manancial para a produção deste trabalho nos motivou a enveredar por este caminho, confiantes que encontraríamos elementos que reforçariam nossas suposições de que a informalidade, o clima espontâneo e o gosto pelos esportes favoreceram a imposição de preceitos dos dominantes sobre seus dominados ao longo dos tempos e que, o êxito dessa política se repetiria no tempo presente.

Sensíveis aos estudos que fazem ilações apontando similaridades entre o recente Governo Lula e a ditadura da “Era Vargas”, na década de 30 do século passado, sobretudo na relação contraditória com a classe trabalhadora, nos propusemos a investigar as particularidades dos dois períodos, já que encontrávamos evidências das aproximações ideológicas entre eles, apesar dos caminhos distintos de chegada ao poder.

No campo da política macro é perceptível a similaridade entre as características dos dois governos, a começar pelos perfis carismáticos dos dois dirigentes que lhes ofereceram as condições favoráveis para a implantação dos projetos políticos que representavam. Apoiando-nos em Boito Jr. (1982) que, ao analisar a trajetória política de Vargas associando a prática do

populismo à figura de líderes, avalia que essas situações somente são possíveis em condições históricas favoráveis, entendemos que as conjunturas políticas de ambos os períodos foram análogas.

A pretensa proteção social aos brasileiros serviu de camuflagem para uma política econômica que atendia aos interesses do capitalismo e a favoreceu a articulação com a burguesia de forma incisiva nas duas eras. Enquanto o pacto com a oligarquia em 1930 garantia a estabilidade de um regime ditatorial de Getúlio Vargas, em 2002 a Carta ao Povo Brasileiro assegurava a governabilidade de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tanto a “Era Vargas” como o Governo Lula se apropriaram do conceito desenvolvimentista para justificar as parcerias entre o Estado e o Capital que privilegiavam os negócios em suas relações com a sociedade brasileira. Em tempos diferentes, com práticas distintas e procedimentos semelhantes, os objetivos de favorecimento da classe dominante davam a tônica de suas administrações.

Weffort (1978) resgata um dos princípios para a política que atenda interesses opostos na sociedade de classes: “é preciso cortejar as massas” (WEFFORT, 1978, p. 22); e isso foi princípio comum que indicou estratégias distintas nas duas gestões populistas, em nossa compreensão. Vargas dialogou outorgando direitos trabalhistas e estabelecendo o estado de *bem estar social* e Lula optou por uma política assistencialista que atrelasse as camadas mais pobres da população aos programas sociais de seu governo.

Os dois projetos políticos se valeram da exortação à nação como fundamental instrumento para o processo de subordinação da classe trabalhadora aos desígnios dos dirigentes. O nacionalismo foi estimulado nas duas épocas e a criação de temas e slogans ideologicamente planejados cumpriu função relevante para amalgamar as relações entre as pontas do sistema capitalista.

Considerando que o nacionalismo se fundamenta na sua associação ideológica com cultura e identidade nacional e que, em seus tempos, Vargas e Peron aproximaram os governos de Brasil e Argentina por meio dessa construção (DRUMOND, 2008), é previsível afirmar que Lula também faz parte do rol de líderes que tornaram eficientes esses recursos. Coincidentes também o foram na maneira com que habilmente se utilizaram dos meios de comunicação para propagarem esses valores.

Nossas suposições iniciais se fortaleceram no percurso da investigação ao dialogarmos com literaturas que já tinham avançado na análise das relações políticas dos esportes e do

futebol e que contribuíram para a ratificação das hipóteses sobre a deterioração social dessas atividades e das similaridades entre as épocas que especificamente focalizamos.

A compreensão que lazer e esportes devam caminhar juntos enquanto direitos sociais fundamenta a convicção que devam ter tratamentos isonômicos pelos poderes públicos e que a definição de suas políticas públicas necessita da articulação entre eles num mesmo campo de conhecimento. Entretanto, isso não ocorreu em nenhuma das oportunidades e, enquanto Vargas se utilizou da funcionalidade do lazer para a domesticação de corpos e da aderência ao futebol para a afirmação do Estado interna e externamente, Lula preteriu as questões do lazer e estimulou o potencial mercantil dos esportes de alto nível.

O que prepondera em análises que pretendem compreender como fenômeno o gosto popular pelos esportes é a proclamada paixão pelo futebol. Inquestionável essa relação de amor entre o torcedor, independente de sua posição na estratificação social, e o esporte chamado *bretão*. Essa afinidade é tão intensa que fica notório o sentimento de nação estimulado pelo futebol. Hobsbawm *apud* Drumond (2008), em uma frase nos ajuda a qualificar o raciocínio que pretendemos desenvolver.

“uma das novas práticas sociais mais importantes do nosso tempo, tanto o esporte das massas quanto os da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas (...) constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial” (DRUMOND, 2008, p. 14)

Essas emoções populares instigaram e favoreceram os dois governantes no uso político do futebol em cada uma das épocas e, embora com objetivos díspares, essas escolhas foram contundentes e contribuíram para demarcar seus governos desenvolvimentistas, com vieses nacionalistas e populistas. Isso foi possível pela capacidade dos dirigentes na rotulação da modalidade como esportes de massa, num processo articulado entre Estado, imprensa e negócios. (SOUZA, 2008)

A realização da Copa do Mundo de 1950 é fruto das articulações políticas para que se fixasse no exterior a imagem do Brasil como um país empreendedor e vitorioso. Apesar da construção do Estádio do Maracanã e da própria realização da competição ter ocorrido no Governo Dutra, há unanimidade entre os pesquisadores que eles foram gestados no período comandado por Getúlio Vargas.

Mais de 60 anos separam aquela competição da Copa do Mundo de 2014, a ser realizada em nosso país, consequência das articulações políticas de Luiz Inácio Lula da Silva. Em princípio poderia se dizer que os objetivos seriam os mesmos e que a propalada

consolidação da nação como potência econômica mundial necessitava desse histórico e audacioso empreendimento.

Contudo, ela será mais uma competição que engrossa a série de Megaeventos Esportivos a serem realizados no Brasil. O alto nível de mercantilização das atividades esportivas e a absorção dos espetáculos esportivos pelo capital e mundo empresarial, nos leva a deduzir que a adesão de Lula aos ideários liberais o transformou em mercador das emoções.

Na concepção de Santin (2009), os megaeventos são invenções geradas pela ganancia econômica e pela sede de poder do século XX e “apenas as duas guerras mundiais os superam em magnitude de suas mobilizações e megalomanias dos patrocinadores”. (SANTIN, 2009, p. 332) O que constatamos neste trabalho vai ao encontro às reflexões do autor e, ao nos determos nas relações entre Estado e Capital ao longo deste processo nos tornamos convictos que a parceria foi prejudicial para a classe trabalhadora e altamente rentável para segmentos que compõe a classe dirigente.

Não se percebem indicações que haverá melhoras na qualidade de vida do trabalhador brasileiros nas condições de educação, saúde, transporte, segurança, habitação e saneamento básico. Pelo contrário, as evidências projetam a elitização dos esportes e seus espaços tornando os acessos às competições limitados às possibilidades econômicas. Isso sem considerar a desfiguração física dos campos esportivos, outrora dotado do romantismo típicos dos espaços populares.

Por outro lado, o projeto dos Megaeventos Esportivos atendeu plenamente os interesses da iniciativa privada e as articulações entre ela e os governos federal, estaduais e municipais renderam significativos dividendos políticos e incomensuráveis lucros para o capital. Em níveis globalizados até o momento a grande ganhadora foi a FIFA, detentora de todos os direitos da Copa do Mundo, que subjugou os interesses nacionais aos de seus negócios e impondo condições de comercialização de produtos e serviços.

Internamente, embora vários ramos de negócios tenham sido contemplados o destaque ficou por conta do protagonismo das empreiteiras nos projetos de demolições, reformas e construções de estádios de futebol e aeroportos, preparando o Brasil para a Copa do Mundo. As relações de interesses e o tráfico de influências, provavelmente se intensificarão nos próximos dois anos, pois o mercado permanecerá aberto para elas com a expectativa dos Jogos Olímpicos de 2016.

Prevíamos algumas diferenças entre os objetivos e resultados obtidos pelos dois emblemáticos governos e é nessa voracidade de Lula em sua relação com o Capital que

notamos a grande diferença, pois se na “Era Vargas” essa parceria foi uma tendência, no Governo Lula ocorreu a desfaçatez explícita das adequações de legislação, das renúncias fiscais, das obras sem licitações e dos superfaturamentos.

Ao concluirmos esta tese, nos cabe lembrar as recentes manifestações populares que ocorreram em todo o país, particularmente nas cidades sedes da Copa das Confederações promovidas recentemente no Brasil pela FIFA. A perda da autonomia do país imposta pelas exigências da entidade mundial e a definição dos chamados *padrão* e *perímetro* FIFA indignou os brasileiros e robusteceu o movimento de resistência aos Megaeventos Esportivos.

Ficam incógnitas as futuras ações dos atores envolvidos neste processo, de maneira especial por ocasião da aproximação das competições: se as classes dirigentes serão sensíveis às “vozes da rua” ou não e quais as eventuais iniciativas da população e dos movimentos sociais na denúncia do mau uso de verbas públicas e no enfrentamento às consequências dessa malversação. Todo esse contexto presente e as expectativas de um futuro próximo são decorrências das opções do Governo Lula ao definir prioridades em suas Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Explicitamos a certeza de que este estudo, como todos os da área das ciências humanas e sociais apresenta um texto inacabado. Pela sua natureza e pelo dinamismo que caracterizam as conjunturas políticas já seria merecedor de atualizações históricas e políticas, mas a incerteza do que pode ocorrer nos próximos anos até o desfecho da série dos Megaeventos Esportivos ratifica essa possibilidade.

Temas como a contradição da associação dos esportes com a indústria multinacional de bebidas alcoólicas, a exposição dos atletas como mercadorias das marcas esportivas, a construção e desconstrução de mitos pela mídia esportiva, a eventual ociosidade dos espaços esportivos após os megaeventos, o próprio acompanhamento dos legados sociais e a iminência das reações populares povoaram nossas reflexões durante o desenvolvimento desta tese e sugerem seu desdobramento em novos trabalhos.

Finalmente, expressamos a certeza que cerramos fileiras com muitos companheiros e companheiras na reafirmação de princípios socialistas e na luta contra o capital que tem destruído patrimônios sociais, entre eles o direito ao lazer e aos esportes em suas formas emancipada, autônoma e democratizada.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. A. C. *Estudo crítico da extensão universitária em educação física nas universidades federais do país*. 1995. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas de lazer: as possibilidades da inflexão. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, 7., 2007, Natal. *Anais...* Natal: CEFET-RN, 2007.
- \_\_\_\_\_. O importante é competir... e o capital agradece. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2011.
- ALMEIDA, P. A. C.; CORREA, A. A. Da recreação aos estudos do lazer: um resgate histórico, conceitual e epistemológico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, CONBRACE - 12., 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- ALMEIDA, P. A. C.; SILVA JÚNIOR, A. S. O lazer nas políticas públicas de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro e na esfera federal: uma breve análise contribuindo para a desconstrução do binômio “Esporte e Lazer”. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 21., 2009, São José. *Anais...* São José, SC: UNESPORTE, 2009.
- ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARANHA, M. L. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARANTES, A. C. A. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. *Revista Motricidade*, Vila Real, v. 7, supl., 2011.
- BLAINEY, G. *Uma breve história do século XX*. São Paulo: Fundamento, 2008.
- BOITO JR., A. A burguesia no Governo Lula. In: NEOLIBERALISMO y Sectores dominantes. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/Boito>. Acesso em: 13set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *O golpe de 1954: A burguesia contra o Populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. O imperialismo da razão neoliberal. *Revista Possibilidades*, Goiânia, v. 1, n. 1, 2004.
- BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BRETAS, A. Trabalho e recreação: uma visão panorâmica dos fundamentos da organização e das realizações do serviço de recreação operária (1943 a 1945). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 13, n.16, p. 199-220, 2006. Disponível em <[www.periodicos.ufsc.br](http://www.periodicos.ufsc.br)>. Acesso em: 21 maio 2013.

BUCCI, Eugênio. O espetáculo e a mercadoria como signo. In: NOVAES, A (Org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: SENAC, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

COLETIVOS DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

CORRÊA, A. A.; ALMEIDA, P. A. C. Investigações de lazer na construção da modernidade na sociedade brasileira: da reforma urbana ao controle do não trabalho. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, 8., 2008, Manaus. *Anais...* Manaus: EDUA, 2008.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, J. Legado de R\$ 14 milhões do Pan 2007 será demolido. Disponível em: <[blogdocruz.blog.uol.com.br](http://blogdocruz.blog.uol.com.br)>. Acesso em: 13 jul. 2012.

DAÓLIO, J. As contradições do futebol brasileiro. In: CARRANO, P. C. R. (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DIAS, C. A. G.; ALVES JUNIOR, E. D. *Entre mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 2007.

DIECKERT, J. *Esporte de lazer: tarefa e chance para todos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

DORO, B. *Moradores protestam contra remoção de comunidade na Vila do Pan*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em: 27 mar. 2003.

DRUMOND, M. *Pátrias em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difusão, 1992.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FONTES, V. *Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



FRANCESCHINI, G e CALIPO, T. *Custo de estádios da Copa sobe R\$ 7 bi em um ano: veja situação das 12 sedes*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

FREITAS, B; PERRONE, R; CALIPO, T. *Comitê Organizador “culpa” a FIFA por gastos de R\$ 30 milhões com sorteio da Copa*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em: 26 jul. 2011.

FREY, K. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil*. Tese doutorado. Universidade Federal do Paraná, 1997.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, jan./abr. 2010. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu](http://www.scielo.br/pdf/rbedu)>. Acesso em: 27 maio 2013.

GASTALDO, E. L. Notas sobre um país em transe: mídia e copa do mundo no Brasil. In: *Motrivivência: Educação Física Esporte e Mídia*, Florianópolis, v. 20, n.17, 2001.

GODOY, J. F. R. A experiência da Secretaria de Esportes e Turismo da Prefeitura do Município de Piracicaba. In: MARCELLINO, N. (Org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*: v.3, cad.13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GURGEL, C. Octávio Ianni, Estado e desenvolvimentismo. In: MARTINS, P E; MUNTEAL, O. (Org.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV; PUC-Rio, 2012.

GUTIERREZ, G. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas*. São Paulo: Editoras Associadas, 2001.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, E. J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003.

JAGUARIBE, H. O modelo IBESP. In: SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. Brasília: Ed.UnB, 1961. p 129-170.

JÚNIOR, C. *Rio-2016 espera lucrar R\$ 3 bilhões com a exploração da logomarca*. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

KARAM, E. Trabalho, realização e alienação. In: COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer*. São Paulo: Saraiva, 1994.

KEHL, M. R. Muito além do espetáculo. In: NOVAES, A. (Org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: SENAC, 2005.

KONCHINSKI, V. *Copa e Olimpíada devem desalojar 7200 famílias no Rio de Janeiro: segundo dossiê*. Disponível em: <[www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao](http://www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao)>. Acesso em: 08 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *FIFA ganha isenção de R\$ 559 milhões para realizar Copa do Mundo no Brasil*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em: 04 set. 2012.

KONDER, L. *Marxismo e alienação: contribuições para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. Campinas: Hucitec, 1999.

LEFEBVRE, H. *Marxismo*. Trad. Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEOPOLDI, M A P. A economia política do primeiro Governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Não paginado.

LIMOEIRO, M. Sobre a teorização do capitalismo de pendente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LÓPEZ, F. L. *Poder e domínio*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

LOSURDO, D. *Contra história do Liberalismo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

LYRA FILHO, J. *Introdução à psicologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Record, 1983

MACEDO, R. L. *O esporte no Estado Novo: vigilância formação e controle em época de guerra*. Disponível em: <<http://www.alesde.ufpr/encontro/trabalhos/98.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MANCEBO, D. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: MANCEBO, D.; VILELA, A. M. J. V. (Org.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

MARCELLINO, N. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1995.

MARX, K. *Os 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MASCARENHAS, F. Outro lazer é possível: desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

MATHIS, A. A. *Notas de leitura sobre os manuscritos de 44 de Marx e o debate da alienação do trabalho*. Extraído em 24 de outubro de 2009 de: <<http://www.sep.org.br/artigo/1610>>. Acesso em: 05 out. 2011.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001.

MATTOS, R. *Governo Federal vai triplicar verba e liberar até R\$ 300 milhões para olímpicos este ano*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias/esportes](http://www.uol.com.br/noticias/esportes)>. Acesso em: 03 out. 2012.

MELO, M. P. *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MELO, V. A. Futebol: que história é essa? In: CARRANO, P. C. R. (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

\_\_\_\_\_. *A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desporto*. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/Revista Digital efd115>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, M. *A mídia impressa carioca: anúncio e propaganda na Era Vargas*. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/031.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MOURA, M. Educação Física no Brasil: uma história política. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 15. *Anais do....* Disponível em: <<http://www.cbce.org.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

NOZAKI, H. T.; PENNA, A. Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro 2007: por trás das cortinas do grande espetáculo. In: LECTURAS: EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES. REVISTA DIGITAL. Disponível em: <[www.efdeportes.com](http://www.efdeportes.com)>. Acesso em: 15 out. 2012.

ODILLA, F. *Mesmo com PPP, verba pública banca estádios da copa*. Disponível em: <www.folha.com.br/poder>. Acesso em: 11 jul. 2011.

O'DONNELL, G. Anotações para um a teoria do estado (I). *Revista de Cultura e Políticas*, São Paulo, n.3, p.71 – 93 [1981?].

OLIVEIRA, V. M. *O esporte pode tudo*. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARADA, M. Corpo e poder: a criação do Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (1937-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005. Londrina, *Anais do...* Londrina: ANPUH, 2005. Não paginado.

PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEIXOTO, E. M. M.; PEREIRA, M. F. R.; FREITAS, F. M. C. Marxismo e estudos do lazer no Brasil. In: PIMENTEL, G. G. A. (Org.). *Teorias do lazer*. Maringá: EDUEM, 2010. p. 103-150 .

PEIXOTO, E. M. M. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v.19, n. 1, p 15-40, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org>. Acesso em: 20 maio 2013.

PENNA, A. Mundialização do fenômeno esportivo: impactos sobre a questão social brasileira. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 12., 2008, Niterói. *Anais do...* Niterói: UFF, 2008.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SANTIN, S. *Textos malditos*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

\_\_\_\_\_. Megaeventos esportivos no Brasil: benefício – contradições. *Motrivivência*, v. 21, n. 32/33, p 332-334, jun.-dez. 2009.

SANTOS, M. A. C. *Música e hegemonia: dimensões político-educativas da obra de Villa-Lobos*. 1996. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

SANTOS, M. R. *O futebol na agenda do governo Lula: um salto de modernização (conservadora) rumo à Copa do Mundo FIFA 2014*. 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHWARTZMAN, S. “Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político”: do nacionalismo ao desenvolvimentismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 271-282, 1963.

\_\_\_\_\_. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*, Brasília: UnB, 1961.

SEGALLA, V. *Com média de 50 pagantes por jogo, RR ganha R\$ 100 mi do governo para reformar o estádio*. Disponível em: <[www.uol.com.br/noticias](http://www.uol.com.br/noticias)>. Acesso em: 16 mar. 2012.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, A. V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Associados, 1994.

SOUZA, A. P. A. Os direitos sociais na Era Vargas: a previdência social no processo histórico de constituição dos direitos sociais no Brasil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luiz. *Anais da...* São Luís: UFMA, 2005. Não paginado.

SOUZA, D. A. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, M. S. *Esporte escolar: possibilidade superadora no plano da cultura corporal*. São Paulo: Ícone, 2009.

TAFFAREL, C. Z.; SANTOS, C. L. *Como iludir o povo com o esporte para o público*. Disponível em: <[http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital/textos.htm](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2008.

TORRES, I; VAZ, L; LUIZ, E. *Empreiteiras respondem por um quarto das doações a governadores reeleitos*. Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/app/eleicoes/2010](http://www.correiobraziliense.com.br/app/eleicoes/2010)>. Acesso em: 31 mar. 2011.

VIANNA, L. W. *Esquerda brasileira e tradição republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papyrus, 1997.

WEFFORT, F. C. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

### **Portais eletrônicos**

BRASIL. Ministério dos Esportes. *Programa Esporte e Lazer na Cidade*. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br>>: acesso em 30/03/09.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). *Programa de Governo para o Esporte e no Lazer*. Diadema, SP: Partido dos Trabalhadores, 1994.

\_\_\_\_\_. *Programa de Governo Lula Presidente*. Diadema, SP: Partido dos Trabalhadores, 1994.

\_\_\_\_\_. *Movimento Pró Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer*: São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1994.

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO. *Relatório Executivo*. Brasília: Partido dos Trabalhadores, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico*. Brasília: Partido dos Trabalhadores, 2002.

SETORIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). *Carta de Princípios para uma Administração Democrática e Popular*. In: Relatório do I Encontro Nacional dos Setores das Administrações Petistas. Cajamar, SP: Partido dos Trabalhadores, 1989.

### **Legislação Federal, Estadual e Municipal**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937. (Brasil). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao37.htm)>.

DECRETO-LEI 383/1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/>>.

DECRETO-LEI 1212/1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/>>.

DECRETO-LEI 1056/1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/>>.

DECRETO-LEI 2072/1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

DECRETO-LEI 2377/1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

DECRETO-LEI 3199/1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_Decreto-lei/1937-1946/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_Decreto-lei/1937-1946/)>.

DECRETO-LEI 3617/1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

DECRETO-LEI 4298/1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

DECRETO-LEI 9267/1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

DECRETO-LEI 5342/1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1937-1946/>>.

LEI Nº 26/1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm)>.

LEI Nº 10264/2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2001/leiagnelopiva.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/leiagnelopiva.htm)>.

LEI Nº 10671/2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/lei10671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/lei10671.htm)>

LEI Nº 10891/2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/lei10891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/lei10891.htm)

LEI Nº 11345/2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/lei11345.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/lei11345.htm)

LEI Nº 12395/2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/lei12395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/lei12395.htm)

LEI Nº 12350/2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2007-2010/lei12350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007-2010/lei12350.htm)>.

LEI Nº 12663/2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2011-2014/lei12663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2011-2014/lei12663.htm)>.

LEI Nº 12780/2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/Lei/L12780.htm>>.

LEI Nº 5949/2011. Disponível em: <<http://www.gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1028063/lei-5949-11>>.

LEI Nº 5260/2011 Disponível em: <[http://www.camara.rj.gov.br/control\\_e\\_atividade\\_parlamentar.php](http://www.camara.rj.gov.br/control_e_atividade_parlamentar.php)>.

LEI Nº 12462/2011 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/Lei/L12462.htm>>.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 502/2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mp.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mp.htm)>.

PORTARIA Nº 68/1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/por/1937-1946>>.

PORTARIA MINISTERIAL Nº 197/2008. Disponível em: <<http://www.siop.planejamento.gov.br/legis>>.